PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Documento 2

Tipo documento:
DOCUMENTAÇÃO
Evento:
PETIÇÃO
Data:
23/10/2026 18:29:27
Usuário:
SP146176 - IVO WAISBERG
Processo:
4126842-40.2026.8.26.0100
Sequência Evento:
558

TWK ADVOGADOS
THOMAZ BASTOS
WAISBERG
KURZWEIL

Doc. 1

Av. Brigadeiro Faria Lima, 3311, 13º andar
Itaim Bibi, São Paulo, SP | 04538-133 Brasil
Tel.: 11 3552-5000

SCN QD 4, BL. B, 100, 12º andar, Centro Empresarial Varig
Asa Norte, Brasília, DF | 70714-900 Brasil

www.twk.com.br | **E-mail:** contato@twk.com.br

PLANO DE RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL DO "GRUPO ONCOCLÍNICAS"

Submetido à homologação judicial

ONCOCLÍNICAS DO BRASIL SERVIÇOS MÉDICOS S.A., sociedade por ações, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob nº 12.104.241/0004-02 ("Oncoclínicas"); **AIO – INSTITUTO DE CÂNCER DE MANAUS LTDA.**, sociedade limitada, inscrita no CNPJ/MF sob nº 31.107.333/0001-48; **AIO – INSTITUTO DO CÂNCER DE BRASÍLIA LTDA.**, sociedade limitada, inscrita no CNPJ/MF sob nº 11.859.927/0001-06; **ALIANÇA INSTITUTO DE ONCOLOGIA S.A.**, sociedade por ações, inscrita no CNPJ/MF sob nº 09.104.513/0001-17; **ANDROMEDA PARTICIPAÇÕES LTDA.**, sociedade limitada, inscrita no CNPJ/MF sob nº 36.012.379/0001-05; **CAM - CLÍNICA DE ASSISTÊNCIA À MULHER LTDA.**, sociedade limitada, inscrita no CNPJ/MF sob nº 14.526.487/0001-55; **CENTRAL DE GESTÃO E SAÚDE LTDA.**, sociedade limitada, inscrita no CNPJ/MF sob nº 24.375.498/0001-35; **CENTRO BRASILEIRO DE RADIOTERAPIA ONCOLOGIA E MASTOLOGIA CEBROM LTDA.**, sociedade limitada, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.754.174/0001-40; **CENTRO DE QUIMIOTERAPIA ONCOCLÍNICAS S.A.**, sociedade por ações, inscrita no CNPJ/MF sob nº 95.179.461/0004-22; **CENTRO MINEIRO DE INFUSÕES S.A.**, sociedade por ações, inscrita no CNPJ/MF sob nº 15.347.387/0001-24; **CENTRO PAULISTA DE ONCOLOGIA S.A.**, sociedade por ações, inscrita no CNPJ/MF sob nº 52.164.662/0001-09; **CETTRO – CENTRO DE TRATAMENTO ONCOLÓGICO LTDA.**, sociedade limitada, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.520.237/0001-01; **CLÍNICA DE RADIOTERAPIA E QUIMIOTERAPIA DE PRESIDENTE PRUDENTE S.A.**, sociedade por ações, inscrita no CNPJ/MF sob nº 15.420.245/0001-45; **CLINICA OAL SP DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA.**, sociedade limitada, inscrita no CNPJ/MF sob nº 09.127.332/0001-06; **CLION – CLÍNICA DE ONCOLOGIA LTDA.**, sociedade limitada, inscrita no CNPJ/MF sob nº 13.501.218/0001-71; **CORP CENTRO DE ONCOLOGIA DE RIO PRETO S.A.**, sociedade por ações, inscrita no CNPJ/MF sob nº 10.576.443/0001-89; **COTE - CENTRO ONCOLOGICO E TRATAMENTOS ESPECIAIS LTDA.**, sociedade limitada, inscrita no CNPJ/MF sob nº 46.902.754/0001-38; **CPO – CENTRO PARAIBANO DE ONCOLOGIA S.A.**, sociedade por ações, inscrita no CNPJ/MF sob nº 07.510.778/0001-90; **IDENGENE MEDICINA DIAGNÓSTICA S.A.**, sociedade por ações, inscrita no CNPJ/MF sob nº 21.875.615/0001-31; **IMUNOMED CLÍNICA DE INFUSÃO E ESPECIALIDADES S.A.**, sociedade por ações, inscrita no CNPJ/MF sob nº 39.387.477/0001-07; **INSTITUTO DE ONCOLOGIA KAPLAN S.A.**, sociedade por ações, inscrita no CNPJ/MF sob nº 94.831.294/0001-47; **LOCUS - ANATOMIA PATOLÓGICA E CITOLOGIA LTDA**., sociedade limitada, inscrita no CNPJ/MF sob nº 69.287.381/0001-38; **MULTIHEMO SERVIÇOS MÉDICOS S.A.**, sociedade por ações, inscrita no CNPJ/MF sob nº 03.559.174/0001-87; **NEON - NÚCLEO ESPECIALIZADO EM ONCOLOGIA S.A.**, sociedade por ações, inscrita no

 Mauricio Leonardo Hasson Carlos Gil Moreira Ferrei

Clicksign 52a442b3-eceb-4572-9f27-e6c77180c735

CNPJ/MF sob nº 04.786.490/0001-54; **NOS - NÚCLEO DE ONCOLOGIA DE SERGIPE S.A.**, sociedade por ações, inscrita no CNPJ/MF sob nº 12.282.163/0001-93; **ONCO & HEMATO SERVIÇOS MÉDICOS S.A.**, sociedade por ações, inscrita no CNPJ/MF sob nº 01.420.861/0001-91; **ONCO VIDA INSTITUTO ESPECIALIZADO DE ONCOLOGIA S.A.**, sociedade por ações, inscrita no CNPJ/MF sob nº 01.682.668/0001-29; **ONCOBIO SERVIÇOS DE SAÚDE S.A.**, sociedade por ações, inscrita no CNPJ/MF sob nº 26.645.426/0001-96; **ONCOCENTRO IMAGEM E SERVIÇOS MÉDICOS LTDA.**, sociedade limitada, inscrita no CNPJ/MF sob nº 17.622.395/0001-67; **ONCOCLÍNICA - CENTRO DE TRATAMENTO ONCOLÓGICO S.A.**, sociedade por ações, inscrita no CNPJ/MF sob nº 72.101.124/0001-74; **ONCOCLÍNICAS CANOAS CLÍNICA DE ONCOLOGIA LTDA.**, sociedade limitada, inscrita no CNPJ/MF sob nº 08.968.057/0001-90; **ONCOCLÍNICAS RIO DE JANEIRO S.A.**, sociedade por ações, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.717.088/0001-67; **ONCOHEMATOLOGIA PARTICIPAÇÕES LTDA.**, sociedade limitada, inscrita no CNPJ/MF sob nº 26.193.072/0001-96; **RADIOTERAPIA BOTAFOGO S.A.**, sociedade por ações, inscrita no CNPJ/MF sob nº 40.447.278/0001-26; **RADIOTERAPIA ONCOCLINICAS RECIFE S.A.**, sociedade por ações, inscrita no CNPJ/MF sob nº 28.043.406/0001-70; **RADIOTERAPIA ONCOCLINICAS SÃO PAULO LTDA.**, sociedade limitada, inscrita no CNPJ/MF sob nº 26.842.646/0001-00; **SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÉDICO E DIAGNÓSTICO LTDA**., sociedade limitada, inscrita no CNPJ/MF sob nº 10.668.636/0001-60; **TALIA PARTICIPAÇÕES LTDA**., sociedade limitada, inscrita no CNPJ/MF sob nº 37.138.913/0001-89; **UNIDADE DE ONCOLOGIA CLÍNICA E PEDIÁTRICA LTDA.**, sociedade limitada, inscrita no CNPJ/MF sob nº 57.394.710/0001-60; **CECON - CENTRO CAPIXABA DE ONCOLOGIA S.A.**, sociedade por ações, inscrita no CNPJ/MF sob nº 39.315.171/0001-45; **COT - CENTRO ONCOLÓGICO DO TRIÂNGULO S.A.**, sociedade por ações, inscrita no CNPJ/MF sob nº 02.732.168/0001-17; **INSTITUTO DE HEMATOLOGIA E ONCOLOGIA CURITIBA - CLÍNICA MÉDICA S.A.**, sociedade por ações, inscrita no CNPJ/MF sob nº 03.850.913/0001-95; **INSTITUTO MATERNO INFANTIL DE MINAS GERAIS S.A.**, sociedade por ações, inscrita no CNPJ/MF sob nº 01.067.064/0001-72; **INSTITUTO ONCOLÓGICO DE RIBEIRÃO PRETO S.A.**, sociedade por ações, inscrita no CNPJ/MF sob nº 57.723.280/0001-83; **NÚCLEO DE ONCOLOGIA DA BAHIA S.A.**, sociedade por ações, inscrita no CNPJ/MF sob nº 41.980.319/0001-08; **PRO-ONCO CENTRO DE TRATAMENTO ONCOLÓGICO S.A.**, sociedade por ações, inscrita no CNPJ/MF sob nº 73.863.342/0001-09; **GIORDANI CAMICIA SERVICOS MEDICOS LTDA.**, sociedade limitada, inscrita no CNPJ/MF sob nº 45.595.483/0001-52; **HOSPITAL DE ONCOLOGIA DO MÉIER S.A.**, sociedade por ações, inscrita no CNPJ/MF sob nº 33.633.141/0001-09; **IRA INSTITUTO ROBERTO ALVARENGA LTDA.**, sociedade limitada, inscrita no CNPJ/MF sob nº 18.271.874/0001-49; **TALASSA ONCOLOGIA E PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade por ações, inscrita no CNPJ/MF sob nº 37.184.687/0001-72; **NAVARRA RJ SERVIÇOS ONCOLÓGICOS S.A**., sociedade por ações, inscrita no CNPJ/MF sob nº 33.495.365/0001-93; todas com principal estabelecimento na Rua Augusta, nº 1562, 11º e 12º andares, Consolação, CEP 01304-001, São Paulo/SP

Mauricio Leonardo Hasson Carlos Gil Moreira Ferrei

Clicksign 52a442b3-eceb-4572-9f27-e6c77180c735

(todas, em conjunto, "Recuperandas" ou "Grupo Oncoclínicas") submetem à homologação judicial o presente Plano de Recuperação Extrajudicial ("Plano"), com as assinaturas dos Credores Signatários (conforme adiante definido) nos respectivos Termos de Adesão (conforme adiante definido) que, somados, correspondem nesta data a [•]% ([•] por cento) dos Créditos Abrangidos (conforme adiante definido), excluídos os Créditos Intercompany (conforme adiante definido), atingindo, portanto, o quórum mínimo de que trata o caput do art. 163 da LRF (conforme adiante definido) para homologação judicial deste Plano nos termos e prazos da LRF (conforme adiante definido).

PARTE I – INTRODUÇÃO

1. INTERPRETAÇÃO E DEFINIÇÕES

1.1 **Regras de Interpretação**. Os termos definidos neste Plano serão utilizados, conforme apropriado, na sua forma singular ou plural, no gênero masculino ou feminino, sem que, com isso, percam o significado que lhes é atribuído.

1.1.1 Exceto se especificado de modo diverso, todas as Cláusulas e anexos mencionados neste Plano referem-se a Cláusulas e anexos do próprio Plano.

1.1.2 Os títulos dos capítulos e das Cláusulas deste Plano foram incluídos exclusivamente para referência e não devem afetar o conteúdo de suas previsões.

1.1.3 Os termos "incluindo", "inclusive" e "incluído", bem como termos semelhantes, devem ser interpretados como se estivessem acompanhados das expressões "mas não limitados a" e "entre outros".

1.1.4 Na hipótese de haver conflito entre Cláusulas, a Cláusula que contiver disposição específica prevalecerá sobre a que contiver disposição genérica.

1.1.5 Quaisquer referências a documentos ou instrumentos devem ser consideradas como incluindo todas as respectivas alterações ou substituições, a menos que de outro modo expressamente previsto ou de outra forma requerida pelo contexto.

1.1.6 Todas as referências a disposições legais e a Leis devem ser interpretadas como referências a essas disposições legais e Leis tais como vigentes nesta data ou em data que seja especificamente determinada pelo contexto.

Mauricio Leonardo Hasson Carlos Gil Moreira Ferrei

Clicksign 52a442b3-eceb-4572-9f27-e6c77180c735

1.1.7 Todas as referências a qualquer Pessoa devem incluir seus respectivos sucessores e cessionários autorizados, independentemente do tipo de sucessão envolvida.

1.1.8 Todos os anexos a este Plano são a ele incorporados e constituem parte integrante deste Plano. Na hipótese de haver qualquer inconsistência entre este Plano e qualquer anexo, o Plano prevalecerá.

1.2 **Definições**. Os termos usados com letra inicial maiúscula neste Plano, seja no singular, seja no plural, terão os significados que lhes são atribuídos abaixo:

1.2.1 "Acelerador de Amortização": tem o significado atribuído no item "(vi)" da Cláusula 7.1.1 deste Plano.

1.2.2 "Agente de Monitoramento": tem o significado atribuído na Cláusula 10.2 deste Plano.

1.2.3 "Agente Fiduciário": significa a Pentágono S/A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, na qualidade de agente fiduciário das Debêntures Modalidade 1.

1.2.4 "Alienação Fiduciária de Ações": significa a alienação fiduciária irrevogável e irretratável da totalidade das ações de emissão das sociedades por ações e das quotas das sociedades limitadas, bem como de quaisquer outras participações societárias, nas quais a Oncoclínicas detenha, direta ou indiretamente (inclusive por meio de uma ou mais Controladas ou sociedades interpostas), participação societária na data da Homologação do Plano ou a qualquer tempo enquanto vigente a garantia, conforme a relação societária meramente exemplificativa e não exaustiva constante do **Anexo D** deste Plano, a ser constituída em garantia, em primeiro grau e com exclusividade, das obrigações de pagamento representadas pelas Debêntures Modalidade 1. A Alienação Fiduciária de Ações será formalizada por meio de instrumento a ser celebrado entre a Oncoclínicas, com a interveniência das Controladas titulares das ações ou quotas alienadas fiduciariamente e das respectivas sociedades emissoras, e o Agente Fiduciário das Debêntures Modalidade 1, na qualidade de representante dos Credores Apoiadores Modalidade 1, substancialmente na forma do **Anexo D** deste Plano. Não serão partes desse instrumento, a qualquer título, os titulares da Série A das Debêntures da Opção A, os Credores Abrangidos que optarem pela Opção B – Credores Abrangidos ou a NewCo, cujos direitos sobre as mesmas ações e quotas são regulados exclusivamente pela Alienação Fiduciária de Ações sob Condição Suspensiva.

Mauricio Leonardo Hasson Carlos Gil Moreira Ferrei

Clicksign 52a442b3-eceb-4572-9f27-e6c77180c735

1.2.5 "Alienação Fiduciária de Ações sob Condição Suspensiva": significa a alienação fiduciária irrevogável e irretratável, pela Oncoclínicas e pelas Controladas titulares, das mesmas ações, quotas e demais participações societárias objeto da Alienação Fiduciária de Ações, inclusive as que venham a integrá-la, a ser constituída em garantia (i) das obrigações de pagamento representadas pela Série A das Debêntures da Opção A; e (ii) da parcela correspondente a 70% (setenta por cento) do Valor do Pagamento por Não Conversão devida aos Credores Abrangidos que optarem pela Opção B – Credores Abrangidos, nos termos da Cláusula 6.3.6.2.2, em igualdade de condições e pari passu entre os beneficiários indicados nos itens "(i)" e "(ii)", e cuja eficácia fica subordinada, nos termos dos artigos 121 e 125 do Código Civil, à condição suspensiva consistente na quitação integral das obrigações garantidas pela Alienação Fiduciária de Ações e na consequente extinção desta. Enquanto não implementada a condição suspensiva, a Alienação Fiduciária de Ações sob Condição Suspensiva não confere a seus beneficiários a propriedade fiduciária, a posse indireta ou qualquer outro direito sobre as ações e quotas, nem limita, condiciona, retarda ou de qualquer forma interfere na constituição, na manutenção, na prioridade ou na excussão da Alienação Fiduciária de Ações pelos Credores Apoiadores Modalidade 1, assegurando-se aos seus beneficiários apenas a prática dos atos destinados à conservação do direito eventual, nos termos do artigo 130 do Código Civil, inclusive o registro e a averbação do respectivo instrumento com a indicação expressa da condição suspensiva. Excutida, total ou parcialmente, a Alienação Fiduciária de Ações, a Alienação Fiduciária de Ações sob Condição Suspensiva extinguir-se-á em relação às ações e quotas excutidas, que serão transferidas ao adquirente livres de qualquer ônus, destinando-se o eventual saldo do produto da excussão na forma da Cláusula 9.2. A Alienação Fiduciária de Ações sob Condição Suspensiva será formalizada por meio de instrumento próprio e autônomo em relação ao **Anexo D**, a ser celebrado entre a Oncoclínicas, com a interveniência das Controladas titulares das ações ou quotas e das respectivas sociedades emissoras, e o agente fiduciário das Debêntures da Opção A, na qualidade de representante dos titulares da Série A, e os Credores Abrangidos que optarem pela Opção B – Credores Abrangidos (ou a NewCo, conforme o caso), substancialmente na forma do **Anexo E** deste Plano.

1.2.6 "Assessores dos Credores": tem o significado atribuído na Cláusula 4.6 deste Plano.

1.2.7 "Assessores Jurídicos e Financeiros": significa, exclusivamente, (a) Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 67.003.673/0001-76, Alameda Joaquim Eugênio de Lima, nº 447, Jardim Paulista, São Paulo - SP, CEP 01403-001; (b) JC Associados Consultoria e Assessoria

Mauricio Leonardo Hasson Carlos Gil Moreira Ferrei

Clicksign 52a442b3-eceb-4572-9f27-e6c77180c735

Empresarial Ltda, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 29.699.086/0001-74, Condomínio Edifício Capital Center - R. Olimpíadas, 66 - Conjunto 51 - Vila Olímpia, São Paulo - SP, 04551-000; e (c) Luiz Fabiano Saragiotto, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 22.048.038-2 - SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 257.647.428-46, endereço eletrônico fabiano.saragiotto@journeycapital.com.br, com endereço profissional na Rua das Olimpiadas, nº 66, Cj. 51, Vila Olimpia, São Paulo/SP, CEP 04551-000, na qualidade de assessor financeiro. Para fins deste Plano, a expressão não abrange quaisquer outros assessores jurídicos, financeiros ou de qualquer outra natureza, ainda que contratados pelas Recuperandas, por quaisquer Credores ou por terceiros no âmbito da Recuperação Judicial.

1.2.8 "Ativos": significa os bens, direitos e ativos de titularidade das Recuperandas ou de sociedades por elas controladas, listados no Anexo **G** deste Plano – excetuadas as Debêntures da Opção B –, a serem integralizados na NewCo ou transferidos diretamente aos Credores Abrangidos, nos termos da Cláusula 6.3.5.1, para fins da Opção B – Credores Abrangidos, nos termos da Cláusula 6.3 do Plano.

1.2.9 "Ativos Core": significa os bens, direitos, participações societárias e demais ativos do Grupo Oncoclínicas relacionados no **Anexo K** deste Plano.

1.2.10 "Ativos Não Core": significa os bens, direitos, participações societárias e demais ativos do Grupo Oncoclínicas relacionados no **Anexo L** deste Plano, cuja alienação observará o disposto nas Cláusulas 9.3 e 9.4 deste Plano.

1.2.11 "Ativos Relevantes": significa quaisquer bens, direitos, participações societárias, unidades operacionais ou outros bens do Grupo Oncoclínicas registrados no seu respectivo ativo não circulante, cuja alienação, cessão, transferência ou oneração, isolada ou conjuntamente, possa afetar de forma relevante as atividades, o valor ou a capacidade de pagamento do Grupo Oncoclínicas, incluindo qualquer ativo cujo valor agregado exceda R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) por exercício social.

1.2.12 "B3": significa a B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

1.2.13 "Caixa Mínimo": tem o significado atribuído na Cláusula 9.5 deste Plano.

1.2.14 "Certificados de Recebíveis Imobiliários": são os créditos representados pelos certificados de recebíveis imobiliários da 54ª e 232ª Emissão da Securitizadora, lastreados em debêntures de emissão da Oncoclínicas.

Mauricio Leonardo Hasson Carlos Gil Moreira Ferrei

Clicksign 52a442b3-eceb-4572-9f27-e6c77180c735

1.2.15 "CDI": tem o significado atribuído na Cláusula 6.3.6.1 deste Plano.

1.2.16 "Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Contas Vinculadas": significa a cessão fiduciária irrevogável e irretratável (i) dos direitos creditórios, presentes e futuros, de titularidade das Recuperandas e, eventualmente, de outras sociedades de seu grupo econômico, decorrentes de contratos com operadoras de planos de saúde, hospitais e/ou seguradoras; e (ii) dos direitos sobre as contas vinculadas nas quais tais direitos creditórios serão obrigatoriamente depositados, inclusive sobre os recursos nelas depositados a qualquer tempo, a ser constituída, quando aplicável nos termos da Cláusula 7.1 deste Plano, em garantia exclusiva das obrigações de pagamento decorrentes de novos fornecimentos de bens ou novas prestações de serviços pelo Credor Apoiador Modalidade 1, como condição para a concessão do prazo de pagamento previsto no item "(ii)" da Cláusula 7.1 deste Plano, observado o Índice Mínimo de Cobertura. A Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Contas Vinculadas será formalizada por meio de instrumento(s) a serem celebrados entre a Oncoclínicas e outras sociedades de seu grupo econômico e os respectivos Credores Apoiadores Modalidade 1, substancialmente na forma do **Anexo F** deste Plano.

1.2.17 "Cessão Fiduciária Direito de Regresso": significa a cessão fiduciária irrevogável e irretratável, pela Oncoclínicas, a ser constituída em garantia das obrigações de pagamento representadas pelas Debêntures Modalidade 1, (i) da totalidade dos Créditos de Regresso, presentes e futuros, de que a Oncoclínicas seja ou venha a ser titular em face de cada uma das demais Recuperandas, nos termos da Cláusula 5.1.1 deste Plano; e (ii) da totalidade dos direitos sobre a conta vinculada de titularidade da Oncoclínicas na qual deverão ser depositados os pagamentos devidos pelas demais Recuperandas à Oncoclínicas. A Cessão Fiduciária Direito de Regresso será formalizada por meio de instrumento a ser celebrado entre a Oncoclínicas e o Agente Fiduciário das Debêntures Modalidade 1, na qualidade de representante dos Credores Apoiadores Modalidade 1, com a interveniência das demais Recuperandas, substancialmente na forma do **Anexo J** deste Plano.

1.2.18 "Código Civil": significa a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada.

1.2.19 "Comitê de Credores": tem o significado atribuído na Cláusula 10.1 deste Plano.

1.2.20 "Condições Suspensivas": tem o significado atribuído na Cláusula **Erro! Fonte de referência não encontrada.** deste Plano.

Mauricio Leonardo Hasson Carlos Gil Moreira Ferrei

Clicksign 52a442b3-eceb-4572-9f27-e6c77180c735

1.2.21 "Condições de Parceria": tem o significado atribuído na Cláusula 7.1.

1.2.22 "Controladas": significa as sociedades controladas, direta ou indiretamente, por qualquer das Recuperandas, nos termos do artigo 243, §2º, da Lei das S.A. e do artigo 1.098 do Código Civil, que não integrem o polo ativo da Recuperação Extrajudicial.

1.2.23 "Covenants Financeiros": tem o significado atribuído na Cláusula 4.6 deste Plano.

1.2.24 "Créditos Abrangidos": são os créditos de natureza quirografária (art. 83, VI, da LRF) devidos por quaisquer Recuperandas e existentes na Data do Pedido, na forma dos artigos 163, §1º, e 83, VI, da LRF, observado o disposto na Cláusula 3.1 deste Plano.

1.2.25 "Créditos de Regresso": tem o significado atribuído na Cláusula 5.1.1 deste Plano.

1.2.26 "Créditos Intercompany": tem o significado atribuído na Cláusula 3.2 deste Plano.

1.2.27 "Créditos Novos 90 Dias": significa os créditos de titularidade dos Credores Apoiadores Modalidade 1 decorrentes do fornecimento de bens ou da prestação de serviços essenciais às Recuperandas e a entidades do seu grupo econômico contratados a partir da Data de Apresentação e durante o Período de Parceria, desde que com observância do prazo de pagamento previsto no item "(ii)" da Cláusula 7.1 deste Plano, contado da data de cada respectivo faturamento, e da garantia prevista no item "(iv)" da Cláusula 7.1.1 deste Plano.

1.2.28 "Credores Abrangidos": são os credores detentores de Créditos Abrangidos, sejam eles Credores Signatários ou Credores Não Signatários, e seus cessionários ou sucessores a qualquer título.

1.2.29 "Credores Apoiadores": significa os Credores Apoiadores Modalidade 1 e/ou os Credores Apoiadores Modalidade 2, conforme aplicável.

1.2.30 "Credores Apoiadores Modalidade 1": tem o significado atribuído na Cláusula 7.1 deste Plano.

Mauricio Leonardo Hasson Carlos Gil Moreira Ferrei

Clicksign 52a442b3-eceb-4572-9f27-e6c77180c735

1.2.31 "Credores Apoiadores Modalidade 2": tem o significado atribuído na Cláusula 7.2 deste Plano.

1.2.32 "Credores Não Signatários": são os Credores Abrangidos que não aderiram expressamente ao presente Plano, mas que ficam obrigados pelo disposto neste Plano, nos termos do artigo 163 da LRF.

1.2.33 "Credores Signatários": são os Credores Abrangidos que aderirem ao Plano até a Data de Apresentação ou em data posterior, conforme os termos e prazos previstos neste Plano, por meio da assinatura do Termo de Adesão.

1.2.34 "Data da Impossibilidade": tem o significado atribuído na Cláusula 6.3.6.3.1 deste Plano.

1.2.35 "Data da Não Conversão": tem o significado atribuído na Cláusula 6.3.6.2 deste Plano.

1.2.36 "Data de Apuração": tem o significado atribuído na Cláusula 9.1 deste Plano.

1.2.37 "Data de Apresentação": significa a data em que esta versão do Plano for protocolada pelas Recuperandas nos autos da Recuperação Extrajudicial.

1.2.38 "Data de Emissão das Debêntures Opção D": tem o significado atribuído no item "(i)" da Cláusula 6.5.1 deste Plano.

1.2.39 "Data de Emissão das Debêntures Série A": tem o significado atribuído no item "(i)" da Cláusula 6.2.1 deste Plano.

1.2.40 "Data de Emissão das Debêntures Série B": tem o significado atribuído no item "(i)" da Cláusula 6.2.2 deste Plano.

1.2.41 "Data de Eficácia": significa a data em que as Condições Suspensivas forem verificadas e, consequentemente, os termos e condições sujeitos às Condições Suspensivas, nos termos da Cláusula **Erro! Fonte de referência não encontrada.** deste Plano, passarem a ser plenamente eficazes.

1.2.42 "Data de Pagamento": tem o significado atribuído na Cláusula 6.3.6.3.4 deste Plano.

Clicksign 52a442b3-eceb-4572-9f27-e6c77180c735

1.2.43 "Data de Pagamento da Remuneração da Série A": tem o significado atribuído no item "(iii)" da Cláusula 6.2.1 deste Plano.

1.2.44 "Data de Referência": significa 1º de novembro de 2026, data a partir da qual são contados determinados prazos de carência e cronogramas de amortização previstos neste Plano, conforme aplicável, independentemente da data em que ocorrer a Homologação do Plano.

1.2.45 "Data de Solicitação": tem o significado atribuído na Cláusula 6.3.6.3.2 deste Plano.

1.2.46 "Data do Pedido": é a data do ajuizamento do pedido de Homologação do Plano perante o Juízo da Recuperação Extrajudicial.

1.2.47 "Debêntures": significa, em conjunto, as debêntures a serem emitidas no âmbito da Opção A – Credores Abrangidos, da Opção B – Credores Abrangidos, da Opção C – Credores Abrangidos e da Opção D – Credores Abrangidos e as debêntures a serem emitidas aos Credores Apoiadores Modalidade 1, nos termos deste Plano.

1.2.48 "Debêntures da Opção A": tem o significado atribuído na Cláusula 6.2 deste Plano.

1.2.49 "Debêntures da Opção B": tem o significado atribuído na Cláusula 6.3 deste Plano.

1.2.50 "Debêntures da Opção C": tem o significado atribuído na Cláusula 6.4 deste Plano.

1.2.51 "Debêntures da Opção D": tem o significado atribuído na Cláusula 6.5 deste Plano.

1.2.52 "Debêntures Modalidade 1": tem o significado atribuído na Cláusula 7.1.1 deste Plano.

1.2.53 "Demonstrativo de Quórum": tem o significado atribuído na Cláusula 3.3 deste Plano.

1.2.54 "Desconto Reenquadramento": tem o significado atribuído na Cláusula 7.1.2.1 deste Plano.

Mauricio Leonardo Hasson Carlos Gil Moreira Ferrei

Clicksign 52a442b3-eceb-4572-9f27-e6c77180c735

1.2.55 "Dia Útil": significa qualquer dia que não um sábado, domingo ou qualquer outro dia em que as instituições bancárias no município de São Paulo, Estado de São Paulo, não funcionem ou estejam autorizadas a não funcionar.

1.2.56 "Distribuição Permitida": tem o significado atribuído na Cláusula 4.5.3 deste Plano.

1.2.57 "Divisão Pro Rata": significa que, quando o Plano estabelecer, para qualquer fim, que um cálculo será feito de maneira pro rata aos créditos de um Credor Abrangido, tal cálculo será feito com base na proporção entre o valor do Crédito Abrangido do Credor Abrangido e o valor do total dos Créditos Abrangidos dos Credores Abrangidos especificamente determinados para aquele cálculo nos termos deste Plano.

1.2.58 "Eleição": tem o significado atribuído na Cláusula 6.1.

1.2.59 "Eventos de Inadimplemento": tem o significado atribuído na Cláusula 14.1 deste Plano.

1.2.60 "Excedente de Caixa Mínimo": tem o significado atribuído na Cláusula 9.6 deste Plano.

1.2.61 "Grupo Oncoclínicas" ou "Recuperandas": tem o significado atribuído no preâmbulo deste Plano.

1.2.62 "Homologação do Plano": significa a decisão judicial que homologar o Plano, nos termos do §5º do art. 164 e, em relação aos Credores Não Signatários, conforme art. 165 da LRF. Para efeitos deste Plano, considera-se que a Homologação do Plano ocorre na data da publicação da referida decisão na imprensa oficial do Estado de São Paulo.

1.2.63 "Índice Mínimo de Cobertura": significa a relação mínima, a ser observada durante toda a vigência da Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Contas Vinculadas, segundo a qual a soma (i) do saldo dos direitos creditórios cedidos, faturados e vincendos; e (ii) do saldo depositado nas contas vinculadas objeto da Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Contas Vinculadas deve ser sempre igual ou superior a 2 (duas) vezes o saldo devedor em aberto dos Créditos Novos 90 Dias, bem como dos respectivos encargos, juros e despesas, do respectivo Credor Apoiador Modalidade 1, ou seja, R$ 2,00 (dois reais) em garantia para cada R$ 1,00 (um real) de crédito garantido, apurada nos termos do respectivo instrumento.

Mauricio Leonardo Hasson Carlos Gil Moreira Ferrei

Clicksign 52a442b3-eceb-4572-9f27-e6c77180c735

1.2.64 "Instrumentos Definitivos": tem o significado atribuído na Cláusula 6.3.13 deste Plano.

1.2.65 "Investimentos Restritos": tem o significado atribuído na Cláusula

1.2.66 "Juízo da Recuperação Extrajudicial": significa o juízo da 3ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central Cível da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo.

1.2.67 "Lei" ou "Lei Aplicável": significa qualquer lei federal, estadual ou municipal brasileira ou qualquer lei estrangeira (neste caso, lei escrita, a common law ou qualquer outra lei), constituição, tratado, convenção, portaria, código, regra, estatuto, decreto, regulamento, decisão, deliberação, instrução ou qualquer outra exigência editada, emitida, adotada, promulgada, posta em vigor ou aplicada por uma autoridade governamental brasileira ou estrangeira.

1.2.68 "Lei das S.A.": significa a Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.

1.2.69 "Liquidação em Dinheiro Não Voluntária": tem o significado atribuído na Cláusula 6.3.6.3 deste Plano.

1.2.70 "Liquidação em Dinheiro Voluntária": tem o significado atribuído na Cláusula 6.3.6.2 deste Plano.

1.2.71 "Lista de Credores": significa a relação nominal de credores retificada, apresentada pelas Recuperandas nos autos da Recuperação Extrajudicial em 02/10/2026 (Evento 455, Documentação 2), em substituição à relação anteriormente apresentada (Evento 194, Documentação 2), nos termos do artigo 163, §6º, III, da LRF, conforme venha a ser posteriormente retificada na forma da Cláusula 3.1.1 deste Plano.

1.2.72 "LRF": significa a Lei Federal nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, conforme alterada.

1.2.73 "Mudança de Controle": tem o significado atribuído na Cláusula 4.7 deste Plano.

1.2.74 "Não Homologação": tem o significa atribuído na Cláusula **Erro! Fonte de referência não encontrada.** deste Plano.

Mauricio Leonardo Hasson Carlos Gil Moreira Ferrei

Clicksign 52a442b3-eceb-4572-9f27-e6c77180c735

1.2.75 "NewCo": significa a sociedade a ser constituída pelas Recuperandas, sob a forma de sociedade empresária limitada ou de sociedade por ações, a critério das Recuperandas, para fins da Opção B – Credores Abrangidos, nos termos da Cláusula 6.3 e que, após a transferência das Participações da NewCo aos Credores Abrangidos, subscreverá e integralizará as Debêntures da Opção B, nos termos da Cláusula 6.3.6.6.

1.2.76 "Novos Financiamentos": tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 4.3 deste Plano.

1.2.77 "Oncoclínicas": tem o significado atribuído no preâmbulo deste Plano.

1.2.78 "Opção A – Credores Abrangidos": tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 6.2 deste Plano.

1.2.79 "Opção B – Credores Abrangidos": tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 6.3 deste Plano.

1.2.80 "Opção C – Credores Abrangidos": tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 6.4 deste Plano.

1.2.81 "Opção D – Credores Abrangidos": tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 6.5 deste Plano.

1.2.82 "Opção de Capitalização": tem o significado atribuído no item "

1.2.83 "Opção de Pagamento": significa cada uma das alternativas de reestruturação e pagamento dos Créditos Abrangidos, quais sejam, a Opção A, a Opção B, a Opção C e a Opção D.

1.2.84 "Pagamento Antecipado Facultativo": tem o significado atribuído na Cláusula 11.6 deste Plano.

1.2.85 "Pagamento Equivalente": tem o significado atribuído na Cláusula 4.5.3.1 deste Plano.

1.2.86 "Pagamento por Não Conversão": tem o significado atribuído na Cláusula 6.3.6.2 deste Plano.

Mauricio Leonardo Hasson Carlos Gil Moreira Ferrei

Clicksign 52a442b3-eceb-4572-9f27-e6c77180c735

1.2.87 "Pagamento Substitutivo": tem o significado atribuído na Cláusula 6.3.1 deste Plano.

1.2.88 "Parcela Debêntures": tem o significado atribuído na Cláusula 6.3.1 deste Plano.

1.2.89 "Parcela NewCo": tem o significado atribuído na Cláusula 6.3.1 deste Plano.

1.2.90 "Partes Relacionadas": significa, em relação a qualquer das Recuperandas: (i) as demais Recuperandas e quaisquer sociedades controladoras, controladas, coligadas ou sob controle comum, direto ou indireto, de qualquer das Recuperandas; (ii) os acionistas ou sócios, diretos ou indiretos, das Recuperandas e das sociedades indicadas no item (i); (iii) os administradores, diretores, conselheiros e membros de comitês das Recuperandas e das sociedades indicadas no item (i), atuais ou que tenham ocupado tais cargos nos 2 (dois) anos anteriores à Data do Pedido; (iv) o cônjuge, companheiro, ascendentes, descendentes, colaterais e parentes por afinidade até o 3º (terceiro) grau de qualquer das pessoas físicas indicadas nos itens (ii) e (iii); e (v) qualquer sociedade, fundo de investimento ou outro veículo, constituído em qualquer jurisdição, que seja controlado por qualquer das Pessoas indicadas nos itens (ii) a (iv), e/ou no qual tais Pessoas detenham, isolada ou conjuntamente, 10% (dez por cento) ou mais do capital votante das Recuperandas.

1.2.91 "Participações da NewCo": significa as quotas ou as ações, conforme o tipo societário adotado, representativas do capital social da NewCo.

1.2.92 "Período da Capitalização": tem o significado atribuído no item "(iv)" da Cláusula 6.2.1 deste Plano.

1.2.93 "Período de Carência Modalidade 1": tem o significado atribuído no item "(i)" da Cláusula 7.1.1 deste Plano.

1.2.94 "Período de Pagamento da Remuneração": tem o significado atribuído no item "(iii)" da Cláusula 6.2.1 deste Plano.

1.2.95 "Período de Parceria": significa o período compreendido entre a Homologação do Plano e a quitação integral das Debêntures Modalidade 1, nos termos da Cláusula 7.1 deste Plano.

Mauricio Leonardo Hasson Carlos Gil Moreira Ferrei

Clicksign 52a442b3-eceb-4572-9f27-e6c77180c735

1.2.96 "Período de Restrição": tem o significado atribuído na Cláusula 4.5.4 deste Plano.

1.2.97 "Período Intermediário": significa o período compreendido entre a Data de Apresentação, inclusive, e a Homologação do Plano ou a Não Homologação, o que ocorrer primeiro, nos termos da Cláusula **Erro! Fonte de referência não encontrada.** deste Plano.

1.2.98 "Pessoa": significa qualquer indivíduo, sociedade, sociedades em parceria, *joint venture*, *trust*, associação, fundação, organização, entidade governamental ou outra entidade de qualquer tipo ou natureza.

1.2.99 "Plano": tem o significado que lhe é atribuído no preâmbulo deste Plano.

1.2.100 "Plano Original": significa o plano de recuperação extrajudicial apresentado nos autos da Recuperação Extrajudicial em 13/07/2026.

1.2.101 "Prazo de Eleição": tem o significado atribuído na Cláusula 6.1 deste Plano.

1.2.102 "Prazo de Monitoramento": significa o período entre a Homologação do Plano e a quitação das Debêntures Modalidade 1, das Debêntures da Opção A e das Debêntures da Opção B.

1.2.103 "Prazo Limite": tem o significado atribuído na Cláusula **Erro! Fonte de referência não encontrada.** deste Plano.

1.2.104 "Preço de Conversão": tem o significado atribuído na Cláusula 6.3.6.1 deste Plano.

1.2.105 "Prêmio de Capitalização": tem o significado atribuído no item "(vi)" da Cláusula 6.2.1 deste Plano.

1.2.106 "Recuperação Extrajudicial": significa o processo de recuperação extrajudicial nº 4126842-40.2026.8.26.0100, em trâmite perante a 3ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central Cível da Comarca de São Paulo/SP.

1.2.107 "Remuneração da Série A": tem o significado atribuído no item "(ii)" da Cláusula 6.2.1 deste Plano.

Mauricio Leonardo Hasson Carlos Gil Moreira Ferrei

Clicksign 52a442b3-eceb-4572-9f27-e6c77180c735

1.2.108 "Remuneração do Pagamento por Não Conversão": tem o significado atribuído na Cláusula 6.3.6.2.1 deste Plano.

1.2.109 "Remuneração do Período Intermediário": tem o significado atribuído na Cláusula **Erro! Fonte de referência não encontrada.** deste Plano.

1.2.110 "Reorganização Societária": tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 4.1 deste Plano.

1.2.111 "Securitizadora": significa a Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22, na qualidade de sucessora legal por incorporação de acervo cindido da True Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 12.130.744/0001-00.

1.2.112 "Série A": tem o significado atribuído na Cláusula 6.2.1 deste Plano.

1.2.113 "Série B": tem o significado atribuído na Cláusula 6.2.2 deste Plano.

1.2.114 "Termo de Adesão": é o documento disponibilizado aos Credores Abrangidos, conforme modelo constante do **Anexo B** deste Plano, cuja assinatura formaliza a adesão do Credor Abrangido ao Plano, o qual, a partir de então, torna-se Credor Signatário, nos termos do artigo 161, §5º, da LRF, e no qual o Credor Abrangido indicará e formalizará, no ato da adesão e em caráter irrevogável e irretratável, a Opção de Pagamento ou a modalidade de Credor Apoiador por ele escolhida, nos termos da Cláusula **Erro! Fonte de referência não encontrada.** deste Plano.

1.2.115 "Termo de Eleição": significa o documento por meio do qual o Credor Abrangido que não tenha formalizado sua escolha no Termo de Adesão elege a Opção de Pagamento aplicável à totalidade de seu Crédito Abrangido, conforme modelo constante do **Anexo A** deste Plano.

1.2.116 "Teto de Exposição": tem o significado atribuído na Cláusula 7.1 deste Plano.

1.2.117 "Valor de Emissão da Série A": tem o significado atribuído no item "(i)" da Cláusula 6.2.1 deste Plano.

Mauricio Leonardo Hasson Carlos Gil Moreira Ferrei

Clicksign 52a442b3-eceb-4572-9f27-e6c77180c735

1.2.118 "Valor de Referência dos Ativos": tem o significado atribuído na Cláusula 6.3.2 deste Plano.

1.2.119 "Valor do Pagamento por Não Conversão": tem o significado atribuído na Cláusula 6.3.6.2 deste Plano.

1.2.120 "Valor Nominal Atualizado da Série A": tem o significado atribuído no item "(ii)" da Cláusula 6.2.1 deste Plano.

1.2.121 "Valores Relacionados aos Ativos": tem o significado atribuído na Cláusula 6.3.4 deste Plano.

1.3 **Prazos**. Todos os prazos previstos neste Plano serão contados na forma determinada no artigo 132 do Código Civil, desconsiderando-se o dia do começo e incluindo-se o dia do vencimento, observado, ainda, que:

(a) todos os prazos estabelecidos neste Plano serão contados em dias corridos, salvo se expressamente estabelecido neste Plano que serão contados em Dias Úteis;

(b) os prazos (sejam contados em Dias Úteis ou dias corridos) cujo termo final caia em um dia que não seja um Dia Útil serão automaticamente prorrogados para o Dia Útil imediatamente posterior;

(c) os prazos serão computados de forma que a data de início do prazo seja sempre um Dia Útil;

(d) os prazos de meses e anos expiram, exceto se disposto de forma diversa neste Plano, no dia de igual número do de início ou no imediato, caso falte exata correspondência, observada a regra da alínea "(b)" acima;

(e) os prazos cujo cumprimento exija o envio de documento por e-mail ou por meio de correspondência física serão considerados cumpridos de acordo com a data e hora em que efetivamente enviados, independentemente da data e hora em que recebidos, valendo o aviso de entrega como prova de entrega e recebimento.

PARTE II – DO OBJETIVO DESTE PLANO

2. OBJETIVO DESTE PLANO

2.1 **Objetivo**. O presente Plano visa à superação da crise financeira do Grupo Oncoclínicas e tem como objetivos: ***(i)*** a preservação da atividade empresarial do Grupo

Mauricio Leonardo Hasson Carlos Gil Moreira Ferrei

Clicksign 52a442b3-eceb-4572-9f27-e6c77180c735

Oncoclínicas; ***(ii)*** a reestruturação dos Créditos Abrangidos; ***(iii)*** a manutenção de sua posição no mercado, enquanto fonte geradora de tributos, empregos e riqueza para a economia nacional; ***(iv)*** a garantia de condições isonômicas e vantajosas para o pagamento de todos os Credores Abrangidos; e ***(v)*** a proteção e preservação das cadeias de fornecimento.

2.2 **Razões da crise**. Desde 2010, o Grupo Oncoclínicas vem se consolidando como um dos maiores e mais respeitados grupos de oncologia, hematologia e radioterapia da América Latina, com atuação em 12 dos principais estados brasileiros e mais de 70 unidades, o que evidencia sua relevância para o sistema de saúde nacional e para as comunidades em que atua. Não obstante sua solidez operacional, as Recuperandas vêm, desde 2025, adotando medidas para redução de alavancagem e melhoria do fluxo de caixa, incluindo a descontinuidade de operações de capital intensivo, a priorização de fontes pagadoras de maior solidez financeira e a racionalização de custos. Ainda assim, os vencimentos de curto prazo de obrigações financeiras impõem a necessidade de readequação da estrutura de capital das Recuperandas, de modo a compatibilizar seu endividamento com a efetiva capacidade de geração de caixa e assegurar a sustentabilidade de suas operações. Nesse contexto, as Recuperandas vêm mantendo tratativas com seus credores para a renegociação de seu passivo e a implementação de alternativas viáveis de reestruturação. Essas são, em síntese, as razões que justificam a Recuperação Extrajudicial, cujo Plano permitirá o equacionamento do passivo e a reestruturação necessária para a preservação das atividades das Recuperandas.

PARTE III – ABRANGÊNCIA E VINCULAÇÃO DOS CRÉDITOS ABRANGIDOS

3. ABRANGÊNCIA E VINCULAÇÃO DOS CRÉDITOS ABRANGIDOS

3.1 **Créditos Abrangidos**. Estão sujeitos a este Plano todos os Créditos Abrangidos, assim entendidos os créditos de natureza quirografária (art. 83, VI, da LRF) existentes na Data do Pedido, ainda que não vencidos, nos termos do art. 163, §1º, da LRF, independentemente de constarem da Lista de Credores. O valor total dos Créditos Abrangidos na Data do Pedido é de R$ 7.627.873.996,08, conforme a Lista de Credores, dos quais R$ 1.920.903.417,20 correspondem a Créditos Intercompany.

3.1.1 A Lista de Credores tem natureza declaratória. A omissão ou a indicação incorreta de um Crédito Abrangido não afasta sua sujeição a este Plano. As Recuperandas poderão retificar a Lista de Credores nos autos da Recuperação Extrajudicial até a Homologação do Plano, desde que a retificação seja aprovada por todos os Credores Signatários, hipótese em que o Demonstrativo de Quórum será atualizado.

Mauricio Leonardo Hasson Carlos Gil Moreira Ferrei

Clicksign 52a442b3-eceb-4572-9f27-e6c77180c735

3.2 Observado o disposto na Cláusula 15.1 deste Plano, os créditos detidos contra as Recuperandas por sociedades integrantes do Grupo Oncoclínicas e pelas demais pessoas indicadas no art. 43 da LRF ("Créditos Intercompany") são Créditos Abrangidos e ficam sujeitos e vinculados a este Plano, mas não são computados, para nenhum efeito, na apuração do quórum de que trata o caput do art. 163 da LRF, nos termos do art. 163, §3º, II, da LRF.

3.3 **Quórum de Homologação**. Os Credores Signatários que assinaram Termo de Adesão até a Data de Apresentação deste Plano são titulares, em conjunto, de Créditos Abrangidos cujo valor, somado, corresponde a [•]% do total dos Créditos Abrangidos, excluídos os Créditos Intercompany – percentual superior à metade dos créditos da espécie abrangida, atendido, portanto, o quórum previsto no *caput* do art. 163 da LRF – , conforme o demonstrativo constante do Anexo C deste Plano ("Demonstrativo de Quórum").

3.3.1 Para fins exclusivos de apuração do quórum: (i) consideraram-se os valores dos Créditos Abrangidos na Data do Pedido, conforme a Lista de Credores; (ii) os Créditos Abrangidos em moeda estrangeira foram convertidos em moeda nacional pela taxa PTAX de venda divulgada pelo Banco Central do Brasil da véspera da data de assinatura deste Plano (art. 163, §3º, I, da LRF); (iii) não foram computados os Créditos Intercompany (Cláusula 3.2 deste Plano); e (iv) não foram considerados créditos não sujeitos a este Plano (art. 163, §2º, da LRF).

3.3.2 O Demonstrativo de Quórum indica o percentual de adesão apurado sobre o total consolidado dos Créditos Abrangidos e, adicionalmente, em relação a cada uma das Recuperandas, considerados os Créditos Abrangidos de que cada uma é devedora ou coobrigada.

3.3.3 Apenas os Termos de Adesão firmados em relação a este Plano são computados para fins de quórum. Os termos de adesão ao Plano Original não produzem efeitos em relação a este Plano, devendo os respectivos credores, caso com ele concordem, firmar novo Termo de Adesão.

3.3.4 **Adesões Posteriores**. Os Credores Não Signatários poderão, a qualquer tempo até a Homologação do Plano, aderir a este Plano mediante assinatura do Termo de Adesão, no qual deverão indicar e formalizar a sua escolha de Opção de Pagamento ou de modalidade de Credor Apoiador, nos termos da Cláusula **Erro! Fonte de referência não encontrada.**, tornando-se Credores Signatários para todos os fins. As adesões posteriores à Data de Apresentação

Clicksign 52a442b3-eceb-4572-9f27-e6c77180c735

serão comunicadas ao Juízo da Recuperação Extrajudicial e passarão a integrar o Demonstrativo de Quórum, sem prejuízo do quórum já atingido.

3.4 **Vinculação dos Credores Signatários**. Os Credores Signatários manifestam, pela assinatura do Termo de Adesão, sua anuência irrevogável e irretratável aos termos deste Plano, ao qual ficam vinculados desde a assinatura, não lhes sendo lícito desistir da adesão após a distribuição do pedido de homologação, salvo com a anuência expressa dos demais Credores Signatários (art. 161, §5º, da LRF). Os Créditos Abrangidos dos Credores Signatários serão novados com a Homologação do Plano, sujeito à verificação das Condições Suspensivas, nos termos deste Plano, exceto em relação (i) aos Credores Signatários pré-alocados como Credores Apoiadores Modalidade 1, cujos Créditos Abrangidos serão novados de forma definitiva com a Homologação do Plano, independentemente das Condições Suspensivas, nos termos da Cláusula **Erro! Fonte de referência não encontrada.**; e (ii) aos Credores Abrangidos que optarem pela Opção B – Credores Abrangidos para pagamento dos seus respectivos Créditos Abrangidos, observada a Cláusula 6.3.1.1.

3.5 **Vinculação dos Credores Não Signatários**. A partir da Homologação do Plano, sujeito à verificação das Condições Suspensivas, todos os Credores Não Signatários – inclusive os que não constem da Lista de Credores – ficam vinculados a este Plano, nos termos do art. 163, *caput* e §1º, da LRF, e seus Créditos Abrangidos serão considerados novados para todos os fins de direito, ressalvado o disposto nas Cláusulas 6.3.1.1 e 11.1.1.

3.6 **Consolidação Substancial Voluntária**. Será aplicada a consolidação substancial dos ativos e passivos das Recuperandas como um meio voluntário de recuperação das Recuperandas perante os Credores Abrangidos, que não se confunde com a consolidação substancial obrigatória de que trata o artigo 69-J da LRF.

3.7 **Suspensão**. Aplica-se, desde a Data do Pedido e exclusivamente em relação aos Créditos Abrangidos, a suspensão de que trata o art. 6º da LRF, nos termos do art. 163, §8º, da LRF, ressalvado o ajuizamento e o prosseguimento de ações, arbitragens, recursos e liquidações destinados a determinar existência, titularidade e valor da parcela controversa.

PARTE IV – MEDIDAS DE REESTRUTURAÇÃO

4. MEDIDAS DE REESTRUTURAÇÃO

4.1 **Reorganizações**. O Grupo Oncoclínicas estará autorizado a realizar operações de transferência de ativos ou de reorganização societária necessárias para implementação

Mauricio Leonardo Hasson Carlos Gil Moreira Ferrei

Clicksign 52a442b3-eceb-4572-9f27-e6c77180c735

deste Plano, incluindo, mas não se limitando, a reorganizações voltadas a fusões, incorporações, cisões, transformações, liquidação, constituições de novas sociedades, contribuição em aumento de capital, ou promover transferências patrimoniais e de obrigações dentro do Grupo Oncoclínicas, desde que observados os limites deste Plano, especialmente a Cláusula 12.7 deste Plano, e a legislação específica pertinente ("Reorganização Societária").

4.2 Manutenção Ordinária das Atividades. Sujeito às limitações deste Plano, especialmente aquelas previstas na Cláusula 4.5 abaixo, o Grupo Oncoclínicas reserva-se o direito e a faculdade de desenvolver suas atividades e de realizar todos os atos consistentes com seu objeto social, dentro do curso normal dos seus negócios, inclusive no que tange à renovação, pagamento ou contratação de novos contratos e relações comerciais, sejam com novas ou atuais contrapartes, desde que em condições comerciais normais de mercado, podendo, ainda, a qualquer tempo e independentemente de prévia autorização dos Credores Abrangidos ou do Juízo da Recuperação Extrajudicial, realizar os atos de administração e disposição de bens e direitos necessários ao desenvolvimento de suas atividades, observado o disposto na Cláusula 4.5 abaixo. As Recuperandas operam suas atividades com o caixa das empresas de modo integrado, de forma a otimizar a gestão operacional e gerencial do Grupo Oncoclínicas, razão pela qual os recursos de uma empresa podem ser transferidos à outra no curso normal de seus negócios, observadas, em qualquer caso, as disposições deste Plano.

4.3 Novos Financiamentos. Sujeito às limitações deste Plano, as Recuperandas poderão, a qualquer tempo e sem a necessidade de prévia autorização dos Credores Abrangidos ou do Juízo da Recuperação Extrajudicial, prospectar e adotar medidas visando à obtenção de novos recursos e financiamentos ou outras formas de captação, inclusive no mercado de capitais, seja com Credores Abrangidos ou outras contrapartes, mediante a contratação de novos empréstimos, linhas de crédito, operações de antecipação de recebíveis de cartão de crédito, dentre outras operações, em condições de mercado e com o oferecimento de garantias, gravames, hipotecas, penhores, alienações fiduciárias, sobre os bens integrantes de seu ativo circulante e não circulante, observado o disposto na Cláusula 12.7, de forma a viabilizar o custeio das atividades operacionais das Recuperandas, o cumprimento das suas obrigações e quaisquer outros fins relacionados à preservação e ao desenvolvimento da atividade empresarial ("Novos Financiamentos").

4.4 Distribuição de Dividendos. Desde a Data do Pedido até a Homologação do Plano, as Recuperandas não deverão distribuir, pagar ou declarar quaisquer lucros, juros sobre capital próprio, dividendos ou distribuições sobre quaisquer participações societárias, a sócios ou acionistas que não sejam qualificados como Recuperandas e não

 Mauricio Leonardo Hasson Carlos Gil Moreira Ferrei

Clicksign 52a442b3-eceb-4572-9f27-e6c77180c735

integrem o polo ativo da Recuperação Extrajudicial, seja em dinheiro, bens ou de outra forma, em aplicação análoga do artigo 6º-A da LRF, sob pena de resolução deste Plano.

4.5 **Restrições à Gestão e à Disposição Patrimonial**. Até a integral quitação dos Créditos Abrangidos na forma prevista neste Plano, as Recuperandas, no limite de seus respectivos poderes e competências, deverão observar as seguintes restrições:

(a) não declarar, pagar ou distribuir dividendos, juros sobre capital próprio ou outras formas de distribuição de resultados a sócios ou acionistas, realizar redução de capital, resgate ou amortização de ações ou quotas, recompra de ações ou quotas de sua própria emissão ou qualquer outra operação que implique devolução de capital ou transferência de recursos aos seus sócios ou acionistas, ressalvadas a Distribuição Permitida, na forma da Cláusula 4.5.3, e as demais operações expressamente autorizadas neste Plano;

(b) não alienar, ceder, transferir, arrendar, onerar ou, por qualquer outra forma, dispor de Ativos Relevantes, ressalvadas (i) as operações realizadas no curso normal de suas atividades; (ii) as operações expressamente previstas neste Plano ou necessárias à implementação das medidas de reestruturação nele previstas, incluindo as Reorganizações Societárias e as alienações de ativos na forma da Cláusula 4.12; e (iii) a alienação de ativos cujo valor agregado não exceda R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) por exercício social, observada a destinação dos recursos prevista nas Cláusulas 9.2; e

(c) não realizar quaisquer atos ou operações que tenham por finalidade ou efeito, direta ou indiretamente, contornar ou frustrar as restrições previstas nesta Cláusula.

4.5.1 Para fins da Cláusula 4.5, as restrições nela previstas serão aplicáveis às Recuperandas e, no limite dos poderes e competências das Recuperandas sobre as respectivas Controladas, às Controladas.

4.5.2 As disposições desta Cláusula não impedirão a realização dos atos e operações necessários à condução ordinária das atividades das Recuperandas, ao cumprimento das obrigações assumidas neste Plano e à preservação e desenvolvimento de suas atividades, desde que observadas as demais disposições deste Plano.

4.5.3 **Distribuição Permitida.** Durante a vigência do Plano, as Recuperandas, com exceção da Oncoclínicas durante o Período de Restrição, que estará sujeita exclusivamente ao disposto na Cláusula 4.5.4, e, no limite dos poderes e

Mauricio Leonardo Hassson Carlos Gil Moreira Ferrei

Clicksign 52a442b3-eceb-4572-9f27-e6c77180c735

competências das Recuperandas sobre as respectivas Controladas, as Controladas não poderão declarar, pagar ou distribuir dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra forma de distribuição de lucros ou resultados a sócios ou acionistas que não sejam Recuperandas, ressalvado exclusivamente o dividendo mínimo obrigatório estabelecido nos respectivos estatutos ou contratos sociais, conforme aplicável, nos termos da Lei e as distribuições de resultados realizadas por Recuperandas ou Controladas a sócios ou acionistas minoritários que não sejam Recuperandas, desde que (i) não esteja em curso, na data da declaração ou do pagamento, descumprimento de obrigação pecuniária prevista neste Plano; (ii) seja realizado o Pagamento Equivalente na forma da Cláusula 4.5.3.1; e (iii) tenham sido integralmente pagos os Créditos de Regresso de que a Oncoclínicas seja titular em face da respectiva Recuperanda, observado o disposto na Cláusula 5.1.1.2 ("Distribuição Permitida"). Qualquer distribuição de resultados a tais sócios ou acionistas que não observe as condições desta Cláusula, inclusive por meio de adiantamentos, dividendos intermediários ou intercalares, redução de capital, resgate, amortização ou recompra de ações ou quotas, constituirá descumprimento deste Plano.

4.5.3.1 Pagamento Equivalente aos Credores Abrangidos. Na hipótese de Distribuição Permitida na forma da Cláusula 4.5.3, as Recuperandas deverão, na mesma data em que efetuado cada pagamento a título de Distribuição Permitida a seus respectivos sócios ou acionistas que não sejam Recuperandas, destinar aos Credores Abrangidos montante equivalente ao valor assim distribuído, à razão de R$ 1,00 (um real) para cada R$ 1,00 (um real) de Distribuição Permitida paga, a título de amortização antecipada obrigatória dos respectivos Créditos Abrangidos ("Pagamento Equivalente"). Para fins desta Cláusula, considera-se paga a Distribuição Permitida na data em que os recursos forem efetivamente disponibilizados aos sócios ou acionistas, não sendo devido Pagamento Equivalente em relação à parcela da Distribuição Permitida declarada sem desembolso de caixa, inclusive quando reinvestida ou capitalizada na própria sociedade ou extinta por compensação com créditos detidos pela Recuperanda contra o respectivo sócio ou acionista.

4.5.3.2 Rateio. O Pagamento Equivalente será rateado, mediante Divisão Pro Rata, exclusivamente entre os Credores Abrangidos cujos Créditos Abrangidos ainda não tenham sido integralmente quitados nos termos deste Plano na data da respectiva Distribuição Permitida, excluídos os titulares de Créditos Intercompany, com base no saldo devedor dos respectivos Créditos Abrangidos naquela data, independentemente da Opção de Pagamento eleita ou da modalidade de Credor Apoiador aplicável. Não serão computados, para fins do rateio, os Créditos

Mauricio Leonardo Hasson Carlos Gil Moreira Ferrei

Clicksign 52a442b3-eceb-4572-9f27-e6c77180c735

Abrangidos já integralmente quitados ou extintos nos termos deste Plano, nem a parcela dos Créditos Abrangidos extinta na forma da Cláusula 6.4.1. O Pagamento Equivalente será imputado ao saldo devedor de cada Crédito Abrangido em ordem decrescente de vencimento, sem incidência de prêmio, multa ou encargo adicional, observados, quanto às Debêntures, os procedimentos de amortização extraordinária previstos na respectiva escritura de emissão. O Pagamento Equivalente não se confunde com as amortizações antecipadas obrigatórias previstas na Cláusula 9 e não será deduzido do Excedente de Caixa Mínimo.

4.5.4 Oncoclínicas. Enquanto houver Debêntures Modalidade 1 que não tenham sido integralmente quitadas nos termos deste Plano ("Período de Restrição"), a Oncoclínicas, na qualidade de sociedade *holding* e companhia aberta, não poderá realizar qualquer distribuição a seus acionistas, inclusive a título de dividendo mínimo obrigatório, independentemente da inexistência de descumprimento de obrigação pecuniária prevista neste Plano e da realização de qualquer Pagamento Equivalente, não se aplicando a ela a Distribuição Permitida prevista na Cláusula 4.5.3. A Oncoclínicas obriga-se a observar o disposto nesta Cláusula 4.5.4 e a fazer com que seus administradores e acionistas controladores também o observem.

4.5.4.1 Dividendo Obrigatório. Em cada exercício social encerrado durante o Período de Restrição, a administração da Oncoclínicas deverá informar à assembleia geral ordinária, nos termos do artigo 202, §4º, da Lei das S.A., que o pagamento do dividendo obrigatório é incompatível com a situação financeira da Oncoclínicas. Essa informação deverá ser fundamentada de forma objetiva nas obrigações de pagamento previstas neste Plano, inclusive no cronograma de pagamento, nas amortizações antecipadas obrigatórias previstas na Cláusula 9 deste Plano e na manutenção do Caixa Mínimo. A informação da administração deverá ser acompanhada do parecer do conselho fiscal, se em funcionamento. Além disso, a administração da Oncoclínicas deverá encaminhar à Comissão de Valores Mobiliários – CVM, no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização da assembleia geral, a exposição justificativa da informação transmitida à assembleia.

4.5.4.2 Reserva Especial. Eventuais lucros da Oncoclínicas que deixarem de ser distribuídos nos termos da Cláusula 4.5.4.1 acima serão registrados como reserva especial, nos termos do artigo 202, §5º, da Lei das S.A. Os valores da reserva especial que não tiverem sido absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes somente poderão ser pagos depois do término do Período de Restrição.

Mauricio Leonardo Hasson Carlos Gil Moreira Ferrei

Clicksign 52a442b3-eceb-4572-9f27-e6c77180c735

4.5.4.3 Destinação do Lucro Remanescente. O lucro líquido remanescente da Oncoclínicas, após a constituição da reserva legal (artigo 193 da Lei das S.A.) e da reserva especial referida na Cláusula 4.5.4.2 acima, deverá ser destinado à reserva de investimento prevista no estatuto social e/ou retido com base em orçamento de capital aprovado pela assembleia geral, observados os artigos 194, 196 e 198 da Lei das S.A.

4.5.4.4 Limite das Reservas. Caso o saldo das reservas de lucros da Oncoclínicas atinja o limite previsto no artigo 199 da Lei das S.A., a assembleia geral deverá deliberar a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social, vedada a sua distribuição como dividendos durante o Período de Restrição.

4.5.4.5 Vedação a Outras Distribuições. Durante o Período de Restrição, a Oncoclínicas não poderá declarar, pagar ou creditar, direta ou indiretamente, dividendos intermediários ou intercalares, juros sobre o capital próprio, resgate, amortização ou recompra de ações, redução de capital com restituição de valores aos acionistas ou qualquer outra forma de distribuição ou remuneração aos acionistas. Qualquer distribuição em desacordo com esta Cláusula 4.5.4 constituirá descumprimento deste Plano.

4.5.5 Consulta Prévia aos Credores Apoiadores Modalidade 1. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 12.7, enquanto não quitadas as Debêntures Modalidade 1, as Recuperandas notificarão previamente os Credores Apoiadores Modalidade 1, na forma da Cláusula 15.4.1, de qualquer alienação, cessão, transferência ou oneração de ativos, inclusive nas hipóteses da alínea "(b)" da Cláusula 4.5 e da Cláusula 4.12, e de qualquer contratação de Novos Financiamentos que possa afetar, reduzir ou esvaziar, direta ou indiretamente, as garantias constituídas em seu favor nos termos deste Plano, em especial (i) a Alienação Fiduciária de Ações; (ii) os bens, direitos, ativos e recebíveis de titularidade das sociedades cujas ações ou quotas sejam objeto da Alienação Fiduciária de Ações, inclusive mediante a constituição de ônus ou garantias sobre tais bens, a alienação de participações societárias ou de ativos relevantes por elas detidos ou a transferência de recursos, ativos ou atividades para outras sociedades do Grupo Oncoclínicas; (iii) os Créditos de Regresso e os demais direitos objeto da Cessão Fiduciária Direito de Regresso; e (iv) os direitos creditórios e direitos sobre as contas vinculadas objeto da Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Contas Vinculadas.

Mauricio Leonardo Hasson Carlos Gil Moreira Ferrei

Clicksign 52a442b3-eceb-4572-9f27-e6c77180c735

4.5.5.1 A notificação será acompanhada da descrição da operação, de suas condições essenciais e dos efeitos esperados sobre as garantias dos Credores Apoiadores Modalidade 1. Cada Credor Apoiador Modalidade 1 poderá, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento da notificação, manifestar por escrito sua anuência ou sua recusa à operação. A recusa deverá ser fundamentada, com a indicação objetiva do prejuízo que a operação causaria à suficiência, à prioridade ou à exequibilidade das garantias constituídas em seu favor; a recusa não fundamentada ou apresentada fora do prazo não impedirá a realização da operação. A ausência de manifestação no prazo será considerada anuência.

4.5.5.2 Havendo recusa fundamentada de Credores Apoiadores Modalidade 1 titulares da maioria dos Créditos Abrangidos alocados a tal condição de pagamento, as Recuperandas somente poderão realizar a operação se, previamente à sua implementação, (i) ajustarem suas condições de modo a afastar o prejuízo apontado; ou (ii) reforçarem ou substituírem as garantias dos Credores Apoiadores Modalidade 1 por outras de valor e qualidade equivalentes. A realização da operação em desacordo com esta Cláusula constituirá descumprimento deste Plano. O disposto nesta Cláusula não se aplica às operações realizadas no curso normal das atividades das Recuperandas e de suas Controladas, nem às operações expressamente previstas neste Plano para a satisfação dos Créditos Abrangidos.

4.6 **Covenants Financeiros.** Durante a vigência do Plano, as Recuperandas deverão observar os índices financeiros a serem definidos entre as Recuperandas e o Comitê de Credores, em conjunto com seus assessores legais e financeiros ("Assessores dos Credores"), os quais serão apurados com base nas demonstrações financeiras consolidadas das Recuperandas, deverão ser compatíveis com o plano de negócios e as projeções que embasaram este Plano, na periodicidade e na forma a serem igualmente definidas, e refletidos nas escrituras de emissão das Debêntures e nos demais instrumentos de implementação deste Plano ("Covenants Financeiros"), que disciplinarão as consequências de seu descumprimento.

4.7 **Mudança de Controle.** Para fins deste Plano, considera-se "Mudança de Controle" (i) qualquer alteração, direta ou indireta, do controle da Oncoclínicas ou de qualquer das demais Recuperandas, nos termos do artigo 116 da Lei das S.A., inclusive por meio de alienação ou subscrição de ações, reorganização societária ou celebração, alteração ou extinção de acordo de acionistas ressalvada a alteração de controle decorrente de operação de alienação de ativos expressamente autorizada nos termos dos itens "(ii)" e "(iii)" da alínea "(b)" da Cláusula 4.5; ou (ii) a aquisição, por qualquer

Mauricio Leonardo Hasson Carlos Gil Moreira Ferrei

Clicksign 52a442b3-eceb-4572-9f27-e6c77180c735

pessoa ou grupo de pessoas vinculadas por acordo de voto ou sob controle comum, de participação superior a 50% (cinquenta por cento) do capital votante da Oncoclínicas, ressalvadas, em qualquer caso, (a) as Reorganizações Societárias realizadas exclusivamente entre sociedades do Grupo Oncoclínicas; e (b) a emissão ou entrega de ações de emissão da Oncoclínicas em decorrência da conversão das Debêntures da Opção B ou do resgate da Série B mediante entrega de ações, nos termos deste Plano. As consequências da Mudança de Controle sobre as Debêntures e os demais instrumentos de pagamento previstos neste Plano, incluindo eventual oferta obrigatória de resgate antecipado ou hipótese de vencimento antecipado, serão definidas entre a Oncoclínicas e os Assessores dos Credores e refletidas nos respectivos instrumentos.

4.8 Investimentos Restritos. Durante a vigência do Plano, as Recuperandas e, no limite dos poderes e competências das Recuperandas sobre as respectivas sociedades, as Controladas não poderão, sem o consentimento prévio e expresso do Comitê de Credores, que não poderá ser injustificadamente negado, na forma a ser definida entre as Recuperandas, o Comitê de Credores e os Assessores dos Credores, realizar operações de expansão, incluindo, sem limitação, aquisições de sociedades, participações societárias ou estabelecimentos, constituição de joint ventures, aquisição de participações minoritárias e abertura ou expansão de clínicas, em montante superior a valor mínimo a ser definido entre as Recuperandas e os Assessores dos Credores ("Investimentos Restritos"). Não se consideram Investimentos Restritos as operações expressamente previstas neste Plano. A realização de Investimentos Restritos em desacordo com esta Cláusula constituirá descumprimento deste Plano.

4.9 Novo Mercado. A Oncoclínicas deverá manter o seu registro de emissor de valores mobiliários categoria "A" perante a Comissão de Valores Mobiliários e a listagem de suas ações no segmento especial de governança corporativa denominado Novo Mercado da B3 até a liquidação integral de todas as obrigações decorrentes das Opções de Pagamento previstas neste Plano, sob pena de descumprimento deste Plano, ressalvadas as hipóteses decorrentes de ato ou fato não imputável às Recuperandas.

4.10 Constituição de Sociedade e Dação em Pagamento de Participações Societárias. Desde que observados os limites deste Plano, as Recuperandas poderão constituir uma ou mais sociedades, nelas integralizar Ativos de titularidade das Recuperandas ou de sociedades por elas controladas conforme previamente identificados, descritos e listados no **Anexo G** deste Plano, e transferir aos Credores Abrangidos, mediante dação em pagamento, nos termos dos artigos 356 e seguintes do Código Civil, quotas ou ações representativas do capital social de tais sociedades, para satisfação, total ou parcial, dos respectivos Créditos Abrangidos, observados os limites de alocação, os critérios de valoração dos ativos, os procedimentos, os prazos e as demais condições previstos na Cláusula 6.3 deste Plano. Para que não haja dúvidas, as Recuperandas não poderão integralizar nessa(s) sociedade(s) quaisquer bens, direitos e

Mauricio Leonardo Hassson Carlos Gil Moreira Ferrei

Clicksign 52a442b3-eceb-4572-9f27-e6c77180c735

ativos que não estejam previamente identificados, descritos e listados no Anexo **G** deste Plano. Desde que observados os limites deste Plano, as Recuperandas poderão ser autorizadas a praticar todos os atos e a celebrar todos os instrumentos necessários ou convenientes à implementação da operação, inclusive a obtenção de anuências, autorizações e consentimentos de terceiros, bem como a promover as exclusões de ativos, substituições e realocações entre Opções de Pagamento previstas neste Plano.

4.11 **Compensação**. As Recuperandas poderão pagar quaisquer Créditos Abrangidos detidos pelos Credores Abrangidos, conforme aplicável e a seu exclusivo critério, por meio da compensação de (i) créditos de qualquer natureza que tenham contra os Credores Abrangidos; e (ii) Créditos Abrangidos devidos aos Credores Abrangidos, conforme aplicável, na forma como modificados e novados por este Plano. Neste caso, a compensação extinguirá ambas as obrigações até o limite do valor efetivamente compensado, sendo eventual saldo em favor do Credor Abrangido pago nos termos deste Plano.

4.11.1 As compensações deverão respeitar os termos, condições e prazos de vencimento de cada parcela, conforme reestruturação prevista neste Plano, de forma que eventual compensação seja realizada apenas em relação ao montante efetivamente devido na data específica da compensação. A não realização da compensação ora prevista não acarretará a renúncia ou a liberação pelas Recuperandas de quaisquer créditos que possam deter contra tais Credores Abrangidos.

4.12 **Alienação de Ativos**. Como medida de reestruturação e de geração de liquidez para o cumprimento deste Plano, o Grupo Oncoclínicas poderá, a qualquer tempo e independentemente de prévia autorização dos Credores Abrangidos ou do Juízo da Recuperação Extrajudicial, alienar, ceder ou de qualquer outra forma transferir, total ou parcialmente, bens e ativos integrantes de seu ativo não circulante, observado o limite previsto no item "(iii)" da alínea "(b)" da Cláusula 4.5. Os recursos líquidos decorrentes de tais alienações serão destinados na forma das Cláusulas 9.2.

PARTE V – PAGAMENTOS

5. NOVAÇÃO

5.1 **Novação**. Com a Homologação do Plano, sujeito à verificação das Condições Suspensivas (exceto quanto aos Credores Apoiadores Modalidade 1, cujos Créditos Abrangidos serão novados nos termos da Cláusula **Erro! Fonte de referência não encontrada.**, e quanto aos Credores Abrangidos que optarem pela Opção B – Credores Abrangidos para pagamento dos seus respectivos Créditos Abrangidos, os quais serão

Mauricio Leonardo Hasson Carlos Gil Moreira Ferrei

Clicksign 52a442b3-eceb-4572-9f27-e6c77180c735

novados nos termos da Cláusula 6.3.1.1), os Créditos Abrangidos serão novados nos termos do artigo 163 da LRF e dos artigos 360 e seguintes do Código Civil. Mediante a referida novação, todas as obrigações, covenants, obrigações de fazer e de entregar, inclusive eventuais obrigações de construção, reforma ou ampliação adicional de quaisquer imóveis, índices financeiros, hipóteses de vencimento antecipado, multas e demais obrigações incompatíveis com este Plano deixarão de ser aplicáveis, sendo extintas e substituídas, em todos os seus termos, pelas disposições deste Plano na maior extensão possível. Os créditos novados constituirão a dívida reestruturada das Recuperandas, sem solidariedade, coobrigação, garantia, fiança ou qualquer outra forma de responsabilidade das demais Recuperandas, exceto quando de outra forma estabelecido neste Plano, e serão pagos exclusivamente nas condições, prazos e formas estabelecidos pelo Plano, ainda que os contratos originais respectivos disponham de maneira diferente, observado, quanto aos Credores Abrangidos que optarem pela Opção B – Credores Abrangidos para pagamento dos seus respectivos Créditos Abrangidos, o disposto na Cláusula 6.3.1.1.

5.1.1 **Sub-rogação da Oncoclínicas**. Créditos relativos ao direito de regresso, sub-rogação, ressarcimento ou indenização eventualmente criado ou reconhecido por este Plano em razão de pagamento ou cumprimento, pela Oncoclínicas, de dívida ou obrigação atribuída a qualquer outra Recuperanda ("Créditos de Regresso"), serão cedidos fiduciariamente aos Credores Apoiadores Modalidade 1, representados pelo Agente Fiduciário das Debêntures Modalidade 1, como garantia das obrigações previstas nas Debêntures Modalidade 1, por meio da Cessão Fiduciária Direito de Regresso. Os Créditos de Regresso não constituem Créditos Intercompany para nenhum fim deste Plano e não estão sujeitos ao disposto na Cláusula 15.1, não podendo ser compensados, capitalizados, extintos por confusão, subordinados ou objeto de qualquer outra forma de liquidação ou extinção que não o seu efetivo pagamento.

5.1.1.1 **Vedação a Pagamentos Intercompany.** Enquanto não forem integralmente pagos os Créditos de Regresso de que a Oncoclínicas seja titular em face de determinada Recuperanda, tal Recuperanda não poderá realizar, direta ou indiretamente, qualquer pagamento, amortização, compensação, adiantamento ou transferência de recursos à Oncoclínicas ou a qualquer outra sociedade do Grupo Oncoclínicas a título de Créditos Intercompany ou de quaisquer outros créditos, débitos ou obrigações intercompany, de qualquer natureza, existentes ou futuros, que não os próprios Créditos de Regresso. Qualquer pagamento realizado em desacordo com esta Cláusula constituirá descumprimento deste Plano.

 Mauricio Leonardo Hasson Carlos Gil Moreira Ferrei

Clicksign 52a442b3-eceb-4572-9f27-e6c77180c735

5.1.1.2 **Vedação à Distribuição de Dividendos.** Enquanto não forem integralmente pagos os Créditos de Regresso de que a Oncoclínicas seja titular em face de determinada Recuperanda, tal Recuperanda não poderá declarar, pagar ou distribuir dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra forma de distribuição de lucros ou resultados a seus sócios ou acionistas, inclusive a Oncoclínicas ou outras Recuperandas, não se aplicando a tal Recuperanda a Distribuição Permitida prevista na Cláusula 4.5.3, ressalvado exclusivamente o dividendo mínimo obrigatório, quando exigido por lei. Qualquer distribuição realizada em desacordo com esta Cláusula constituirá descumprimento deste Plano.

6. PAGAMENTO DOS CRÉDITOS ABRANGIDOS

6.1 **Pagamento dos Créditos Abrangidos**. Ressalvados os Credores Signatários, que indicarão e formalizarão sua escolha no próprio Termo de Adesão, no ato da adesão, nos termos da Cláusula **Erro! Fonte de referência não encontrada.**, bem como as hipóteses em que a opção de pagamento já esteja prevista neste Plano, os Credores Abrangidos deverão optar, no prazo de até 15 (quinze) Dias Úteis contados da Homologação do Plano, pelo recebimento de seus Créditos Abrangidos conforme uma das opções de pagamento previstas neste Plano, mediante o envio do Termo de Eleição, devidamente preenchido e assinado, na forma da Cláusula 6.1.4 abaixo ("Eleição", e o referido prazo, o "Prazo de Eleição").

6.1.1 Os Credores Abrangidos que não realizarem validamente a Eleição dentro do Prazo de Eleição, ou cuja manifestação seja considerada inválida, incompleta ou ineficaz nos termos deste Plano, serão automaticamente enquadrados na Opção C – Credores Abrangidos, submetendo-se integralmente às condições previstas na Cláusula 6.4, inclusive quanto à extinção da parcela do Crédito Abrangido de que trata a Cláusula 6.4.1. O disposto nesta Cláusula não se aplica aos Credores Abrangidos que tenham indicado, no respectivo Termo de Adesão, sua alocação na modalidade de Credor Apoiador Modalidade 1, os quais ficam pré-alocados nessa modalidade, nos termos da Cláusula 7.3.1, independentemente do envio de Termo de Eleição.

6.1.2 Independentemente de qualquer formalização adicional, a adesão a este Plano por parte da Securitizadora substituirá integralmente o Termo de Eleição, sendo certo que os Créditos Abrangidos representados pelos Certificados de Recebíveis Imobiliários de emissão da Securitizadora serão alocados integralmente na Opção A, na forma da Cláusula 6.2 e subcláusulas deste Plano.

Mauricio Leonardo Hasson Carlos Gil Moreira Ferrei

Clicksign 52a442b3-eceb-4572-9f27-e6c77180c735

6.1.2.1 Os detentores dos Certificados de Recebíveis Imobiliários que não tiverem interesse no recebimento na forma da Opção A, ou seja, que desejarem receber seus créditos na Opção B, na Opção C ou na Opção D, deverão comunicar sua opção diretamente às Recuperandas, na forma deste Plano, com cópia simultânea para a Securitizadora.

6.1.2.2 Representação por Agente Fiduciário de Debêntures Existentes. Os Credores Abrangidos titulares de debêntures de emissão da Oncoclínicas representadas por agente fiduciário poderão realizar a Eleição por intermédio do respectivo agente fiduciário, que, nessa hipótese, firmará o Termo de Eleição em nome da comunhão dos debenturistas da respectiva emissão ou série, nos termos do artigo 68 da Lei das S.A. e da respectiva escritura de emissão, observada a deliberação da assembleia geral de debenturistas, quando exigida pela escritura de emissão ou pela Lei das S.A. O Termo de Eleição assim firmado vinculará a totalidade das debêntures da respectiva emissão ou série e substituirá, para todos os fins deste Plano, a Eleição individual dos respectivos debenturistas, ressalvado o disposto na Cláusula 6.1.2.3.

6.1.2.3 O debenturista que não tiver interesse na opção de pagamento eleita pelo respectivo agente fiduciário na forma da Cláusula 6.1.2.2 poderá, dentro do Prazo de Eleição, comunicar sua opção diretamente às Recuperandas, na forma deste Plano, com cópia simultânea para o respectivo agente fiduciário, hipótese em que prevalecerá, quanto às debêntures de sua titularidade, a Eleição individual. Na ausência de Eleição pelo agente fiduciário e de Eleição individual dentro do Prazo de Eleição, aplicar-se-á o disposto na Cláusula 6.1.1. As Recuperandas e o respectivo agente fiduciário praticarão os atos necessários para que a alocação resultante seja refletida junto ao escriturador e à B3, conforme aplicável.

6.1.3 **Alocação Integral**. O Credor Abrangido deverá eleger uma única opção de pagamento para a totalidade de seus Créditos Abrangidos, ressalvadas as hipóteses de alocação parcial ou reenquadramento automático expressamente previstos neste Plano.

6.1.4 **Forma da Eleição**. Ressalvado o disposto na Cláusula **Erro! Fonte de referência não encontrada.** quanto aos Credores Signatários, a Eleição será formalizada exclusivamente mediante o envio do Termo de Eleição, devidamente preenchido e assinado por representante com poderes bastantes, por mensagem eletrônica (e-mail) endereçada a *eleicao.re@oncoclinicas.com*, com cópia aos endereços indicados na Cláusula 15.4, considerando-se

Mauricio Leonardo Hasson Carlos Gil Moreira Ferrei

Clicksign 52a442b3-eceb-4572-9f27-e6c77180c735

tempestiva a Eleição enviada até o último dia do Prazo de Eleição, na forma da alínea "(e)" da Cláusula 1.3 deste Plano.

6.1.5 As Recuperandas confirmarão o recebimento de cada Termo de Eleição, por mensagem eletrônica, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados do respectivo recebimento, cabendo ao Credor Abrangido, na ausência de confirmação, reenviar o Termo de Eleição dentro do Prazo de Eleição. O reenvio do Termo de Eleição será considerado válido se submetido (i) dentro do Prazo de Eleição ou (ii) fora do Prazo de Eleição, mediante comprovação pelo respectivo Credor Abrangido de ter validamente enviado um Termo de Eleição dentro do Prazo de Eleição.

6.1.6 **Eleição no Ato da Adesão**. O Credor Abrangido que aderir a este Plano, seja até a Data de Apresentação, seja posteriormente, na forma da Cláusula **Erro! Fonte de referência não encontrada.**, deverá, no próprio Termo de Adesão e no ato de sua assinatura, indicar e formalizar a Opção de Pagamento ou, se preenchidos os respectivos requisitos, a modalidade de Credor Apoiador escolhida para a totalidade de seus Créditos Abrangidos, observada a Cláusula **Erro! Fonte de referência não encontrada.**, independentemente de qualquer outra formalidade para a conclusão do exercício de sua Opção de Pagamento. A escolha assim formalizada constituirá, para todos os fins deste Plano, a Eleição do respectivo Credor Signatário, em caráter irrevogável e irretratável, produzindo efeitos desde a assinatura do Termo de Adesão, independentemente do envio de Termo de Eleição, e não poderá ser alterada durante o Prazo de Eleição, ressalvadas as hipóteses de reenquadramento e realocação expressamente previstas neste Plano e o disposto na Cláusula **Erro! Fonte de referência não encontrada.** quanto à Securitizadora. A indicação da escolha constitui requisito do Termo de Adesão, cujo modelo, constante do **Anexo** Erro! Fonte de referência não encontrada., conterá campo específico para tal fim, devendo o Termo de Adesão ser acompanhado das declarações e documentos exigidos para a opção ou modalidade escolhida, inclusive, quando aplicável, da comprovação exigida no item "(iii)" da Cláusula 7.2.

6.2 **Opção A – Credores Abrangidos**. Os Credores Abrangidos que escolherem expressamente esta opção de pagamento terão seus Créditos Abrangidos pagos mediante a emissão de novas debêntures pela Oncoclínicas e/ou o aditamento da escritura de emissão existente, conforme aplicável, divididas em duas séries, sendo: (i) 70% (setenta por cento) do valor do respectivo Crédito Abrangido alocado à Série A; e (ii) 30% (trinta por cento) do valor do respectivo Crédito Abrangido alocado à Série B (em conjunto, as "Debêntures da Opção A") ("Opção A – Credores Abrangidos" ou "Opção A").

Mauricio Leonardo Hasson Carlos Gil Moreira Ferrei

Clicksign 52a442b3-eceb-4572-9f27-e6c77180c735

6.2.1 **Série A**. A parcela correspondente a 70% (setenta por cento) do respectivo Crédito Abrangido será satisfeita mediante a subscrição e integralização das debêntures da Série A ("Série A"), observadas as seguintes condições:

(i) **Valor de Emissão.** As debêntures da Série A serão emitidas para que contenham o valor de emissão equivalente a 70% (setenta por cento) do valor do Crédito Abrangido do Credor Abrangido que validamente eleger a Opção A, ajustado pela variação acumulada do IPCA/IBGE, acrescida de juros remuneratórios de 7,75% (sete inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, incidentes entre a Data do Pedido e a data de emissão das debêntures da Série A ("Data de Emissão das Debêntures Série A") ("Valor de Emissão da Série A").

(ii) **Encargos.** O Valor de Emissão da Série A, ou o seu saldo, será atualizado monetariamente pela variação acumulada do IPCA/IBGE, calculada de forma pro rata temporis por Dias Úteis, desde a Data de Emissão das Debêntures Série A (inclusive) até a data do seu efetivo pagamento (exclusive), sendo o produto da atualização monetária automaticamente incorporado ao valor nominal unitário ou ao seu saldo, conforme o caso ("Valor Nominal Atualizado da Série A"). Sobre o Valor Nominal Atualizado da Série A incidirão juros remuneratórios correspondentes a 7,75% (sete inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis decorridos, desde a Data de Emissão das Debêntures Série A ou a Data de Pagamento da Remuneração da Série A imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data do efetivo pagamento (exclusive) ("Remuneração da Série A"), observado o disposto no item "(iv)" abaixo. As fórmulas de cálculo, os critérios de substituição do IPCA/IBGE em caso de indisponibilidade, extinção ou inaplicabilidade e os demais termos e condições usuais serão estabelecidos na respectiva escritura de emissão.

(iii) **Pagamento de Remuneração.** A atualização monetária incorporada ao Valor Nominal Atualizado da Série A nos termos do item "(ii)" acima será paga juntamente com cada parcela de amortização, na proporção do valor amortizado, conforme o cronograma constante do item "(ix)" abaixo, bem como na data de vencimento ou de eventual resgate da Série A. Ressalvado o disposto no item "(iv)" abaixo, a Remuneração da Série A será paga semestralmente ("Período de Pagamento da Remuneração"), no último Dia Útil dos meses de janeiro e

Mauricio Leonardo Hasson Carlos Gil Moreira Ferrei

Clicksign 52a442b3-eceb-4572-9f27-e6c77180c735

julho de cada ano, sendo que o primeiro pagamento da remuneração será devido no último Dia Útil de julho de 2027 (cada um, uma "Data de Pagamento da Remuneração da Série A"). Farão jus aos pagamentos os titulares das debêntures da Série A ao final do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva Data de Pagamento da Remuneração da Série A.

(iv) **Opção de Capitalização (PIK Toggle).** Em cada Data de Pagamento da Remuneração da Série A até 31 de dezembro de 2028, inclusive ("Período da Capitalização"), a Oncoclínicas poderá, a seu exclusivo critério, optar por não fazer o pagamento em moeda corrente, hipótese em que o referido montante será incorporado ao Valor Nominal Atualizado da Série A ("Opção de Capitalização"), passando a integrar, a partir de então, a base de cálculo da atualização monetária e da Remuneração da Série A.

(v) **Comunicação**. O exercício da Opção de Capitalização deverá ser comunicado pela Oncoclínicas ao agente fiduciário das Debêntures da Opção A, aos debenturistas da Série A, à B3 e ao escriturador, conforme aplicável, com antecedência mínima de 15 (quinze) Dias Úteis do início de cada Período de Pagamento da Remuneração, indicando se a Remuneração da Série A relativa a tal período será ou não capitalizada; na ausência de comunicação, a Remuneração da Série A relativa a tal período será integralmente devida e paga em moeda corrente na respectiva Data de Pagamento da Remuneração da Série A.

(vi) **Prêmio de Capitalização**. Em relação a cada período de capitalização cuja Remuneração da Série A seja objeto da Opção de Capitalização, a taxa de juros remuneratórios prevista no item "(ii)" acima será acrescida de 2 p.p. (dois pontos percentuais) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, passando a corresponder a 9,75% (nove inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano ("Prêmio de Capitalização"), incidente proporcionalmente à parcela capitalizada.

(vii) **Efeitos**. O exercício da Opção de Capitalização nos termos deste item não constituirá inadimplemento, mora ou hipótese de vencimento antecipado, nem ensejará a incidência de encargos moratórios.

(viii) **Término**. Encerrado o Período da Capitalização, a Remuneração da Série A será obrigatoriamente paga em moeda corrente em cada Data de Pagamento da Remuneração da Série A subsequente, e os montantes

 Mauricio Leonardo Hasson Carlos Gil Moreira Ferrei

Clicksign 52a442b3-eceb-4572-9f27-e6c77180c735

incorporados nos termos deste item serão pagos juntamente com as parcelas de amortização previstas no item "(ix)" abaixo.

(ix) **Amortização**. O Valor Nominal Atualizado da Série A, incluindo os montantes eventualmente incorporados nos termos do item "(iv)" acima, será amortizado em 6 (seis) parcelas anuais e consecutivas, com vencimentos em janeiro de cada ano, vencendo-se a primeira em janeiro de 2031 e a última em janeiro de 2036, sempre no último Dia Útil de cada mês abaixo indicado, observado o cronograma e percentuais de amortização constantes da tabela abaixo.

Vencimento	% do saldo
janeiro/2031	5,0%
janeiro/2032	5,0%
janeiro/2033	15,0%
janeiro/2034	20,0%
janeiro/2035	25,0%
janeiro/2036	30,0%

(x) **Garantias**. A Série A será garantida pela Alienação Fiduciária de Ações sob Condição Suspensiva, cuja eficácia fica subordinada à quitação integral das obrigações garantidas pela Alienação Fiduciária de Ações constituída, em primeiro grau e com exclusividade, em favor dos Credores Apoiadores Modalidade 1, sendo tal garantia compartilhada, em igualdade de condições e pari passu, com a parcela correspondente a 70% (setenta por cento) do Valor do Pagamento por Não Conversão devida aos Credores Abrangidos que optarem pela Opção B – Credores Abrangidos para pagamento dos seus respectivos Créditos Abrangidos, nos termos da Cláusula 6.3.6.2.2, observado o disposto na Cláusula 7.1.4.1.

6.2.2 **Série B**. A parcela correspondente a 30% (trinta por cento) do respectivo Crédito Abrangido será satisfeita mediante a subscrição e integralização das debêntures da Série B ("Série B"), observadas as seguintes condições:

(i) **Valor de Emissão**. As debêntures da Série B serão emitidas para que contenham o valor de emissão equivalente a 30% (trinta por cento) do valor do Crédito Abrangido do Credor Abrangido que validamente eleger a Opção A, ajustado pela variação acumulada do IPCA/IBGE, acrescida de juros remuneratórios de 8,25% (oito inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois)

Mauricio Leonardo Hasson Carlos Gil Moreira Ferrei

Clicksign 52a442b3-eceb-4572-9f27-e6c77180c735

Dias Úteis, incidentes entre a Data do Pedido e a data de emissão das debêntures da Série B ("Data de Emissão das Debêntures Série B").

(ii) **Início dos Pagamentos.** O pagamento do principal e dos juros da Série B terá início somente após a amortização integral da Série A, observados os termos e condições previstos nesta Cláusula, ressalvadas as amortizações antecipadas obrigatórias previstas no item "(v)" abaixo e na Cláusula 9, que poderão ocorrer antes da amortização integral da Série A.

(iii) **Amortização**. O saldo devedor da Série B será amortizado em 4 (quatro) parcelas anuais, iguais e consecutivas, com vencimentos no último Dia Útil de janeiro de cada ano, vencendo-se a primeira em janeiro de 2037 e a última em janeiro de 2040.

(iv) **Encargos**. A Série B será acrescida de correção monetária pela variação do IPCA/IBGE, incidente desde a Data de Emissão das Debêntures Série B até a data do efetivo pagamento, sendo os respectivos valores incorporados ao saldo devedor, e de juros remuneratórios de 8,25% (oito inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis decorridos sobre o saldo devedor atualizado. Até o último Dia Útil de janeiro de 2036 (inclusive), os juros remuneratórios serão automaticamente capitalizados e incorporados ao saldo devedor atualizado no último Dia Útil de janeiro de cada ano, passando a integrar a base de cálculo da correção monetária e dos juros remuneratórios, sem que tal capitalização constitua inadimplemento ou mora; a partir de então, os juros remuneratórios serão pagos anualmente, juntamente com cada parcela de amortização prevista no item "(iii)" acima.

(v) **Amortização Antecipada**. A Série B será objeto de amortização ou resgate antecipado obrigatório nas hipóteses e condições previstas na Cláusula 9.1 deste Plano, sem prejuízo das amortizações antecipadas obrigatórias previstas nas Cláusulas 9.2 e do Pagamento Antecipado Facultativo previsto na Cláusula 11.6 deste Plano.

(vi) **Pagamento Alternativo**. A Oncoclínicas poderá, a seu exclusivo critério, a partir de 180 dias da conclusão das discussões relativas à oferta pública de ações objeto do fato relevante divulgado no dia 25/8/26, e desde que a Oncoclínicas permaneça listada no Novo Mercado da B3,

Mauricio Leonardo Hasson Carlos Gil Moreira Ferrei

Clicksign 52a442b3-eceb-4572-9f27-e6c77180c735

promover o resgate antecipado da Série B mediante a entrega de ações de sua emissão, então mantidas em tesouraria ou emitidas mediante a capitalização do saldo devedor das debêntures da Série B objeto do resgate, observados, nesta hipótese, as aprovações societárias e os direitos de preferência aplicáveis nos termos da Lei das S.A. e do estatuto social da Oncoclínicas, observada a notificação prévia obrigatória prevista no item seguinte, observando-se, para fins de dação em pagamento, o preço por ação correspondente à média ponderada pelo volume de negociação (VWAP) das ações de emissão da Oncoclínicas na B3 nos 90 (noventa) pregões imediatamente anteriores à data do respectivo resgate.

(vii) **Notificação Prévia Obrigatória**. O exercício da faculdade prevista no item anterior será obrigatoriamente precedido de notificação escrita das Recuperandas aos debenturistas da Série B, encaminhada na forma da Cláusula 15.4.1 com antecedência mínima de 90 (noventa) dias corridos da data prevista para o resgate e a entrega das ações, informando (a) a decisão da Oncoclínicas de promover o resgate antecipado da Série B mediante a entrega de ações de sua emissão então mantidas em tesouraria ou emitidas mediante a capitalização do saldo devedor das debêntures da Série B objeto do resgate, observados, nesta hipótese, as aprovações societárias e os direitos de preferência aplicáveis nos termos da Lei das S.A. e do estatuto social da Oncoclínicas; (b) a data prevista para o resgate e a entrega das ações; e (c) o critério de apuração do preço por ação previsto no item anterior, sendo o preço definitivo e o número de ações correspondente comunicados aos debenturistas da Série B em até 2 (dois) Dias Úteis contados de sua apuração. A decisão pelo resgate mediante entrega de ações permanece a exclusivo critério da Oncoclínicas e independe de anuência dos debenturistas da Série B, mas não produzirá efeitos o resgate realizado sem a observância do prazo mínimo de antecedência aqui previsto. Os debenturistas da Série B poderão, mediante notificação escrita às Recuperandas em até 30 (trinta) dias contados do recebimento da referida notificação, indicar terceiro por eles designado para receber, em seu nome e por sua conta e ordem, a totalidade ou parte das ações que lhes seriam entregues nos termos do item anterior, hipótese em que a entrega das ações ao terceiro indicado será considerada, para todos os fins de direito, como entrega válida e eficaz ao respectivo debenturista, conferindo plena, irrevogável e irretratável quitação da obrigação correspondente das Recuperandas.

Mauricio Leonardo Hasson Carlos Gil Moreira Ferrei

Clicksign 52a442b3-eceb-4572-9f27-e6c77180c735

6.2.3 **Escritura de Emissão**. Os termos e condições das Debêntures da Opção A serão estabelecidos na respectiva escritura de emissão, que deverá observar as disposições desta Cláusula e deste Plano.

6.2.4 **Quitação.** A entrega das Debêntures da Opção A pela Oncoclínicas constituirá, para todos os fins deste Plano, a forma de pagamento da parcela dos Créditos Abrangidos correspondente ao valor das respectivas Debêntures, implicando a novação, reestruturação e quitação dessa parcela, permanecendo os respectivos Credores Abrangidos titulares dos direitos decorrentes das Debêntures da Opção A, nos termos desta Cláusula e da respectiva escritura de emissão.

6.3 **Opção B – Credores Abrangidos**. Os Credores Abrangidos que (i) escolherem expressamente esta opção de pagamento ou (ii) estiverem alocados na Opção B – Credores Abrangidos terão seus Créditos Abrangidos satisfeitos com fundamento no art. 50, IX, XV, XVI e XVII, da LRF, mediante a combinação de (i) dação em pagamento, nos termos dos artigos 356 e seguintes do Código Civil, de Participações da NewCo, na qual serão integralizados os Ativos, ou, na hipótese da Cláusula 6.3.5.1, dos próprios Ativos, nos termos das Cláusulas 6.3.2 a 6.3.5; e (ii) subscrição e integralização, pela NewCo, com a parcela correspondente dos respectivos Créditos Abrangidos a ela conferida pelos Credores Abrangidos que optarem pela Opção B – Credores Abrangidos na forma da Cláusula 6.3.6.6, de debêntures conversíveis em ações de emissão da Oncoclínicas, nos termos da Cláusula 6.3.6 e do Anexo I deste Plano ("Debêntures da Opção B"), observadas a ordem e as regras de alocação previstas na Cláusula 6.3.1, sendo o saldo do Crédito Abrangido eventualmente não satisfeito por esses instrumentos satisfeito na forma do item "(iii)" da Cláusula 6.3.1 ("Opção B – Credores Abrangidos" ou "Opção B"). A alocação de um mesmo Crédito Abrangido a mais de um instrumento, inclusive a alocação do saldo do Crédito Abrangido a outra opção de pagamento nos termos do item "(iii)" da Cláusula 6.3.1 ou o pagamento do saldo do Crédito Abrangido no fluxo de pagamento da Opção A nos termos da Cláusula 6.3.6.2.2, decorre desta Cláusula e não constitui alocação parcial para os fins da Cláusula 6.1.3.

6.3.1 **Alocação**. O Crédito Abrangido de cada Credor Abrangido que estiver alocado na Opção B – Credores Abrangidos será satisfeito na seguinte ordem: (i) em primeiro lugar, pelas Participações da NewCo, em valor correspondente à proporção entre o respectivo Crédito Abrangido e a soma dos Créditos Abrangidos de todos os Credores Abrangidos que optarem pela Opção B – Credores Abrangidos, aplicada ao Valor de Referência dos Ativos ("Parcela NewCo"); (ii) em segundo lugar, pelas Debêntures da Opção B, subscritas pela NewCo na forma da Cláusula 6.3.6.6, em valor nominal correspondente à mesma proporção, aplicada ao valor nominal agregado previsto na Cláusula 6.3.6 ("Parcela Debêntures"); e (iii) quanto ao saldo do Crédito Abrangido que exceder

Mauricio Leonardo Hasson Carlos Gil Moreira Ferrei

Clicksign 52a442b3-eceb-4572-9f27-e6c77180c735

a soma da Parcela NewCo e da Parcela Debêntures, por meio de uma das seguintes alternativas, à escolha do respectivo Credor Abrangido, manifestada por escrito em até 30 (trinta) dias contados da comunicação, pelas Recuperandas, da apuração da Parcela NewCo e da Parcela Debêntures que lhe cabem, comunicação essa que deverá ser enviada em até 10 (dez) dias contados do término do Prazo de Eleição, a seu exclusivo critério ("Pagamento Substitutivo"): (a) a satisfação do saldo nos termos de outra opção de pagamento prevista neste Plano para a respectiva classe, excluída a Opção C; (b) a substituição ou o acréscimo de ativos, de comum acordo entre as Recuperandas e o Credor Abrangido; ou (c) a emissão, em favor do Credor Abrangido, de Debêntures da Opção B adicionais, aumentando consequentemente o valor da emissão, em valor nominal correspondente ao saldo, com as mesmas características previstas na Cláusula 6.3.6.1, aplicando-se a elas o disposto nas Cláusulas 6.3.6.2, 6.3.6.3 e 6.3.9.4. Na ausência de manifestação do Credor Abrangido no prazo acima, aplicar-se-á a alternativa prevista na alínea "(c)". O Pagamento Substitutivo será implementado em até 60 (sessenta) dias contados da manifestação do Credor Abrangido ou do término do prazo para tanto, aplicando-se, na hipótese da alínea "(c)", o disposto na Cláusula 6.3.9.3. Para os fins desta Cláusula, os Créditos Abrangidos serão considerados pelo valor que conste da Lista de Credores, sendo a Parcela NewCo, a Parcela Debêntures e o Pagamento Substitutivo dimensionados exclusivamente sobre o valor incontroverso do Crédito Abrangido, conforme constante da Lista de Credores, observado o disposto nas Cláusulas 6.3.1.1 e 6.3.12 quanto à eventual parcela controversa.

6.3.1.1 Exceção à Novação na Homologação. A eleição da Opção B ou a Homologação do Plano não implicará, por si só, novação, extinção, remissão, renúncia ou quitação de qualquer parcela do Crédito Abrangido detido pelos Credores Abrangidos que estiverem alocados na pela Opção B – Credores Abrangidos. Em relação a cada Credor Abrangido que estiver alocados na Opção B – Credores Abrangidos, a novação prevista na Cláusula 5.1 somente produzirá efeitos com a efetiva transferência integral, válida e eficaz das Participações da NewCo e dos Ativos ao seu patrimônio e a subscrição e integralização das Debêntures da Opção B pela NewCo (ou, na hipótese da Cláusula 6.3.5.1, pelo próprio Credor Abrangido) e, quando aplicável, a realização integral do Pagamento Substitutivo. Não implementadas tais providências nos prazos previstos na Cláusula 6.3.7, por qualquer razão não imputável ao Credor Abrangido, o crédito do Credor Abrangido não será novado e não se aplicarão os demais efeitos da Homologação do Plano previstos nas Cláusulas 3.4, 3.5, 5.1, 12.1 e 14.2 do Plano, restabelecendo-se integralmente o crédito original e suas garantias, deduzidos os valores

Mauricio Leonardo Hasson Carlos Gil Moreira Ferrei

Clicksign 52a442b3-eceb-4572-9f27-e6c77180c735

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Documento 3

Tipo documento:
DOCUMENTAÇÃO
Evento:
PETIÇÃO
Data:
23/10/2026 18:29:27
Usuário:
SP146176 - IVO WAISBERG
Processo:
4126842-40.2026.8.26.0100
Sequência Evento:
558

líquidos efetivamente recebidos pelo Credor Abrangido, sendo a parcela incontroversa conforme listado na Lista de Credores, a qual poderá ser executada em sua integralidade e, facultado a tal Credor Abrangido mover ações, arbitragens, recursos e liquidações destinados a determinar a existência, titularidade e valor da parcela controversa de seu Crédito Abrangido, além de adotar as medidas legais decorrentes do descumprimento do Plano ou da Cláusula 6.3.10 e subcláusulas, a seu critério.

6.3.1.2 Na hipótese prevista na Cláusula 6.3.1.1, fica desde já acordado que, caso determinado Credor Abrangido tenha conferido qualquer parcela de seu Crédito Abrangido à NewCo no contexto da subscrição das Debêntures da Opção B descrita na Cláusula 6.3.6.6, referida parcela será devolvida, restabelecida ou reconstituída em benefício do respectivo Credor Abrangido.

6.3.2 **Valor dos Ativos.** O valor atribuído a cada Ativo e ao conjunto dos Ativos constará do Anexo G deste Plano e corresponderá ao valor de referência dos Ativos ("Valor de Referência dos Ativos"), o qual servirá de base para a determinação do montante dos Créditos Abrangidos a ser satisfeito mediante a dação em pagamento referente à Parcela NewCo.

6.3.3 **Créditos Inferiores ao Montante da Opção B**. Caso a soma dos Créditos Abrangidos cujos titulares tenham validamente escolhido a Opção B seja inferior à soma do Valor de Referência dos Ativos e do valor nominal agregado das Debêntures da Opção B, observar-se-á a ordem de alocação prevista na Cláusula 6.3.1, de modo que: (i) em primeiro lugar, o valor nominal agregado das Debêntures da Opção B será reduzido na medida necessária para que a soma da Parcela NewCo e da Parcela Debêntures de cada Credor Abrangido não exceda o respectivo Crédito Abrangido, até o limite de sua integral supressão; e (ii) somente na hipótese de a soma dos referidos Créditos Abrangidos ser inferior ao próprio Valor de Referência dos Ativos, as Recuperandas poderão, a seu exclusivo critério, mediante comunicação aos Credores Abrangidos no prazo de 40 (quarenta) dias contados do término do Prazo de Eleição, (a) reduzir proporcionalmente o rol de Ativos a serem integralizados na NewCo, observada a ordem do Anexo G e mantida a proporção entre o valor dos Créditos Abrangidos satisfeitos e o valor dos Ativos transferidos; ou (b) manter a integralização da totalidade dos Ativos, hipótese em que as Participações da NewCo correspondentes à parcela não atribuída aos Credores Abrangidos permanecerão de titularidade das Recuperandas, as quais não conferirão às Recuperandas direito de voto nas deliberações da NewCo. Em nenhuma hipótese

Mauricio Leonardo Hasson Carlos Gil Moreira Ferrei

Clicksign 52a442b3-eceb-4572-9f27-e6c77180c735

o Credor Abrangido receberá, pela soma da Parcela NewCo e da Parcela Debêntures, valor superior ao seu Crédito Abrangido.

6.3.4 **Constituição e Integralização da NewCo.** As Recuperandas obrigam-se a constituir a NewCo e a nela integralizar os Ativos, observadas as condições previstas nesta Cláusula e no Anexo G deste Plano, bem como as disposições relativas à governança, administração, composição societária e demais direitos e obrigações aplicáveis à NewCo previstas nos documentos societários da NewCo, cujas minutas dependerão de prévia aprovação, por escrito, dos Credores Abrangidos que tenham eleito a Opção B – Credores Abrangidos. Para os fins desta Cláusula, consideram-se integrantes de cada Ativo, e serão integralizados na NewCo juntamente com ele ou em sua substituição, conforme o caso, todos os frutos, rendimentos, acessórios, dividendos, juros sobre capital próprio, distribuições, recebimentos e demais valores, bens ou direitos relacionados ou decorrentes do Ativo, inclusive o produto, preço, contraprestação ou qualquer outro benefício econômico resultante de sua alienação, cessão, liquidação, resgate, amortização ou realização, total ou parcial, a qualquer título (em conjunto, "Valores Relacionados aos Ativos"). As Recuperandas obrigam-se, ainda, a integralizar na NewCo, na mesma data da integralização dos Ativos, como componente destes e pelo respectivo valor nominal, a totalidade dos Valores Relacionados aos Ativos recebidos pelas Recuperandas, suas Controladas ou Partes Relacionadas entre a Data do Pedido e a data da efetiva integralização, ou, caso tais valores não estejam, por qualquer motivo, disponíveis para integralização, a substituí-los por outros ativos, de comum acordo com os Credores Abrangidos. Caso qualquer Ativo, ou participação, investimento ou direito que o integre ou nele esteja compreendido, inclusive quotas ou ações de sociedade investida, seja alienado, cedido, liquidado ou de qualquer forma realizado antes da integralização, ou caso tal alienação ocorra no âmbito da própria sociedade investida, a integralidade do respectivo produto e de seus frutos e acessórios será integralizada na NewCo em substituição ao Ativo, sem qualquer dedução, retenção ou compensação, de modo que os Credores Abrangidos que estiverem alocados na Opção B – Credores Abrangidos recebam, por meio da NewCo, a totalidade do benefício econômico do Ativo, como se a NewCo dele fosse titular desde a Data do Pedido; sendo o produto inferior ao valor atribuído ao Ativo no Anexo G, aplicar-se-á, quanto à diferença e a critério do Credor Abrangido, o disposto na Cláusula 6.3.9. Os Valores Relacionados aos Ativos integrarão o valor atribuído ao Ativo correspondente no Anexo G para fins de apuração da Parcela NewCo, sem redução do Valor de Referência dos Ativos e sem duplicidade de pagamento, e sua integralização deverá ser acompanhada de demonstrativo analítico e dos respectivos documentos comprobatórios. Até a efetiva integralização, tais valores serão mantidos segregados, livres de compensação, retenção ou

Mauricio Leonardo Hasson Carlos Gil Moreira Ferrei

Clicksign 52a442b3-eceb-4572-9f27-e6c77180c735

disposição, e as Recuperandas deverão preservar integralmente os Ativos, abstendo-se de praticar qualquer ato que possa afetá-los adversamente, incluindo alienação, oneração, novação, compensação, renegociação ou redução, ressalvados os atos de gestão e cobrança praticados no curso ordinário e as alienações cujo produto seja integralmente destinado à NewCo na forma desta Cláusula. Os Valores Relacionados aos Ativos recebidos após a integralização, inclusive após o encerramento da Recuperação Extrajudicial, serão repassados à NewCo em até 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento. Os poderes conferidos às Recuperandas nas Cláusulas 4.1, 4.2, 4.3, 4.5, 4.10, 4.11 e 4.12 do Plano, inclusive quanto à reorganização societária, oneração, compensação, alienação, exclusão, substituição ou realocação de ativos, não se aplicam aos Ativos, que se sujeitam exclusivamente ao disposto nesta Cláusula 6.3. As Debêntures da Opção B subscritas pela NewCo não constituem Ativos para os fins desta Cláusula 6.3.4 e sujeitam-se exclusivamente ao disposto na Cláusula 6.3.6 e subcláusulas.

6.3.4.1 **Recebimentos Relacionados aos Ativos**. Os Valores Relacionados aos Ativos abrangem integralmente os créditos neles compreendidos, incluindo glosas, valores vencidos e vincendos, revisões, complementos e diferenças cujo fato gerador tenha ocorrido até a data indicada no Anexo G, devendo quaisquer valores decorrentes da reversão, recuperação ou pagamento de glosas ser repassados à NewCo, em dinheiro, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados do respectivo recebimento, ainda que recebidos após o encerramento da Recuperação Extrajudicial. As Recuperandas não poderão priorizar, adiantar ou favorecer o recebimento de créditos de sua própria titularidade em detrimento dos créditos integrantes dos Ativos, devendo os valores recebidos das contrapartes ser destinados na proporção e na ordem em que forem efetivamente recebidos, nem poderão, sem a prévia anuência escrita de cada Credor Abrangido que estiver alocado na Opção B – Credores Abrangidos, alterar vencimentos, cronogramas ou condições de pagamento dos créditos integrantes dos Ativos, celebrar acordo, conceder desconto, compensar valores ou emitir instrução que possa reduzir, postergar ou de qualquer forma prejudicar tais valores.

6.3.5 **Transferência das Participações da NewCo.** As Participações da NewCo correspondentes à Parcela NewCo serão transferidas aos respectivos Credores Abrangidos que estiverem alocados na Opção B – Credores Abrangidos mediante dação em pagamento, na proporção das respectivas Parcelas NewCo, observados os procedimentos e documentos necessários à implementação da transferência. A transferência das Participações da NewCo aos Credores Abrangidos que estiverem alocados na Opção B – Credores Abrangidos

Mauricio Leonardo Hasson Carlos Gril Moreira Ferrei

Clicksign 52a442b3-eceb-4572-9f27-e6c77180c735

precederá necessariamente a subscrição e integralização das Debêntures da Opção B pela NewCo, nos termos da Cláusula 6.3.6.6.

6.3.5.1 **Transferência Direta dos Ativos**. As Recuperandas poderão, mediante prévia anuência escrita de cada Credor Abrangido afetado, em substituição à constituição da NewCo e à integralização dos Ativos, transferir diretamente aos Credores Abrangidos que estiverem alocados na Opção B – Credores Abrangidos, mediante dação em pagamento, os Ativos ou as participações societárias nas sociedades titulares dos Ativos, na proporção das respectivas Parcelas NewCo, aplicando-se a tal transferência, no que couber, o disposto nesta Cláusula 6.3.

6.3.6 **Debêntures da Opção B**. A Parcela Debêntures de cada Credor Abrangido será satisfeita mediante a subscrição e integralização, pela NewCo, com a parcela correspondente do respectivo Crédito Abrangido a ela conferida nos termos da Cláusula 6.3.6.6, de Debêntures da Opção B, assim entendidas as debêntures conversíveis em ações ordinárias de emissão da Oncoclínicas, da espécie quirografária, em série única, a serem emitidas pela Oncoclínicas com valor nominal agregado inicial de R$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), observado o disposto nas Cláusulas 6.3.3, 6.3.6.2, 6.3.6.3, 6.3.9 e 6.3.10. As Debêntures da Opção B observarão as características essenciais previstas na Cláusula 6.3.6.1 e os demais termos e condições previstos no Anexo I deste Plano, que prevalecerão sobre a respectiva escritura de emissão em caso de divergência. As características previstas na Cláusula 6.3.6.1 e o disposto nas Cláusulas 6.3.6.2 e 6.3.6.3 somente poderão ser alterados com a anuência de cada Credor Abrangido que estiver alocado na Opção B – Credores Abrangidos, ainda que as Debêntures da Opção B sejam detidas por meio da NewCo, não se aplicando, nesse caso, a Cláusula 8.2 do Plano.

6.3.6.1 **Características Essenciais**. As Debêntures da Opção B terão as seguintes características essenciais: (i) remuneração correspondente a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, over extra grupo, calculadas e divulgadas pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("CDI"), sendo o valor nominal na data de emissão equivalente à Parcela Debêntures acrescida da remuneração correspondente a 100% (cem por cento) da variação acumulada do CDI desde a Data do Pedido (inclusive) até a data de emissão (exclusive), a partir da data de emissão (inclusive), sobre o valor nominal assim apurado, ou seu saldo, incidirá a referida remuneração até a data do efetivo pagamento ou da conversão (exclusive), incorporada ao saldo devedor e devida na data de vencimento ou, se anterior, na data da conversão, integrando, nesta

Mauricio Leonardo Hasson Carlos Gil Moreira Ferrei

Clicksign 52a442b3-eceb-4572-9f27-e6c77180c735

última hipótese, a base de cálculo da conversão, ressalvadas as condições específicas de apuração e pagamento previstas nas Cláusulas 6.3.6.2 e 6.3.6.3 e vedada qualquer duplicidade no cômputo da remuneração; (ii) vencimento em 5 (cinco) anos contados da data de emissão, até quando poderá ser exercido o direito de conversão, observado que eventual saldo não convertido será liquidado nos termos da Cláusula 6.3.6.2 ou Cláusula 6.3.6.3; (iii) conversibilidade, a qualquer tempo a partir da data de emissão e até a data de vencimento, a exclusivo critério do titular, total ou parcial, mediante uma ou mais solicitações escritas à Oncoclínicas, sem limitação do número de solicitações, em ações ordinárias de emissão da Oncoclínicas. Para cada solicitação, será apurado o saldo devedor atualizado agregado de todas as Debêntures da Opção B nela indicadas, compreendendo o principal e a remuneração acumulada e não paga. Esse saldo agregado será dividido pelo preço de conversão de R$ 3,00 (três reais) por ação, ajustado proporcionalmente em caso de grupamento, desdobramento, bonificação ou evento similar que altere o número de ações em que se divide o capital social da Oncoclínicas ("Preço de Conversão"). O titular receberá a quantidade inteira de ações resultante dessa divisão, sendo exclusivamente a eventual fração remanescente do cálculo agregado liquidada em moeda corrente nacional, pelo valor correspondente à multiplicação dessa fração pelo Preço de Conversão vigente, no prazo previsto no item "(iv)" abaixo. São vedados o arredondamento e a liquidação de frações por debênture antes da agregação prevista neste item. A conversão parcial não prejudicará o direito de conversão do saldo remanescente durante o prazo originalmente previsto, observado, quando as Debêntures da Opção B forem detidas pela NewCo, o disposto na Cláusula 6.3.6.6; (iv) entrega das ações resultantes da conversão, com os mesmos direitos das demais ações ordinárias de emissão da Oncoclínicas, em até 10 (dez) Dias Úteis contados do recebimento, pela Oncoclínicas, da respectiva solicitação de conversão, que independerá de aceitação. A solicitação de conversão apresentada até a data de vencimento permanecerá válida e eficaz ainda que o prazo para entrega das ações termine após essa data, sem que o vencimento implique a sujeição da parcela objeto da solicitação à Liquidação em Dinheiro Voluntária. Caso as ações não sejam entregues no prazo aplicável por razão não imputável ao respectivo Credor Abrangido, ficará assegurado o direito de exigir a Liquidação em Dinheiro Não Voluntária da parcela afetada, nos termos da Cláusula 6.3.6.3 e subcláusulas, inclusive após o vencimento. Quanto à parcela para a qual não tenha sido solicitada a conversão até a data de vencimento, o saldo devedor será pago em moeda corrente nacional, nos termos da Cláusula 6.3.6.2; e (v) ausência de garantia real ou fidejussória.

 Mauricio Leonardo Hasson Carlos Gril Moreira Ferrei

Clicksign 52a442b3-eceb-4572-9f27-e6c77180c735

As Debêntures da Opção B não serão objeto da amortização antecipada obrigatória prevista na Cláusula 9.1 deste Plano nem do Pagamento Antecipado Facultativo previsto na Cláusula 11.5 deste Plano.

6.3.6.2 **Liquidação em Dinheiro Voluntária**. No caso de o Credor Abrangido não solicitar a conversão das Debêntures da Opção B até seu vencimento ou voluntariamente renunciar, por escrito, à conversão ("Liquidação em Dinheiro Voluntária" ou "Pagamento por Não Conversão"), o valor pecuniário devido ao respectivo Credor Abrangido será apurado na data do envio da renúncia à conversão ou na data de vencimento das Debêntures da Opção B sem que tenha sido solicitada a conversão, conforme aplicável ("Data da Não Conversão"), e corresponderá, conforme a situação de cada parcela afetada ("Valor do Pagamento por Não Conversão"): (i) quanto às Debêntures da Opção B já emitidas, ao respectivo saldo devedor, apurado a partir do valor nominal das Debêntures da Opção B abrangidas pelo Pagamento por Não Conversão na data de emissão, acrescido de remuneração correspondente a 100% (cem por cento) da variação acumulada do CDI, incidente desde a data de emissão (inclusive) até a Data da Não Conversão (exclusive); e (ii) quanto às Debêntures da Opção B ainda não emitidas, na hipótese de renúncia à conversão manifestada antes do término do prazo previsto na Cláusula 6.3.7, ao valor da Parcela Debêntures afetada e, se aplicável, do Pagamento Substitutivo, acrescido de remuneração correspondente a 100% (cem por cento) da variação acumulada do CDI, incidente desde a Data do Pedido (inclusive) até a Data da Não Conversão (exclusive).

6.3.6.2.1 **Remuneração do Pagamento por Não Conversão**. Sobre o saldo não amortizado do Valor do Pagamento por Não Conversão incidirá, desde a Data da Não Conversão (inclusive) até a data do efetivo pagamento de cada parcela (exclusive), remuneração correspondente a 100% (cem por cento) da variação acumulada do CDI, calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos ("Remuneração do Pagamento por Não Conversão").

6.3.6.2.2 **Pagamento no Fluxo da Opção A**. O Valor do Pagamento por Não Conversão será pago, observadas a periodicidade e a proporção dos pagamentos de principal e de remuneração, em condições idênticas e pari passu com os fluxos de pagamento das Debêntures da Opção A, nos seguintes termos: (i) a parcela correspondente a 70% (setenta por cento) do Valor do Pagamento

Mauricio Leonardo Hasson Carlos Gil Moreira Ferrei

Clicksign 52a442b3-eceb-4572-9f27-e6c77180c735

por Não Conversão terá o seu principal amortizado nas mesmas datas e nos mesmos percentuais previstos para a Série A no item "(ix)" da Cláusula 6.2.1, e a Remuneração do Pagamento por Não Conversão sobre ela incidente será paga nas Datas de Pagamento da Remuneração da Série A, iniciando-se o pagamento da remuneração somente após a determinação do Valor do Pagamento por Não Conversão, devendo a respectiva remuneração ser obrigatoriamente paga em moeda corrente nacional, vedada a aplicação da Opção de Capitalização prevista no item "(iv)" da Cláusula 6.2.1; (ii) a parcela correspondente a 70% (setenta por cento) do Valor do Pagamento por Não Conversão, acrescida da respectiva Remuneração do Pagamento por Não Conversão, dos valores capitalizados e dos demais encargos aplicáveis, será garantida pela Alienação Fiduciária de Ações sob Condição Suspensiva prevista no item "(x)" da Cláusula 6.2.1, compartilhada com os titulares das debêntures da Série A, em igualdade de condições, pari passu e sem preferência entre si, inclusive quanto ao recebimento do produto de eventual excussão realizada após implementada a condição suspensiva, proporcionalmente aos respectivos saldos devedores garantidos, observado que a eficácia de tal garantia fica subordinada à quitação integral das obrigações garantidas pela Alienação Fiduciária de Ações constituída, em primeiro grau e com exclusividade, em favor dos Credores Apoiadores Modalidade 1; (iii) caso o Valor do Pagamento por Não Conversão seja determinado após uma ou mais datas de amortização da Série A, as Recuperandas deverão pagar ao respectivo credor, em até 10 (dez) Dias Úteis contados da data de determinação, o montante correspondente à aplicação da soma dos percentuais de amortização previstos para as datas já transcorridas sobre a referida parcela de 70% (setenta por cento), incluindo a Remuneração do Pagamento por Não Conversão sobre ela incidente até o efetivo pagamento, nos termos deste Plano; (iv) a parcela correspondente a 30% (trinta por cento) do Valor do Pagamento por Não Conversão terá o seu principal amortizado nas mesmas datas e nos mesmos percentuais previstos para a Série B no item "(iii)" da Cláusula 6.2.2, e a Remuneração do Pagamento por Não Conversão sobre ela incidente será capitalizada e incorporada ao saldo devedor e, posteriormente, paga nas mesmas datas e condições previstas para os juros remuneratórios da Série B no item "(iv)" da Cláusula 6.2.2; e (v) as amortizações e os resgates antecipados, obrigatórios ou facultativos, que venham a ser realizados em relação à Série A ou à Série B nos termos deste Plano, inclusive das Cláusulas 9.1, 9.2, 9.3 e 11.5, serão estendidos, na mesma data e na mesma proporção, à

Mauricio Leonardo Hasson Carlos Gil Moreira Ferrei

Clicksign 52a442b3-eceb-4572-9f27-e6c77180c735

parcela correspondente do Valor do Pagamento por Não Conversão, desde que já tenha sido determinado o Valor do Pagamento por Não Conversão, não se aplicando a este o pagamento alternativo mediante entrega de ações previsto nos itens "(vi)" e "(vii)" da Cláusula 6.2.2. Os pagamentos devidos em relação ao Pagamento por Não Conversão serão realizados pari passu e sem qualquer subordinação em relação aos pagamentos das Debêntures da Opção A, sendo vedado às Recuperandas realizar pagamento às Debêntures da Opção A sem o pagamento simultâneo e proporcional da parcela correspondente do Valor do Pagamento por Não Conversão.

6.3.6.3 **Liquidação em Dinheiro Não Voluntária**. Configurada qualquer das hipóteses da Cláusula 6.3.6.3.1, o respectivo Credor Abrangido (ou a NewCo, na qualidade de titular das Debêntures da Opção B, por solicitação dos sócios ou acionistas afetados) poderá, mediante solicitação escrita às Recuperandas, exigir a liquidação em dinheiro da parcela afetada ("Liquidação em Dinheiro Não Voluntária"). Portanto, para que não restem dúvidas, após a Data da Impossibilidade, o pagamento da Parcela Debêntures e, se aplicável, do Pagamento Substitutivo, será devido nos termos desta Cláusula 6.3.6.3 e subcláusulas, não se confundindo com a Liquidação em Dinheiro Voluntária da Cláusula 6.3.6.2, que será aplicável apenas antes da Data da Impossibilidade, se o Credor Abrangido optante da Opção B renunciar voluntariamente à conversão.

6.3.6.3.1 **Não Aprovação, Não Emissão ou Impossibilidade de Conversão.** Para os fins desta Cláusula, considera-se configurada a impossibilidade de emissão ou conversão das Debêntures da Opção B: (i) na data em que a assembleia geral ou o Conselho de Administração da Oncoclínicas, conforme competente, deliberar pela não aprovação da emissão das Debêntures da Opção B ou de sua conversibilidade em ações; (ii) ao término do prazo previsto na Cláusula 6.3.7, consideradas as prorrogações expressamente admitidas pelo Plano, caso as Debêntures da Opção B devidas ao respectivo Credor Abrangido não tenham sido emitidas por razão não imputável a este; (iii) ao término do prazo previsto no item "(iv)" da Cláusula 6.3.6.1 para entrega das ações, caso, solicitada a conversão pelo titular, as ações correspondentes não lhe tenham sido entregues por razão não imputável a este; ou (iv) na data em que sobrevenha impedimento legal, regulatório, estatutário, judicial ou de qualquer outra natureza que inviabilize, de forma definitiva ou por prazo superior a 60 (sessenta) dias, a conversão das Debêntures da Opção

Mauricio Leonardo Hasson Carlos Gil Moreira Ferrei

Clicksign 52a442b3-eceb-4572-9f27-e6c77180c735

B em ações de emissão da Oncoclínicas (em qualquer caso, a "Data da Impossibilidade").

6.3.6.3.2 A solicitação de Liquidação em Dinheiro Não Voluntária poderá ser apresentada a qualquer tempo a partir da Data da Impossibilidade até: (i) a data de vencimento originalmente prevista para as Debêntures da Opção B; ou (ii) 5 (cinco) anos contados da Data da Impossibilidade, caso as Debêntures da Opção B não tenham sido emitidas. O termo final previsto no item "(i)" não se aplicará quando a Data da Impossibilidade ocorrer após o vencimento em decorrência de solicitação de conversão apresentada até a data de vencimento, hipótese em que o direito de exigir a Liquidação em Dinheiro Não Voluntária da parcela afetada permanecerá assegurado e poderá ser exercido a partir da Data da Impossibilidade. A data de apresentação da solicitação de pagamento será denominada "Data de Solicitação". Nas hipóteses sujeitas aos prazos dos itens "(i)" e "(ii)", caso o Credor Abrangido não solicite o pagamento até o respectivo termo final, será considerada como Data de Solicitação o último dia do prazo aplicável.

6.3.6.3.3 A solicitação implicará, na Data de Solicitação, o vencimento antecipado das Debêntures da Opção B atingidas, caso já emitidas, ou, caso não tenham sido emitidas, a constituição de obrigação pecuniária autônoma das Recuperandas correspondente à Parcela Debêntures afetada e, se aplicável, do Pagamento Substitutivo, independentemente de qualquer nova aprovação societária ou da efetiva emissão dos títulos.

6.3.6.3.4 As Recuperandas efetuarão o pagamento em dinheiro da parcela afetada em até 30 (trinta) dias contados da Data de Solicitação, sendo a data do efetivo pagamento denominada "Data de Pagamento". O montante devido corresponderá, conforme a situação de cada parcela afetada: **(i)** quanto às Debêntures da Opção B já emitidas, ao respectivo saldo devedor, apurado a partir do valor nominal das Debêntures da Opção B atingidas na data de emissão, acrescido de remuneração correspondente a 100% (cem por cento) da variação acumulada do CDI, incidente desde a data de emissão (inclusive) até a Data de Pagamento (exclusive); e **(ii)** quanto às Debêntures da Opção B ainda não emitidas, ao valor da Parcela Debêntures afetada e, se aplicável, do Pagamento Substitutivo, acrescido de remuneração correspondente a 100% (cem por cento)

 Mauricio Leonardo Hasson Carlos Gil Moreira Ferrei

Clicksign 52a442b3-eceb-4572-9f27-e6c77180c735

da variação acumulada do CDI, incidente desde a Data do Pedido (inclusive) até a Data de Pagamento (exclusive).

6.3.6.4 **Compromisso de Emissão e Atos Societários**. As Recuperandas obrigam-se, em caráter irrevogável e irretratável, a praticar, no prazo previsto na Cláusula 6.3.7, todos os atos necessários à emissão, subscrição, integralização, escrituração e disponibilização das Debêntures da Opção B à NewCo (ou, na hipótese da Cláusula 6.3.5.1, aos Credores Abrangidos), inclusive: (i) convocar e realizar, em até 75 (setenta e cinco) dias contados do término do Prazo de Eleição, a deliberação do Conselho de Administração da Oncoclínicas sobre a emissão das Debêntures da Opção B e as condições de conversão, dentro do limite do capital autorizado, nos termos do artigo 59, §2º, da Lei das S.A., ou, caso a emissão não possa ser aprovada dentro do limite do capital autorizado, convocar e realizar assembleia geral extraordinária para aprovação da referida emissão e condições de conversão; (ii) celebrar a escritura de emissão e promover os registros e arquivamentos exigidos pela Lei Aplicável; (iii) manter, enquanto houver Debêntures da Opção B em circulação, capital autorizado ou aprovação de aumento de capital em montante suficiente para a conversão integral das Debêntures da Opção B pelo Preço de Conversão; (iv) abster-se de promover as alterações estatutárias referidas no artigo 57, §2º, da Lei das S.A. sem a prévia aprovação dos titulares das Debêntures da Opção B; (v) fazer constar da deliberação societária e da escritura de emissão que a conversão das Debêntures da Opção B não importará, para o respectivo titular, obrigação de realizar oferta pública de aquisição de ações, obtendo, se necessário, a dispensa de aplicação de disposição estatutária, observados os quóruns de instalação e deliberação e demais procedimentos de governança aplicáveis para tanto; e (vi) caso a assembleia geral ou o Conselho de Administração não aprove a emissão ou a conversibilidade das Debêntures da Opção B, ou caso a emissão não ocorra no prazo da Cláusula 6.3.7 por razão não imputável ao Credor Abrangido, cumprir o disposto na Cláusula 6.3.6.3.

6.3.6.5 **Direito de Preferência**. A emissão das Debêntures da Opção B observará o direito de preferência dos acionistas da Oncoclínicas previsto nos artigos 57, §1º, e 171, §3º, da Lei das S.A., pelo prazo mínimo previsto na Lei das S.A. e no estatuto social da Oncoclínicas. O exercício do direito de preferência por acionista da Oncoclínicas somente será admitido mediante integralização, em moeda corrente nacional e à vista, do preço de subscrição das Debêntures da Opção B por ele subscritas, vedada a integralização mediante capitalização de créditos, compensação, bens ou

 Mauricio Leonardo Hasson Carlos Gil Moreira Ferrei

Clicksign 52a442b3-eceb-4572-9f27-e6c77180c735

qualquer outra forma. As importâncias assim pagas pelos acionistas serão obrigatoriamente destinadas, pela Oncoclínicas, à satisfação da Parcela Debêntures correspondentemente reduzida, sendo entregues, em dinheiro e em até 5 (cinco) Dias Úteis contados do respectivo recebimento, à NewCo (ou, na hipótese da Cláusula 6.3.5.1, diretamente aos Credores Abrangidos afetados, na proporção das respectivas Parcelas Debêntures), por aplicação analógica do artigo 171, §2º, da Lei das S.A., operando-se, na medida do valor assim recebido, a quitação da Parcela Debêntures. É vedado à Oncoclínicas dar às importâncias recebidas dos acionistas destinação diversa da prevista nesta Cláusula, inclusive sua retenção, compensação ou utilização para qualquer outra finalidade.

6.3.6.6 Subscrição pela NewCo. As Debêntures da Opção B serão subscritas e integralizadas exclusivamente pela NewCo, necessariamente após a transferência das Participações da NewCo aos Credores Abrangidos na forma da Cláusula 6.3.5, de modo que os Credores Abrangidos que optarem pela Opção B – Credores Abrangidos participem das Debêntures da Opção B por meio de sua participação na NewCo, na proporção das respectivas Participações da NewCo. Para tanto, cada Credor Abrangido que optar pela Opção B – Credores Abrangidos, em razão da eleição desta opção de pagamento e independentemente de qualquer outra formalidade, após receber as Participações da NewCo que lhe couberem: (i) transferirá a parcela de seu Crédito Abrangido correspondente à Parcela Debêntures que será utilizada pela NewCo na integralização das Debêntures da Opção B; e (ii) autoriza a NewCo, representada por seus administradores, a praticar todos os atos necessários à subscrição, integralização, escrituração e titularidade das Debêntures da Opção B, inclusive a assinatura do boletim de subscrição e a adesão à respectiva escritura de emissão. A ordem de implementação prevista nesta Cláusula — primeiro a transferência das Participações da NewCo aos Credores Abrangidos e, em seguida, a subscrição e integralização das Debêntures da Opção B pela NewCo — é condição da Opção B, não podendo as Debêntures da Opção B ser subscritas pela NewCo enquanto esta permaneça integralmente controlada pelas Recuperandas. Os documentos societários da NewCo assegurarão aos seus sócios ou acionistas o exercício, por meio da NewCo e na proporção de suas Participações da NewCo, dos direitos inerentes às Debêntures da Opção B, inclusive quanto à conversão prevista no item "(iii)" da Cláusula 6.3.6.1 e à solicitação de liquidação em dinheiro prevista na Cláusula 6.3.6.3, bem como a distribuição, aos sócios ou acionistas da NewCo, das ações ou valores recebidos em decorrência das Debêntures da Opção B. Na hipótese da Cláusula 6.3.5.1, as Debêntures da Opção B serão

Clicksign 52a442b3-eceb-4572-9f27-e6c77180c735

subscritas e integralizadas diretamente pelos Credores Abrangidos, com a parcela correspondente de seus Créditos Abrangidos, aplicando-se, no que couber, o disposto nesta Cláusula.

6.3.7 **Prazo de Implementação.** A emissão das Debêntures da Opção B e a sua subscrição e integralização pela NewCo (ou, na hipótese da Cláusula 6.3.5.1, pelos Credores Abrangidos) ocorrerão no prazo de até 90 (noventa) dias contados da Homologação do Plano ou do término do Prazo de Eleição, o que ocorrer por último, prevalecendo este prazo sobre os previstos no item (i) da Cláusula 6.3.6.4 e na Cláusula 8.1.2, devendo as aprovações societárias necessárias ser obtidas com antecedência suficiente para o integral cumprimento do prazo de exercício do direito de preferência dos acionistas e a conclusão da emissão, subscrição e integralização dentro do referido prazo. Ressalva-se exclusivamente a pendência de registro, autorização ou manifestação de autoridade pública ou órgão regulador indispensável à emissão, hipótese em que o prazo ficará suspenso pelo período em que a pendência impedir sua conclusão, limitada a suspensão a 60 (sessenta) dias, no total, independentemente do número de pendências, observado o prazo máximo de 150 (cento e cinquenta) dias contados do marco inicial acima definido. Os prazos desta Cláusula e da Cláusula 6.3.7.1 não dependem da aprovação de documentos pelo Comitê de Credores e não estão sujeitos à prorrogação prevista no item "(iv)" da Cláusula 10.1.3 deste Plano. Caso, ao término do prazo desta Cláusula, a transferência das Participações da NewCo aos Credores Abrangidos ainda não tenha sido concluída em razão de prorrogação validamente admitida na Cláusula 6.3.7.1, as Debêntures da Opção B serão, a critério de cada Credor Abrangido, (a) subscritas e integralizadas diretamente pelo próprio Credor Abrangido, com a parcela correspondente de seu Crédito Abrangido, aplicando-se, no que couber, a parte final da Cláusula 6.3.6.6; ou (b) subscritas pela NewCo em até 30 (trinta) dias contados da referida transferência, observado o prazo máximo previsto na Cláusula 6.3.7.1.

6.3.7.1 A constituição da NewCo, a integralização dos Ativos e a transferência das Participações da NewCo aos Credores Abrangidos estiverem alocados na Opção B – Credores Abrangidos ocorrerão no prazo de até 30 (trinta) dias contados da última a ocorrer entre as seguintes datas: (i) a Homologação do Plano; (ii) o término do Prazo de Eleição; e (iii) quando aplicável, o término do prazo previsto na Cláusula 6.3.3 para comunicação da escolha das Recuperandas quanto à redução dos Ativos ou à manutenção de sua integralização. Esse prazo será prorrogável, exclusivamente quanto às providências afetadas, pelo período em que estiver pendente ato de terceiro, autoridade pública ou órgão regulador indispensável à implementação da operação, limitado a,

Mauricio Leonardo Hasson Carlos Gil Moreira Ferrei

Clicksign 52a442b3-eceb-4572-9f27-e6c77180c735

no total, 120 (cento e vinte) dias contados do marco inicial definido neste parágrafo.

6.3.7.2 A suspensão prevista na Cláusula 6.3.7 e a prorrogação prevista na Cláusula 6.3.7.1 somente serão admitidas por razões não imputáveis às Recuperandas, mediante comunicação aos Credores Abrangidos antes do término do respectivo prazo ordinário, acompanhada da comprovação da pendência e da adoção tempestiva das providências necessárias à sua resolução, sem prejuízo do cumprimento das demais obrigações cuja execução independa do ato pendente. Superado o prazo original ou, quando cabível, o prazo validamente prorrogado em relação a determinado Ativo, sem que sua transferência tenha sido concluída, aplicar-se-á o disposto na Cláusula 6.3.9.

6.3.8 **Anuências de Terceiros.** As Recuperandas envidarão seus melhores esforços para obter as anuências, autorizações e consentimentos de terceiros necessários à integralização dos Ativos e à implementação da dação em pagamento, bem como para praticar, e fazer com que suas Controladas pratiquem, todos os atos societários, registros e demais providências necessárias à emissão, subscrição, integralização, escrituração e conversão das Debêntures da Opção B.

6.3.9 **Impossibilidade de Transferência de Ativo.** Caso não seja obtida, no prazo aplicável ao respectivo Ativo previsto na Cláusula 6.3.7.1, consideradas as prorrogações validamente admitidas, qualquer anuência, autorização ou consentimento necessário à sua integralização, ou caso sua integralização não seja concluída nesse prazo por qualquer outra razão não imputável ao respectivo Credor Abrangido, o Ativo será excluído da operação, com a correspondente redução do Valor de Referência dos Ativos, sem redução ou extinção da parcela do Crédito Abrangido que seria satisfeita mediante sua integralização. O mesmo se aplicará caso seja constatada, antes do término do referido prazo, a impossibilidade definitiva de integralização do Ativo. Caso a não integralização decorra de ato, omissão ou fato imputável às Recuperandas, o Credor Abrangido poderá, alternativamente à exclusão do Ativo, exigir o cumprimento da obrigação de integralizá-lo ou exercer os direitos previstos na Cláusula 6.3.10.3.

6.3.9.1 A parcela do valor atribuído ao Ativo no Anexo G correspondente à Parcela NewCo de cada Credor Abrangido afetado e não satisfeita, observadas as regras de alocação das Cláusulas 6.3.1 e 6.3.3, será satisfeita, à escolha do respectivo Credor Abrangido: **(a)** mediante substituição do Ativo por outro previamente aprovado por escrito pelo Credor Abrangido, em valor suficiente à satisfação da parcela afetada; **(b)**

 Mauricio Leonardo Hassson Carlos Gil Moreira Ferrei

Clicksign 52a442b3-eceb-4572-9f27-e6c77180c735

nos termos da alínea "(a)" do item "(iii)" da Cláusula 6.3.1; **(c)** mediante acréscimo da parcela afetada à respectiva Parcela Debêntures, por meio da emissão de Debêntures da Opção B, inclusive adicionais, e, quando cabível, do correspondente aditamento à escritura de emissão; **(d)** mediante renegociação, com as Recuperandas, do valor atribuído ao Ativo afetado, visando à quitação da parcela correspondente do Crédito Abrangido, por acordo escrito que estabeleça o valor, a forma e o prazo de pagamento; ou **(e)** mediante resolução parcial da dação em pagamento em relação ao Ativo afetado, restabelecendo-se a obrigação original na proporção correspondente, deduzidos os valores líquidos efetivamente recebidos em satisfação dessa mesma parcela.

6.3.9.2 As Recuperandas comunicarão aos Credores Abrangidos afetados a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas nesta Cláusula em até 5 (cinco) Dias Úteis, acompanhada de demonstrativo dos valores individualmente atribuíveis a cada credor. A escolha será manifestada por escrito em até 30 (trinta) dias contados do recebimento da comunicação e do demonstrativo. A substituição prevista na alínea "(a)" deverá ser acordada e implementada em até 30 (trinta) dias contados do recebimento da escolha, salvo prazo maior expressamente aceito pelo respectivo Credor Abrangido. Não havendo acordo ou não sendo concluída a substituição nesse prazo, o Credor Abrangido poderá escolher qualquer das demais alternativas.

6.3.9.3 Na hipótese da alínea "(c)", a Oncoclínicas obriga-se a concluir os atos necessários à emissão, subscrição e integralização das Debêntures da Opção B em até 60 (sessenta) dias contados do recebimento da escolha do respectivo Credor Abrangido, observadas as aprovações societárias, o direito de preferência previsto na Cláusula 6.3.6.5 e as demais formalidades aplicáveis. O acréscimo ao valor nominal agregado corresponderá exclusivamente à soma das parcelas dos Credores Abrangidos que tenham escolhido essa alternativa, cabendo a cada um o valor de sua própria parcela afetada e não satisfeita.

6.3.9.4 O valor acrescido fará jus à remuneração prevista no item (i) da Cláusula 6.3.6.1 desde a Data do Pedido até o efetivo pagamento ou conversão e não se sujeitará à redução prevista na Cláusula 6.3.3. Aplicar-se-á a essa parcela o disposto nas Cláusulas 6.3.6.2 e 6.3.6.3, considerando-se como prazo de emissão, para esse fim, o prazo específico estabelecido nesta Cláusula, sem alteração dos prazos ou prejuízo dos direitos relativos à Parcela Debêntures originalmente devida.

Mauricio Leonardo Hasson Carlos Gil Moreira Ferrei

Clicksign 52a442b3-eceb-4572-9f27-e6c77180c735

6.3.9.5 A adoção de alternativas distintas pelos Credores Abrangidos implicará, quando necessário, o ajuste da alocação das Participações da NewCo aos valores efetivamente satisfeitos por esse meio, vedada a duplicidade de satisfação da mesma parcela do Crédito Abrangido. A escolha de uma das alternativas desta Cláusula afastará, quanto à parcela afetada e durante os prazos específicos de sua implementação, a resolução prevista na Cláusula 6.3.1.1, sem importar quitação antes da efetiva satisfação da obrigação correspondente.

6.3.10 Vícios, Evicção, Não Implementação e Descumprimento. Na hipótese de, após a transferência das Participações da NewCo aos Credores Abrangidos, ser verificada a inexistência, invalidade, inexigibilidade ou evicção de qualquer dos Ativos, o Credor Abrangido poderá, a seu exclusivo critério, mediante notificação às Recuperandas, exigir: (i) o saneamento do respectivo vício no prazo de 60 (sessenta) dias contados do recebimento da notificação; (ii) a substituição do Ativo por outro previamente aprovado pelo Credor Abrangido, observados, no que couber, o procedimento e o prazo previstos na Cláusula 6.3.9; (iii) o acréscimo, ao valor nominal agregado das Debêntures da Opção B, da parcela do valor atribuído ao Ativo afetado no Anexo G correspondente ao respectivo Credor Abrangido, observados o procedimento, os critérios de alocação e a remuneração previstos na Cláusula 6.3.9; (iv) a renegociação, com as Recuperandas, do valor atribuído ao Ativo afetado, visando à quitação da parcela correspondente do Crédito Abrangido, mediante acordo escrito que estabeleça o valor, a forma e o prazo de pagamento; ou (v) a resolução parcial da dação em pagamento em relação ao Ativo afetado, restabelecendo-se a obrigação original na proporção correspondente, deduzidos os valores líquidos efetivamente recebidos em satisfação dessa mesma parcela.

6.3.10.1 Decorrido o prazo previsto no item "(i)" sem o saneamento do vício, o Credor Abrangido poderá optar por qualquer das demais alternativas. Não havendo acordo quanto à substituição ou à renegociação previstas nos itens "(ii)" e "(iv)", o Credor Abrangido poderá, a qualquer tempo, optar por outra alternativa aplicável, sem obrigação de prosseguir nas tratativas.

6.3.10.2 A não implementação, total ou parcial, das obrigações previstas neste Plano relativas à satisfação do Crédito Abrangido pela Opção B, inclusive a integralização dos Ativos, a transferência das Participações da NewCo, a emissão, subscrição e integralização das Debêntures da Opção B e a realização dos pagamentos devidos, bem como o descumprimento das obrigações decorrentes da alternativa escolhida pelo Credor Abrangido nos termos desta Cláusula, nos

Mauricio Leonardo Hasson Carlos Gil Moreira Ferrei

Clicksign 52a442b3-eceb-4572-9f27-e6c77180c735

respectivos prazos e condições, caracterizará descumprimento do Plano. Para esse fim, serão consideradas exclusivamente as prorrogações validamente admitidas e os prazos específicos de implementação das alternativas escolhidas pelo Credor Abrangido.

6.3.10.3 Configurado o descumprimento, o Credor Abrangido poderá, a seu exclusivo critério, mediante notificação às Recuperandas, exigir o cumprimento da obrigação inadimplida ou optar pela resolução da reestruturação prevista no Plano quanto à parcela do Crédito Abrangido afetada, reconhecendo-se a subsistência ou restabelecendo-se, conforme aplicável, a obrigação original correspondente, deduzidos os valores líquidos efetivamente recebidos em satisfação dessa mesma parcela. Ficam preservados os remédios específicos previstos nas demais cláusulas do Plano, inclusive a liquidação em dinheiro nas hipóteses de não aprovação, não emissão ou impossibilidade de conversão das Debêntures da Opção B, bem como o direito de promover a cobrança judicial das obrigações exigíveis e pleitear as perdas e danos cabíveis, vedada a duplicidade de satisfação da mesma parcela do Crédito Abrangido. O disposto nesta Cláusula aplica-se independentemente do previsto na Cláusula 14 do Plano, inclusive quanto a quórum, notificação coletiva e efeitos da novação, observados exclusivamente os prazos previstos nesta Cláusula 6.3.

6.3.11 <u>Efeito da Dação em Pagamento.</u> A transferência das Participações da NewCo ao respectivo Credor Abrangido, na forma desta Cláusula, constituirá dação em pagamento do respectivo Crédito Abrangido e implicará a quitação do Crédito Abrangido na exata medida do valor atribuído às Participações da NewCo transferidas, apurado nos termos deste Plano, sem deságio ou acréscimo. A quitação não abrangerá a parcela do valor atribuído a Ativo que, após a transferência das Participações da NewCo, venha a ser excluído da operação, realizado por valor inferior ao atribuído no Anexo G ou afetado por vício ou evicção, a qual será satisfeita na forma das Cláusulas 6.3.4, 6.3.9 e 6.3.10, conforme o caso. A subscrição e a integralização das Debêntures da Opção B pela NewCo (ou, na hipótese da Cláusula 6.3.5.1, pelo Credor Abrangido) implicarão a quitação do Crédito Abrangido na exata medida da Parcela Debêntures. A quitação prevista nesta Cláusula fica sujeita ao disposto na Cláusula 6.3.1.1.

6.3.12 <u>Quitação.</u> A efetiva transferência das Participações da NewCo e a subscrição e integralização das Debêntures da Opção B, na forma das Cláusulas 6.3.1 a 6.3.11, em conjunto com a realização integral do Pagamento Substitutivo, quando aplicável, implicarão a quitação plena, irrevogável e irretratável do respectivo Crédito Abrangido, inclusive quanto ao principal, correção monetária,

Mauricio Leonardo Hasson Carlos Gil Moreira Ferrei

Clicksign 52a442b3-eceb-4572-9f27-e6c77180c735

juros, multas, penalidades e demais encargos eventualmente incidentes, permanecendo o Credor Abrangido titular exclusivamente dos direitos decorrentes das Participações da NewCo recebidas e, por meio da NewCo ou diretamente, conforme o caso, das Debêntures da Opção B, ressalvadas exclusivamente as obrigações de repasse previstas nas Cláusulas 6.3.4 e 6.3.4.1, as obrigações decorrentes dos Instrumentos Definitivos e o disposto nas Cláusulas 6.3.6.2, 6.3.6.3, 6.3.9, 6.3.10 e subcláusulas. A quitação prevista nesta Cláusula abrange a totalidade do Crédito Abrangido, inclusive eventual parcela controversa, ainda que não considerada no dimensionamento da Parcela NewCo, da Parcela Debêntures e do Pagamento Substitutivo nos termos da Cláusula 6.3.1, à qual o Credor Abrangido, pela eleição da Opção B, renuncia de forma irrevogável e irretratável, com eficácia a partir da implementação integral das providências previstas na Cláusula 6.3.1.1, não fazendo jus a qualquer pagamento, por qualquer Opção de Pagamento, em relação a tal parcela, ressalvado o disposto na Cláusula 6.3.1.1 na hipótese de não implementação.

6.3.13 Instrumentos Definitivos. As declarações, garantias, indenizações e demais condições aplicáveis à transferência de cada Ativo relacionado no Anexo G, bem como a validação, pelo Credor Abrangido, da composição, titularidade e suficiência econômica dos Ativos (a qual não limitará a responsabilidade das Recuperandas prevista nesta Cláusula 6.3), constarão de instrumentos definitivos a serem celebrados entre as Recuperandas e cada Credor Abrangido que eleger a Opção B ("Instrumentos Definitivos"), os quais conterão, no mínimo, declarações e garantias das Recuperandas quanto à existência, titularidade, validade, exigibilidade e ausência de ônus dos Ativos e a correspondente obrigação de indenizar, serão negociados entre as Recuperandas e cada Credor Abrangido após a Homologação do Plano, dentro do prazo previsto na Cláusula 6.3.7.1, não se sujeitando à aprovação do Comitê de Credores prevista na Cláusula 8.6 e no item "(i)" da Cláusula 10.1.3, observadas as disposições deste Plano. Não havendo acordo quanto aos Instrumentos Definitivos nesse prazo, por razão não imputável ao Credor Abrangido, ficará caracterizado o descumprimento do Plano pelas Recuperandas, aplicando-se o disposto nas Cláusulas 6.3.1.1 e 6.3.10.

6.4 Opção C – Credores Abrangidos. Os Credores Abrangidos que escolherem expressamente esta opção de pagamento, bem como aqueles que forem automaticamente enquadrados nesta opção nos termos deste Plano, terão 20% (vinte por cento) do valor de seus respectivos Créditos Abrangidos satisfeitos mediante a entrega de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, a serem emitidas pela Oncoclínicas ("Debêntures da Opção C"), observados os termos e condições previstos nesta Cláusula e na respectiva escritura de emissão ("Opção C – Credores Abrangidos" ou "Opção C").

Mauricio Leonardo Hasson Carlos Gil Moreira Ferrei

Clicksign 52a442b3-eceb-4572-9f27-e6c77180c735

6.4.1 **Extinção do Saldo Remanescente**. A parcela correspondente a 80% (oitenta por cento) do valor do Crédito Abrangido alocado à Opção C não será objeto de pagamento e será extinta, para todos os fins de direito, mediante a Homologação do Plano, produzindo os efeitos da novação prevista na Cláusula 5.1 e no artigo 163 da LRF, de modo que, entregues as Debêntures da Opção C na forma desta Cláusula, nada mais poderá ser exigido das Recuperandas, de suas Controladas ou de suas Partes Relacionadas em relação à referida parcela do Crédito Abrangido, seja a que título for.

6.4.1.1 A extinção de que trata a Cláusula 6.4.1 decorre da vinculação de todos os Credores Abrangidos aos termos deste Plano, nos termos dos artigos 163 e 165 da LRF, e independe de declaração de renúncia, anuência ou manifestação individual do respectivo Credor Abrangido, aplicando-se igualmente aos Credores Abrangidos enquadrados na forma da Cláusula 6.1.1.

6.4.2 **Condições de Pagamento**. As Debêntures da Opção C serão pagas de acordo com as seguintes condições:

(i) **Principal**. O principal será pago em parcela única, no 15º (décimo quinto) aniversário da respectiva data de emissão.

(ii) **Encargos**. Correção monetária pela variação do IPCA/IBGE, incidente a partir da respectiva data de emissão até a data do efetivo pagamento. Os respectivos encargos serão incorporados anualmente ao saldo devedor, sendo pagos juntamente com o principal, na data de vencimento das Debêntures da Opção C.

(iii) **Resgate Antecipado**. A Oncoclínicas poderá, a seu exclusivo critério e sem a incidência de qualquer penalidade ou prêmio, realizar o resgate antecipado, total ou parcial, das Debêntures da Opção C que estejam em circulação, observado o disposto na respectiva escritura de emissão e na Cláusula 11.6.

6.4.3 **Escritura de Emissão**. Os termos e condições das Debêntures da Opção C serão estabelecidos na respectiva escritura de emissão, que deverá observar as disposições desta Cláusula e deste Plano.

6.4.4 **Quitação.** A entrega das Debêntures da Opção C constituirá, para todos os fins deste Plano, a forma de pagamento da parcela dos Créditos Abrangidos correspondente ao valor das respectivas Debêntures, implicando a novação,

Mauricio Leonardo Hasson Carlos Gil Moreira Ferrei

Clicksign 52a442b3-eceb-4572-9f27-e6c77180c735

reestruturação e quitação dessa parcela, permanecendo os respectivos Credores Abrangidos titulares dos direitos decorrentes das Debêntures da Opção C, nos termos desta Cláusula e da respectiva escritura de emissão.

6.5 **Opção D – Credores Abrangidos.** Os Credores Abrangidos que escolherem esta opção de pagamento terão a totalidade de seus Créditos Abrangidos satisfeita mediante a subscrição e integralização de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, a serem emitidas pela Oncoclínicas ("Debêntures da Opção D"), observados os termos e condições previstos nesta Cláusula e na respectiva escritura de emissão ("Opção D – Credores Abrangidos" ou "Opção D"). A Opção D poderá ser eleita por qualquer Credor Abrangido.

6.5.1 **Condições de Pagamento**. As Debêntures da Opção D serão pagas de acordo com as seguintes condições:

(i) **Valor de Emissão**. As Debêntures da Opção D serão emitidas para que contenham o valor de emissão equivalente a 100% (cem por cento) do valor do Crédito Abrangido do Credor Abrangido que validamente eleger a Opção D, ajustado pela variação acumulada do IPCA/IBGE, acrescida de juros remuneratórios de 3% (três por cento) ao ano, incidentes entre a Data do Pedido e a data de emissão das Debêntures da Opção D ("Data de Emissão das Debêntures Opção D").

(ii) **Amortização**. O saldo devedor das Debêntures da Opção D será amortizado em 4 (quatro) parcelas anuais, iguais e consecutivas, com vencimentos no último Dia Útil de janeiro de cada ano, vencendo-se a primeira em janeiro de 2037 e a última em janeiro de 2040.

(iii) **Encargos.** As Debêntures da Opção D serão acrescidas de correção monetária pela variação do IPCA/IBGE, incidente desde a Data de Emissão das Debêntures Opção D até a data do efetivo pagamento, sendo os respectivos valores incorporados ao saldo devedor, e de juros remuneratórios de 3% ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis decorridos sobre o saldo devedor atualizado. Até o último Dia Útil de janeiro de 2036 (inclusive), os juros remuneratórios serão automaticamente capitalizados e incorporados ao saldo devedor atualizado no último Dia Útil de janeiro de cada ano, passando a integrar a base de cálculo da correção monetária e dos juros remuneratórios, sem que tal capitalização constitua inadimplemento ou mora; a partir de

Mauricio Leonardo Hasson Carlos Gil Moreira Ferrei

Clicksign 52a442b3-eceb-4572-9f27-e6c77180c735

então, os juros remuneratórios serão pagos anualmente, juntamente com cada parcela de amortização prevista no item "(ii)" acima.

(iv) **Amortizações Antecipadas**. As Debêntures da Opção D não serão objeto da amortização antecipada obrigatória prevista na Cláusula 9.1 deste Plano (cash sweep) nem nas Cláusulas 9.2, sem prejuízo do Pagamento Antecipado Facultativo previsto na Cláusula 11.6.

(v) **Pagamento Exclusivamente em Moeda Corrente**. As Debêntures da Opção D não serão conversíveis em ações, sendo vedado o seu resgate ou pagamento, a qualquer título, mediante a entrega de ações de emissão da Oncoclínicas, e o seu pagamento será realizado exclusivamente em moeda corrente nacional. As Debêntures da Opção D serão obrigatoriamente objeto de oferta pública de distribuição, nos termos da Resolução CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada, e depositadas para negociação em mercado de balcão organizado administrado pela B3, sendo vedada a sua colocação privada e não se lhes aplicando a faculdade prevista na Cláusula 8.3.

6.5.2 **Eleição**. A Eleição da Opção D deverá ser manifestada expressamente no Termo de Adesão ou no Termo de Eleição, conforme o caso, em caráter irrevogável e irretratável, e aplicar-se-á à totalidade dos Créditos Abrangidos do respectivo Credor Abrangido, nos termos da Cláusula 6.1.3.

6.5.3 **Escritura de Emissão**. Os termos e condições das Debêntures da Opção D serão estabelecidos na respectiva escritura de emissão, que deverá observar as disposições desta Cláusula e deste Plano.

6.5.4 **Quitação**. A entrega das Debêntures da Opção D constituirá, para todos os fins deste Plano, a forma de pagamento dos Créditos Abrangidos correspondentes ao valor das respectivas Debêntures, implicando a novação, reestruturação e quitação de tais Créditos Abrangidos, permanecendo os respectivos Credores Abrangidos titulares dos direitos decorrentes das Debêntures da Opção D, nos termos desta Cláusula e da respectiva escritura de emissão.

7. CREDORES APOIADORES

7.1 **Credores Apoiadores Modalidade 1.** Poderão eleger a opção de pagamento prevista nesta Cláusula os Credores Abrangidos que não sejam titulares de Créditos Abrangidos decorrentes de operações de natureza financeira ou de mercado de capitais,

Mauricio Leonardo Hasson Carlos Gil Moreira Ferrei

Clicksign 52a442b3-eceb-4572-9f27-e6c77180c735

nem de Créditos Intercompany, e que, cumulativamente, ***(i)*** mantenham, durante o Período de Parceria, relação comercial de fornecimento de bens ou prestação de serviços essenciais ao Grupo Oncoclínicas, incluindo, mas sem se limitar, a prestação de serviços médicos e assistenciais, serviços de diagnóstico, análises clínicas e laboratoriais, serviços de apoio e suporte à atividade médico-hospitalar, serviços de tecnologia da informação e sistemas, serviços de manutenção, conservação e assistência técnica, serviços de segurança, limpeza, logística, transporte e armazenamento, serviços administrativos e de apoio operacional, bem como o fornecimento de medicamentos, materiais médico-hospitalares, materiais laboratoriais, insumos, equipamentos e demais bens necessários às atividades das Recuperandas; ***(ii)*** assumam o compromisso de conceder às Recuperandas o maior prazo de pagamento entre (a) o prazo originalmente previsto no contrato que regia a relação comercial, ou (b) 90 (noventa) dias, contados da data de cada respectivo faturamento, relativamente aos fornecimentos de bens ou prestação de serviços contratados durante o Período de Parceria; e ***(iii)*** suspendam e/ou se comprometam a não ajuizar qualquer medida judicial, arbitral, administrativa ou extrajudicial contra qualquer das Recuperandas relacionada aos Créditos Abrangidos ("Credores Apoiadores Modalidade 1"). A observância do prazo de pagamento previsto no item "(ii)" durante o Período de Parceria, bem como o cumprimento do previsto nos itens "(i)" e "(iii)", constituirão condições para manutenção do tratamento previsto nesta Cláusula ("Condições de Parceria"). As Condições de Parceria limitam-se, em qualquer caso, a saldo devedor em aberto de Créditos Novos 90 Dias, por Credor Apoiador Modalidade 1, não superior a R$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais) ("Teto de Exposição"), o qual pode ser renegociado de comum acordo entre as Recuperandas e o respectivo Credor Apoiador Modalidade 1, não constituindo descumprimento das Condições de Parceria (a) a recusa de novos fornecimentos ou a exigência de pagamento antecipado ou à vista de pedidos que excedam o Teto de Exposição; (b) a redução do volume de fornecimentos decorrente de redução das compras pelas Recuperandas; ou (c) a recusa de novos fornecimentos com o prazo de pagamento previsto no item "(ii)" acima, ou a exigência de pagamento antecipado ou à vista, enquanto a Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Contas Vinculadas não estiver constituída, aperfeiçoada ou mantida em observância ao Índice Mínimo de Cobertura, considerado o respectivo fornecimento, inclusive por insuficiência de direitos creditórios ou de saldo nas contas vinculadas, qualquer que seja a causa.

7.1.1 Condições de Pagamento. Os Créditos Abrangidos detidos pelos Credores Apoiadores Modalidade 1 serão satisfeitos mediante a subscrição e integralização de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, a serem emitidas pela Oncoclínicas em tantas séries quantos forem os Credores Apoiadores Modalidade 1 que aderirem à opção de pagamento prevista nesta Cláusula 7.1, sendo cada série destinada exclusivamente a cada Credor Apoiador Modalidade 1, em valor equivalente ao

 Mauricio Leonardo Hasson Carlos Gil Moreira Ferrei

Clicksign 52a442b3-eceb-4572-9f27-e6c77180c735

saldo devedor dos Créditos Abrangidos detidos pelos Credores Apoiadores Modalidade 1 na data de emissão, ajustado pela variação acumulada do IPCA/IBGE, acrescida de juros remuneratórios de 6% (seis por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, incidentes entre a Data do Pedido e a data de emissão das Debêntures Modalidade 1, nos termos do item "(iii)" abaixo ("Debêntures Modalidade 1"). Todas as séries das Debêntures Modalidade 1 terão termos e condições idênticos, exceto no que se refere ao Acelerador de Amortização, que será aplicado individualmente a cada série, nos termos do item "(vi)" abaixo.

(i) **Carência**. Haverá carência para pagamento de principal e juros, contada da Data de Referência ("Período de Carência Modalidade 1"), de modo que a primeira parcela de amortização e juros terá vencimento no último Dia Útil de dezembro de 2027, conforme o item "(ii)" abaixo. Durante o Período de Carência Modalidade 1, os juros remuneratórios serão capitalizados e incorporados ao saldo devedor.

(ii) **Amortização**. O saldo devedor das Debêntures Modalidade 1, conforme corrigido e acrescido de juros, conforme o caso, nos termos deste Plano, será amortizado em 11 (onze) parcelas semestrais e sucessivas, com vencimento no último Dia Útil de cada mês abaixo indicado, cada uma em valor correspondente aos seguintes percentuais do saldo devedor apurado em 31 de dezembro de 2027, incluindo eventuais juros capitalizados durante o Período de Carência Modalidade 1, sem incidência de prêmio, multa ou qualquer outro encargo além daqueles indicados no item "(iii)" abaixo:

Vencimento	% do saldo
dezembro/2027	10,0%
julho/2028	10,0%
dezembro/2028	15,0%
julho/2029	11,5%
dezembro/2029	5,5%
julho/2030	6,0%
dezembro/2030	6,0%
julho/2031	8,0%
dezembro/2031	11,5%
julho/2032	11,5%
dezembro/2032	5,0%

Mauricio Leonardo Hasson Carlos Gil Moreira Ferrei

Clicksign 52a442b3-eceb-4572-9f27-e6c77180c735

(iii) **Encargos**. Os Créditos Abrangidos detidos pelos Credores Apoiadores Modalidade 1 serão acrescidos de correção monetária pela variação acumulada do IPCA/IBGE, calculada de forma pro rata temporis por Dias Úteis, incidente desde a Data do Pedido (inclusive) até a data do efetivo pagamento (exclusive), sendo a correção monetária incorporada ao saldo devedor. Sobre o saldo devedor atualizado incidirão juros remuneratórios de 6% (seis por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis decorridos, desde a Data do Pedido (inclusive) até a data do efetivo pagamento (exclusive), sendo os juros incidentes até o término do Período de Carência Modalidade 1 capitalizados e incorporados ao saldo devedor e, após o término do Período de Carência Modalidade 1, pagos juntamente com as parcelas de amortização. A correção monetária e os juros remuneratórios incidentes entre a Data do Pedido e a data de emissão das Debêntures Modalidade 1 serão incorporados ao respectivo valor de emissão, nos termos da Cláusula 7.1.1. Na hipótese de indisponibilidade temporária do IPCA/IBGE, será utilizada a última variação divulgada; na hipótese de extinção, ausência de apuração por prazo superior a 10 (dez) Dias Úteis ou impossibilidade legal de sua aplicação, será utilizado o índice que vier a substituí-lo legalmente ou, na sua falta, o INPC/IBGE, ou outro índice definido pelos Credores Apoiadores Modalidade 1 titulares da maioria dos Créditos Abrangidos alocados a tal condição de pagamento.

(iv) **Garantias**. As Debêntures Modalidade 1 serão garantidas (a) pela Alienação Fiduciária de Ações, em primeiro grau e com exclusividade, sem a participação de qualquer outro credor no respectivo instrumento, mediante instrumento a ser celebrado entre a Oncoclínicas e o Agente Fiduciário das Debêntures Modalidade 1, na qualidade de representante dos Credores Apoiadores Modalidade 1, substancialmente na forma do **Anexo D**; e (b) pela Cessão Fiduciária Direito de Regresso, mediante instrumento a ser celebrado entre a Oncoclínicas e o Agente Fiduciário das Debêntures Modalidade 1, na qualidade de representante dos Credores Apoiadores Modalidade 1, com a interveniência das demais Recuperandas, substancialmente na forma do **Anexo J**. A constituição e a manutenção das garantias previstas neste item estão sujeitas à condição resolutiva consistente no desenquadramento do respectivo Credor Apoiador Modalidade 1, hipótese em que as respectivas garantias somente serão extintas após concluído o procedimento previsto na Cláusula **Erro! Fonte de referência não encontrada.**. A extinção das garantias previstas neste item em razão de reenquadramento do respectivo Credor Abrangido somente ocorrerá nos termos e após o

Mauricio Leonardo Hasson Carlos Gil Moreira Ferrei

Clicksign 52a442b3-eceb-4572-9f27-e6c77180c735

procedimento previsto na Cláusula 7.1.2, não se operando de forma automática. Os termos e condições desses instrumentos somente poderão ser alterados com a concordância prévia e expressa da maioria dos Créditos Abrangidos detidos pelos Credores Apoiadores Modalidade 1. Os Créditos Novos 90 Dias de cada Credor Apoiador Modalidade 1 serão garantidos pela Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Contas Vinculadas, mediante instrumento a ser celebrado entre a Oncoclínicas e o respectivo Credor Apoiador Modalidade 1, observados o prazo de constituição, o Índice Mínimo de Cobertura e as obrigações de manutenção e recomposição previstos no referido instrumento. Os termos e condições desse instrumento serão definidos de comum acordo pela Oncoclínicas e o respectivo Credor Apoiador Modalidade 1, substancialmente na forma do **Anexo F**, não podendo prever índice de cobertura inferior ao Índice Mínimo de Cobertura. A Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Contas Vinculadas não garantirá as Debêntures Modalidade 1, e a Alienação Fiduciária de Ações e a Cessão Fiduciária Direito de Regresso não garantirão os Créditos Novos 90 Dias.

(v) **Amortização Antecipada**. As Debêntures Modalidade 1 serão objeto de amortização ou resgate antecipado obrigatório nas hipóteses e condições previstas na Cláusula 9.1 deste Plano, sem prejuízo das amortizações antecipadas obrigatórias previstas nas Cláusulas 9.2 e do Pagamento Antecipado Facultativo previsto na Cláusula 11.6 deste Plano.

(vi) **Acelerador de Amortização**. A partir da Homologação do Plano, a cada operação de fornecimento de bens ou prestação de serviços contratada entre as Recuperandas e o Credor Apoiador Modalidade 1 que se enquadre como Créditos Novos 90 Dias, o montante equivalente a 2,5% do volume de crédito concedido na respectiva operação deverá ser pago pelas Recuperandas, com recursos próprios, mensalmente, no 10º (décimo) dia do mês subsequente ao término de cada mês, contado da realização do fornecimento ou da prestação de serviços, para amortização antecipada exclusivamente da série das Debêntures Modalidade 1 detida pelo respectivo Credor Apoiador Modalidade 1, em ordem decrescente de vencimento, considerando-se, para tanto, as operações de cada Credor Apoiador Modalidade 1 individualmente, sem rateio entre as demais séries ("Acelerador de Amortização"). O pagamento previsto nesta Cláusula não reduzirá o valor devido pelo novo fornecimento ou serviço.

7.1.2 **Descumprimento das Condições de Parceria**. Observado o disposto na Cláusula 7.1.3, caso o Credor Apoiador Modalidade 1 descumpra as Condições

 Mauricio Leonardo Hasson Carlos Gil Moreira Ferrei

Clicksign 52a442b3-eceb-4572-9f27-e6c77180c735

de Parceria, por vontade própria ou fatos atribuíveis exclusivamente ao Credor Apoiador Modalidade 1, o saldo do Crédito Abrangido, deduzido o Desconto Reenquadramento, se houver, será reenquadrado na Opção A, mantidos os pagamentos e as amortizações antecipadas já realizados e observado, a partir do reenquadramento, o cronograma e as demais condições aplicáveis à Opção A, após concluído o procedimento previsto nesta Cláusula 7.1.2.

7.1.2.1 Para os fins desta Cláusula 7.1.2, sobre o saldo do Crédito Abrangido incidirá um desconto, apurado na data em que o reenquadramento produzir efeitos ("Desconto Reenquadramento"), correspondente: (a) a 0% (zero por cento), caso o Credor Apoiador Modalidade 1 tenha comunicado por escrito às Recuperandas, com antecedência igual ou superior a 120 (cento e vinte) dias corridos, a cessação da observância das Condições de Parceria; ou (b) caso a referida comunicação tenha sido realizada com antecedência inferior a 120 (cento e vinte) dias corridos ou não tenha sido realizada, ao percentual apurado de acordo com a seguinte fórmula: DR = 20% × (120 – D) / 120, onde "DR" corresponde ao Desconto Reenquadramento e "D" corresponde ao número de dias corridos de antecedência entre o recebimento, pelas Recuperandas, da comunicação escrita e a data do descumprimento, considerando-se D igual a 0 (zero) na ausência de comunicação, de modo que o Desconto Reenquadramento será de 20% (vinte por cento) na hipótese de antecedência nula e diminuirá linearmente até 0% (zero por cento) na hipótese de antecedência de 120 (cento e vinte) dias corridos, arredondando-se o resultado na segunda casa decimal.

7.1.2.2 Caso entendam ter havido descumprimento das Condições de Parceria, as Recuperandas deverão notificar o Credor Apoiador Modalidade 1 por escrito, com a descrição objetiva do descumprimento e a indicação do Desconto Reenquadramento apurado, e o Credor Apoiador Modalidade 1 terá o prazo de 30 (trinta) dias corridos contados do recebimento da notificação para saná-lo ou para contestá-la por escrito, de forma fundamentada, inclusive quanto ao Desconto Reenquadramento. Havendo contestação, o reenquadramento ficará suspenso até que a controvérsia seja resolvida por acordo entre as partes ou por decisão do Juízo da Recuperação Extrajudicial (ou, após o seu encerramento, do foro previsto na Cláusula 15.6). Não sanado o descumprimento nem apresentada contestação no prazo, ou rejeitada a contestação na forma acima, o reenquadramento na Opção A produzirá efeitos imediatos.

Clicksign 52a442b3-eceb-4572-9f27-e6c77180c735

7.1.2.3 Em qualquer das hipóteses de reenquadramento previstas nesta Cláusula 7.1.2, o Credor Apoiador Modalidade 1 perderá, a partir da data em que o reenquadramento produzir efeitos, o direito às garantias previstas no item "(iv)" da Cláusula 7.1.1, as quais serão liberadas em relação ao respectivo Credor Abrangido mediante a celebração dos respectivos instrumentos de liberação, passando o saldo reenquadrado a ser beneficiado pela Alienação Fiduciária de Ações sob Condição Suspensiva atribuída à Série A das Debêntures da Opção A, e o saldo reenquadrado passará a ser representado pelos títulos e condições da Opção A. A Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Contas Vinculadas permanecerá vigente exclusivamente em relação aos Créditos Novos 90 Dias já faturados até a data em que o reenquadramento produzir efeitos, até o seu integral pagamento, sendo liberada em seguida. O Credor Apoiador Modalidade 1 reenquadrado obriga-se a praticar, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da solicitação das Recuperandas, todos os atos necessários à formalização da liberação das garantias nos respectivos instrumentos e registros.

7.1.3 <u>Descumprimento Não Imputável ao Credor Apoiador Modalidade 1</u>. Não haverá desenquadramento, reenquadramento, aplicação do Desconto Reenquadramento ou perda do tratamento previsto nesta Cláusula 7.1, nem extinção das garantias previstas no item "(iv)" da Cláusula 7.1.1, caso o Credor Apoiador Modalidade 1 deixe de observar qualquer das Condições de Parceria, inclusive o prazo de pagamento previsto no item "(ii)" da Cláusula 7.1, em razão de qualquer fato que não seja exclusivamente imputável ao Credor Apoiador Modalidade 1, incluindo, mas não se limitando a, qualquer ato, omissão, culpa ou descumprimento imputável a qualquer das Recuperandas ou a qualquer de suas Controladas, incluindo, mas não se limitando a: (i) a não constituição, a constituição defeituosa, a não manutenção, a não recomposição ou o não aperfeiçoamento da Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Contas Vinculadas, da Alienação Fiduciária de Ações ou da Cessão Fiduciária Direito de Regresso nos prazos e condições previstos neste Plano e nos respectivos instrumentos; (ii) o atraso no pagamento dos Créditos Novos 90 Dias ou de qualquer parcela das Debêntures Modalidade 1; (iii) a não emissão das Debêntures Modalidade 1 no prazo previsto neste Plano; ou (iv) a realização de operação em desacordo com a Cláusula 4.5.5 ou com a Cláusula 12.7. Nessas hipóteses, o Credor Apoiador Modalidade 1 poderá, mediante comunicação escrita às Recuperandas, suspender a concessão do prazo de pagamento previsto no item "(ii)" da Cláusula 7.1 enquanto perdurar o descumprimento, sem prejuízo das demais medidas previstas neste Plano, e as Recuperandas não poderão invocar tal suspensão para os fins da Cláusula 7.1.2 ou do item "(iv)" da

Clicksign 52a442b3-eceb-4572-9f27-e6c77180c735

Cláusula 7.1.1, tampouco exigir, em relação a ela, a comunicação prévia referida na Cláusula 7.1.2.

7.1.4 **Segregação das Garantias**. A critério exclusivo das Recuperandas, a Alienação Fiduciária de Ações, a Cessão Fiduciária Direito de Regresso e a Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Contas Vinculadas poderão ser constituídas de forma segregada, observada a alocação prevista nas respectivas definições e no item "(iv)" da Cláusula 7.1.1 deste Plano: (i) a Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Contas Vinculadas garantirá exclusivamente os Créditos Novos 90 Dias de cada Credor Apoiador Modalidade 1, e será liberada, na proporção correspondente, na medida em que os Créditos Novos 90 Dias forem pagos, desde que preservado o Índice Mínimo de Cobertura em relação ao saldo remanescente, sem prejuízo da obrigação de manutenção e recomposição prevista no respectivo instrumento a ser negociado de comum acordo pela Oncoclínicas e o respectivo Credor Apoiador Modalidade 1; (ii) a Alienação Fiduciária de Ações garantirá exclusivamente as Debêntures Modalidade 1 e será liberada somente após a satisfação integral das obrigações por ela garantidas, ocasião em que se implementará a condição suspensiva da Alienação Fiduciária de Ações sob Condição Suspensiva, constituída por instrumento autônomo em favor da Série A das Debêntures da Opção A e da parcela correspondente a 70% (setenta por cento) do Valor do Pagamento por Não Conversão devida aos Credores Abrangidos que optarem pela Opção B – Credores Abrangidos, nos termos da Cláusula 6.3.6.2.2; e (iii) a Cessão Fiduciária Direito de Regresso garantirá exclusivamente as Debêntures Modalidade 1 e será liberada somente após a satisfação integral das obrigações por ela garantidas.

7.1.4.1 **Ciência e Anuência Recíprocas**. Pela adesão a este Plano, pela Eleição ou pela subscrição dos respectivos títulos, conforme o caso, e sem prejuízo da vinculação decorrente da Homologação do Plano: (i) os Credores Apoiadores Modalidade 1 declaram ter ciência de que as mesmas ações e quotas objeto da Alienação Fiduciária de Ações serão objeto da Alienação Fiduciária de Ações sob Condição Suspensiva em favor dos titulares da Série A das Debêntures da Opção A e dos Credores Abrangidos que optarem pela Opção B – Credores Abrangidos, e com ela anuem, para todos os fins, inclusive os do artigo 66-B, §2º, da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, e da Cláusula 12.7, reconhecendo que tal garantia não lhes é oponível enquanto não implementada a condição suspensiva e não afeta a prioridade, a exclusividade ou a excussão da Alienação Fiduciária de Ações; e (ii) os titulares da Série A das Debêntures da Opção A e os Credores Abrangidos que optarem pela Opção B – Credores Abrangidos (ou a NewCo, conforme o caso) declaram ter ciência de que a Alienação Fiduciária de Ações é constituída, em primeiro grau e com exclusividade, em favor dos Credores Apoiadores Modalidade 1, e com ela anuem, reconhecendo que o seu direito

Mauricio Leonardo Hasson Carlos Gil Moreira Ferrei

Clicksign 52a442b3-eceb-4572-9f27-e6c77180c735

sobre as ações e quotas é eventual e somente se tornará eficaz com a quitação integral das Debêntures Modalidade 1, e renunciando a qualquer pretensão de impedir, suspender, condicionar ou participar da excussão da Alienação Fiduciária de Ações, ressalvada a destinação do eventual saldo prevista na Cláusula 9.2. As declarações previstas nesta Cláusula constarão das respectivas escrituras de emissão.

7.1.5 **Quitação**. Cada parcela dos Créditos Abrangidos detida pelo Credor Apoiador Modalidade 1 será considerada paga e quitada na respectiva data de pagamento, mediante o efetivo pagamento da parcela correspondente, acrescida dos juros remuneratórios e demais valores devidos nos termos desta Cláusula. Os valores destinados à amortização antecipada dos Créditos Abrangidos na forma do item "(vi)" da Cláusula 7.1.1 e da Cláusula 9.1 serão considerados pagos e quitados na data de sua efetiva realização e serão imputados ao saldo devedor do respectivo Crédito Abrangido. Os valores imputados nos termos da Cláusula 7.1.6.3 somente serão considerados pagos e quitados, em relação ao respectivo Crédito Abrangido, na data da imputação ali prevista. O pagamento ou a amortização antecipada de qualquer parcela dos Créditos Abrangidos implicará a quitação do respectivo montante, permanecendo o saldo remanescente sujeito às condições de pagamento previstas nesta Cláusula ou, conforme o caso, às condições aplicáveis à respectiva opção de reenquadramento. O cumprimento integral das obrigações previstas nesta Cláusula implicará a quitação plena, irrevogável e irretratável dos respectivos Créditos Abrangidos, inclusive principal, correção monetária, juros remuneratórios e demais encargos aplicáveis.

7.1.6 **Fornecimentos no Período Intermediário**. Cada Credor Apoiador Modalidade 1 poderá, a seu exclusivo critério, e na medida em que tal Credor Apoiador Modalidade 1 for um Credor Signatário e tiver eleito, antes da Homologação do Plano, a opção de pagamento prevista nesta Cláusula 7.1, fornecer bens e serviços às Recuperandas durante o Período Intermediário, observados o prazo de pagamento previsto no item "(ii)" da Cláusula 7.1 e a prévia constituição e manutenção da Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Contas Vinculadas, em observância ao Índice Mínimo de Cobertura, como condição para cada fornecimento. A não realização de fornecimentos no Período Intermediário não constituirá descumprimento das Condições de Parceria nem afetará o enquadramento do Credor Apoiador Modalidade 1.

7.1.6.1 **Remuneração do Período Intermediário**. Sobre o valor de cada fornecimento realizado durante o Período Intermediário incidirá remuneração fixa de 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento), como parte integrante da contraprestação pelo respectivo fornecimento e pelo prazo de pagamento

Mauricio Leonardo Hasson Carlos Gil Moreira Ferrei

Clicksign 52a442b3-eceb-4572-9f27-e6c77180c735

concedido durante o Período Intermediário, devida integralmente independentemente da data do efetivo pagamento do preço correspondente ("Remuneração do Período Intermediário"). A Remuneração do Período Intermediário integra o preço do fornecimento, é exigível juntamente com o faturamento do respectivo pedido de fornecimento e não constitui, em nenhuma hipótese, pagamento, amortização ou antecipação de Crédito Abrangido, ressalvada exclusivamente a imputação prevista na Cláusula **Erro! Fonte de referência não encontrada.**.

7.1.6.2 Não Homologação. Caso (a) seja proferida decisão que indefira a Homologação do Plano; (b) as Recuperandas desistam do pedido de Homologação do Plano; ou (c) a Homologação do Plano não ocorra no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da Data de Apresentação, prorrogáveis por igual período, desde que previamente aprovado pelo Credor Apoiador Modalidade 1 ("Não Homologação"): (i) a Remuneração do Período Intermediário, vencida e vincenda, será devida integralmente ao respectivo Credor Apoiador Modalidade 1, como obrigação autônoma e exigível decorrente dos fornecimentos realizados, e não será imputada a qualquer Crédito Abrangido, que permanecerá íntegro, nas condições originalmente contratadas; (ii) o Credor Apoiador Modalidade 1 poderá, a seu exclusivo critério e mediante simples comunicação escrita às Recuperandas, encerrar imediatamente os fornecimentos, independentemente da existência, suficiência ou manutenção da Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Contas Vinculadas, sem que tal encerramento enseje qualquer penalidade, indenização ou responsabilidade; e (iii) a Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Contas Vinculadas permanecerá vigente até o integral pagamento dos fornecimentos realizados no Período Intermediário e da respectiva Remuneração do Período Intermediário.

7.1.6.3 Homologação. Na hipótese de Homologação do Plano, os valores da Remuneração do Período Intermediário efetivamente pagos ao respectivo Credor Apoiador Modalidade 1, bem como os que vierem a ser pagos após a Homologação do Plano e antes da emissão das Debêntures Modalidade 1, serão imputados como abatimento do valor principal do Crédito Abrangido do respectivo Credor Apoiador Modalidade 1, representado pela série das Debêntures Modalidade 1 por ele detida, em ordem decrescente de vencimento, em substituição ao Acelerador de Amortização relativo aos fornecimentos realizados no Período Intermediário ou antes da emissão das Debêntures Modalidade 1. A imputação produzirá efeitos na data da Homologação do Plano, quanto aos valores pagos até essa data, e na data do respectivo pagamento, quanto aos valores pagos posteriormente, não se operando, em nenhuma hipótese, antes da Homologação do Plano.

 Mauricio Leonardo Hasson Carlos Gril Moreira Ferrei

Clicksign 52a442b3-eceb-4572-9f27-e6c77180c735

7.2 **Credores Apoiadores Modalidade 2.** Poderão eleger a opção de pagamento prevista nesta Cláusula os Credores Abrangidos que não sejam titulares de Créditos Abrangidos decorrentes de operações de natureza financeira ou de mercado de capitais, nem de Créditos Intercompany, e que, após a Homologação do Plano, **(i)** estejam disponíveis para manter ou, caso tal relação tenha sido interrompida, a exclusivo critério das Recuperandas e mediante sua concordância, retomar, com qualquer das Recuperandas, relação comercial de fornecimento de bens ou prestação de serviços, incluindo, mas sem se limitar, prestação de serviços médicos e assistenciais, serviços de diagnóstico, análises clínicas e laboratoriais, serviços de apoio e suporte à atividade médico-hospitalar, serviços de tecnologia da informação e sistemas, serviços de manutenção, conservação e assistência técnica, serviços de segurança, limpeza, logística, transporte e armazenamento, serviços administrativos e de apoio operacional, bem como o fornecimento de medicamentos, materiais médico-hospitalares, materiais laboratoriais, insumos, equipamentos e demais bens necessários às atividades das Recuperandas, permanecendo os novos fornecimentos de bens ou serviços e as novas prestações de serviços sujeitos às condições comerciais ordinárias anteriormente praticadas, inclusive quanto aos respectivos prazos de pagamento, ou àquelas que vierem a ser acordadas entre as partes para a manutenção ou retomada da respectiva relação comercial; (ii) mantenham a relação comercial de fornecimento de bens ou a prestação de serviço até o integral cumprimento das obrigações de pagamento previstas na Cláusula 7.2.1, ou até o fim da vigência contratual, o que ocorrer por último; e **(iii)** desistam, com renúncia ao direito sobre o qual se fundam, de todas as medidas judiciais, arbitrais, administrativas ou extrajudiciais em curso contra qualquer das Recuperandas que tenham por objeto os Créditos Abrangidos ou que impugnem, total ou parcialmente, a validade, a eficácia, a vigência ou a execução dos contratos que regem a respectiva relação comercial, devendo o respectivo pedido ser protocolado previamente à Eleição e a sua comprovação acompanhar o Termo de Adesão ou o Termo de Eleição, conforme o caso, e se comprometam a não ajuizar novas medidas com o mesmo objeto durante a vigência de tais contratos, ressalvadas as medidas relativas à cobrança de créditos outros que os Créditos Abrangidos ("Credores Apoiadores Modalidade 2").

7.2.1 **Pagamento**. Os Créditos Abrangidos detidos pelos Credores Apoiadores Modalidade 2 serão pagos pelas Recuperandas até o limite de R$ 13.000.000,00 (treze milhões de reais) por Credor Apoiador Modalidade 2, em moeda corrente nacional, em 24 (vinte e quatro) parcelas mensais e sucessivas, sendo a 1ª (primeira) parcela no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), limitada ao saldo devedor, e cada uma das demais 23 (vinte e três) parcelas no valor correspondente a 1/23 do saldo remanescente sujeito a pagamento, vencendo-se a primeira em julho de 2027 e a última em junho de 2029.

Clicksign 52a442b3-eceb-4572-9f27-e6c77180c735

7.2.2 **Renúncia ao Excedente**. O Credor Apoiador Modalidade 2 titular de Crédito Abrangido superior a R$ 13.000.000,00 (treze milhões de reais) receberá, a título de pagamento integral e definitivo de seu Crédito Abrangido, observado o pagamento previsto na Cláusula 7.2.1, o valor máximo de R$ 13.000.000,00 (treze milhões de reais), renunciando, de forma irrevogável e irretratável, ao saldo do respectivo Crédito Abrangido que exceder referido limite.

7.2.3 **Quitação**. Cada parcela dos Créditos Abrangidos detida pelo Credor Apoiador Modalidade 2 será considerada paga e quitada na respectiva data de pagamento pelas Recuperandas, mediante o efetivo pagamento da parcela correspondente. O pagamento de cada parcela implicará a quitação do respectivo montante do Crédito Abrangido, permanecendo o saldo remanescente sujeito às condições de pagamento pelas Recuperandas previstas acima. O cumprimento integral das obrigações de pagamento previstas acima implicará a quitação plena, irrevogável e irretratável dos respectivos Créditos Abrangidos, inclusive principal, correção monetária e demais encargos aplicáveis.

7.2.4 **Alteração das Condições Comerciais**. Caso o Credor Apoiador Modalidade 2 deixe de manter ou retomar a relação comercial com as Recuperandas que tenha dado causa ao seu enquadramento na opção de pagamento prevista nesta Cláusula, por ato ou evento a ele exclusivamente atribuível, antes do integral cumprimento das obrigações de pagamento previstas nesta Cláusula, perderá o direito ao tratamento previsto nesta Cláusula a partir da data da respectiva cessação, sendo o saldo remanescente de seu Crédito Abrangido automaticamente reenquadrado na Opção C, mantidos os pagamentos já realizados e observado, a partir do reenquadramento, o cronograma e as demais condições aplicáveis à Opção C.

7.3 **Eleição das Modalidades de Credores Apoiadores**. Os Credores Abrangidos que preencham os requisitos previstos nas Cláusulas 7.1 ou 7.2 deste Plano, conforme o caso, e desejem receber seus Créditos Abrangidos na forma de qualquer das modalidades previstas nesta Cláusula 7 deverão manifestar sua opção no próprio Termo de Adesão, no caso dos Credores Signatários, nos termos da Cláusula **Erro! Fonte de referência não encontrada.**, ou mediante a Eleição, nos demais casos, observados o Prazo de Eleição e os procedimentos previstos na Cláusula 6.1 deste Plano e subcláusulas, aplicáveis *mutatis mutandis*, devendo o respectivo Termo de Adesão ou Termo de Eleição, conforme o caso, indicar a modalidade escolhida e conter a declaração do Credor Abrangido de que cumpre e se compromete a cumprir as condições aplicáveis à modalidade eleita, ressalvado o disposto na Cláusula 7.3.1.

Mauricio Leonardo Hasson Carlos Gil Moreira Ferrei

Clicksign 52a442b3-eceb-4572-9f27-e6c77180c735

7.3.1 **Pré-Alocação na Modalidade 1**. O Credor Signatário que indicar, no respectivo Termo de Adesão, sua alocação na modalidade de Credor Apoiador Modalidade 1 e declarar cumprir as condições a ela aplicáveis ficará, desde a assinatura do Termo de Adesão e independentemente de qualquer formalidade adicional, inclusive do envio de Termo de Eleição, pré-alocado e enquadrado como Credor Apoiador Modalidade 1 em relação à totalidade de seus Créditos Abrangidos, não se lhe aplicando, em nenhuma hipótese, o enquadramento automático na Opção C previsto na Cláusula 6.1.1. O modelo de Termo de Adesão constante do Anexo B deverá conter campo específico para tal indicação.

8. EMISSÃO DE DEBÊNTURES

8.1 **Emissão das Debêntures.** As Debêntures a serem entregues aos Credores Abrangidos no âmbito das opções de pagamento previstas neste Plano serão emitidas pela Oncoclínicas, ou, conforme aplicável, formalizadas mediante aditamento de escritura de emissão existente, observados os termos e condições previstos neste Plano e nas respectivas escrituras de emissão. As Debêntures compreenderão, conforme aplicável, (i) as debêntures das Séries A e B a serem emitidas no âmbito da Opção A – Credores Abrangidos; (ii) as Debêntures da Opção B a serem emitidas no âmbito da Opção B – Credores Abrangidos; (iii) as debêntures a serem emitidas no âmbito da Opção C – Credores Abrangidos; (iv) as debêntures a serem emitidas no âmbito da Opção D – Credores Abrangidos; e (v) as Debêntures Modalidade 1 a serem emitidas aos Credores Apoiadores Modalidade 1. As referências neste Plano à emissão, subscrição e integralização de debêntures abrangem, conforme aplicável e a ser definido de comum acordo pelas Recuperandas e os respectivos Credores Abrangidos, a sua formalização mediante aditamento das escrituras de emissão existentes.

8.1.1 A Homologação do Plano implica a autorização para que a Oncoclínicas e, conforme aplicável, as demais Recuperandas pratiquem todos os atos necessários à emissão, subscrição, integralização, registro, escrituração, depósito e disponibilização das Debêntures aos respectivos Credores Abrangidos, bem como ao aditamento das escrituras de emissão existentes e ao resgate, cancelamento, baixa, substituição e demais atos relativos às debêntures e aos demais instrumentos originais representativos dos Créditos Abrangidos, conforme aplicável, observados os prazos e condições previstos neste Plano e independentemente de qualquer disposição em contrário contida nos instrumentos originais, inclusive de eventuais restrições ao resgate antecipado, exigência de pagamento de prêmio ou de qualquer outra limitação que possa inviabilizar a reestruturação prevista neste Plano.

8.1.1.1 A partir da Homologação do Plano ou, em relação aos Créditos Abrangidos sujeitos às Condições Suspensivas, da Data de Eficácia,

Mauricio Leonardo Hasson Carlos Gil Moreira Ferrei

Clicksign 52a442b3-eceb-4572-9f27-e6c77180c735

conforme o caso, a B3, corretoras, custodiantes, bancos escrituradores e demais agentes e instituições ficam instruídos, de forma irrevogável e irretratável, a tomar todas as providências necessárias à implementação das previsões do Plano, independentemente de qualquer ação adicional por parte dos Credores Abrangidos. A Homologação do Plano deverá servir como ofício às Câmaras de Custódia e Liquidação Eletrônica, à B3, corretoras, custodiantes, bancos escrituradores e demais agentes e instituições para a tomada, nos marcos indicados acima, de todas as medidas necessárias ao cancelamento dos títulos a serem novados nos termos deste Plano e à entrega dos novos títulos previstos neste Plano aos Credores Abrangidos, independentemente de qualquer autorização adicional, ficando todos os agentes instruídos, inclusive, a dar baixa temporária em quaisquer gravames ou bloqueios, judiciais ou extrajudiciais, para a realização da transferência ou substituição dos ativos novados, conforme aplicável.

8.1.2 A emissão das Debêntures deverá ocorrer no prazo de até 30 (trinta) Dias Úteis contados da Homologação do Plano (em relação aos Credores Abrangidos que optarem pela Opção B – Credores Abrangidos, observada a Cláusula 6.3.7, e aos Credores Apoiadores Modalidade 1, observado o disposto abaixo) ou da Data de Eficácia (em relação aos demais Credores Abrangidos), conforme o caso, ou da aprovação, pelo Comitê de Credores, dos termos finais da respectiva escritura de emissão, nos termos do item "(i)" da Cláusula 10.1.3, o que ocorrer por último, ressalvados os prazos específicos eventualmente previstos neste Plano para determinada emissão, série ou opção de pagamento. Em qualquer hipótese, a emissão, subscrição e integralização das Debêntures Modalidade 1, bem como a celebração e o registro da Alienação Fiduciária de Ações, da Cessão Fiduciária Direito de Regresso e da Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Contas Vinculadas, deverão ocorrer no prazo de até 30 (trinta) Dias Úteis contados da Homologação do Plano, independentemente da verificação das Condições Suspensivas ou da Data de Eficácia, salvo prorrogação expressamente aprovada pelos Credores Apoiadores Modalidade 1 titulares da maioria dos Créditos Abrangidos alocados a tal condição de pagamento, constituindo o seu descumprimento Evento de Inadimplemento nos termos da alínea "(g)" da Cláusula 14.1.

8.1.3 **Condição de Emissão**. A emissão, subscrição e integralização das Debêntures que contem com garantias nos termos deste Plano, incluindo as Debêntures Modalidade 1 e a Série A das Debêntures da Opção A, estarão condicionadas à prévia ou concomitante celebração dos respectivos instrumentos de garantia, incluindo, conforme aplicável, a Alienação Fiduciária de Ações e a Cessão Fiduciária Direito de Regresso, quanto às Debêntures

Mauricio Leonardo Hasson Carlos Gil Moreira Ferrei

Clicksign 52a442b3-eceb-4572-9f27-e6c77180c735

Modalidade 1, e a Alienação Fiduciária de Ações sob Condição Suspensiva, quanto à Série A das Debêntures da Opção A e as obrigações correspondentes à parcela de 70% (setenta por cento) do Valor do Pagamento por Não Conversão e respectivos acessórios da Opção B, nos termos do item "(ii)" da Cláusula 6.3.6.2.2, em igualdade de condições.

8.2 **Escrituras de Emissão.** Os termos e condições das Debêntures serão estabelecidos nas respectivas escrituras de emissão e respectivos aditamentos, conforme aplicável, que serão negociados na forma da Cláusula 8.6 e deverão observar integralmente as disposições deste Plano, inclusive quanto ao valor de emissão, séries, espécie, garantias, remuneração, atualização monetária, carência, vencimento, amortização, resgate antecipado, forma de pagamento e demais condições aplicáveis e, na ausência de previsão neste Plano, termos e condições habituais. Os termos e condições das respectivas escrituras de emissão e aditamentos somente poderão ser alterados com a concordância prévia e expressa da maioria dos Créditos Abrangidos alocados à respectiva opção de pagamento ou modalidade, conforme aplicável, ressalvado, quanto às Debêntures da Opção B, o disposto na Cláusula 6.3.6.

8.2.1 Na hipótese de as Debêntures serem emitidas mediante aditamento de escritura de emissão existente, referido aditamento deverá refletir as condições aplicáveis às Debêntures nos termos deste Plano, inclusive as condições específicas da respectiva opção de pagamento, sem prejuízo das demais disposições da escritura de emissão que sejam compatíveis com este Plano e da concordância exigida na Cláusula 8.2 deste Plano.

8.2.2 **Obrigações e Restrições**. Com a emissão das Debêntures ou, conforme aplicável, com o aditamento das respectivas escrituras de emissão, os compromissos, obrigações, restrições e demais condições de natureza similar previstos nos instrumentos originais que sejam incompatíveis com as condições de pagamento e demais disposições deste Plano serão considerados extintos e deixarão de produzir efeitos, a partir da respectiva emissão ou do respectivo aditamento, conforme aplicável. As escrituras de emissão e respectivos aditamentos poderão estabelecer obrigações e restrições específicas aplicáveis às respectivas Debêntures, desde que compatíveis com as disposições deste Plano e necessárias à implementação e operacionalização da respectiva emissão.

8.3 **Forma e Registro.** As Debêntures serão emitidas na forma admitida pela legislação aplicável e serão objeto dos registros, depósitos, escrituração e demais procedimentos necessários à sua emissão e disponibilização aos respectivos Credores Abrangidos, conforme aplicável. As Debêntures poderão ser objeto de colocação privada ou de oferta pública de distribuição, nos termos da Resolução CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada, conforme venha a ser definido pelas

 Mauricio Leonardo Hasson Carlos Gil Moreira Ferrei

Clicksign 52a442b3-eceb-4572-9f27-e6c77180c735

Recuperandas para cada emissão, ressalvadas as Debêntures da Opção D, que observarão o disposto no item "(v)" da Cláusula 6.5.1.

8.4 **Subscrição e Integralização.** As Debêntures serão subscritas e integralizadas pelos respectivos Credores Abrangidos mediante a utilização da parcela dos respectivos Créditos Abrangidos alocada à correspondente opção de pagamento, observado o valor de emissão das Debêntures e os procedimentos previstos na respectiva escritura de emissão e nos demais documentos necessários à implementação da operação.

8.4.1 A utilização dos Créditos Abrangidos para subscrição e integralização das Debêntures constituirá, para todos os fins deste Plano, mecanismo de satisfação da parcela dos respectivos Créditos Abrangidos correspondente ao valor das Debêntures, observada a quitação prevista na respectiva opção de pagamento.

8.5 **Documentos da Emissão.** As Recuperandas e os respectivos Credores Abrangidos deverão praticar todos os atos e celebrar todos os documentos necessários à implementação da emissão das Debêntures, inclusive as respectivas escrituras de emissão e seus aditamentos, documentos de subscrição e integralização e documentos necessários ao registro, escrituração, depósito e disponibilização das Debêntures aos respectivos titulares.

8.6 **Documentos Definitivos**. As escrituras de emissão das Debêntures e respectivos aditamentos, os instrumentos de constituição da Alienação Fiduciária de Ações, da Alienação Fiduciária de Ações sob Condição Suspensiva, da Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Contas Vinculadas e da Cessão Fiduciária Direito de Regresso, os Instrumentos Definitivos e os demais documentos necessários à implementação deste Plano serão negociados de boa-fé entre as Recuperandas e os respectivos credores após a Homologação do Plano, observado o disposto no item "(i)" da Cláusula 10.1.3. Tais documentos deverão refletir, no mínimo, os termos e condições previstos neste Plano e, no caso da Alienação Fiduciária de Ações, da Alienação Fiduciária de Ações sob Condição Suspensiva, da Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Contas Vinculadas e da Cessão Fiduciária Direito de Regresso, os **Anexos D, E, F** e **J**, e poderão prever termos e condições adicionais usuais em operações similares, observado, quanto aos Instrumentos Definitivos, o disposto na Cláusula 6.3.13.

9. AMORTIZAÇÕES ANTECIPADAS OBRIGATÓRIAS

9.1 **Cash Sweep**. As Recuperandas destinarão, em até 10 (dez) Dias Úteis contados da divulgação das demonstrações financeiras auditadas de 31 de julho e 31 de janeiro ("Data de Apuração"), 9.6conforme a Cláusula 9.6 abaixo, o valor correspondente ao Excedente de Caixa Mínimo apurado à amortização antecipada obrigatória das

Mauricio Leonardo Hasson Carlos Gil Moreira Ferrei

Clicksign 52a442b3-eceb-4572-9f27-e6c77180c735

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Documento 4

Tipo documento:
DOCUMENTAÇÃO
Evento:
PETIÇÃO
Data:
23/10/2026 18:29:27
Usuário:
SP146176 - IVO WAISBERG
Processo:
4126842-40.2026.8.26.0100
Sequência Evento:
558

Debêntures Modalidade 1 e da Série B das Debêntures da Opção A, estendendo-se, na mesma data e na mesma proporção, à parcela correspondente do Valor do Pagamento por Não Conversão já determinado, nos termos do item "(v)" da Cláusula 6.3.6.2.2, de acordo com as seguintes condições:

(i) até a quitação integral das Debêntures Modalidade 1 nos termos deste Plano, 70% (setenta por cento) do Excedente de Caixa Mínimo será destinado à amortização antecipada obrigatória das Debêntures Modalidade 1 e 30% (trinta por cento) do Excedente de Caixa Mínimo será destinado à amortização antecipada obrigatória da Série B das Debêntures da Opção A; e

(ii) após a quitação integral das Debêntures Modalidade 1 nos termos deste Plano, 80% (oitenta por cento) do Excedente de Caixa Mínimo será destinado à amortização antecipada obrigatória da Série B das Debêntures da Opção A e 20% (vinte por cento) do Excedente de Caixa Mínimo permanecerão livres para utilização pelo Grupo Oncoclínicas.

9.2 **Venda de Ativos Core.** O Grupo Oncoclínicas destinará os recursos líquidos decorrentes de toda e qualquer alienação, cessão ou transferência, a qualquer título, de Ativos Core, realizada após a Homologação do Plano, à amortização antecipada obrigatória das Debêntures Modalidade 1 e da Série B das Debêntures da Opção A, estendendo-se, na mesma data e na mesma proporção, à parcela correspondente do Valor do Pagamento por Não Conversão já determinado, nos termos do item "(v)" da Cláusula 6.3.6.2.2, observada a destinação prioritária prevista na parte final desta Cláusula 9.2, de acordo com as seguintes condições: (i) até a quitação integral das Debêntures Modalidade 1 nos termos deste Plano, 70% (setenta por cento) de tais recursos líquidos serão destinados à amortização antecipada obrigatória das Debêntures Modalidade 1 e 30% (trinta por cento) de tais recursos líquidos serão destinados à amortização antecipada obrigatória da Série B das Debêntures da Opção A; e (ii) após a quitação integral das Debêntures Modalidade 1 nos termos deste Plano, 80% (oitenta por cento) de tais recursos líquidos serão destinados à amortização antecipada obrigatória da Série B das Debêntures da Opção A e 20% (vinte por cento) de tais recursos líquidos permanecerão livres para utilização pelo Grupo Oncoclínicas. A amortização antecipada obrigatória aqui prevista (a) está condicionada ao efetivo recebimento dos recursos de tais alienações pelo Grupo Oncoclínicas; (b) será realizada em até 10 (dez) Dias Úteis contados do efetivo recebimento de tais recursos, de acordo com os mesmos prazos e condições aplicáveis ao seu recebimento pelo Grupo Oncoclínicas; e (c) será imputada ao saldo devedor dos respectivos Créditos Abrangidos em ordem decrescente de vencimento, sem incidência de prêmio, multa ou encargo adicional, observados, quanto às Debêntures, os procedimentos de amortização extraordinária previstos na respectiva escritura de emissão. Não obstante o disposto acima, os recursos líquidos decorrentes da eventual alienação, cessão ou transferência,

Mauricio Leonardo Hasson Carlos Gil Moreira Ferrei

Clicksign 52a442b3-eceb-4572-9f27-e6c77180c735

a qualquer título, (a) das ações ou quotas objeto da Alienação Fiduciária de Ações; (b) de quaisquer ativos de titularidade das sociedades cujas ações ou quotas sejam objeto da Alienação Fiduciária de Ações; ou (c) dos Créditos de Regresso, deverão ser destinados prioritária e integralmente, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados do seu recebimento, à amortização antecipada obrigatória das Debêntures Modalidade 1, até a sua integral quitação, e, somente após a integral quitação das Debêntures Modalidade 1, à amortização da Série A das Debêntures da Opção A e da parcela correspondente a 70% (setenta por cento) do Valor do Pagamento por Não Conversão já determinado, acrescida dos acessórios previstos no item "(ii)" da Cláusula 6.3.6.2.2, na mesma data, em igualdade de condições e pari passu, sem preferência entre si e proporcionalmente aos respectivos saldos devedores, até o limite destes, destinando-se eventual saldo remanescente aos demais Credores Abrangidos e às demais finalidades previstas nesta Cláusula, conforme aplicável.

9.3 **Venda de Ativos Não Core.** Os recursos líquidos decorrentes de eventual alienação, após a Homologação do Plano, dos Ativos Não Core, inclusive na forma do item "(iii)" da alínea "(b)" da Cláusula 4.5, serão destinados prioritariamente à recomposição do Caixa Mínimo, apurado na forma da Cláusula 9.5, e, uma vez recomposto o Caixa Mínimo, o saldo remanescente desses recursos, se houver, será destinado à amortização antecipada obrigatória dos Créditos Abrangidos, observados o rateio, as condições e a imputação previstos na Cláusula 9.2.

9.3.1 As Recuperandas obrigam-se a envidar seus melhores esforços para promover a alienação dos Ativos Não Core listados no Anexo L, por valor compatível com o de mercado, observado que tais alienações serão conduzidas de modo a não comprometer a continuidade e a solvência das Recuperandas e de suas Controladas, que deverão manter ativos e atividade econômica suficientes ao cumprimento de suas obrigações. Os recursos líquidos efetivamente recebidos em decorrência da alienação dos Ativos Não Core terão a destinação prevista na Cláusula 9.3, sendo certo que a alienação dos Ativos Não Core independe de aprovação adicional dos Credores Abrangidos ou de autorização adicional do Juízo da Recuperação Extrajudicial.

9.4 A alienação dos Ativos Core e dos Ativos Não Core poderá ser realizada, ainda que não necessariamente, na forma do artigo 166 da LRF, com observância, no que couber, do disposto no artigo 142 da LRF, hipótese em que as Recuperandas requererão ao Juízo da Recuperação Extrajudicial que ordene a realização da alienação judicial, com os efeitos previstos nos artigos 60, parágrafo único, 141, inciso II, e 142, § 8º, da LRF, sem que tal requerimento altere a destinação dos recursos prevista nas Cláusulas 9.2 e 9.3 ou torne exigível aprovação ou autorização adicional para as demais alienações previstas neste Plano.

Mauricio Leonardo Hasson Carlos Gil Moreira Ferrei

Clicksign 52a442b3-eceb-4572-9f27-e6c77180c735

9.5 **Caixa Mínimo.** Para todos os fins e efeitos da Cláusula 9.1 acima e deste Plano como um todo, o Caixa Mínimo corresponderá, em cada Data de Apuração, ao maior entre (a) R$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), corrigidos pela variação do IPCA/IBGE desde 01/01/2027 até a respectiva data de apuração; e (b) o valor apurado semestralmente pelas Recuperandas correspondente à soma dos seguintes itens ("Caixa Mínimo"), calculados na forma abaixo:

(i) R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), corrigidos pela variação do IPCA/IBGE desde 01/01/2027 até a respectiva data de apuração;

(ii) o valor total de principal, juros e demais encargos com vencimento previsto e pagamento exigível em moeda corrente nos 6 (seis) meses subsequentes à respectiva data de apuração, relativo exclusivamente aos Créditos Abrangidos reestruturados nos termos deste Plano, considerando-se, para esse fim, apenas os desembolsos efetivos de caixa previstos para o período e excluídos quaisquer valores que não impliquem saída de caixa, incluindo juros, correção monetária ou demais encargos capitalizados, incorporados ao principal ou pagáveis em espécie; e excluídos, ainda, quaisquer dívidas ou obrigações financeiras (x) constituídas anteriormente à Data do Pedido que não estejam sujeitas aos efeitos deste Plano; e (y) contraídas posteriormente à Data do Pedido.

9.6 **Apuração, Reporte e Vigência.** O Caixa Mínimo será apurado semestralmente pelas Recuperandas com base na posição de caixa verificada em cada Data de Apuração. O reporte deverá conter a memória de cálculo do Caixa Mínimo, a posição de caixa disponível, os valores excluídos nos termos da Cláusula 9.6.1, o Excedente de Caixa Mínimo, se houver, e a destinação de recursos. Qualquer Credor Abrangido poderá solicitar, por e-mail, documentos e esclarecimentos razoavelmente necessários para conferir a apuração, que deverão ser fornecidos pelas Recuperandas no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis. O saldo de caixa livre apurado pelas Recuperandas a cada semestre que exceder o Caixa Mínimo ("Excedente de Caixa Mínimo") será destinado à amortização extraordinária das obrigações assumidas neste Plano, observadas a forma e a ordem de prioridade estabelecidas na Cláusula 9.1. O cálculo do Excedente de Caixa Mínimo deverá ser realizado em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da respectiva Data de Apuração e informado aos credores nos termos do mecanismo de reporte previsto na Cláusula 10.3.

9.6.1 **Exclusões.** Para os fins desta Cláusula 9.5, não serão considerados caixa disponível os valores que estejam vinculados, restritos, onerados em garantia ou depositados judicialmente, bem como os recursos líquidos decorrentes de alienação de

Mauricio Leonardo Hasson Carlos Gil Moreira Ferrei

Clicksign 52a442b3-eceb-4572-9f27-e6c77180c735

ativos ainda pendentes de destinação nos termos das Cláusulas 9.2 deste Plano, os quais não serão computados na apuração do caixa sujeito ao mecanismo de cash sweep.

10. ATOS DE IMPLEMENTAÇÃO E MONITORAMENTO DO PLANO

10.1 Comitê de Credores. Ficará constituído, por força deste Plano, comitê de credores de natureza exclusivamente contratual ("Comitê de Credores"), composto por 5 (cinco) membros, que serão nomeados em até 5 (cinco) dias contados do Protocolo deste Plano, observada a estrutura do **Anexo H**, com as competências previstas neste Plano. O Comitê de Credores não se confunde com o comitê de credores previsto nos artigos 26 e 27 da LRF, não exercendo os poderes ou as atribuições conferidas a tal comitê, cujas disposições não lhe são aplicáveis. O Comitê de Credores tem função exclusivamente de acompanhamento e monitoramento do cumprimento deste Plano, não tendo natureza deliberativa sobre a administração ou a gestão dos negócios das Recuperandas, que permanecem sob a exclusiva responsabilidade de seus órgãos de administração, e sua atuação não visa, não institui e não deve ser interpretada como instrumento de aquisição ou exercício de poder de controle, controle compartilhado ou atuação em conjunto pelos Credores Abrangidos, que exercem seus direitos de forma individual e isolada.

10.1.1 Composição e Representação. Cada membro do Comitê de Credores será indicado por um grupo de Credores Abrangidos: (i) Credores Apoiadores Modalidade 1; (ii) titulares de Créditos Abrangidos que sejam consubstanciados em debêntures; (iii) titulares de Créditos Abrangidos que sejam consubstanciados em Certificados de Recebíveis Imobiliários; (iv) titulares de Créditos Abrangidos que sejam instituições financeiras, e (v) Credores que tenham escolhido a Opção B de pagamento. Para fins desta Cláusula, cada Crédito Abrangido integrará um único grupo, conforme a natureza do instrumento que o consubstancia. Tais membros poderão ser substituídos a qualquer tempo mediante comunicação escrita dos Credores Abrangidos representativos do respectivo grupo. As Recuperandas, os titulares de Créditos Intercompany, as Partes Relacionadas das Recuperandas e/ou Controladas não poderão integrar o Comitê de Credores.

10.1.2 Vacância e Substituição. O membro que renunciar, ceder a totalidade de seus Créditos Abrangidos ou tiver seus Créditos Abrangidos integralmente quitados deixará de integrar o Comitê de Credores. O substituto será indicado, no prazo de até 15 (quinze) dias, pelos Credores Abrangidos representativos do respectivo grupo, ou, na ausência de indicação nesse prazo, pelos membros remanescentes, devendo a indicação ser comunicada às Recuperandas. Enquanto não preenchida a vaga, o Comitê de Credores funcionará com os membros remanescentes.

Mauricio Leonardo Hasson Carlos Gil Moreira Ferrei

Clicksign 52a442b3-eceb-4572-9f27-e6c77180c735

10.1.3 <u>Competências</u>. Compete ao Comitê de Credores, sem prejuízo de outras atribuições expressamente previstas neste Plano:

(i) discutir, negociar e aprovar, após a Homologação do Plano, (a) os termos e condições finais dos documentos definitivos necessários à implementação deste Plano, observados os prazos aplicáveis previstos neste Plano, incluindo, mas não se limitando, às escrituras de emissão das Debêntures da Opção A (incluindo, mas não limitado a *covenants*, índices financeiros, alavancagem, liquidez etc.); (b) eventuais alterações das minutas dos instrumentos da Alienação Fiduciária de Ações, da Alienação Fiduciária de Ações sob Condição Suspensiva, da Cessão Fiduciária Direito de Regresso e da Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Contas Vinculadas, que já constam integralmente dos Anexos D, E, F e J, apenas na medida em que seja necessário para aperfeiçoamento de tais garantias, observado que a aprovação de alterações às minutas dos instrumentos da Alienação Fiduciária de Ações, da Cessão Fiduciária Direito de Regresso e da Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Contas Vinculadas, da escritura de emissão das Debêntures Modalidade 1 e dos Covenants Financeiros aplicáveis às Debêntures Modalidade 1 dependerá, em qualquer caso, do voto afirmativo do membro indicado pelos Credores Apoiadores Modalidade 1; e (c) ressalvados os Instrumentos Definitivos, a escritura de emissão das Debêntures da Opção B (cujos termos observarão a Cláusula 6.3.6 e o Anexo I, com a anuência prevista na Cláusula 6.3.6) e os prazos da Opção B, nos termos das Cláusulas 6.3.6, 6.3.7 e 6.3.13;

(ii) receber e analisar os relatórios e as demais informações previstas na Cláusula 10.3, podendo solicitar esclarecimentos e informações adicionais às Recuperandas;

(iii) notificar as Recuperandas acerca de descumprimento deste Plano; e

(iv) conceder prorrogações dos prazos de natureza operacional ou procedimental previstos neste Plano, por até 30 (trinta) dias, vedada a prorrogação de qualquer prazo de pagamento e observado o disposto na Cláusula 6.3.7 quanto aos prazos da Opção B.

10.1.4 <u>Limites</u>. O Comitê de Credores não poderá aprovar alteração das condições de pagamento previstas neste Plano, renúncia a direitos dos Credores

Mauricio Leonardo Hasson Carlos Gil Moreira Ferrei

Clicksign 52a442b3-eceb-4572-9f27-e6c77180c735

Abrangidos, liberação, substituição ou redução de garantias ou perdão de descumprimento deste Plano.

10.1.5 Funcionamento e Manifestações. As manifestações e decisões internas do Comitê de Credores serão tomadas pelo voto favorável da maioria de seus membros em exercício, cabendo 1 (um) voto a cada membro, observado o disposto no item "(i)" da Cláusula 10.1.3. Em caso de empate, a matéria será considerada rejeitada pelo Comitê de Credores. O membro que tiver interesse conflitante com o dos demais Credores Abrangidos em determinada matéria deverá abster-se de votar, não sendo computado para fins de quórum. Salvo disposição específica em contrário neste Plano, o Comitê de Credores deverá manifestar-se sobre as matérias que lhe forem submetidas pelas Recuperandas no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados do recebimento da solicitação acompanhada dos documentos pertinentes, sendo a matéria considerada aprovada na ausência de manifestação nesse prazo, exceto quanto às matérias que dependam do voto afirmativo do membro indicado pelos Credores Apoiadores Modalidade 1, nos termos do item "(i)" da Cláusula 10.1.3, ou que afetem as garantias, os Covenants Financeiros ou as condições de pagamento das Debêntures Modalidade 1, as quais somente serão consideradas aprovadas mediante manifestação expressa e por escrito, vedada a aprovação tácita.

10.1.6 Vigência. O Comitê de Credores funcionará durante o Prazo de Monitoramento, extinguindo-se automaticamente ao seu término.

10.2 Agente de Monitoramento. Durante os primeiros 3 (três) anos contados da Homologação do Plano, o cumprimento das obrigações previstas neste Plano será acompanhado e fiscalizado por agente de monitoramento independente, contratado e remunerado pelas Recuperandas, após escolha do Comitê de Credores, na forma desta Cláusula ("Agente de Monitoramento"), cuja remuneração deverá ser dentro de limites razoáveis de mercado.

10.3 Regras de Monitoramento. No prazo de até 30 (trinta) dias contados da Homologação do Plano, o Comitê de Credores escolherá o Agente de Monitoramento que será responsávelo por produzir, mensalmente, relatórios que deverão ser disponbibilizados pelas Recuperandas mensalmente, por meio de seu canal de Relações com Investidores, contendo as seguintes informações: (i) o acompanhamento da posição mensal e fluxo de caixa das Recuperandas, inclusive das distribuições via cash sweep, da disponibilidade das garantias, dos pagamentos previstos neste Plano, inclusive eventuais atrasos, e das operações com Partes Relacionadas; (ii) os principais indicadores-chave de desempenho operacional (KPIs) do Grupo Oncoclínicas; (iii) a demonstração do cumprimento dos níveis mínimos dos Covenants Financeiros, cujos conteúdo, formato e prazo de entrega serão definidos entre o Grupo Oncoclínicas e os

 Mauricio Leonardo Hasson Carlos Gil Moreira Ferrei

Clicksign 52a442b3-eceb-4572-9f27-e6c77180c735

Assessores dos Credores, sem prejuízo das demais obrigações de informação previstas neste Plano; e (iv) as demonstrações financeiras periódicas, acompanhadas de certificado de conformidade firmado pelo diretor financeiro e de relatório mensal atestando a inexistência de descumprimentos. A disponibilização das informações por meio do canal de Relações com Investidores – RI será considerada, para todos os fins, como cumprimento da obrigação de informação prevista nesta Cláusula 10.3.

PARTE VI – DISPOSIÇÕES COMUNS

11. DISPOSIÇÕES COMUNS AO PAGAMENTO DOS CREDORES ABRANGIDOS

11.1 **Condições Suspensivas**. Os termos e condições previstos nas Cláusulas **Erro! Fonte de referência não encontrada.** (exceto a Opção B – Credores Abrangidos, nos termos da Cláusula 6.3), 7 (exceto a Cláusula 7.1 e subcláusulas) e 9 (exceto no que se refere às Debêntures Modalidade 1 e às Debêntures da Opção B, inclusive ao Valor do Pagamento por Não Conversão) deste Plano somente serão considerados plenamente eficazes a partir (i) da efetiva transferência integral, válida e eficaz das Participações da NewCo e dos Ativos ao patrimônio dos Credores Abrangidos que optarem pela Opção B – Credores Abrangidos, da subscrição e integralização das Debêntures da Opção B pela NewCo (ou, na hipótese da Cláusula 6.3.5.1, pelo próprio Credor Abrangido que optar pela Opção B – Credores Abrangidos) e, quando aplicável, da realização integral do Pagamento Substitutivo; e (ii) da comprovação da quitação tempestiva, pelas Recuperandas, dos honorários, custos e despesas pendentes dos Assessores Jurídicos e Financeiros, nos termos previstos dos contratos firmados entre as Recuperandas e respectivas partes e nas escrituras de emissão, termos de securitização e/ou legislação aplicável ("Condições Suspensivas"). Caso as Condições Suspensivas não tenham sido cumpridas em até 150 (cento e cinquenta) dias contados da Homologação do Plano ou do término do Prazo de Eleição, o que ocorrer por último, acrescido do período de eventual suspensão ou prorrogação validamente admitida nas Cláusulas 6.3.7 e **Erro! Fonte de referência não encontrada.** ("Prazo Limite"), este Plano será prontamente considerado rescindido, e não vinculará ou produzirá quaisquer efeitos sobre as Recuperandas e os Credores Abrangidos, independentemente de qualquer outra ação, sendo certo que as Recuperandas e os Credores Abrangidos retornarão prontamente à condição anterior à assinatura deste Plano com relação aos termos, condições, direitos e prerrogativas relativos aos Créditos Abrangidos, conforme convencionado nos documentos originais correspondentes, que serão considerados imediatamente restabelecidos, ressalvado, em qualquer caso, o disposto na Cláusula **Erro! Fonte de referência não encontrada.**. Nessa hipótese, a Alienação Fiduciária de Ações sob Condição Suspensiva não será constituída ou, caso já tenha sido celebrada, será considerada extinta de pleno direito, sem que seus beneficiários tenham qualquer direito, ainda que eventual, sobre as ações e quotas objeto da Alienação Fiduciária de

Mauricio Leonardo Hasson Carlos Gil Moreira Ferrei

Clicksign 52a442b3-eceb-4572-9f27-e6c77180c735

Ações, a qual permanecerá integralmente válida e eficaz em favor dos Credores Apoiadores Modalidade 1.

11.1.1 <u>Credores Apoiadores Modalidade 1</u>. As Condições Suspensivas, a Data de Eficácia e o Prazo Limite não se aplicam aos Credores Apoiadores Modalidade 1. Os Créditos Abrangidos dos Credores Signatários pré-alocados como Credores Apoiadores Modalidade 1 nos termos da Cláusula 7.3.1 serão novados de forma definitiva, irrevogável e irretratável com a Homologação do Plano, e os Créditos Abrangidos dos Credores Abrangidos que elegerem tal modalidade dentro do Prazo de Eleição serão novados de forma definitiva na data da respectiva Eleição válida, produzindo-se, a partir de então, todos os efeitos da Cláusula 5.1 e da Cláusula 7.1 e subcláusulas, inclusive quanto ao Período de Parceria, às Debêntures Modalidade 1, à Alienação Fiduciária de Ações, à Cessão Fiduciária Direito de Regresso e à Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Contas Vinculadas. A não implementação das Condições Suspensivas no Prazo Limite, a rescisão deste Plano nos termos da Cláusula **Erro! Fonte de referência não encontrada.** ou o restabelecimento dos créditos dos demais Credores Abrangidos não afetarão, em nenhuma hipótese, a novação dos Créditos Abrangidos dos Credores Apoiadores Modalidade 1, as Debêntures Modalidade 1 e as garantias constituídas em seu favor, que permanecerão válidas, eficazes e exigíveis nos termos deste Plano e dos respectivos instrumentos.

11.1.2 <u>Implementação Paralela</u>. A partir da Homologação do Plano, as Recuperandas deverão, de forma simultânea e independente, (i) emitir as Debêntures Modalidade 1 e celebrar e registrar a Alienação Fiduciária de Ações, a Cessão Fiduciária Direito de Regresso e a Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Contas Vinculadas, no prazo previsto na Cláusula 8.1.2; e (ii) praticar os atos necessários à verificação das Condições Suspensivas e à satisfação dos Créditos Abrangidos dos Credores Abrangidos que optarem pela Opção B – Credores Abrangidos, inclusive a transferência das Participações da NewCo e dos Ativos, a subscrição e integralização das Debêntures da Opção B e, quando aplicável, a realização do Pagamento Substitutivo, nos prazos previstos na Cláusula 6.3. O cumprimento das obrigações previstas no item "(i)" não depende nem está condicionado ao cumprimento das obrigações previstas no item "(ii)", e vice-versa.

11.2 <u>Forma de Pagamento</u>. Exceto se expressamente previsto de forma diversa neste Plano, os valores devidos aos Credores Abrangidos, nos termos deste Plano, serão pagos pelas Recuperandas mediante transferência direta de recursos, por meio de transferência eletrônica disponível (TED) ou PIX, em conta de cada um dos Credores Abrangidos a ser informada individualmente pelo Credor Abrangido nos termos da Cláusula 11.3 deste Plano.

Clicksign 52a442b3-eceb-4572-9f27-e6c77180c735

11.3 **Envio dos Dados Bancários**. Os Credores Abrangidos deverão informar os dados bancários para pagamento no prazo mínimo de 15 (quinze) dias corridos antes da data do efetivo pagamento. Caso as Recuperandas recebam a referida informação fora do prazo ora estipulado, o pagamento será efetuado pelas Recuperandas no prazo de até 15 (quinze) dias corridos do recebimento das informações sem que isso implique atraso ou descumprimento de qualquer disposição do presente Plano.

11.4 **Créditos denominados em moeda estrangeira**. Os Credores Abrangidos titulares de crédito em moeda estrangeira poderão, a seu exclusivo critério, optar pelo recebimento de seus Créditos Abrangidos ***(i)*** em moeda corrente nacional, hipótese em que o respectivo Crédito Abrangido será convertido em reais com base na PTAX do Dia Útil imediatamente anterior ao da Homologação do Plano; ou ***(ii)*** na respectiva moeda estrangeira de denominação, hipótese em que o pagamento pelas Recuperandas será realizado na moeda estrangeira originalmente pactuada. Em qualquer hipótese, o respectivo Crédito Abrangido será pago de acordo com os termos e condições da opção de pagamento aplicável prevista neste Plano.

11.5 **Quitação**. Os Créditos Abrangidos serão considerados pagos e quitados, de forma automática, irrevogável e irretratável, na medida do cumprimento das obrigações previstas na respectiva opção de pagamento, observadas as disposições específicas deste Plano quanto ao momento e à extensão da quitação de cada Crédito Abrangido. O cumprimento integral das obrigações previstas na opção de pagamento aplicável acarretará a plena, geral e irrevogável quitação do respectivo Crédito Abrangido, inclusive quanto ao principal, juros, correção monetária, multas, penalidades e demais encargos incidentes até a data de sua satisfação, na extensão prevista neste Plano. Uma vez satisfeitas as obrigações previstas neste Plano em relação a determinado Crédito Abrangido, o respectivo Credor Abrangido não poderá reclamar das Recuperandas qualquer valor adicional relativo ao Crédito Abrangido, ressalvados exclusivamente os direitos que lhe sejam atribuídos em razão dos instrumentos recebidos em pagamento.

11.6 **Pagamento Antecipado Facultativo.** As Recuperandas poderão, a qualquer tempo e a seu exclusivo critério, independentemente de prévia autorização dos Credores Abrangidos ou do Juízo da Recuperação Extrajudicial, pagar antecipadamente, resgatar ou adquirir (recomprar), total ou parcialmente, os Créditos Abrangidos, inclusive as Debêntures (ressalvadas as Debêntures da Opção B) e os Créditos Abrangidos detidos pelos Credores Apoiadores Modalidade 1 e Credores Apoiadores Modalidade 2, pelo respectivo saldo devedor atualizado na data do pagamento (valor na curva), assim entendido o principal acrescido da correção monetária e dos juros remuneratórios incorridos e não pagos até essa data, apurado na forma da Opção de Pagamento ou modalidade aplicável, sem a incidência de qualquer prêmio, multa, penalidade ou encargo adicional, e observadas as disposições constantes neste Plano ("Pagamento Antecipado Facultativo").

Mauricio Leonardo Hasson Carlos Gil Moreira Ferrei

Clicksign 52a442b3-eceb-4572-9f27-e6c77180c735

11.6.1 Imputação e Rateio. O Pagamento Antecipado Facultativo parcial será rateado entre os respectivos Credores Abrangidos de uma mesma Opção de Pagamento, série ou modalidade de Credor Apoiador (considerando-se, para esse fim, a parcela correspondente do Valor do Pagamento por Não Conversão em conjunto com a Série A ou a Série B a cujo fluxo esteja vinculada, nos termos da Cláusula 6.3.6.2.2), mediante Divisão Pro Rata, proporcionalmente ao saldo devedor dos respectivos Créditos Abrangidos na data do pagamento, e será imputado ao saldo devedor do respectivo Crédito Abrangido em ordem decrescente de vencimento, observados, quanto às Debêntures, os procedimentos de amortização extraordinária, resgate antecipado ou aquisição facultativa previstos na respectiva escritura de emissão e no artigo 55 da Lei das S.A.

11.6.2 Efeitos. Os valores pagos a título de Pagamento Antecipado Facultativo serão considerados pagos e quitados na data de sua efetiva realização, implicando a quitação do respectivo montante nos termos da Cláusula 11.5, e não se confundem com as amortizações antecipadas obrigatórias previstas na Cláusula 9.1 e seguintes. O Pagamento Antecipado Facultativo não alcança as Debêntures da Opção B, a parcela dos Créditos Abrangidos extinta na forma da Cláusula 6.4.1, a parcela que exceder o limite previsto na Cláusula 7.2.2 nem os Créditos Abrangidos satisfeitos mediante dação em pagamento na forma da Opção B, e não prejudica a faculdade de resgate das Debêntures da Opção C prevista no item "(iii)" da Cláusula 6.4.2.

12. PÓS-HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL

12.1 Baixa de Protestos, Suspensão e Extinção de Processos. Com a Homologação do Plano, serão extintas as ações judiciais ou arbitrais em curso e as pretensões (ainda que não deduzidas em juízo) contra as Recuperandas, exclusivamente na medida em que tenham por objeto Créditos Abrangidos, com a consequente liberação das penhoras ou constrições existentes relativas a tais Créditos Abrangidos, operando-se, ainda (a) o cancelamento de todo e qualquer protesto de título emitido contra as Recuperandas que tenha dado origem a qualquer Crédito Abrangido; e (b) a exclusão do registro dos nomes das Recuperandas nos órgãos de proteção ao crédito e de quaisquer anotações pertinentes a órgãos e institutos relacionados ao direito do consumidor, em ambos os casos exclusivamente em relação aos Créditos Abrangidos. Ficam expressamente ressalvados e não serão afetados por esta Cláusula os Créditos Novos 90 Dias, os créditos que não sejam considerados Créditos Abrangidos nos termos deste Plano, inclusive os decorrentes de fornecimentos ou serviços posteriores à Data do Pedido, e as ações, pretensões e garantias a eles relativas, bem como as medidas destinadas a exigir o cumprimento deste Plano ou dos instrumentos dele decorrentes. Sem prejuízo, durante o período compreendido entre a Data do Pedido e a Homologação do Plano, as

Clicksign 52a442b3-eceb-4572-9f27-e6c77180c735

Recuperandas poderão requerer ao juízo competente a suspensão das execuções judiciais em curso exclusivamente contra elas, nos termos do §8º do artigo 163 da LRF e da Cláusula 3.7, pelo prazo legal cabível. O disposto nesta Cláusula aplica-se (i) aos Credores Abrangidos que optarem pela Opção B – Credores Abrangidos com observância do disposto na Cláusula 6.3.1.1; e (ii) às ações, impugnações e demais medidas que tenham por objeto a apuração da existência, do valor ou da natureza de parcela controversa de Crédito Abrangido, as quais prosseguirão até decisão final, sujeitando-se a satisfação do valor reconhecido ao disposto neste Plano, observado, quanto aos Credores Abrangidos que optarem pela Opção B – Credores Abrangidos, o disposto na Cláusula 6.3.12.

12.2 **Aditamentos**. Desde que celebrados conjuntamente pelas Recuperandas e por Credores Signatários titulares de mais da metade dos Créditos Abrangidos, excluídos os Créditos Intercompany, nos termos da LRF, aditamentos, alterações ou modificações a este Plano podem ser propostos pelas Recuperandas antes da Homologação do Plano, independentemente da interposição de recursos ou impugnações pendentes de julgamento, vinculando as Recuperandas e todos os Credores Abrangidos, e desde que o Plano aditado, alterado ou modificado seja homologado pelo Juízo da Recuperação Extrajudicial, nos termos da LRF. Qualquer aditamento, alteração ou modificação que afete, direta ou indiretamente, os direitos, condições, prazos ou a forma de implementação da Opção B dependerá da anuência escrita de cada Credor Signatário que seja um Credor Abrangido que optar pela Opção B – Credores Abrangidos.

12.2.1 **Proteção dos Credores Apoiadores Modalidade 1**. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 12.2 e na LRF, dependerá do voto afirmativo e expresso dos Credores Apoiadores Modalidade 1 titulares da maioria dos Créditos Abrangidos alocados a tal condição de pagamento qualquer aditamento, alteração, modificação, renúncia ou novo plano, antes ou após a Homologação do Plano, que altere, direta ou indiretamente, inclusive por meio de alteração de definições, regras de interpretação, anexos ou outras cláusulas: (i) a Cláusula 7 e subcláusulas; (ii) os requisitos de elegibilidade, as Condições de Parceria, o Teto de Exposição, o Período de Parceria, o Período Intermediário, a Remuneração do Período Intermediário, o conceito de Créditos Novos 90 Dias ou qualquer outro critério de enquadramento, manutenção, desenquadramento ou reenquadramento na modalidade de Credor Apoiador Modalidade 1, bem como as definições constantes da Cláusula 1.2 utilizadas em tais disposições; (iii) os termos e condições da opção de pagamento para a qual o Crédito Abrangido possa ser reenquadrado, inclusive a Cláusula 6.2 e subcláusulas, bem como as Cláusulas 6.1 e 6.1.1 no que se refere aos Credores Apoiadores Modalidade 1; (iv) a Alienação Fiduciária de Ações, a Cessão Fiduciária Direito de Regresso, a Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Contas Vinculadas ou qualquer outra garantia constituída em favor dos Credores Apoiadores Modalidade 1; (v) a

Mauricio Leonardo Hasson Carlos Gil Moreira Ferrei

Clicksign 52a442b3-eceb-4572-9f27-e6c77180c735

Cláusula 9 e subcláusulas, inclusive a destinação e os percentuais do cash sweep e a prioridade prevista na Cláusula 9.2; (vi) as Cláusulas 4.5.4, 4.5.5, 5.1.1, 10.1.3, 10.1.5, 12.7 e 14; ou (vii) esta Cláusula 12.2.1.

12.3 **Sub-rogações**. Créditos relativos ao direito de regresso contra o Grupo Oncoclínicas, e que sejam decorrentes do pagamento, a qualquer tempo, por terceiros, de Créditos Abrangidos, serão pagos nos termos estabelecidos neste Plano. O credor por sub-rogação será considerado, para todos os fins e efeitos de direito, Credor Abrangido.

12.4 **Formalização de Documentos**. O Grupo Oncoclínicas, os Credores Abrangidos, os seus respectivos representantes e advogados deverão, conforme aplicável e exclusivamente para fins de implementação deste Plano, praticar os atos e firmar os contratos e outros documentos que, na forma e na substância, sejam necessários ou adequados para seu cumprimento. Em virtude deste Plano e mediante verificação da Homologação do Plano, o Juízo da Recuperação Extrajudicial autoriza expressamente o Grupo Oncoclínicas e seus agentes ou representantes à prática de todos e quaisquer atos e operações necessários para consumar a reestruturação prevista neste Plano, e desde já determina às autoridades governamentais, administrativas e regulatórias e terceiros de qualquer natureza, conforme aplicável, que promovam os atos e medidas necessárias para viabilizar a consumação da reestruturação prevista neste Plano, sem que tais atos atribuam às demais Recuperandas a condição de devedoras, garantidoras ou coobrigadas pelos Créditos Abrangidos.

12.5 **Título Executivo**. A sentença de Homologação do Plano constitui título executivo judicial, nos termos do artigo 161, §6º, da LRF, e este Plano constitui uma obrigação válida, vinculante e exequível para o Grupo Oncoclínicas e para os Credores Abrangidos, podendo ser executado, nos seus próprios termos e condições, conforme necessário e aplicável. As demais Recuperandas ficarão vinculadas apenas às obrigações de fazer e não fazer que lhes sejam expressamente atribuídas neste Plano, sem solidariedade, garantia ou coobrigação pelos Créditos Abrangidos.

12.6 **Cessão**. Os Credores Abrangidos poderão ceder seus Créditos Abrangidos a outros credores ou a terceiros, a qualquer momento, desde que o Credor Abrangido cedente (i) informe as Recuperandas acerca da cessão e (ii) comprove perante as Recuperandas que os cessionários receberam e confirmaram o recebimento de uma cópia deste Plano, reiterando a adesão de seu crédito ao Plano e reconhecendo que o crédito cedido estará sujeito às suas disposições mediante a Homologação do Plano.

12.7 **Garantias**. Sem prejuízo do disposto nas Cláusulas 4.1, 4.3, 4.5 e 12.4, dependerá de consentimento prévio e expresso (i) dos titulares das Debêntures Modalidade 1 e dos

Mauricio Leonardo Hasson Carlos Gil Moreira Ferrei

Clicksign 52a442b3-eceb-4572-9f27-e6c77180c735

titulares da Série A das Debêntures da Opção A e dos Credores Abrangidos que optarem pela Opção B – Credores Abrangidos, quanto à parcela garantida nos termos da Cláusula 6.3.6.2.2, a constituição de quaisquer ônus, gravames ou garantias, de qualquer natureza, sobre as ações ou quotas objeto da Alienação Fiduciária de Ações ou sobre quaisquer bens, direitos ou ativos de titularidade das sociedades cujas ações ou quotas tenham sido dadas em Alienação Fiduciária de Ações, ressalvada a constituição da própria Alienação Fiduciária de Ações sob Condição Suspensiva, com a qual os titulares das Debêntures Modalidade 1 anuem nos termos da Cláusula 7.1.4.1; (ii) dos titulares das Debêntures Modalidade 1, a constituição de quaisquer ônus, gravames ou garantias, de qualquer natureza, bem como a cessão, compensação, renúncia ou qualquer forma de disposição, sobre os Créditos de Regresso e os demais direitos objeto da Cessão Fiduciária Direito de Regresso; e (iii) dos Credores Apoiadores Modalidade 1, a constituição de quaisquer ônus, gravames ou garantias, de qualquer natureza, sobre os direitos creditórios e direitos sobre as contas vinculadas objeto da Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Contas Vinculadas.

13. DECLARAÇÕES E GARANTIAS

13.1 **Declarações dos Credores Signatários**. Cada Credor Signatário declara e garante às Recuperandas, isoladamente e não solidariamente, que:

13.1.1 Tal Credor Signatário, na medida aplicável, tem pleno poder e autoridade para aderir a este Plano; e

13.1.2 Tal Credor Signatário foi assessorado por profissionais que reputou capazes para avaliar os termos e condições deste Plano e seus anexos.

13.2 **Declarações e Garantias das Recuperandas**. As Recuperandas declaram e garantem aos Credores Abrangidos que:

13.2.1 Todas as Recuperandas são sociedades devidamente constituídas e existentes nos termos da lei brasileira e estão devidamente autorizadas a conduzir seus negócios e manter seus ativos;

13.2.2 Todas as Recuperandas têm todas as autorizações necessárias para assumir suas respectivas obrigações previstas neste Plano ou as obterão, conforme o caso, sempre em prazo suficiente à implementação das disposições deste Plano, conforme homologado, e cumpriram ou cumprirão, conforme o caso, as obrigações legais e demais providências necessárias à sua celebração e implementação, ressalvadas as autorizações de terceiros expressamente previstas neste Plano;

Mauricio Leonardo Hasson Carlos Gil Moreira Ferrei

Clicksign 52a442b3-eceb-4572-9f27-e6c77180c735

13.2.3 Todas as Recuperandas estão cumprindo, em todos os aspectos materiais, as leis aplicáveis aos seus negócios e ativos e não estão em violação de decisão de tribunal judicial ou arbitral, regulamento ou ordem de órgão governamental aplicável aos seus negócios e ativos que tenha ou provavelmente teria efeito material adverso sobre esta Recuperação Extrajudicial;

13.2.4 A celebração deste Plano está em conformidade com as leis aplicáveis aos negócios e ativos das Recuperandas e não viola decisão de tribunal judicial ou arbitral, regulamento ou ordem de órgão governamental aplicável aos seus negócios e ativos que tenha efeito material adverso sobre esta Recuperação Extrajudicial;

13.2.5 Não há outros créditos devidos pelas Recuperandas que, em razão de sua natureza quirografária (art. 83, VI, da LRF), devam ser considerados Créditos Abrangidos nos termos do art. 163, §1º, da LRF, além daqueles refletidos na Lista de Credores, ressalvadas as atualizações e retificações permitidas por este Plano; e

13.2.6 No seu melhor entendimento, as obrigações materiais mantidas com Partes Relacionadas são contratadas em condições de mercado, encontram-se registradas nos livros contábeis e estão refletidas nas demonstrações financeiras aplicáveis, em todos os seus aspectos materiais, de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos; e, no seu melhor conhecimento, as informações fornecidas sobre a titularidade, a composição societária, os Ativos, as garantias e os ônus do Grupo Oncoclínicas são verdadeiras, completas e suficientes, em todos os aspectos materiais, para a implementação e fiscalização deste Plano.

13.3 **Reconhecimento**. As partes reconhecem e concordam que este Plano não modifica, prejudica ou afeta, sob qualquer aspecto, obrigações, compromissos ou acordos relativos a créditos que não sejam Créditos Abrangidos.

14. EVENTOS DE INADIMPLEMENTO E VENCIMENTO ANTECIPADO

14.1 **Eventos de Inadimplemento**. Constituirá Evento de Inadimplemento a ocorrência de qualquer dos eventos abaixo, após o decurso do prazo de cura expressamente previsto, quando aplicável ("Eventos de Inadimplemento"):

(a) qualquer uma das Recuperandas declarar-se falida, apresentar pedido de autofalência, ser objeto de pedido de falência que não seja contestado, elidido ou evitado no prazo legal, ou apresentar pedido de recuperação judicial, recuperação extrajudicial adicional, outro procedimento

Mauricio Leonardo Hasson Carlos Gil Moreira Ferrei

Clicksign 52a442b3-eceb-4572-9f27-e6c77180c735

semelhante ou pedido de antecipação de efeitos de qualquer desses procedimentos, ressalvada a implementação dos atos expressamente previstos neste Plano;

(b) as Recuperandas descumprirem qualquer obrigação pecuniária ou, em qualquer aspecto material, qualquer outra obrigação, declaração, garantia, covenant ou restrição prevista neste Plano, que não seja sanado, exclusivamente na medida em que a violação seja passível de cura, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis após o recebimento de notificação do respectivo Credor Abrangido; ou ocorrer qualquer *cross-default* ou *cross-acceleration* em relação a obrigação financeira ou de mercado de capitais das Recuperandas ou de qualquer sociedade relevante do Grupo Oncoclínicas, em valor individual ou agregado superior a R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), inclusive se a obrigação for declarada antecipadamente vencida, suspensa ou cobrada em razão de inadimplemento;

(c) as Recuperandas ajuizarem qualquer medida judicial ou administrativa que tenha por objeto contestar, direta ou indiretamente, a validade, existência ou exigibilidade dos Créditos Abrangidos detidos pelos Credores Signatários, das garantias previstas neste Plano ou das obrigações nele estabelecidas;

(d) um ou mais credores ajuizarem contra qualquer das Recuperandas ou seus ativos ações de execução, execução de garantias, penhora, arresto, sequestro, busca e apreensão ou outra medida de cobrança ou constrição relativamente a obrigações financeiras, operacionais ou comerciais em valor agregado superior a R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), e tais medidas não forem suspensas no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados do recebimento de notificação;

(e) ocorrer inadimplemento, suspensão de fornecimento, rescisão ou interrupção de serviços por fornecedor relevante, quando o evento puder afetar materialmente as atividades do Grupo Oncoclínicas ou envolver obrigação vencida superior a R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), e não houver cura ou acordo vinculante no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados do recebimento de notificação;

(f) não ocorrer a integralização dos Ativos na NewCo e a transferência das Participações da NewCo aos Credores Abrangidos (ou, na hipótese da Cláusula 6.3.5.1, a transferência direta dos Ativos), nos prazos previstos na Cláusula 6.3.7.1, consideradas as prorrogações validamente admitidas nos termos da Cláusula 6.3.7.2 e ressalvadas as hipóteses de exclusão ou

Mauricio Leonardo Hasson Carlos Gil Moreira Ferrei

Clicksign 52a442b3-eceb-4572-9f27-e6c77180c735

substituição de Ativo previstas nas Cláusulas 6.3.9 e 6.3.10, sem prejuízo dos direitos individuais previstos nas Cláusulas 6.3.1.1 e 6.3.10.3;

(g) não ocorrer a emissão, subscrição e integralização das Debêntures Modalidade 1 no prazo máximo previsto na Cláusula 8.1.2;

(h) não forem constituídas, registradas ou aperfeiçoadas, no prazo previsto na Cláusula 8.1.2, ou forem anuladas, invalidadas, declaradas ineficazes, extintas, excutidas por terceiros ou de qualquer forma perdidas ou reduzidas, total ou parcialmente, a Alienação Fiduciária de Ações, a Cessão Fiduciária Direito de Regresso ou a Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Contas Vinculadas; ou

(i) as Recuperandas realizarem qualquer operação em desacordo com as Cláusulas 4.5.5 ou 12.7 deste Plano, independentemente de prazo de cura.

14.1.1 Legitimidade Individual. Para os fins da alínea "(b)" da Cláusula 14.1 acima, a notificação de descumprimento poderá ser enviada por qualquer Credor Abrangido, individual e isoladamente, independentemente do valor de seu Crédito Abrangido, da Opção de Pagamento ou da modalidade de Credor Apoiador a que esteja vinculado, ou de sua representação no Comitê de Credores. O prazo de cura será contado do recebimento, pelas Recuperandas, da primeira notificação válida relativa ao mesmo descumprimento, a qual aproveitará aos demais Credores Abrangidos.

14.2 Consequências do Evento de Inadimplemento. Na ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento, após o decurso do prazo de cura aplicável e mediante o recebimento da respectiva notificação pelas Recuperandas, enviada pelo Comitê de Credores ou por Credores Abrangidos titulares de mais da metade dos Créditos Abrangidos então em aberto ou, exclusivamente na hipótese da alínea "(b)" da Cláusula 14.1 acima, por qualquer Credor Abrangido, individual e isoladamente, o saldo não pago de todos os Créditos Abrangidos e das obrigações deles decorrentes poderá ser declarado antecipadamente vencido e imediatamente exigível, incluindo principal, correção monetária, juros remuneratórios e demais encargos acumulados até o efetivo pagamento. Sem prejuízo, na ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento, inclusive os previstos nas alíneas "(g)" a "(i)" da Cláusula 14.1, os Credores Apoiadores Modalidade 1 titulares da maioria dos Créditos Abrangidos alocados a tal condição de pagamento poderão, isoladamente e independentemente de deliberação do Comitê de Credores ou dos demais Credores Abrangidos, declarar o vencimento antecipado das Debêntures Modalidade 1 e promover a excussão das garantias constituídas em seu favor. A ocorrência do Evento de Inadimplemento somente produzirá efeitos após o

Mauricio Leonardo Hasson Carlos Gil Moreira Ferrei

Clicksign 52a442b3-eceb-4572-9f27-e6c77180c735

recebimento da respectiva notificação pelas Recuperandas e não ocorrerá de forma automática pela mera ocorrência do Evento de Inadimplemento. Uma vez declarado o vencimento antecipado, serão preservados os efeitos da novação e das garantias constituídas nos termos deste Plano, independentemente de qualquer declaração judicial, ressalvado o direito dos Credores Apoiadores Modalidade 1 previsto nesta Cláusula 14.2 e o disposto nas Cláusulas 6.3.1.1 e 6.3.10.3 quanto aos Credores Abrangidos que optarem pela Opção B – Credores Abrangidos.

14.2.1 A hipótese da alínea "(b)" da Cláusula 14.1 acima constitui direito individual e não poderá ser condicionada, limitada, suspensa ou renunciada por deliberação do Comitê de Credores, de maioria de Credores Abrangidos ou de titulares de qualquer Opção de Pagamento ou modalidade, nem dependerá de anuência prévia dos demais Credores Abrangidos.

15. DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 **Créditos e Débitos Intercompany**. Os créditos e débitos existentes entre as Recuperandas, quando abrangidos pela definição de Créditos Intercompany, poderão, a qualquer tempo e a critério das Recuperandas, conforme a estrutura que se mostrar mais eficiente do ponto de vista societário, contábil e fiscal, ser compensados, capitalizados, extintos por confusão ou objeto de qualquer outra forma de liquidação ou extinção, não sendo devido ou exigível qualquer pagamento entre as Recuperandas relativamente aos respectivos Créditos Intercompany antes da quitação dos demais Créditos Abrangidos e desde que, em qualquer hipótese, a medida adotada não afete as condições de pagamento dos demais Créditos Abrangidos, observada, em qualquer caso, a vedação prevista na Cláusula 5.1.1.1.

15.2 **Validade das disposições**. Na hipótese de qualquer termo ou disposição deste Plano ser considerado inválido, nulo ou ineficaz, o restante dos termos e disposições deste Plano permanecerá válido e eficaz, desde que as premissas que os embasam sejam mantidas.

15.3 **Cessão de créditos**. Este Plano não altera as disposições a respeito de cessão ou transferência de créditos originalmente constantes em contrato ou em lei com relação aos Créditos Abrangidos, sendo certo que eventual cessão de Créditos Abrangidos detidos por Credores Signatários não tornará sem efeito a adesão ao Plano na Data de Apresentação ou na data de entrega do Termo de Adesão.

15.4 **Comunicações**. Todas e quaisquer notificações ou quaisquer outras comunicações exigidas ou permitidas nos termos deste Plano dirigidas para as Recuperandas serão realizadas por escrito, mediante entrega pessoal, mensagem

Mauricio Leonardo Hasson Carlos Gil Moreira Ferrei

Clicksign 52a442b3-eceb-4572-9f27-e6c77180c735

eletrônica (e-mail), serviço de entrega especial ou carta registrada, sempre com comprovante de recebimento, ao endereço indicado abaixo:

Grupo Oncoclínicas
A/C: Srs. Carlos Gil e Mauricio Hasson
E-mail: carlosgil.ferreira@oncoclinicas.com e
mauricio.hasson@oncoclinicas.com
Endereço: Rua Luis Coelho, 197 – 12º andar – Consolação – São Paulo/SP, CEP 01310-300

15.4.1 Todas e quaisquer notificações ou comunicações que as Recuperandas devam encaminhar aos Credores Abrangidos nos termos deste Plano, incluindo, sem limitação, as comunicações relativas à realocação de Créditos Abrangidos entre as opções de pagamento previstas acima, serão realizadas por escrito, mediante mensagem eletrônica (e-mail) ou carta registrada com aviso de recebimento, para o endereço e/ou e-mail informado pelo respectivo Credor Abrangido no Termo de Adesão ou na comunicação de dados bancários prevista na Cláusula 11.3 deste Plano, sendo de responsabilidade do Credor Abrangido manter tais informações atualizadas.

15.5 **Reservas**. A adesão a este Plano por parte dos Credores Signatários não implica qualquer tipo de renúncia por parte dos Credores Signatários com relação a matérias não expressamente reguladas por este Plano, tampouco concordância em novar os termos originais dos instrumentos que consubstanciam os Créditos Abrangidos, a qual ocorrerá nos termos e condições previstos na Cláusula 5.1 deste Plano.

15.6 **Lei Aplicável e Foro**. Este Plano deve ser regido, interpretado e executado de acordo com as leis vigentes na República Federativa do Brasil. Fica eleito o Juízo da Recuperação Extrajudicial como competente para dirimir toda e qualquer controvérsia ou disputa oriunda deste Plano, até o encerramento da Recuperação Extrajudicial. Após o encerramento do processo de Recuperação Extrajudicial, o foro competente para dirimir toda e qualquer controvérsia ou disputa oriunda deste Plano será o da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

15.7 **Assinaturas Eletrônicas**. O presente Plano e quaisquer outros documentos assinados em conexão com este Plano podem ser assinados digitalmente, de acordo com os procedimentos de autenticação geralmente aceitos (sem necessidade de utilizar a certificação digital fornecida pela ICP-Brasil), que as Recuperandas e os Credores Abrangidos reconhecem ser legais, válidos e legítimos para constituir e vincular as

Mauricio Leonardo Hasson Carlos Gil Moreira Ferrei

Clicksign 52a442b3-eceb-4572-9f27-e6c77180c735

Recuperandas e os Credores Abrangidos aos direitos e obrigações deste Plano, nos termos do art. 10, §2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

Este Plano é firmado pelos representantes legais devidamente constituídos pelas Recuperandas.

São Paulo/SP, 23 de outubro de 2026.

(Página de assinaturas do Plano de Recuperação Extrajudicial apresentado pelo Grupo Oncoclínicas, datado de 23 de outubro de 2026.)

ONCOCLÍNICAS DO BRASIL SERVIÇOS MÉDICOS S.A.

AIO – INSTITUTO DE CÂNCER DE MANAUS LTDA.

AIO – INSTITUTO DO CÂNCER DE BRASÍLIA LTDA.

ALIANÇA INSTITUTO DE ONCOLOGIA S.A.

ANDRÔMEDA PARTICIPAÇÕES LTDA.

CAM - CLÍNICA DE ASSISTÊNCIA À MULHER LTDA.

CECON - CENTRO CAPIXABA DE ONCOLOGIA S.A.

CENTRAL DE GESTÃO E SAÚDE LTDA.

CENTRO BRASILEIRO DE RADIOTERAPIA ONCOLOGIA E MASTOLOGIA CEBROM LTDA.

CENTRO DE QUIMIOTERAPIA ONCOCLÍNICAS S.A.

CENTRO MINEIRO DE INFUSÕES S.A.

CENTRO PAULISTA DE ONCOLOGIA S.A.

CETTRO – CENTRO DE TRATAMENTO ONCOLÓGICO LTDA.

CLÍNICA DE RADIOTERAPIA E QUIMIOTERAPIA DE PRESIDENTE PRUDENTE S.A.

CLINICA OAL SP DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA.

CLION – CLÍNICA DE ONCOLOGIA LTDA.

CORP CENTRO DE ONCOLOGIA DE RIO PRETO S.A.

COT - CENTRO ONCOLÓGICO DO TRIÂNGULO S.A.

Mauricio Leonardo Hasson Carlos Gil Moreira Ferrei

Clicksign 52a442b3-eceb-4572-9f27-e6c77180c735

COTE - CENTRO ONCOLOGICO E TRATAMENTOS ESPECIAIS LTDA.

CPO – CENTRO PARAIBANO DE ONCOLOGIA S.A.

GIORDANI CAMICIA SERVICOS MEDICOS LTDA.

HOSPITAL DE ONCOLOGIA DO MÉIER S.A.

IDENGENE MEDICINA DIAGNÓSTICA S.A.

IMUNOMED CLÍNICA DE INFUSÃO E ESPECIALIDADES S.A.

INSTITUTO DE ONCOLOGIA KAPLAN S.A.

INSTITUTO DE HEMATOLOGIA E ONCOLOGIA CURITIBA - CLÍNICA MÉDICA S.A.

INSTITUTO MATERNO INFANTIL DE MINAS GERAIS S.A.

INSTITUTO ONCOLÓGICO DE RIBEIRÃO PRETO S.A.

IRA INSTITUTO ROBERTO ALVARENGA LTDA.

LOCUS - ANATOMIA PATOLÓGICA E CITOLOGIA LTDA.

MULTIHEMO SERVIÇOS MÉDICOS S.A.

NAVARRA RJ SERVIÇOS ONCOLÓGICOS S.A.

NEON - NÚCLEO ESPECIALIZADO EM ONCOLOGIA S.A.

NOS - NÚCLEO DE ONCOLOGIA DE SERGIPE S.A.

NÚCLEO DE ONCOLOGIA DA BAHIA S.A.

ONCO & HEMATO SERVIÇOS MÉDICOS S.A.

ONCO VIDA INSTITUTO ESPECIALIZADO DE ONCOLOGIA S.A.

ONCOBIO SERVIÇOS DE SAÚDE S.A.

ONCOCENTRO IMAGEM E SERVIÇOS MÉDICOS LTDA.

ONCOCLÍNICA - CENTRO DE TRATAMENTO ONCOLÓGICO S.A.

ONCOCLÍNICAS CANOAS CLÍNICA DE ONCOLOGIA LTDA.

ONCOCLÍNICAS RIO DE JANEIRO S.A.

ONCOHEMATOLOGIA PARTICIPAÇÕES LTDA.

PRO-ONCO CENTRO DE TRATAMENTO ONCOLÓGICO S.A.

Mauricio Leonardo Hasson Carlos Gil Moreira Ferrei

Clicksign 52a442b3-eceb-4572-9f27-e6c77180c735

RADIOTERAPIA BOTAFOGO S.A.

RADIOTERAPIA ONCOCLINICAS RECIFE S.A.

RADIOTERAPIA ONCOCLINICAS SÃO PAULO LTDA.

SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÉDICO E DIAGNÓSTICO LTDA.

TALIA PARTICIPAÇÕES LTDA.

TALASSA ONCOLOGIA E PARTICIPAÇÕES S.A.

UNIDADE DE ONCOLOGIA CLÍNICA E PEDIÁTRICA LTDA.

Mauricio Leonardo Hasson Carlos Gil Moreira Ferrei

Clicksign 52a442b3-eceb-4572-9f27-e6c77180c735

LISTA DE ANEXOS

Anexo A – Modelo de Termo de Eleição
Anexo B – Modelo de Termo de Adesão
Anexo C – Demonstrativo de Quórum
Anexo D – Minuta do instrumento de Alienação Fiduciária de Ações
Anexo E – Minuta do instrumento de Alienação Fiduciária de Ações sob Condição Suspensiva (Série A das Debêntures da Opção A e Opção B)
Anexo F – Minuta do instrumento de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Contas Vinculadas
Anexo G – Relação de Ativos e Valor de Referência dos Ativos (NewCo)
Anexo H – Composição do Comitê de Credores
Anexo I – Termos e Condições das Debêntures da Opção B
Anexo J – Minuta do instrumento de Cessão Fiduciária Direito de Regresso
Anexo K – Relação de Ativos Core (Cláusulas 9.2 e 9.4)
Anexo L – Relação de Ativos Não Core (Cláusulas 9.3 e 9.4)

Mauricio Leonardo Hasson Carlos Gil Moreira Ferrei

Clicksign 52a442b3-eceb-4572-9f27-e6c77180c735

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Documento 5

Tipo documento:
DOCUMENTAÇÃO
Evento:
PETIÇÃO
Data:
23/10/2026 18:29:27
Usuário:
SP146176 - IVO WAISBERG
Processo:
4126842-40.2026.8.26.0100
Sequência Evento:
558

ANEXO A
MODELO TERMO DE ELEIÇÃO

À **ONCOCLÍNICAS DO BRASIL SERVIÇOS MÉDICOS S.A.** e demais Recuperandas
E-mail: eleicao.re@oncoclinicas.com

Ref.: Termo de Eleição – Plano de Recuperação Extrajudicial do Grupo Oncoclínicas ("Plano")

O Credor Abrangido abaixo identificado vem, nos termos do Plano, manifestar a sua Eleição quanto à opção de pagamento aplicável à totalidade de seus Créditos Abrangidos. Os termos iniciados em letra maiúscula e não definidos neste Termo de Eleição têm o significado que lhes é atribuído no Plano.

1. CREDOR ABRANGIDO

Nome / Razão social	
CPF / CNPJ	
E-mail para comunicações	
Representante(s) / procurador(es)	

2. OPÇÃO DE PAGAMENTO ELEITA

O Credor Abrangido elege a seguinte opção de pagamento (assinalar uma única opção):

[ ] Opção A – Credores Abrangidos

[ ] Opção B – Credores Abrangidos

[ ] Opção C – Credores Abrangidos

[ ] Opção D – Credores Abrangidos

[ ] Credor Apoiador Modalidade 1

[ ] Credor Apoiador Modalidade 2

Caso tenha eleito uma das modalidades de Credor Apoiador, o Credor Abrangido declara que cumpre e se compromete a cumprir as condições aplicáveis à modalidade eleita, nos termos do Plano.

3. DECLARAÇÕES

O Credor Abrangido declara que:

(a) o(s) signatário(s) possui(em) poderes para firmar este Termo de Eleição, conforme documentos de representação anexos;

(b) tem pleno conhecimento dos termos e condições do Plano, inclusive daqueles aplicáveis à opção de pagamento eleita, e da hipótese de enquadramento automático na Opção C em caso de ausência de Eleição válida; e

(c) a presente Eleição é irrevogável e irretratável, ressalvadas as hipóteses de reenquadramento previstas no Plano, e prevalecerá o Plano em caso de divergência com este Termo de Eleição.

[Local], [•] de [•] de 2026.

_____

[CREDOR ABRANGIDO]
Nome: [•] | Cargo: [•]

ANEXO B
MODELO DE TERMO DE ADESÃO

Plano de Recuperação Extrajudicial do Grupo Oncoclínicas | Termo de Adesão para Credor Abrangido

[NOME COMPLETO/DENOMINAÇÃO DO CREDOR ABRANGIDO], [qualificação completa], [representada, neste ato, nos termos dos seus atos constitutivos], vem, por meio do presente instrumento, no âmbito do Plano de Recuperação Extrajudicial [datado de [•] de [•] de 2026] apresentado pelas sociedades listadas no **Anexo I** deste Termo de Adesão (em conjunto, as "Recuperandas"), que integra este instrumento para todos os fins e efeitos de direito ("Plano"), na qualidade de Credor Abrangido, tal como definido no Plano, detentor de crédito contra [a(s) Recuperanda(s) [•]], no nos valores descritos abaixo ("Crédito"), classificado como Crédito Abrangido, manifestar sua adesão ao Plano, nos termos do art. 161 e seguintes da Lei nº 11.101/2005 ("LRF"), tornando-se Credor Signatário.

Valor Total de Crédito Abrangido contra [indicação da Recuperanda]: [•]

Valor Total de Crédito Abrangido contra [indicação da Recuperanda]: [•]

O Credor Abrangido declara expressamente neste ato: (i) ter recebido cópia do Plano,

seus anexos e de todos os documentos que o acompanham; (ii) ter ciência e concordar irrestritamente com todas as cláusulas e condições previstas no Plano e seus anexos e nos demais documentos que o acompanham; e (iii) que o presente Termo de Adesão foi assinado por subscritor devidamente autorizado e com poderes para tanto, conforme documentação a ele anexada.

[O Credor Abrangido declara (i) ter recebido cópia do Plano e seus anexos; (ii) ter ciência e concordar irrestritamente com todas as cláusulas e condições previstas no Plano e seus anexos; e (iii) que o presente Termo de Adesão foi assinado por subscritor devidamente autorizado e com poderes para tanto, conforme documentação anexa.]

Ainda, o Credor Abrangido renuncia ao seu direito de arrependimento e de desistência de sua anuência, de modo que a assinatura deste Termo de Adesão importa aceite irrevogável e irretratável do Credor Abrangido a todos os termos do Plano, ao qual fica vinculado desde a assinatura, nos termos do art. 161, §5º, da LRF, sendo certo que a adesão ao Plano não implica renúncia com relação a matérias não expressamente reguladas pelo Plano, e que a novação do Crédito ocorrerá nos termos e condições nele previstos.

O Credor Abrangido elege a seguinte opção de pagamento (assinalar uma única opção):

[ ] Opção A – Credores Abrangidos

[ ] Opção B – Credores Abrangidos

[ ] Opção C – Credores Abrangidos

[ ] Opção D – Credores Abrangidos

[ ] Credor Apoiador Modalidade 1

[ ] Credor Apoiador Modalidade 2

O Credor Abrangido declara que cumpre e se compromete a cumprir as condições a aplicáveis à opção de pagamento eleita acima.

A eleição assim formalizada constitui, para todos os fins do Plano, a Eleição do Credor Signatário, em caráter irrevogável e irretratável, produzindo efeitos desde a assinatura deste Termo de Adesão, independentemente do envio de Termo de Eleição, e não poderá ser alterada durante o Prazo de Eleição, ressalvadas as hipóteses de reenquadramento e realocação expressamente previstas no Plano.

O Credor Abrangido declara que o presente Termo de Adesão está acompanhado das declarações e dos documentos exigidos pelo Plano para a opção de pagamento ou modalidade de Credor Apoiador escolhida, nos termos da Cláusula 6.1.6 do Plano, incluindo, conforme aplicável:

(i) os documentos comprobatórios dos poderes do(s) signatário(s), na forma indicada ao final deste Termo de Adesão;

(ii) para o Credor Apoiador Modalidade 1, a declaração de que cumpre e se compromete a cumprir as condições aplicáveis à referida modalidade, nos termos da Cláusula 7.3.1 do Plano; e

(iii) para o Credor Apoiador Modalidade 2, a comprovação do protocolo prévio do pedido de desistência, com renúncia ao direito sobre o qual se fundam, de todas as medidas judiciais, arbitrais, administrativas ou extrajudiciais em curso contra qualquer das Recuperandas que tenham por objeto os Créditos Abrangidos ou que impugnem, total ou parcialmente, a validade, a eficácia, a vigência ou a execução dos contratos que regem a respectiva relação comercial, nos termos do item "(iii)" da Cláusula 7.2 do Plano, bem como o compromisso de não ajuizar novas medidas com o mesmo objeto durante a vigência de tais contratos, ressalvadas as medidas relativas à cobrança de créditos outros que os Créditos Abrangidos.

A ausência dos documentos exigidos para a opção ou modalidade escolhida poderá ensejar a invalidade ou ineficácia da escolha, nos termos do Plano.

Por fim, o Credor Abrangido autoriza e concorda, neste ato, com a juntada deste Termo de Adesão nos autos do processo de recuperação extrajudicial.Os termos iniciados em letra maiúscula e não definidos neste Termo de Adesão têm o significado que lhes foi atribuído no Plano.

Todas e quaisquer notificações ou quaisquer outras comunicações com o Credor Abrangido necessárias nos termos do Plano serão endereçadas ao endereço indicado abaixo:

[•]
E-mail: [•]

[Cidade] – [Estado], [•] de [•] de 2026.

[NOME COMPLETO/DENOMINAÇÃO DO CREDOR ABRANGIDO]

_____	_____
Nome:	Nome:
Cargo:	Cargo:

(O presente Termo de Adesão deverá estar acompanhado de documentos comprobatórios dos poderes do(s) signatário(s) e, em caso de procurador, a procuração deverá conter poderes específicos para assinatura do presente Termo de Adesão.)

MINUTA PARA DISCUSSÃO
SUJEITA A REVISÕES

ANEXO D

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE AÇÕES E QUOTAS EM GARANTIA E OUTRAS AVENÇAS

Pelo presente "Instrumento Particular de Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Quotas em Garantia e Outras Avenças" ("Contrato"), as partes abaixo qualificadas:

Como alienante fiduciante ("Alienantes Fiduciantes" e, individual e indistintamente, "Alienante Fiduciante"):

(1) ONCOCLÍNICAS DO BRASIL SERVIÇOS MÉDICOS S.A., companhia aberta, com sede na cidade de São Paulo, São Paulo, na Rua Augusta, 1562, 11º e 12º andares, Consolação, CEP 01304-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 12.104.241/0004-02, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial de São Paulo sob o NIRE 35.300.493.699, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Oncoclínicas");

(2) [*incluir a razão social e a qualificação de todas as titulares de Participações Indiretas*], neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(3) [*incluir a razão social e a qualificação de todas as titulares de Participações Indiretas*], (em conjunto com [•], "Sociedades Intermediárias");

como credor fiduciário, na qualidade de agente fiduciário, representando a comunhão dos titulares das Debêntures Modalidade 1 (conforme definido abaixo) ("Debenturistas") ("Credor Fiduciário" ou "Agente Fiduciário"):

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, sociedade por ações, com sede [•], inscrita no CNPJ/MF sob o nº [•], neste ato representada na forma de seus atos constitutivos, nomeada agente fiduciário dos Debenturistas nos termos da Escritura de Emissão (conforme definido abaixo);

e, como intervenientes-anuentes ("Sociedades Emissoras" ou, individual e indistintamente, "Sociedade Emissora"):

(1) ONCOBIO SERVIÇOS DE SAÚDE S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de Nova Lima, Minas Gerais, na Rua da Paisagem, nº 310, Lotes 21 e 22, Vila da Serra, CEP 34006-059, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 26.645.426/0001-96, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(2) ONCOCENTRO IMAGEM E SERVIÇOS MÉDICOS LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, na Rua dos Otoni, nº 742, Santa Efigênia, CEP 30150-274, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.622.395/0001-67, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(3) TALASSA ONCOLOGIA E PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de Florianópolis, Santa Catarina, na Rua Santos Dumont, nº 182, 4º andar, salas 401 a 406, e 10º andar, sala 1001, Centro, CEP 88015-020, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 37.184.687/0001-72, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(4) TALIA PARTICIPAÇÕES LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, na Rua dos Otoni, nº 742, 8º andar, sala 807, Santa Efigênia, CEP 30150-274, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 37.138.913/0001-89, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(5) ONCOHEMATOLOGIA PARTICIPAÇÕES LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, na Rua dos Otoni, nº 742, sala 908, Santa Efigênia, CEP 30150-274, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 26.193.072/0001-96, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(6) ONCOLOGIA PARTICIPAÇÕES LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, na Rua dos Otoni, nº 742, sala 801, Santa Efigênia, CEP 30150-274, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 21.592.249/0001-03, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(7) PONTUS PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, na Avenida Barbacena, nº 472, sala 1101, Barro Preto, CEP 30190-130, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.945.627/0001-10, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(8) ONCOPAR SUL EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, na Rua dos Otoni, nº 742, 8º andar, sala 803, Santa Efigênia, CEP 30150-274, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 21.236.729/0001-31, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(9) CENTRO PAULISTA DE ONCOLOGIA S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de São Paulo, São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4.300, 10º andar, Escritório Corporativo 10, Itaim Bibi, CEP 04538-132, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 52.164.662/0001-09, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(10) RADIOTERAPIA ONCOCLÍNICAS RIBEIRÃO PRETO LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Ribeirão Preto, São Paulo, na Avenida Independência, nº 2.276, Lote 06, Quadra 73, Alto da Boa Vista, CEP 14025-230, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 26.843.026/0001-95, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(11) RADIOTERAPIA ONCOCLÍNICAS SÃO PAULO LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de São Paulo, São Paulo, na Rua Martiniano de Carvalho, nº 965, Subsolo 4, Bela Vista, CEP 01321-001, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 26.842.646/0001-00, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(12) CENTRAL DE GESTÃO E SAÚDE LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Ribeirão Preto, São Paulo, na Rua Ayrton Roxo, nº 571, Sala 01, térreo, Alto da Boa Vista, CEP 14025-270, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.375.498/0001-35, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(13) RADIOTERAPIA ONCOCLÍNICAS SALVADOR LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Salvador, Bahia, na Rua Baependi, nº 151, Ondina, CEP 40170-070, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 16.423.011/0001-14, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(14) ONCOCLÍNICAS SALVADOR S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de Salvador, Bahia, na Praça Conselheiro Almeida Couto, nº 500, Nazaré, CEP 40050-410, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 16.433.593/0001-10, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(15) CENTRO MINEIRO DE INFUSÕES S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, na Rua dos Otoni, nº 742, 8º andar, sala 802, Santa Efigênia, CEP 30150-274, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.347.387/0001-24, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(16) NAVARRA RJ SERVIÇOS ONCOLÓGICOS S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de Niterói, Rio de Janeiro, na Estrada Francisco da Cruz Nunes, nº 5.599, parte, Itaipu, CEP 24340-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.495.365/0001-93, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(17) ONCOCLÍNICAS PARTICIPAÇÕES RJ ES LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 300, sala 401, Botafogo, CEP 22250-945, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 34.102.105/0001-73, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(18) ONCOCLÍNICA – CENTRO DE TRATAMENTO ONCOLÓGICO S.A., sociedade por ações, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, na Rua Nascimento Silva, nº 88, Ipanema, CEP 22421-022, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 72.101.124/0001-74, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(19) UNITY PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade por ações, com sede em Brasília, Distrito Federal, no SAUS, Quadra 4, Bloco A, salas 721 a 728, Asa Sul, CEP 70070-040, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 30.986.413/0001-58, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(20) HEMATOLÓGICA – CLÍNICA DE HEMATOLOGIA S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, na Rua Paraíba, nº 330, andar 1, andar 2 parte 1 e andar 3 parte 1, Funcionários, CEP 30130-917, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.410.960/0001-20, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(21) NÚCLEO DE ONCOLOGIA DA BAHIA S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de Salvador, Bahia, na Avenida Milton Santos, nº 123, Edifício Gildete Lessa, Ondina, CEP 40170-110, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 41.980.319/0001-08, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(22) RADIOTERAPIA ONCOCLÍNICAS RECIFE S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de Recife, Pernambuco, na Avenida Conselheiro Aguiar, nº 2.356, Boa Viagem, CEP 51020-020, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 28.043.406/0001-70, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(23) RADIOTERAPIA BOTAFOGO S.A., sociedade por ações, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, na Rua Marechal Niemeyer, nº 16, Botafogo, CEP 22251-060, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 40.447.278/0001-26, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(24) INSTITUTO ONCOLÓGICO DE RIBEIRÃO PRETO S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de Ribeirão Preto, São Paulo, na Rua Ayrton Roxo, nº 571, Alto da Boa Vista, CEP 14025-270, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 57.723.280/0001-83, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(25) ONCO VIDA INSTITUTO ESPECIALIZADO DE ONCOLOGIA S.A., sociedade por ações, com sede em Brasília, Distrito Federal, na Quadra SGA/Sul 915, s/n, Conjunto O, Sala 01, Edifício Advance 2, Asa Sul, CEP 70390-150, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.682.668/0001-29, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(26) ALIANÇA INSTITUTO DE ONCOLOGIA S.A., sociedade por ações, com sede em Brasília, Distrito Federal, na Quadra QS 3, Lotes 03, 05 e 07, Loja 21, Edifício Pátio Capital, Areal (Águas Claras), CEP 71953-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.104.513/0001-17, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(27) LOCUS – ANATOMIA PATOLÓGICA E CITOLOGIA LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de São Paulo, São Paulo, na Rua Natividade, nº 139, Vila Madalena, CEP 05443-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 69.287.381/0001-38, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(28) CENTRO BRASILEIRO DE RADIOTERAPIA ONCOLOGIA E MASTOLOGIA CEBROM LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Goiânia, Goiás, na Avenida Quinta Avenida, nº 180, Setor Leste Universitário, CEP 74605-040, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.754.174/0001-40, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(29) CTR – CENTRO DE TRATAMENTO RADIOTERÁPICO LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Goiânia, Goiás, na Rua T-55, nº 741, Setor Bueno, CEP 74215-170, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.426.304/0001-31, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(30) CTR – CENTRO DE TRATAMENTO RADIOTERÁPICO DE ANÁPOLIS LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Anápolis, Goiás, na Rua Eduardo Carlos Pereira Magalhães, nº 45, Quadra 11, Lote 1, Cidade Universitária, CEP 75074-830, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.264.130/0001-37, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(31) ANDRÔMEDA PARTICIPAÇÕES LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de São Paulo, São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 510, 2º andar, Vila Nova Conceição, CEP 04543-906, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.012.379/0001-05, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(32) COTE – CENTRO ONCOLÓGICO E TRATAMENTOS ESPECIAIS LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, na Avenida Ayrton Senna, nº 2.500, Bloco 3, Lojas 101 a 107, Barra da Tijuca, CEP 22775-003, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 46.902.754/0001-38, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(33) AIO – INSTITUTO DO CÂNCER DE BRASÍLIA LTDA., sociedade empresária limitada, com sede em Brasília, Distrito Federal, na QS 3 EPCT, Lotes 3, 5, 7 e 9, Loja 01, Parte A, Areal (Águas Claras), CEP 71953-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.859.927/0001-06, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(34) CETTRO – CENTRO DE TRATAMENTO ONCOLÓGICO LTDA., sociedade empresária limitada, com sede em Brasília, Distrito Federal, no SMH Norte, Quadra 2, Bloco A, Consultórios 1201 a 1214, Asa Norte, CEP 70710-100, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.520.237/0001-01, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(35) NÚCLEO DE HEMATOLOGIA E TRANSPLANTE DE MEDULA ÓSSEA DE MINAS GERAIS LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Contagem, Minas Gerais, na Avenida João César de Oliveira, nº 5.757, Loja 12, Térreo, Beatriz, CEP 32040-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.623.693/0001-02, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(36) IDENGENE MEDICINA DIAGNÓSTICA S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de São Paulo, São Paulo, na Rua Natividade, nº 139, Vila Nova Conceição, CEP 04513-020, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 21.875.615/0001-31, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(37) RADIOGROUP PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, na Rua dos Otoni, nº 742, Sala 805, 8º andar, Santa Efigênia, CEP 30150-274, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.122.507/0001-46, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(38) RADIOCARE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, na Avenida do Contorno, nº 9.530, Setor de Radioterapia, Barro Preto, CEP 30110-934, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.796.772/0001-20, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(39) CENTRO DE TRATAMENTO EM RADIOTERAPIA LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Betim, Minas Gerais, na Rua Vinte, nº 90, Térreo, Jardim Brasília, CEP 32671-550, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.484.464/0001-71, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(40) CQAI PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, na Avenida Antônio Carlos, nº 1.694, Cachoeirinha, CEP 31210-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 16.687.758/0001-80, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(41) COT – CENTRO ONCOLÓGICO DO TRIÂNGULO S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de Uberlândia, Minas Gerais, na Avenida Anselmo Alves dos Santos, nº 900, 1º andar, subsolo ala 1, Térreo, Santa Mônica, CEP 38408-150, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.732.168/0001-17, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(42) COT – RADIOTERAPIA LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Uberlândia, Minas Gerais, na Avenida Anselmo Alves dos Santos, nº 900, subsolo ala 2, Santa Mônica, CEP 38408-150, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.330.855/0001-55, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(43) ONCOCENTRO UBERLÂNDIA S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de Uberlândia, Minas Gerais, na Avenida Afonso Pena, nº 1.609, Nossa Senhora Aparecida, CEP 38400-706, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.138.676/0001-13, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(44) IHOC – INSTITUTO DE HEMATOLOGIA E ONCOLOGIA CURITIBA – CLÍNICA MÉDICA S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de Curitiba, Paraná, na Rua Fagundes Varela, nº 1.785, Bacacheri, CEP 82520-040, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.850.913/0001-95, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(45) CENTRO DE QUIMIOTERAPIA ONCOCLÍNICAS S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, na Rua Tobias da Silva, nº 126, Moinhos de Vento, CEP 90570-020, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 95.179.461/0004-22, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(46) ONCOCLÍNICAS CANOAS CLÍNICA DE ONCOLOGIA LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Canoas, Rio Grande do Sul, na Rua Doutor Barcelos, nº 1.135, Centro, CEP 92310-200, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.968.057/0001-90, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(47) PRO-ONCO CENTRO DE TRATAMENTO ONCOLÓGICO S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de Londrina, Paraná, na Avenida Adhemar Pereira de Barros, nº 679, Jardim Bela Suíça, CEP 86050-190, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 73.863.342/0001-09, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(48) CPO – CENTRO PARAIBANO DE ONCOLOGIA S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de João Pessoa, Paraíba, na Avenida Mato Grosso, nº 183, 1º andar, salas 200 e 316, Estados, CEP 58030-080, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.510.778/0001-90, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(49) NOS – NÚCLEO DE ONCOLOGIA DE SERGIPE S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de Aracaju, Sergipe, na Avenida Deputado Pedro Valadares, nº 550, Grageru, CEP 49025-090, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.282.163/0001-93, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(50) MULTIHEMO SERVIÇOS MÉDICOS S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de Recife, Pernambuco, na Rua Senador José Henrique, nº 231, 29º e 30º andares, salas 2901 a 2906 e 3001 a 3006, Ilha do Leite, CEP 50070-460, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.559.174/0001-87, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(51) ONCO CLÍNICA RECIFE LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Recife, Pernambuco, na Rua Senador José Henrique, nº 231, 29º e 30º andares, salas 2901 a 2906 e 3001 a 3006, Ilha do Leite, CEP 50070-460, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.018.718/0001-30, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(52) CECON – CENTRO CAPIXABA DE ONCOLOGIA S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de Vitória, Espírito Santo, na Rua Manoel Feu Subtil, nº 120, salas 201 e 203, Enseada do Suá, CEP 29050-400, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 39.315.171/0001-45, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(53) ONCOCLÍNICAS RIO DE JANEIRO S.A., sociedade por ações, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 300, Botafogo, CEP 22250-040, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.717.088/0001-67, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(54) HOSPITAL DE ONCOLOGIA DO MÉIER S.A., sociedade por ações, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, na Rua Aristides Caire, nº 27, Méier, CEP 20775-090, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.633.141/0001-09, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(55) IRA – INSTITUTO ROBERTO ALVARENGA LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, na Rua Paraíba, nº 330, Funcionários, CEP 30130-917, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.271.874/0001-49, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(56) INSTITUTO MATERNO INFANTIL DE MINAS GERAIS S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de Nova Lima, Minas Gerais, na Alameda Oscar Niemeyer, nº 499, Vila da Serra, CEP 34006-056, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.067.064/0001-72, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(57) CAM – CLÍNICA DE ASSISTÊNCIA À MULHER LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Salvador, Bahia, na Rua Cláudio Manoel da Costa, nº 58, Canela, CEP 40110-180, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.526.487/0001-55, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(58) CLION – CLÍNICA DE ONCOLOGIA LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Salvador, Bahia, na Avenida Oceânica, nº 3.975, Loja 02, Ondina, CEP 40170-010, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.501.218/0001-71, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(59) GMN – GRUPO DE MEDICINA NUCLEAR LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Salvador, Bahia, na Avenida Antonio Carlos Magalhães, nº 237, 3º andar, Pituba, CEP 41825-000 , inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.821.603/0001-05, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(60) OSTEO – CENTRO DE DIAGNÓSTICO DA OSTEOPOROSE LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Salvador, Bahia, na Avenida Antonio Carlos Magalhães, nº 237, Salas 601 a 608, 6º andar, Itaigara, CEP 41825-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 40.594.293/0001-05, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(61) MICROIMAGEM LABORATÓRIO DE ANATOMIA PATOLÓGICA E CITOPATOLOGIA LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, na Rua Siqueira Campos, nº 93, salas 701 a 706, 804 a 806 e 901 a 906, Copacabana, CEP 22031-071, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.222.442/0001-82, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(62) CEMISE – CENTRO DE MEDICINA INTEGRADA DE SERGIPE LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Aracaju, Sergipe, na Rua Construtor João Alves, nº 228, Salgado Filho, CEP 49020-365, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 16.456.022/0001-09, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(63) CEMISE – RESSONÂNCIA MAGNÉTICA E TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Aracaju, Sergipe, na Rua Doutor Moacyr Rabelo Leite, nº 138, Treze de Julho, CEP 49020-285, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 32.804.353/0001-30, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(64) BRASIL MEMORIAL HOLDING S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de Salvador, Bahia, na Rua Altino Serbeto de Barros, nº 119, Centro Médico Linus Pauling, 5º andar, sala 504, Pituba, CEP 41830-907, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 29.959.585/0001-53, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(65) ITAIGARA MEMORIAL HOSPITAL DIA LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Salvador, Bahia, na Rua Altino Serbeto de Barros, nº 119, Pituba, CEP 41830-907, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.519.101/0001-36, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(66) SALVADOR MEMORIAL EMPREENDIMENTOS MÉDICOS LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Salvador, Bahia, na Rua Altino Serbeto de Barros, nº 241, Lojas 3 e 4, Pituba, CEP 41830-908, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 63.225.882/0001-03, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(67) MASTO – CLÍNICA DE MASTOLOGIA DA BAHIA S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de Salvador, Bahia, na Avenida Oceânica, nº 3.975, Edifício Enseada Empresarial, Sala 101, Rio Vermelho, CEP 41950-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 34.434.217/0001-21, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(68) UNIDADE DE ONCOLOGIA CLÍNICA E PEDIÁTRICA LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de São Paulo, São Paulo, na Avenida Nove de Julho, nº 4.275, Jardim Paulista, CEP 01407-100, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 57.394.710/0001-60, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(69) INSTITUTO PAULISTA DE ONCOLOGIA E CUIDADOS PALIATIVOS LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de São Paulo, São Paulo, na Avenida Ministro Gabriel de Rezende Passos, nº 500, 13º andar, conjunto 1.316, Indianópolis, CEP 04521-020, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.863.591/0001-19, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(70) CLÍNICA OAL SP DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de São Paulo, São Paulo, na Avenida Ministro Gabriel de Rezende Passos, nº 500, conjuntos 1003, 1004, 1316 e 1317, Moema, CEP 04521-022, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.127.332/0001-06, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(71) ULTRAIMAGEM LTDA., sociedade empresária limitada, com sede em Teresina, Piauí, na Rua Gardênia, nº 710, Salas 501 a 510, Jóquei Club, CEP 64049-200, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.544.698/0001-60, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(72) CLÍNICA RESSONANCE S.A., sociedade por ações, com sede em Brasília, Distrito Federal, no SHI/Sul QI 11, Bloco M, s/n, Lojas 13, 14, 15 e 16, Setor de Habitações Individuais Sul, CEP 71625-620, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.429.182/0001-37, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(73) GIORDANI CAMICIA SERVIÇOS MÉDICOS LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Uruguaiana, Rio Grande do Sul, na Rua Treze de Maio, nº 2.506, Nova Esperança, CEP 97503-284, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 45.595.483/0001-52, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(74) INSTITUTO DE ONCOLOGIA KAPLAN S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, na Rua Olavo Bilac, nº 805, Azenha, CEP 90040-310, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 94.831.294/0001-47, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(75) ONCO & HEMATO SERVIÇOS MÉDICOS S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de Serra, Espírito Santo, na Avenida Eldes Scherrer Souza, nº 508, sala 201, Civit II, CEP 29168-060, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.420.861/0001-91, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(76) SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÉDICO E DIAGNÓSTICO LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Manaus, Amazonas, na Rua Belém, n° 545, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.668.636/0001-60, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(77) AIO – INSTITUTO DE CÂNCER DE MANAUS LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Manaus, Amazonas, na Avenida Djalma Batista, nº 1.661, Sala G-3, Millenium Center, Edifício Medical Tower, Chapada, CEP 69050-970, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 31.107.333/0001-48, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(78) CORP CENTRO DE ONCOLOGIA DE RIO PRETO S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de São José do Rio Preto, São Paulo, na Rua Doutor Presciliano Pinto, nº 1.118, Boa Vista, CEP 15025-100, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.576.443/0001-89, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(79) CENTRO PERNAMBUCANO DE ONCOLOGIA S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de Recife, Pernambuco, na Rua José de Alencar, nº 871, Boa Vista, CEP 50070-030, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 35.330.497/0001-90, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(80) IMUNOMED CLÍNICA DE INFUSÃO E ESPECIALIDADES S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de Vitória, Espírito Santo, na Rua Constante Sodré, nº 750, Praia do Canto, CEP 29056-310, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 39.387.477/0001-07, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(81) INSTITUTO DE RADIOTERAPIA VITÓRIA S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de Serra, Espírito Santo, na Rodovia Governador Mário Covas, nº 591, Anexo Vitória Apart Hospital, Setor Radioterapia, Boa Vista II, CEP 29161-001, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.816.963/0001-81, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 17

(82) CLÍNICA DE RADIOTERAPIA E QUIMIOTERAPIA DE PRESIDENTE PRUDENTE S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de Presidente Prudente, São Paulo, na Rua Antônio de Souza Costa, nº 614, Jardim Rio 400, CEP 19053-240, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.420.245/0001-45, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(83) NEON – NÚCLEO ESPECIALIZADO EM ONCOLOGIA S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de Vitória, Espírito Santo, na Rua Doutor Jairo de Matos Pereira, nº 599, Praia do Canto, CEP 29055-230, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.786.490/0001-54, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(84) SF 217 PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de São Paulo, São Paulo, na Rua Cardeal Arcoverde, nº 2.365, conjuntos 11 e 13, Pinheiros, CEP 05407-003, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 37.669.216/0001-54, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(85) ONCOLOGIA MANAUS S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de Manaus, Amazonas, na Rua Belém, nº 545, sala 2, Adrianópolis, CEP 69057-030, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 39.524.542/0001-07, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(86) CTC ONCOLOGIA S.A., sociedade por ações, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, na Avenida Ayrton Senna, nº 2.550, parte, Barra da Tijuca, CEP 22775-003, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 37.217.968/0001-84, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(87) CENTRO DE EXCELÊNCIA DE RADIOTERAPIA DO RIO DE JANEIRO S.A., sociedade por ações, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, na Rua do Bispo, nº 18, Rio Comprido, CEP 20261-064, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 26.094.893/0001-75, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

Os Alienantes Fiduciantes, o Credor Fiduciário e as Sociedades Emissoras doravante denominados, em conjunto, "Partes" e, individual e indistintamente, "Parte".

CONSIDERANDO QUE:

i) em 13 de julho de 2026, a Oncoclínicas e determinadas sociedades de seu grupo econômico ("Recuperandas") ajuizaram pedido de recuperação extrajudicial, autuado sob o nº 4126842-40.2026.8.26.0100 ("Recuperação Extrajudicial"), em trâmite perante a 3ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central Cível da Comarca de São Paulo, SP ("Juízo da Recuperação Extrajudicial");

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 18

ii) em [•], as Recuperandas submeteram à homologação judicial o Plano de Recuperação Extrajudicial ("Plano"), o qual prevê, em sua Cláusula 7.1.1, que os Créditos Abrangidos detidos pelos Credores Apoiadores Modalidade 1 (conforme definido no Plano) serão satisfeitos mediante a subscrição e integralização de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, [para colocação privada], emitidas pela Oncoclínicas em tantas séries quantos forem os Credores Apoiadores Modalidade 1 ("Debêntures Modalidade 1"), nos termos do "[Instrumento Particular de Escritura da [•]ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em [•] Séries, para Colocação Privada, da Oncoclínicas do Brasil Serviços Médicos S.A.]" ("Escritura de Emissão");

iii) o Plano prevê ainda, no item "(iv)" da Cláusula 7.1.1 e na Cláusula 1.2.3, que as Debêntures Modalidade 1 serão garantidas pela alienação fiduciária irrevogável e irretratável da totalidade das ações de emissão das sociedades por ações e das quotas das sociedades limitadas, bem como de quaisquer outras participações societárias, nas quais a Oncoclínicas detenha, direta ou indiretamente (inclusive por meio de uma ou mais Controladas (conforme definido no Plano) ou sociedades interpostas), participação societária na data da Homologação do Plano ou a qualquer tempo enquanto vigente a garantia, e, nos termos da Cláusula 7.1.4, item "(ii)", do Plano, tal garantia somente será liberada após a satisfação integral das obrigações por ela garantidas, ressalvadas as hipóteses de liberação previstas no Plano e neste Contrato;

iv) as Debêntures Modalidade 1 contam, ainda, com a cessão fiduciária dos créditos relativos ao direito de regresso, sub-rogação, ressarcimento ou indenização criados ou reconhecidos pelo Plano em razão do pagamento, pela Oncoclínicas, de dívida ou obrigação atribuída a qualquer outra Recuperanda ("Cessão Fiduciária Direito de Regresso"), constituída nos termos das Cláusulas 1.2.13, 5.1.1, 7.1.1 item "(iv)""(b)" e 7.1.4 item "(iii)" do Plano e do respectivo instrumento;

v) nos termos da Cláusula 8.1.3 do Plano, a emissão, a subscrição e a integralização das Debêntures Modalidade 1 estão condicionadas à prévia ou concomitante celebração deste Contrato;

vi) em [•], o Juízo da Recuperação Extrajudicial homologou o Plano ("Homologação do Plano");

vii) em [•], cada Debenturista elegeu a opção de Credor Apoiador Modalidade 1, nos termos das Cláusulas 7.1 e 7.3 do Plano, mediante Termo de Eleição [ou, conforme o caso, mediante indicação no respectivo Termo de Adesão, nos termos da Cláusula 7.3.1 do Plano];

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 19

viii) em [•], por meio da Escritura de Emissão, as Debêntures Modalidade 1 foram emitidas pela Oncoclínicas, nos termos das Cláusulas 7.1.1 e 8.1 do Plano, e serão subscritas pelos Credores Apoiadores Modalidade 1, nos termos da Cláusula 7.1.1 e 8.4 do Plano;

ix) os Alienantes Fiduciantes são os únicos e legítimos titulares das Ações e Quotas Alienadas Fiduciariamente (conforme abaixo definidas), e a Oncoclínicas detém, direta ou indiretamente, participação societária em cada uma das Sociedades Emissoras, conforme listadas no **Anexo I**;

x) os órgãos societários competentes de cada Alienante Fiduciante e de cada Sociedade Emissora aprovaram, conforme aplicável, a outorga da presente garantia e a celebração deste Contrato, nos termos das deliberações listadas no **Anexo V** ("Aprovações Societárias"); e

xi) os Alienantes Fiduciantes desejam alienar fiduciariamente ao Credor Fiduciário, em garantia do fiel, pontual e integral cumprimento das Obrigações Garantidas (conforme definido abaixo), os Bens Alienados Fiduciariamente, nos termos deste Contrato e do Plano, e as Sociedades Emissoras desejam anuir com tal alienação e assumir as obrigações previstas neste Contrato.

RESOLVEM, de mútuo e comum acordo, celebrar o presente Contrato, o qual será regido pelas cláusulas e condições abaixo:

1. DEFINIÇÕES

1.1. As expressões iniciadas em letras maiúsculas utilizadas e não expressamente definidas neste Contrato terão o mesmo significado a elas atribuído no Plano ou, na sua falta, na Escritura de Emissão.

1.2. Exceto quando previsto expressamente de modo diverso no presente Contrato, entende-se por "Dia Útil" qualquer dia da semana, exceto sábados, domingos ou qualquer outro dia em que as instituições bancárias no município de São Paulo, Estado de São Paulo, não funcionem ou estejam autorizadas a não funcionar. Quando a indicação de prazo contado por dia no presente Contrato não vier acompanhada da indicação de "Dia Útil", entende-se que o prazo é contado em dias corridos.

2. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA

2.1. Objeto. Para assegurar o fiel, pontual e integral pagamento e cumprimento de todas as obrigações, principais e acessórias, presentes e futuras, decorrentes das Debêntures Modalidade

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 20

1 e/ou da respectiva Escritura de Emissão, incluindo o Valor Nominal Unitário, a remuneração, a atualização monetária, os encargos moratórios, multas, o Acelerador de Amortização, e todos os custos e despesas comprovadamente incorridos pelo Credor Fiduciário na constituição, conservação, cobrança e excussão de qualquer das garantias das Debêntures Modalidade 1 ("Obrigações Garantidas"), os Alienantes Fiduciantes, em caráter irrevogável e irretratável, nos termos do artigo 66-B da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, conforme em vigor ("Lei nº 4.728"), dos artigos 18 a 20 da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, conforme em vigor ("Lei nº 9.514"), e, no que for aplicável, dos artigos 1.361 e seguintes da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil") e dos artigos 40, 100 e 113 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), alienam e transferem fiduciariamente em garantia aos Debenturistas, representados pelo Credor Fiduciário, a propriedade fiduciária, o domínio resolúvel e a posse indireta dos seguintes bens e direitos (em conjunto, "Bens Alienados Fiduciariamente" e, a garantia ora constituída, "Alienação Fiduciária"):

i) a totalidade das ações e/ou quotas de emissão das Sociedades Emissoras de titularidade dos Alienantes Fiduciantes na data da Homologação do Plano (conforme definido no Plano), conforme indicado nos Anexos I-A e I-B ("Ações e Quotas Alienadas Fiduciariamente");

ii) todas as ações, quotas e demais participações societárias de emissão das Sociedades Emissoras que, a qualquer título, a partir desta data, venham a ser subscritas, adquiridas, recebidas ou atribuídas a qualquer Alienante Fiduciante, inclusive em decorrência de aumento de capital, capitalização de créditos (inclusive mútuos intercompany), bonificação, desdobramento, grupamento, conversão, permuta, fusão, cisão, incorporação, transformação, Reorganização Societária ou constituição de nova sociedade, as quais integrarão automaticamente a Alienação Fiduciária, independentemente de aditamento ("Participações Adicionais Sociedades Emissoras");

iii) todas as ações, quotas e demais participações societárias de emissão de qualquer sociedade na qual os Alienantes Fiduciantes venham a deter, direta ou indiretamente (inclusive por meio de uma ou mais Controladas ou sociedades interpostas), participação societária, a partir desta data, inclusive em decorrência de aumento de capital, capitalização de créditos (inclusive mútuos intercompany), bonificação, desdobramento, grupamento, conversão, permuta, fusão, cisão, incorporação, transformação, Reorganização Societária ou constituição de nova sociedade, as quais integrarão automaticamente a Alienação Fiduciária, independentemente de aditamento ("Participações Adicionais Sociedades Controladas" e, em conjunto com as Participações Adicionais Sociedades Emissoras, "Participações Adicionais");

iv) todos os direitos de subscrição, bônus de subscrição, debêntures conversíveis, partes beneficiárias, opções e demais valores mobiliários ou direitos, presentes ou futuros,

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 21

relacionados às Ações e Quotas Alienadas Fiduciariamente e/ou Participações Adicionais ("Direitos Relacionados"); e

v) todos e quaisquer direitos creditórios decorrentes da distribuição de dividendos (inclusive dividendos intermediários e intercalares), lucros, juros sobre capital próprio, receitas, rendimentos, reembolso de capital, proventos, bonificações em dinheiro, preferências, bem como os valores pagos a título de resgate, amortização ou reembolso de ações ou quotas, redução de capital, restituição de adiantamentos para futuro aumento de capital e partilha em liquidação, efetivados em moeda ou mediante entrega ou cessão de certificados, valores mobiliários, direitos e outros ativos, a qualquer tempo declarados, devidos, creditados, pagos ou a qualquer título distribuídos aos Alienantes Fiduciantes e relativos às Ações e Quotas Alienadas Fiduciariamente e/ou às Participações Adicionais, bem como todos os demais frutos pagos ou a serem pagos em decorrência de, ou em relação a, quaisquer das Ações e Quotas Alienadas Fiduciariamente e/ou Participações Adicionais ("Rendimentos"), e, ainda, a totalidade dos direitos creditórios de titularidade da Oncoclínicas contra o Banco Depositário relativos à Conta Vinculada, incluindo os recursos nela depositados ou a serem depositados a qualquer tempo e os Investimentos Permitidos realizados com tais recursos, bem como seus respectivos rendimentos, nos termos das Cláusulas 2.3 e 3 ("Direitos sobre a Conta Vinculada").

2.2. As Obrigações Garantidas têm suas características principais devidamente descritas no **Anexo II** ao presente Contrato, em cumprimento ao disposto no artigo 66-B, §4°, da Lei nº 4.728, e no artigo 18 da Lei nº 9.514.

2.2.1. As Partes deverão aditar o **Anexo II** para refletir a atualização das características das Obrigações Garantidas, em cumprimento ao disposto no artigo 66-B, §4°, da Lei nº 4.728, e no artigo 18 da Lei nº 9.514, sendo certo que tal aditamento terá caráter meramente formal e não constitutivo, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da solicitação pelo Credor Fiduciário.

2.3. Conta Vinculada. Todo e qualquer pagamento dos Rendimentos deverá ser realizado exclusivamente mediante depósito na conta vinculada de titularidade da Oncoclínicas, abrangida pela Alienação Fiduciária, a qual terá o Credor Fiduciário como beneficiário, mantida junto ao Banco Depositário (conforme definido abaixo): [•] ("Conta Vinculada").

3. ABERTURA E ADMINISTRAÇÃO DA CONTA VINCULADA

3.1. Exceto se houver ocorrido e estiver em curso um Evento de Retenção (conforme definido abaixo), os recursos depositados na Conta Vinculada serão automaticamente transferidos pelo Banco Depositário, no mesmo Dia Útil de seu crédito, para a conta de livre movimentação de titularidade da Oncoclínicas indicada no Contrato Banco Depositário (conforme definido abaixo)

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 22

("Conta de Livre Movimentação"), independentemente de instrução ou anuência do Credor Fiduciário. Ressalvadas tais transferências automáticas, a Conta Vinculada será movimentada, única e exclusivamente, pelo Banco Depositário, de acordo com os procedimentos estabelecidos neste Contrato, e conforme instrução do Credor Fiduciário, não sendo permitido à Oncoclínicas, sob qualquer forma ou pretexto, movimentar ou solicitar a movimentação da Conta Vinculada, sob pena de vencimento antecipado das Obrigações Garantidas.

3.2. Mediante notificação escrita do Credor Fiduciário ao Banco Depositário, com cópia à Oncoclínicas, informando a ocorrência de um Evento de Retenção, o Banco Depositário deverá suspender imediatamente as transferências previstas na Cláusula 3.1, permanecendo os recursos depositados ou que venham a ser depositados na Conta Vinculada integralmente retidos, podendo ser movimentados exclusivamente conforme instrução do Credor Fiduciário, nos termos deste Contrato, especialmente para fins de amortização, pré-pagamento ou liquidação, inclusive extraordinária, das Obrigações Garantidas.

3.2.1. Caso o Evento de Retenção seja sanado ou deixe de existir sem que tenha sido declarado o Vencimento Antecipado, o Credor Fiduciário deverá notificar o Banco Depositário em até 1 (um) Dia Útil, hipótese em que as transferências automáticas serão retomadas e o saldo retido será liberado para a Conta de Livre Movimentação.

3.2.2. Durante a vigência de um Evento de Retenção, a Oncoclínicas poderá solicitar ao Credor Fiduciário a liberação de recursos retidos na Conta Vinculada para a Conta de Livre Movimentação, e o Credor Fiduciário poderá, a seu exclusivo critério, autorizar tal liberação, a qual somente poderá ser realizada pelo Banco Depositário mediante instrução do Credor Fiduciário, sem prejuízo das faculdades previstas na Cláusula 10.3 abaixo.

3.3. A Oncoclínicas autoriza o Banco Depositário a fornecer ao Credor Fiduciário, se assim solicitado, todas as informações referentes a qualquer movimentação, resgate, conforme aplicável, e os saldos da Conta Vinculada, renunciando ao direito de sigilo bancário em relação a tais informações, inclusive por meio de extratos bancários e posições da Conta Vinculada. A Oncoclínicas, desde logo, de forma irrevogável e irretratável, reconhece que este procedimento não constitui infração às regras que disciplinam o sigilo bancário, em especial a Lei Complementar n° 105, de 10 de janeiro de 2001, tendo em vista que o Credor Fiduciário é o beneficiário dos valores depositados na Conta Vinculada, e as peculiaridades que revestem os serviços objeto deste Contrato.

3.4. Por se tratar de conta de depósito não operacional, constituída para operacionalização da garantia objeto deste Contrato, fica vedada a emissão de cheques, de cartões magnéticos, bem como a realização de quaisquer transferências ou ordens de crédito e/ou débito relacionados à Conta Vinculada, ou, ainda, a utilização dos recursos em depósito na Conta Vinculada para qualquer pagamento ou transferência a terceiros, salvo as transferências

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 23

automáticas para a Conta de Livre Movimentação previstas na Cláusula 3.1 e nos demais termos e condições aqui previstos, observado que, durante um Evento de Retenção, tais recursos deverão permanecer sujeitos ao regime de indisponibilidade previsto neste Contrato.

3.5. O Credor Fiduciário terá acesso a relatório contendo as informações dos Rendimentos junto ao sistema do Banco Depositário (via net empresas).

3.6. A Oncoclínicas e as Sociedades Emissoras deverão fornecer ao Credor Fiduciário, trimestralmente e sempre que solicitado, **(i)** cópia dos extratos bancários da Conta Vinculada referentes ao respectivo período encerrado; e **(ii)** relatório, em formato Excel (.xlsx), devidamente atualizado, contendo as informações dos Rendimentos, acompanhado dos documentos comprobatórios de validade, existência e legitimidade dos Rendimentos, para que o Credor Fiduciário faça a verificação da validade, existência e legitimidade dos Rendimentos e do fluxo dos Rendimentos na Conta Vinculada.

4. NOMEAÇÃO DO BANCO DEPOSITÁRIO

4.1. Durante a vigência deste Contrato, a Conta Vinculada será movimentável exclusivamente pelo [•], instituição financeira e/ou de pagamento ("Banco Depositário") que, nos termos do instrumento a ser celebrado entre a Oncoclínicas, o Credor Fiduciário e o Banco Depositário para regular os termos, condições e obrigações aplicáveis à administração, manutenção e movimentação da Conta Vinculada ("Contrato Banco Depositário"), deverá administrar e manter a Conta Vinculada íntegra e segregada como conta de depósito não operacional, efetuando as transferências automáticas previstas na Cláusula 3.1 exceto quando notificado de um Evento de Retenção.

5. REGISTROS E FORMALIDADES

5.1. Os Alienantes Fiduciantes e as Sociedades Emissoras obrigam-se, às suas exclusivas expensas, a:

i) Cartórios de RTD: protocolar este Contrato e seus aditamentos, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da assinatura, no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da cidade de São Paulo, SP ("Cartório"), sendo certo que este Contrato e seus eventuais aditamentos deverão ser registrados no Cartório em até 30 (trinta) dias contados da data de sua assinatura, podendo tal prazo ser prorrogado por igual período no caso de apresentação de exigências pelo Cartório. A Oncoclínicas deverá entregar ao Credor Fiduciário em até 2 (dois) Dias Úteis contados da obtenção do registro deste Contrato e/ou seus aditamentos no Cartório, via digital (formato .pdf) deste Contrato e/ou seus aditamentos devidamente registrados no Cartório;

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 24

ii) Ações nominativas: averbar a Alienação Fiduciária no Livro de Registro de Ações Nominativas de cada Sociedade Emissora constituída sob a forma de sociedade por ações, nos termos do artigo 40, inciso I, e do artigo 100 da Lei das Sociedades por Ações, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da assinatura, com a anotação constante do **Anexo III**. A Oncoclínicas deverá entregar ao Credor Fiduciário em até 2 (dois) Dias Úteis contados da obtenção da averbação, via digital (formato .pdf) do Livro de Registro de Ações Nominativas de cada Sociedade Emissora constando a respectiva averbação;

iii) Ações escriturais: caso as ações de qualquer Sociedade Emissora sejam ou passem a ser escriturais ou custodiadas, averbar a Alienação Fiduciária nos registros da instituição escrituradora ou depositária central, nos termos do artigo 40, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações e da regulamentação da CVM, em até 5 (cinco) Dias Úteis, contados da assinatura, com a anotação constante do **Anexo III**. A Oncoclínicas deverá entregar ao Credor Fiduciário em até 2 (dois) Dias Úteis contados da obtenção da averbação, via digital (formato .pdf) do extrato da instituição escrituradora ou depositária central, constando a respectiva averbação; e

iv) Quotas de sociedades limitadas: em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da assinatura, celebrar a alteração do contrato social de cada Sociedade Emissora constituída sob a forma de sociedade limitada, fazendo constar a Alienação Fiduciária das quotas, a sujeição de sua transferência e do exercício do voto às disposições deste Contrato e a renúncia dos demais sócios ao direito de preferência na excussão, conforme constante do **Anexo III,** protocolar perante a Junta Comercial competente da alteração do contrato social de cada Sociedade Emissora em até 30 (trinta) dias contados da assinatura, observado, em qualquer caso, o prazo previsto na Cláusula 8.1.2 do Plano. A Oncoclínicas deverá entregar ao Credor Fiduciário em até 2 (dois) Dias Úteis contados da obtenção do arquivamento, via digital (formato .pdf) da alteração do contrato social de cada Sociedade Emissora devidamente arquivada.

5.2. Os Alienantes Fiduciantes e as Sociedades Emissoras darão cumprimento a qualquer outra exigência de qualquer lei aplicável vigente ou que venha a vigorar no futuro, nos prazos estipulados por referidas leis, que seja necessária à constituição, preservação, aperfeiçoamento e prioridade absoluta da Alienação Fiduciária, conforme aplicável, fornecendo a respectiva comprovação ao Credor Fiduciário.

5.3. O Credor Fiduciário fica desde já autorizado e constituído de todos os poderes, nos termos da Cláusula 11, de forma irrevogável e irretratável, para, em nome dos Alienantes Fiduciantes, como bastante procurador, promover o registro deste Contrato e de seus aditivos no Cartório, caso os Alienantes Fiduciantes não o façam nos prazos previstos acima, devendo os Alienantes Fiduciantes arcarem com todos os respectivos custos e despesas. Para que não haja dúvidas, tal autorização não exime os Alienantes Fiduciantes do cumprimento da obrigação aqui prevista.

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 25

5.4. Este Contrato deverá ser arquivado na sede de cada Sociedade Emissora, e a Oncoclínicas deverá divulgar sua celebração, na qualidade de companhia aberta, na forma da regulamentação da CVM aplicável.

6. DIREITOS POLÍTICOS E PATRIMONIAIS DURANTE A VIGÊNCIA

6.1. Posse direta e exercício de direitos. Enquanto não ocorrer um Evento de Retenção, os Alienantes Fiduciantes permanecerão na posse direta das Ações e Quotas Alienadas Fiduciariamente e poderão exercer os respectivos direitos de voto e patrimoniais, desde que de forma compatível com este Contrato, com o Plano e com a Escritura de Emissão, e que tal exercício não resulte em prejuízo à existência, validade, eficácia, valor, prioridade ou exequibilidade da Alienação Fiduciária.

6.2. Matérias Reservadas. Durante toda a vigência deste Contrato, independentemente da ocorrência de Evento de Retenção, dependerão de aprovação prévia e expressa do Credor Fiduciário, conforme instruído pelos Debenturistas, nos termos da Escritura de Emissão, as deliberações de qualquer Sociedade Emissora relativas às seguintes matérias ("Matérias Reservadas"):

i) fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações, transformação ou qualquer outra forma de Reorganização Societária, exceto se (a) realizada exclusivamente entre Controladas integralmente detidas e cujas participações estejam integralmente alienadas fiduciariamente nos termos deste Contrato, (b) a Alienação Fiduciária for mantida ou reconstituída, sem solução de continuidade, sobre a totalidade das participações sucessoras, com a mesma prioridade, e (c) o Credor Fiduciário receber, com 10 (dez) Dias Úteis de antecedência, os documentos da operação;

ii) aumento de capital mediante subscrição por pessoa que não seja Alienante Fiduciante ou que não adira a este Contrato, emissão de novas ações, quotas, bônus de subscrição, debêntures conversíveis ou quaisquer valores mobiliários conversíveis, ou outorga de opção de compra de participação, que possa diluir o percentual alienado fiduciariamente;

iii) redução de capital, resgate, amortização, reembolso ou recompra de ações ou quotas, exceto redução para absorção de prejuízos;

iv) criação de nova espécie ou classe de ações ou quotas das Sociedades Emissoras, ou alteração de direitos, preferências ou vantagens das Ações e Quotas Alienadas Fiduciariamente;

v) dissolução, liquidação, extinção, pedido de autofalência, recuperação judicial ou extrajudicial, ressalvados os atos de implementação expressamente previstos no Plano;

vi) alienação, oneração ou transferência de ativos relevantes da Sociedade Emissora, salvo nas hipóteses e com a destinação de recursos previstas nas Cláusulas 4.5(b), 4.12 e 9.2 do Plano;

vii) constituição de ônus, gravames ou garantias sobre bens, direitos ou ativos das Sociedades Emissoras;

viii) declaração ou pagamento de Rendimentos a quem não seja Alienante Fiduciante ou em desconformidade com a Cláusula 4.5 do Plano, inclusive a Cláusula 4.5.3 (Distribuição Permitida);

ix) celebração, alteração ou rescisão de acordo de acionistas ou de quotistas, ou alteração estatutária ou contratual que restrinja a livre transferência das Ações e Quotas Alienadas Fiduciariamente ou que crie direito de preferência, tag along, drag along, opção ou qualquer outro direito de terceiros incompatível com a excussão;

x) quaisquer deliberações que ensejem direito de recesso ou de retirada; e

xi) qualquer ato que possa, direta ou indiretamente, prejudicar, invalidar, reduzir ou limitar a existência, validade, eficácia, exequibilidade, prioridade ou excussão da Alienação Fiduciária, ou alterar o percentual do capital social da Sociedade Emissora objeto da garantia.

6.3. Procedimento**.** Os Alienantes Fiduciantes deverão notificar o Credor Fiduciário, com antecedência mínima de 10 (dez) Dias Úteis, sobre a convocação de qualquer assembleia, reunião de sócios ou reunião de conselho em cuja ordem do dia conste Matéria Reservada, indicando a proposta e sua intenção de voto. O Credor Fiduciário comunicará a instrução de voto em até 2 (dois) Dias Úteis antes da data do conclave. O silêncio do Credor Fiduciário não será interpretado como aprovação, exceto quanto às operações sujeitas à consulta prévia prevista na Cláusula 4.5.4 do Plano (alienação, cessão, transferência ou oneração de ativos e Novos Financiamentos que possam afetar as garantias), às quais se aplicarão exclusivamente o prazo de 5 (cinco) Dias Úteis, a exigência de recusa fundamentada e a anuência tácita ali previstos, ressalvada a constituição de ônus, gravames ou garantias, que dependerá sempre de consentimento prévio e expresso, nos termos da Cláusula 12.7 do Plano.

6.4. Nulidade e tutela específica. Será nulo e ineficaz perante o Credor Fiduciário o voto proferido ou o ato praticado em desacordo com esta Cláusula, obrigando-se as Sociedades

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 27

Emissoras a não registrar, implementar ou arquivar tal deliberação. As obrigações desta Cláusula constituem obrigações de fazer e não fazer, sujeitas a tutela específica nos termos dos artigos 497 e 815 e seguintes da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, conforme alterada ("Código de Processo Civil").

6.5. Direitos após Evento de Retenção. Ocorrido um Evento de Retenção e mediante notificação do Credor Fiduciário aos Alienantes Fiduciantes, (i) a totalidade dos direitos de voto relativos às Ações e Quotas Alienadas Fiduciariamente somente poderá ser exercida de acordo com instruções do Credor Fiduciário; e (ii) o Credor Fiduciário poderá, a seu critério, exercer diretamente tais direitos, inclusive para eleger ou destituir administradores, nos termos do artigo 113, parágrafo único, da Lei das Sociedades por Ações e do mandato da Cláusula 11.

7. DECLARAÇÕES E GARANTIAS

7.1. Sem prejuízo das demais declarações dispostas neste Contrato, os Alienantes Fiduciantes e as Sociedades Emissoras declaram e garantem ao Credor Fiduciário, nesta data, que:

i) são sociedades por ações e/ou limitadas devidamente organizadas, constituídas e existentes de acordo com as leis brasileiras, bem como estão devidamente autorizadas a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;

ii) a celebração deste Contrato é compatível com sua capacidade econômica e operacional e integra medida necessária e adequada à preservação da continuidade de suas operações;

iii) estão devidamente autorizadas e obtiveram todas as autorizações necessárias, inclusive societárias e regulatórias, conforme aplicável, para celebrar este Contrato e a cumprir com todas as obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais, regulatórios, contratuais e estatutários necessários para tanto;

iv) os representantes legais que assinam este Contrato têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seus nomes, as obrigações aqui estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor e efeito;

v) a celebração deste Contrato não infringe nesta data os estatutos sociais e/ou contratos sociais dos Alienantes Fiduciantes e das Sociedades Emissoras, qualquer disposição legal, regulamentar, ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral, inclusive o Plano e as decisões proferidas no âmbito da Recuperação Extrajudicial, ou quaisquer contratos ou instrumentos dos quais os Alienantes Fiduciantes e as Sociedades Emissoras sejam parte e/ou pelo qual qualquer de seus ativos estejam sujeitos, nem irá resultar em:

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 28

(a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem do Alienante Fiduciante, exceto pelo ônus decorrente deste Contrato; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;

vi) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório ou societário é exigido para o cumprimento pelo Alienante Fiduciante de suas obrigações nos termos deste Contrato, tampouco com relação à criação e manutenção da Alienação Fiduciária sobre os Bens Alienados Fiduciariamente, exceto pelo registro deste Contrato no Cartório, e pelas aprovações societárias relativas à constituição da presente Alienação Fiduciária;

vii) têm ciência de que a Procuração (conforme definição abaixo) deverá ser renovada até a data da quitação integral das Obrigações Garantidas, segundo os procedimentos apresentados neste Contrato, sob pena de vencimento antecipado das Obrigações Garantidas;

viii) são as legítimas titulares das Ações e Quotas Alienadas Fiduciariamente indicadas no Anexo I, as quais estão totalmente subscritas e integralizadas, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus, gravames, penhoras, opções, direitos de preferência ou restrições, e representam exatamente os percentuais do capital total e votante ali indicados;

ix) não existem acordos de acionistas ou de quotistas, opções, contratos ou disposições estatutárias que restrinjam a constituição ou a excussão da Alienação Fiduciária, ou que tenham sido devidamente renunciados;

x) o **Anexo I** relaciona a totalidade das participações societárias em sociedades [constituídas no Brasil] detidas diretamente pelos Alienantes Fiduciantes na data deste Contrato;

xi) este Contrato, após a realização dos registros nele previstos, bem como as obrigações nele previstas, constituem obrigações legais, válidas, vinculantes e exequíveis dos Alienantes Fiduciantes e das Sociedades Emissoras, de acordo com seus respectivos termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 784 do Código de Processo Civil;

xii) não têm conhecimento de qualquer ameaça ou iminência de qualquer pendência judicial ou administrativa de qualquer natureza que possa afetar negativamente os Bens Alienados Fiduciariamente ou quaisquer outras disposições deste Contrato;

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 29

xiii) não têm conhecimento da existência de qualquer reivindicação, demanda, protesto, ação judicial, ou processo judicial, arbitral ou administrativo, inquéritos ou outro tipo de investigação pendente, iminente, ajuizado, instaurado ou requerido perante qualquer tribunal, órgão governamental, árbitro, ou qualquer outra autoridade com relação aos Bens Alienados Fiduciariamente e à alienação fiduciária ora constituída, ou que, por si ou em conjunto com qualquer outro, tenha afetado ou possa vir a afetar de forma negativa a presente garantia;

xiv) as informações prestadas neste Contrato são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes; e

xv) a celebração deste Contrato não constitui fraude à execução ou fraude contra credores, sendo a constituição da Alienação Fiduciária expressamente prevista e autorizada no Plano.

7.2. Os Alienantes Fiduciantes e as Sociedades Emissoras obrigam-se a notificar o Credor Fiduciário em até 2 (dois) Dias Úteis caso qualquer declaração se torne falsa, incorreta ou incompleta, e a indenizar os Debenturistas por perdas e danos comprovadamente decorrentes de sua inveracidade.

8. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS

8.1. Até o pagamento integral das Obrigações Garantidas, os Alienantes Fiduciantes e as Sociedades Emissoras comprometem-se a:

i) manter o Credor Fiduciário indene e a salvo em relação a todas e quaisquer responsabilidades, prejuízos, custos e despesas necessárias (incluindo, sem limitação, honorários advocatícios) que comprovadamente o Credor Fiduciário venha a incorrer (exceto por aqueles que decorram exclusivamente de dolo do Credor Fiduciário devidamente comprovado por sentença transitada em julgado) referentes ou provenientes (a) da celebração e execução deste Contrato, incluindo, mas não se limitando, a constituição, o aperfeiçoamento e o exercício de direitos e da excussão da Alienação Fiduciária; (b) do não cumprimento pelos Alienantes Fiduciantes e pelas Sociedades Emissoras das Obrigações Garantidas e das obrigações descritas neste Contrato; (c) de qualquer atraso no pagamento de tributos incidentes ou devidos relativamente a quaisquer Bens Alienados Fiduciariamente que sejam de responsabilidade dos Alienantes Fiduciantes e as Sociedades Emissoras; e (d) de perdas e danos que o Credor Fiduciário venha a incorrer em decorrência da falsidade, inexatidão ou incompletude de quaisquer das declarações e garantias prestadas pelos Alienantes Fiduciantes e pelas Sociedades Emissoras contidas neste Contrato;

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 30

ii) defender, de forma tempestiva e adequada, às suas próprias expensas, os Bens Alienados Fiduciariamente, em benefício do Credor Fiduciário, contra quaisquer reivindicações de terceiros, incluindo, mas não se limitando, a quaisquer autuações, procedimentos ou processos administrativos, arbitrais ou judiciais, ou que os Alienantes Fiduciantes e/ou as Sociedades Emissoras venham a ter ciência e que possam, de qualquer forma, afetar adversamente a presente garantia, assim como auxiliar o Credor Fiduciário na defesa de tais reivindicações, bem como comunicar o Credor Fiduciário, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis, sobre a instauração de qualquer dos atos referidos neste item;

iii) não celebrar qualquer contrato ou acordo ou praticar qualquer ato que restrinja os direitos sobre os Bens Alienados Fiduciariamente ou, ainda, que limite a capacidade do Credor Fiduciário de executar os Bens Alienados Fiduciariamente, no todo ou em parte;

iv) não rescindir, alterar ou aditar os instrumentos dos quais decorrem os Bens Alienados Fiduciariamente, sem prévia anuência do Credor Fiduciário;

v) manter a garantia constituída pelo presente Contrato e todas as obrigações aqui previstas sempre em pleno vigor, válidas e eficazes;

vi) manter a titularidade da Conta Vinculada durante toda a vigência deste Contrato, assim como manter o Credor Fiduciário como beneficiário da Conta Vinculada;

vii) celebrar todo e qualquer documento e instrumento adicional necessário que venha a ser exigido, de tempos em tempos, para permitir que o Credor Fiduciário proteja os direitos ora constituídos relativos aos Bens Alienados Fiduciariamente, no todo ou em parte, ou exerça quaisquer dos direitos, poderes e faculdades a ele atribuídos pelo presente instrumento;

viii) celebrar e renovar, conforme o caso, a Procuração outorgada na forma da Cláusula 11 deste Contrato;

ix) adotar todas as demais providências relativamente aos Bens Alienados Fiduciariamente que lhe forem solicitadas pelo Credor Fiduciário, com base no disposto neste Contrato;

x) em até 2 (dois) Dias Úteis do conhecimento pelos Alienantes Fiduciantes e/ou pelas Sociedades Emissoras de arresto, sequestro ou penhora que acarretem ou possam acarretar a deterioração dos Bens Alienados Fiduciariamente, os Alienantes Fiduciantes e/ou as Sociedades Emissoras obrigam-se a informar tal fato ao Credor Fiduciário;

xi) em caso de denúncia ou resolução do Contrato Banco Depositário, contratar, às suas expensas, instituição financeira aprovada pelo Credor Fiduciário para prestar os mesmos serviços ali previstos, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis;

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 31

xii) não alterar, sem prévia anuência do Credor Fiduciário, a Conta Vinculada ou as instruções de pagamento às Sociedades Emissoras relativas aos Rendimentos; e

xiii) não praticar nem permitir qualquer ato que prejudique, invalide, reduza ou limite a existência, validade, eficácia, exequibilidade, prioridade ou excussão da Alienação Fiduciária, praticando os atos necessários à sua manutenção, aperfeiçoamento e eventual reforço.

9. MANUTENÇÃO, RECOMPOSIÇÃO E REFORÇO DA GARANTIA

9.1. Vedação à oneração e disposição. Ressalvada a Alienação Fiduciária de Ações sob Condição Suspensiva, nos termos da Cláusula 9.8, os Alienantes Fiduciantes e as Sociedades Emissoras obrigam-se a não vender, ceder, transferir, permutar, conferir ao capital, dar em usufruto, prometer alienar, outorgar opção ou de qualquer forma dispor, nem constituir ou permitir que se constitua qualquer ônus, gravame, penhor, alienação fiduciária ou restrição sobre os Bens Alienados Fiduciariamente ou sobre quaisquer bens, direitos ou ativos de titularidade das Sociedades Emissoras, no todo ou em parte, sem a necessária observância do procedimento previsto na Cláusula 4.5.4 do Plano e, no caso de constituição de ônus, gravames ou garantias, sem o consentimento prévio e expresso previsto na Cláusula 12.7 do Plano. Qualquer ato praticado em violação será nulo e ineficaz perante o Credor Fiduciário.

9.2. Vedação à diluição. Os Alienantes Fiduciantes obrigam-se a manter, durante toda a vigência deste Contrato, a titularidade, direta ou indireta, de percentual do capital total e votante de cada Sociedade Emissora não inferior ao indicado no Anexo I, bem como a subscrever e integralizar, na proporção de sua participação, todo aumento de capital aprovado, ou a fazer com que a Controlada aderente a este Contrato o faça.

9.3. Manutenção do controle. A Oncoclínicas obriga-se a manter, direta ou indiretamente, o controle de cada Sociedade Emissora sobre a qual atualmente tenha controle, nos termos do artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, ressalvada a alienação de ativos realizada nos termos da Cláusula 4.5.4 do Plano.

9.4. Preservação de valor (*value leakage*). Os Alienantes Fiduciantes obrigam-se a não praticar e a fazer com que as Sociedades Emissoras não pratiquem, sem consentimento prévio dos Debenturistas, nos termos da Escritura de Emissão, qualquer ato que transfira valor das Sociedades Emissoras para qualquer outra sociedade cuja totalidade das ações ou quotas de sua emissão não sejam oneradas pela presente Alienação Fiduciária, incluindo transferência de ativos, contratos, licenças, autorizações sanitárias, credenciamentos com operadoras de planos de saúde ou empregados para tal sociedade, ressalvado o curso normal dos negócios em condições de mercado e as operações expressamente autorizadas no Plano (inclusive a

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 32

constituição da NewCo e as dações em pagamento previstas nas Cláusulas 4.10 e 6.3 do Plano, limitadas aos ativos listados no respectivo Anexo).

9.5. Reforço e recomposição. Os Alienantes Fiduciantes obrigam-se a reforçar, complementar ou substituir a Alienação Fiduciária, em até 10 (dez) Dias Úteis contados de notificação do Credor Fiduciário, com outras ações ou quotas de sociedades controladas direta ou indiretamente pela Oncoclínicas aceitas pelos Debenturistas, nos termos da Escritura de Emissão, sempre que: (i) os Bens Alienados Fiduciariamente forem objeto de penhora, arresto, sequestro, desapropriação ou qualquer constrição judicial ou administrativa não revertida em 15 (quinze) dias; (ii) qualquer Sociedade Emissora deixar de existir, for liquidada ou tiver sua falência decretada; (iii) qualquer participação deixar de integrar a garantia por fato não autorizado neste Contrato; ou (iv) for constatado que qualquer participação da Oncoclínicas, direta ou indireta, em qualquer outra sociedade, não está abrangida por este Contrato.

9.6. Informações periódicas. A Oncoclínicas deverá entregar ao Credor Fiduciário (i) trimestralmente, em até 45 (quarenta e cinco) dias do encerramento de cada trimestre, organograma societário atualizado do Grupo Oncoclínicas, com indicação de titularidade, quantidade e percentual de cada participação; (ii) anualmente, as demonstrações financeiras auditadas das Sociedades Emissoras que as elaborem; e (iii) em até 2 (dois) Dias Úteis, notificação de qualquer fato que possa afetar adversamente a Alienação Fiduciária.

9.7. Defesa da garantia. Os Alienantes Fiduciantes obrigam-se a defender, às suas expensas, os Bens Alienados Fiduciariamente contra qualquer reivindicação, constrição ou medida de terceiros, comunicando o Credor Fiduciário em até 2 (dois) Dias Úteis de sua ciência.

9.8. Alienação Fiduciária de Ações sob Condição Suspensiva. Nos termos das Cláusulas 1.2.4, 6.2.1, item "(x)", 6.3.6.2.2, item "(ii)", e 7.1.4, item "(ii)", do Plano, os Bens Alienados Fiduciariamente serão objeto de alienação fiduciária sob condição suspensiva e subordinada à Alienação Fiduciária, a ser constituída em garantia (i) das obrigações de pagamento representadas pela Série A das Debêntures da Opção A; e (ii) da parcela correspondente a 70% (setenta por cento) do Valor do Pagamento por Não Conversão devida aos Credores Abrangidos que tenham eleito a Opção B, nos termos da Cláusula 6.3.6.2.2 do Plano, em igualdade de condições e pari passu entre os beneficiários indicados nos itens "(i)" e "(ii)", cuja eficácia fica subordinada, nos termos dos artigos 121 e 125 do Código Civil, à condição suspensiva consistente na quitação integral das Obrigações Garantidas com a consequente extinção desta Alienação Fiduciária nos termos das Cláusulas 10.10 e 10.12 deste Contrato ("Alienação Fiduciária de Ações sob Condição Suspensiva" e "Condição Suspensiva", respectivamente). Enquanto não implementada a Condição Suspensiva, a Alienação Fiduciária de Ações sob Condição Suspensiva não confere a seus beneficiários a propriedade fiduciária, a posse indireta ou qualquer outro direito sobre as ações e quotas, e seus beneficiários não poderão exercer, com base nela,

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 33

quaisquer direitos sobre os Bens Alienados Fiduciariamente, inclusive de voto, veto, recebimento de Rendimentos ou excussão. A Alienação Fiduciária de Ações sob Condição Suspensiva não limita, condiciona, retarda ou de qualquer forma interfere na constituição, na manutenção, na prioridade ou na excussão da Alienação Fiduciária, assegurando-se aos seus beneficiários apenas a prática dos atos destinados à conservação do direito eventual, nos termos do artigo 130 do Código Civil, inclusive o registro e a averbação do respectivo instrumento com a indicação expressa da Condição Suspensiva. Excutida, total ou parcialmente, a Alienação Fiduciária, a Alienação Fiduciária de Ações sob Condição Suspensiva extinguir-se-á em relação às ações e quotas excutidas, que serão transferidas ao adquirente livres de qualquer ônus, destinando-se o eventual saldo do produto da excussão na forma da Cláusula 9.2 do Plano.

9.9. Ciência e Anuência – Alienação Fiduciária de Ações sob Condição Suspensiva. Os Debenturistas, representados pelo Credor Fiduciário, desde já reconhecem e anuem com a constituição da Alienação Fiduciária de Ações sob Condição Suspensiva, a qual não constituirá descumprimento das Cláusulas 6.2, 7.1, 8.1 e 9.1 deste Contrato, desde que (i) seja celebrada sob a Condição Suspensiva e expressamente subordinada à Alienação Fiduciária, inclusive quanto ao produto de eventual excussão, que será destinado prioritariamente à satisfação integral das Obrigações Garantidas; e (ii) não confira aos seus beneficiários, enquanto não satisfeitas integralmente as Obrigações Garantidas, direitos de voto, veto, excussão ou quaisquer outros que restrinjam ou condicionem o exercício dos direitos do Credor Fiduciário previstos neste Contrato. As Partes obrigam-se a celebrar os documentos e a praticar os atos razoavelmente necessários ao registro e à averbação da Alienação Fiduciária de Ações sob Condição Suspensiva, os quais poderão ser realizados antes do implemento da Condição Suspensiva, com expressa menção a esta, sem que isso lhe atribua eficácia antecipada.

10. VENCIMENTO ANTECIPADO, EXCUSSÃO E LIBERAÇÃO DA ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

10.1. O Credor Fiduciário poderá declarar o vencimento antecipado de todas as Obrigações Garantidas, tornando-as imediatamente exigíveis, mediante simples comunicação escrita aos Alienantes Fiduciantes e independentemente de qualquer outro aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial ("Vencimento Antecipado"), na ocorrência de qualquer das seguintes hipóteses, observados os prazos de cura aplicáveis ("Evento de Retenção"):

(i) inadimplemento, pela Oncoclínicas, de qualquer valor devido no âmbito das Obrigações Garantidas na respectiva data de vencimento;

(ii) descumprimento, pelos Alienantes Fiduciantes, de qualquer obrigação não pecuniária prevista neste Contrato ou de qualquer dos instrumentos das Obrigações Garantidas, incluindo a Escritura de Emissão, não sanado no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contado do recebimento de notificação enviada pelo Credor Fiduciário, ressalvadas as

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 34

obrigações para as quais este Contrato estabeleça prazo específico, inclusive as relativas ao reforço e à recomposição da garantia previstas na Cláusula 9.5, hipótese em que não se aplicará prazo de cura adicional;

(iii) o vencimento antecipado das Debêntures Modalidade 1, nos termos da Escritura de Emissão;

(iv) falência, autofalência, pedido de falência não elidido no prazo legal, ou ajuizamento, pelos Alienantes Fiduciantes ou por qualquer uma das Sociedades Emissoras, de recuperação judicial ou de novo pedido de recuperação extrajudicial, ou de pedido de tutela cautelar antecedente ou de mediação ou conciliação antecedente nos termos dos artigos 20-B e 6º, §12, da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, conforme alterada ("Lei nº 11.101"), em qualquer caso distinto da Recuperação Extrajudicial, ou, ainda, sua liquidação, dissolução ou extinção;

(v) questionamento judicial ou extrajudicial, pelos Alienantes Fiduciantes ou pelas Sociedades Emissoras, da validade, eficácia ou exequibilidade deste Contrato, da Alienação Fiduciária ou das Obrigações Garantidas;

(vi) invalidade, nulidade, ineficácia ou inexequibilidade, total ou parcial, deste Contrato ou das Obrigações Garantidas, declarada por decisão judicial, arbitral ou administrativa, não sanada no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contado da referida decisão;

(vii) penhora, arresto, sequestro ou qualquer outra constrição judicial ou administrativa sobre os Bens Alienados Fiduciariamente ou sobre a Conta Vinculada, não liberada ou suspensa no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contado de sua efetivação;

(viii) reforma, anulação, cassação ou suspensão dos efeitos da decisão de Homologação do Plano, ou convolação da Recuperação Extrajudicial em recuperação judicial; e

(ix) ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento previsto na Cláusula 14.1 do Plano, após o decurso do prazo de cura ali aplicável.

10.2. Na hipótese de Vencimento Antecipado, consolidar-se-á em favor do Credor Fiduciário a propriedade plena dos Bens Alienados Fiduciariamente, podendo o Credor Fiduciário, sem prejuízo dos demais direitos previstos em lei, excutir no todo ou em parte os Bens Alienados Fiduciariamente, de forma judicial ou extrajudicial, independentemente de avaliação, prévia notificação aos Alienantes Fiduciantes, notificação judicial ou extrajudicial, ou qualquer outra medida judicial ou extrajudicial, exercendo todos os poderes que lhe são outorgados pela legislação vigente.

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 35

10.3. Para os fins das Cláusulas 10.1~~10.1~~ e 10.2 acima, o Credor Fiduciário poderá, a qualquer tempo após a ocorrência de qualquer das hipóteses ali previstas, instruir o Banco Depositário a transferir, no todo ou em parte, a critério do Credor Fiduciário, os valores depositados na Conta Vinculada para a conta de titularidade do Credor Fiduciário por ele indicada, para satisfação das Obrigações Garantidas.

10.4. Os Alienantes Fiduciantes concordam e reconhecem expressamente que o Credor Fiduciário poderá praticar todos os atos necessários para a liquidação ou transferência dos Bens Alienados Fiduciariamente, nos termos deste Contrato.

10.5. Os Alienantes Fiduciantes declaram estar cientes e de acordo com toda e qualquer disposição dos Bens Alienados Fiduciariamente, ou transferência dos recursos em depósito na Conta Vinculada em decorrência da excussão da garantia constituída neste Contrato, independentemente de quem seja seu novo titular, renunciando a qualquer **(i)** direito de preferência a que lhe seja outorgado, no presente ou no futuro, inclusive, sem limitação, qualquer direito de preferência, de primeira oferta, de tag along, de veto, de aprovação do novo sócio (inclusive o previsto no artigo 1.057 do Código Civil) ou a qualquer outro direito, legal ou contratual; e **(ii)** privilégio legal que possa afetar a livre e integral exequibilidade, transferência ou exercício de quaisquer direitos do Credor Fiduciário, nos termos deste Contrato.

10.6. Os Alienantes Fiduciantes, desde já, se obrigam a praticar todos os atos e cooperar com o Credor Fiduciário em tudo que se fizer necessário ao cumprimento dos procedimentos aqui previstos, inclusive no que se refere ao atendimento das exigências legais e regulamentares necessárias ao recebimento dos Bens Alienados Fiduciariamente.

10.6.1. Os Alienantes Fiduciantes e as Sociedades Emissoras obrigam-se a cooperar com a excussão, entregando informações para data room, assinando documentos e promovendo os registros e transferências necessários, inclusive perante a Junta Comercial, escrituradores, CADE, Agência Nacional de Saúde Suplementar, órgãos de vigilância sanitária, CNES e conselhos profissionais, conforme aplicável. A necessidade de aprovação do CADE ou de qualquer autoridade para a transferência não impedirá a consolidação da propriedade fiduciária.

10.7. A excussão da Alienação Fiduciária na forma prevista neste Contrato poderá ser realizada para cobrança parcial ou total das Obrigações Garantidas, em tantas vezes quanto bastem para a integral satisfação das Obrigações Garantidas, podendo ocorrer a excussão da Alienação Fiduciária, de forma independente ou em adição a qualquer outra execução de garantia concedida para integral satisfação das Obrigações Garantidas.

10.8. A eventual excussão parcial da Alienação Fiduciária não afetará os termos, condições e proteções em benefício do Credor Fiduciário previstos neste Contrato, bem como não implicará

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 36

a liberação da Alienação Fiduciária, sendo que o presente Contrato permanecerá em pleno vigor e efeito até o pagamento integral de todos os valores devidos em decorrência das Obrigações Garantidas.

10.9. Os Alienantes Fiduciantes reconhecem e concordam que a excussão dos Bens Alienados Fiduciariamente poderá ocorrer em condições menos favoráveis do que aquelas que poderiam ser obtidas por meio de uma venda em circunstâncias normais.

10.10. No prazo de até 30 (trinta) dias após o cumprimento integral das Obrigações Garantidas, o Credor Fiduciário encaminhará para o endereço de correspondência dos Alienantes Fiduciantes o termo de liberação da garantia constituída por este Contrato, na forma do **Anexo VII** ("Termo de Liberação"), podendo os Alienantes Fiduciantes, se assim o desejarem, enviar uma cópia do referido termo ao Banco Depositário.

10.11. Condição Resolutiva e Liberação por Reenquadramento. A constituição e a manutenção da Alienação Fiduciária em favor de cada Debenturista estão sujeitas à condição resolutiva consistente no seu desenquadramento como Credor Apoiador Modalidade 1, nos termos do item "(iv)" da Cláusula 7.1.1 do Plano. Na hipótese de reenquadramento de Credor Apoiador Modalidade 1 na Opção A, nos termos da Cláusula 7.1.2 do Plano, a Alienação Fiduciária será liberada exclusivamente em relação ao respectivo Debenturista e à série das Debêntures Modalidade 1 por ele detida, a partir da data em que o reenquadramento produzir efeitos, mediante a celebração de Termo de Liberação em relação à parcela das Obrigações Garantidas correspondente à série das Debêntures detida pelo respectivo Debenturista, nos termos da Cláusula 7.1.2.3 do Plano, sem prejuízo da manutenção da Alienação Fiduciária em favor dos demais Debenturistas e da Alienação Fiduciária de Ações sob Condição Suspensiva atribuída ao saldo reenquadrado, nos termos do Plano e da Alienação Fiduciária de Ações sob Condição Suspensiva, cuja eficácia permanecerá sujeita à Condição Suspensiva prevista na Cláusula 9.8 enquanto houver Debenturista em favor do qual a Alienação Fiduciária permaneça vigente. A liberação prevista nesta Cláusula não se operará de forma automática, somente ocorrerá após concluído o procedimento previsto na Cláusula 7.1.2 do Plano e não se aplicará nas hipóteses de descumprimento não imputável ao Credor Apoiador Modalidade 1 previstas na Cláusula 7.1.3 do Plano. O Credor Fiduciário e os Alienantes Fiduciantes obrigam-se a praticar, em até 10 (dez) Dias Úteis contados da solicitação das Recuperandas, todos os atos necessários à formalização da referida liberação.

10.12. Liberação após Quitação. Ressalvado o disposto na Cláusula 10.11, a Alienação Fiduciária somente será liberada após a satisfação integral das Obrigações Garantidas, nos termos do item "(ii)" da Cláusula 7.1.4 do Plano. A liberação da Alienação Fiduciária não afetará a Alienação Fiduciária de Ações sob Condição Suspensiva, que permanecerá em vigor nos termos do respectivo instrumento.

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 37

11. MANDATO

11.1. Neste ato, os Alienantes Fiduciantes autorizam expressamente o Credor Fiduciário, em caráter irrevogável e irretratável, conforme os artigos 653 e seguintes do Código Civil, a **(i)** tomar todas e quaisquer providências e firmar quaisquer instrumentos necessários ao exercício dos direitos previstos neste Contrato, inclusive, mas sem se limitar, a eventuais aditamentos, requerimentos e documentos que se façam necessários, e promover registros, averbações e arquivamentos necessários à constituição, aperfeiçoamento e preservação da Alienação Fiduciária, inclusive nos livros societários, e representar os Alienantes Fiduciantes na República Federativa do Brasil, em juízo ou fora dele, perante terceiros, todas e quaisquer agências ou autoridades federais, estaduais ou municipais, em todas as suas respectivas divisões e departamentos, incluindo, entre outras, Cartórios de Registro de Títulos e Documentos competentes, Cartórios de Registro de Imóveis competentes, Cartórios de Protesto, Juntas Comerciais, escrituradores, Bolsa de Valores, Comissão de Valores Mobiliários, Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, bancos, incluindo o Banco Central do Brasil, e quaisquer outras agências ou autoridades federais, estaduais ou municipais, em todas as suas respectivas divisões e departamentos, ou, ainda, quaisquer outros terceiros; e **(ii)** na hipótese de inadimplemento das Obrigações Garantidas ou na hipótese de Vencimento Antecipado, conforme aplicável, exercer o direito de voto inerente às Ações e Quotas Alienadas Fiduciariamente, comparecer a assembleias gerais e reuniões de sócios, eleger e destituir administradores, receber os Rendimentos, receber, resgatar, alienar, ceder ou transferir, parte ou a totalidade dos Bens Alienados Fiduciariamente, bem como transferir os recursos depositados na Conta Vinculada, ou concordar com a venda ou cessão dos Bens Alienados Fiduciariamente, no todo ou em parte, mediante venda, cessão, transferência ou negociação privada ou em hasta pública, judicial ou extrajudicialmente, conforme o caso, incluindo, nos limites estabelecidos neste Contrato, poderes para negociar preço e condições, firmar contratos ou instrumentos de transferência, termos de transferência e alterações contratuais, transferir posse e domínio, firmar os recibos correspondentes e dar quitação, e alocar os respectivos recursos apurados com a referida venda ou cessão dos Bens Alienados Fiduciariamente e os recursos depositados na Conta Vinculada para amortização ou liquidação das Obrigações Garantidas, bem como para requerer todas e quaisquer aprovações prévias ou consentimentos que possam ser necessários para a transferência dos Bens Alienados Fiduciariamente e dos direitos creditórios a terceiros, podendo, ainda, substabelecer os poderes aqui conferidos, no todo ou em parte, com reserva de iguais poderes. Os Alienantes Fiduciantes, nesta data, outorgam ao Credor Fiduciário a procuração na forma descrita no **Anexo IV** do presente Contrato ("Procuração").

11.2. O mandato é outorgado em caráter irrevogável e irretratável, nos termos e para os efeitos dos artigos 684, 685 e parágrafo único do artigo 686 do Código Civil, sendo que enquanto estiverem vigentes as Obrigações Garantidas, os Alienantes Fiduciantes comprometem-se a

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 38

renovar a Procuração continuamente por prazo adicional de 1 (um) ano, sempre com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data de seu vencimento, até a integral excussão da presente garantia ou a extinção integral das Obrigações Garantidas.

11.3. Sem prejuízo do disposto nas Cláusulas acima, os Alienantes Fiduciantes obrigam-se, sempre que solicitado pelo Credor Fiduciário, a praticar quaisquer atos e assinar quaisquer documentos destinados a confirmar a validade e eficácia da Procuração.

12. DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. A Alienação Fiduciária não abrangerá, enquanto não obtidas as Aprovações Necessárias, as ações e quotas de emissão das sociedades nas quais os Alienantes Fiduciantes, em conjunto, detenham, direta ou indiretamente, participação inferior à totalidade do capital social ("Participações Sujeitas a Aprovações"), na medida em que a constituição da Alienação Fiduciária sobre elas dependa de aprovações, anuências ou renúncias de terceiros exigidas pelos respectivos atos societários, acordos de sócios ou acionistas ou pela legislação aplicável ("Aprovações Necessárias").

12.1.1. Os Alienantes Fiduciantes envidarão seus melhores esforços, de acordo com as previsões societárias aplicáveis, para obter as Aprovações Necessárias, sem obrigação de alterar atos societários ou acordos de sócios ou acionistas, de pagar contraprestação não usual ou de iniciar medidas judiciais ou arbitrais contra terceiros, sendo certo que, caso necessário, o Credor Fiduciário se compromete a aderir e cumprir integralmente com todos os termos e condições dos acordos de acionistas eventualmente em vigor em relação a cada uma das Participações Sujeitas a Aprovações que eventualmente forem aplicáveis para obtenção das Aprovações Necessárias.

12.1.2. Não obtidas as Aprovações Necessárias, a Alienação Fiduciária não incidirá sobre as respectivas Participações Sujeitas a Aprovações, o que não constituirá descumprimento deste Contrato, Evento de Retenção ou hipótese de vencimento antecipado, desde que observada a Cláusula 12.1.1.

12.1.3. Obtidas as Aprovações Necessárias, os Alienantes Fiduciantes, em até [•] Dias Úteis, celebrarão aditamento a este Contrato e promoverão os registros e averbações aplicáveis, passando a Alienação Fiduciária a produzir efeitos sobre tais participações a partir do aditamento.

12.2. Caráter Cumulativo. A Alienação Fiduciária é adicional e cumulativa em relação à Cessão Fiduciária Direito de Regresso e a quaisquer outras garantias das Obrigações Garantidas, podendo o Credor Fiduciário excutir qualquer delas, total ou parcialmente, simultânea ou sucessivamente, sem ordem de preferência e tantas vezes quantas necessárias.

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 39

12.3. Execução Específica. As obrigações assumidas neste Contrato poderão ser objeto de execução específica, nos termos do disposto nos artigos 497, 806, 815 e seguintes do Código de Processo Civil, sem que isso signifique renúncia a qualquer outra ação ou providência, judicial ou não, que objetive resguardar direitos decorrentes do presente Contrato.

12.4. Ausência de Renúncia ou Novação**.** Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes do presente Contrato. Nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba a qualquer das Partes, conforme aplicável, em razão de qualquer inadimplemento da outra Parte, conforme aplicável, prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela respectiva Parte neste Contrato ou precedentes, no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso. Os direitos e recursos previstos neste Contrato são cumulativos, podendo ser exercidos individual ou simultaneamente, e não excluem quaisquer outros direitos ou recursos previstos nos instrumentos que lastreiam as Obrigações Garantidas.

12.5. Cessão. Os Alienantes Fiduciantes não poderão ceder ou de outra forma transferir seus direitos e obrigações, ou qualquer parte deles, para qualquer outra parte, sem a prévia e expressa anuência do Credor Fiduciário.

12.6. Despesas. Todas as despesas necessárias e comprovadas incorridas pelo Credor Fiduciário nos termos deste Contrato para pagamento de taxas e comissões usuais, e eventuais despesas necessárias e comprovadas de remessas e de telecomunicações e/ou outras quaisquer, bem como aquelas necessárias à segurança e regularização de seu crédito e de suas garantias, inclusive as de registro deste Contrato no Cartório, serão de total, única e exclusiva responsabilidade dos Alienantes Fiduciantes.

12.7. Notificações. As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes, nos termos deste Contrato deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Para os Alienantes Fiduciantes: [•]

Para o Credor Fiduciário: [•]

12.7.1. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "*aviso de recebimento*" expedido pela Empresa Brasileira de Correios, por telegrama ou por e-mail nos endereços acima. As comunicações feitas por e-mail serão consideradas recebidas na

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 40

data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente.

12.7.2. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra Parte pela Parte que tiver seu endereço alterado, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da sua ocorrência.

12.7.3. Eventuais prejuízos decorrentes da não observância do disposto na Cláusula 12.7.2~~12.6.2~~ acima serão arcados pela Parte inadimplente.

12.8. Irrevogabilidade e Sucessão. O presente Contrato é firmado em caráter irrevogável e irretratável e obriga tanto as Partes quanto seus sucessores e cessionários, a qualquer título.

12.9. Alterações. O presente Contrato somente poderá ser alterado por acordo escrito, devidamente assinado pelas Partes identificadas no preâmbulo deste Contrato, observado o disposto no item "(iv)" da Cláusula 7.1.1 do Plano e no item "(i)" da Cláusula 10.1.3 do Plano.

12.10. Vigência. O presente Contrato entra em vigor na data de sua assinatura e permanecerá em pleno vigor e efeito até o pagamento e quitação integral das Obrigações Garantidas.

12.11. Independência das Cláusulas. Caso uma ou mais Cláusulas do presente Contrato sejam consideradas inválidas, ilegais, ineficazes ou inexequíveis, em qualquer aspecto, as demais Cláusulas aqui previstas permanecerão válidas, legais, eficazes e exequíveis, até o cumprimento integral, pelas Partes, de suas obrigações, nos termos deste Contrato. Caso qualquer Cláusula ou disposição seja considerada inválida, ilegal ou inaplicável, as Partes deverão negociar, de boa-fé, a modificação deste Contrato para manter a intenção original das Partes.

12.12. Assinatura Eletrônica**.** Para fins do artigo 10, parágrafo 2°, da Medida Provisória 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, as Partes reconhecem e concordam expressamente com a assinatura eletrônica deste Contrato, bem como quaisquer aditivos, por meio de qualquer plataforma de assinaturas eletrônicas, sendo certo que, em quaisquer hipóteses, deverão ser emitidas com certificado digital pela ICP-Brasil, constituindo forma legítima e suficiente para a comprovação da identidade e da validade da declaração de vontade das respectivas Partes em celebrar este Contrato, bem como quaisquer aditivos.

12.13. Lei Aplicável e Foro. Este Contrato é regido pelas Leis da República Federativa do Brasil. Fica eleito o Juízo da Recuperação Extrajudicial como competente para dirimir toda e qualquer controvérsia oriunda do presente Contrato, até o encerramento da Recuperação Extrajudicial. Após o encerramento da Recuperação Extrajudicial, o foro competente será o da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 41

E, por estarem assim justas e contratadas, celebram o presente Contrato, de forma digital, os Alienantes Fiduciantes, o Credor Fiduciário e as Sociedades Emissoras, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

[Local], [data].

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 42

[Páginas de assinatura dos Alienantes Fiduciantes, do Credor Fiduciário, das Sociedades Emissoras e de 2 (duas) testemunhas, com nome, CPF e cargo dos signatários]

ANEXO I

AÇÕES E QUOTAS ALIENADAS FIDUCIARIAMENTE

Anexo I-A – Participações Diretas (titularidade da Oncoclínicas)

Sociedade Emissora	CNPJ/MF	Tipo	Titular (Alienante Fiduciante)	Quantidade / espécie / classe	% capital social total e votante alienado pelo Alienante Fiduciante
Oncobio Serviços de Saúde S.A.	26.645.426/0001-96	S.A.	Oncoclínicas	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	100,00
Oncocentro Imagem e Serviços Médicos Ltda.	17.622.395/0001-67	Ltda.	Oncoclínicas	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	100,00
Talassa Oncologia e Participações S.A.	37.184.687/0001-72	S.A.	Oncoclínicas	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	50,01
Talia Participações Ltda.	37.138.913/0001-89	Ltda.	Oncoclínicas	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	99,90
Oncohematologia Participações Ltda.	26.193.072/0001-96	Ltda.	Oncoclínicas	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	99,62
Oncologia Participações Ltda.	21.592.249/0001-03	Ltda.	Oncoclínicas	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	99,99

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 45

Sociedade Emissora	**CNPJ/MF**	**Tipo**	**Titular (Alienante Fiduciante)**	**Quantidade / espécie / classe**	**% capital social total e votante alienado pelo Alienante Fiduciante**
Pontus Participações S.A.	23.945.627/0001-10	S.A.	Oncoclínicas	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	100,00
Oncopar Sul Empreendimentos e Participações Ltda.	21.236.729/0001-31	Ltda.	Oncoclínicas	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	100,00
Centro Paulista de Oncologia S.A.	52.164.662/0001-09	S.A.	Oncoclínicas	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	50,51
Radioterapia Oncoclínicas Ribeirão Preto Ltda.	26.843.026/0001-95	Ltda.	Oncoclínicas	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	99,08
Radioterapia Oncoclínicas São Paulo Ltda.	26.842.646/0001-00	Ltda.	Oncoclínicas	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	98,90
Central de Gestão e Saúde Ltda.	24.375.498/0001-35	Ltda.	Oncoclínicas	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	99,90
Radioterapia Oncoclínicas Salvador Ltda.	16.423.011/0001-14	Ltda.	Oncoclínicas	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	100,00

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 46

Sociedade Emissora	**CNPJ/MF**	**Tipo**	**Titular (Alienante Fiduciante)**	**Quantidade / espécie / classe**	**% capital social total e votante alienado pelo Alienante Fiduciante**
Oncoclínicas Salvador S.A.	16.433.593/0001-10	S.A.	Oncoclínicas	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	100,00
Centro Mineiro de Infusões S.A.	15.347.387/0001-24	S.A.	Oncoclínicas	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	100,00
Navarra RJ Serviços Oncológicos S.A. (Leste Fluminense)	33.495.365/0001-93	S.A.	Oncoclínicas	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	51,00
Oncoclínicas Participações RJ ES Ltda.	34.102.105/0001-73	Ltda.	Oncoclínicas	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	99,99
Oncoclínica – Centro de Tratamento Oncológico S.A.	72.101.124/0001-74	S.A.	Oncoclínicas	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	100,00
Unity Participações S.A.	30.986.413/0001-58	S.A.	Oncoclínicas	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	100,00
Hematológica – Clínica de Hematologia S.A.	00.410.960/0001-20	S.A.	Oncoclínicas	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	16,03

Sociedade Emissora	**CNPJ/MF**	**Tipo**	**Titular (Alienante Fiduciante)**	**Quantidade / espécie / classe**	**% capital social total e votante alienado pelo Alienante Fiduciante**
Núcleo de Oncologia da Bahia S.A.	41.980.319/0001-08	S.A.	Oncoclínicas	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	51,35
Radioterapia Oncoclínicas Recife S.A.	28.043.406/0001-70	S.A.	Oncoclínicas	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	7,00
Radioterapia Botafogo S.A.	40.447.278/0001-26	S.A.	Oncoclínicas	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	72,49
Instituto Oncológico de Ribeirão Preto S.A.	57.723.280/0001-83	S.A.	Oncoclínicas	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	4,50
Onco Vida Instituto Especializado de Oncologia S.A.	01.682.668/0001-29	S.A.	Oncoclínicas	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	99,60
Aliança Instituto de Oncologia S.A.	09.104.513/0001-17	S.A.	Oncoclínicas	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	99,54
Locus – Anatomia Patológica e Citologia Ltda.	69.287.381/0001-38	Ltda.	Oncoclínicas	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	9,28

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 48

Sociedade Emissora	**CNPJ/MF**	**Tipo**	**Titular (Alienante Fiduciante)**	**Quantidade / espécie / classe**	**% capital social total e votante alienado pelo Alienante Fiduciante**
Centro Brasileiro de Radioterapia Oncologia e Mastologia CEBROM Ltda.	00.754.174/0001-40	Ltda.	Oncoclínicas	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	1,98
CTR – Centro de Tratamento Radioterápico Ltda.	11.426.304/0001-31	Ltda.	Oncoclínicas	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	87,56
CTR – Centro de Tratamento Radioterápico de Anápolis Ltda.	23.264.130/0001-37	Ltda.	Oncoclínicas	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	86,69
Andrômeda Participações Ltda.	36.012.379/0001-05	Ltda.	Oncoclínicas	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	100,00
COTE – Centro Oncológico e Tratamentos Especiais Ltda.	46.902.754/0001-38	Ltda.	Oncoclínicas	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	100,00
AIO – Instituto do Câncer de Brasília Ltda.	11.859.927/0001-06	Ltda.	Oncoclínicas	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	0,09
CETTRO – Centro de Tratamento Oncológico Ltda.	00.520.237/0001-01	Ltda.	Oncoclínicas	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	0,82

Sociedade Emissora	**CNPJ/MF**	**Tipo**	**Titular (Alienante Fiduciante)**	**Quantidade / espécie / classe**	**% capital social total e votante alienado pelo Alienante Fiduciante**
Núcleo de Hematologia e Transplante de Medula Óssea de MG Ltda.	02.623.693/0001-02	Ltda.	Oncoclínicas	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	88,70
CTC Oncologia S.A.	37.217.968/0001-84	S.A.	Oncoclínicas	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	50,00
Centro de Excelência de Radioterapia do Rio de Janeiro S.A.	26.094.893/0001-75	S.A.	Oncoclínicas	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	50,00

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 50

Anexo I-B – Participações Indiretas (titularidade das Sociedades Intermediárias)

Sociedade Emissora	**CNPJ/MF**	**Tipo**	**Titular (Alienante Fiduciante)**	**Quantidade / espécie / classe**	**% capital social total e votante alienado pelo Alienante Fiduciante**
Centro Paulista de Oncologia S.A. (parcela indireta)	52.164.662/0001-09	S.A.	[Sociedade Intermediária – a confirmar]	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	49,46
Hematológica – Clínica de Hematologia S.A. (parcela indireta)	00.410.960/0001-20	S.A.	[Sociedade Intermediária – a confirmar]	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	83,97
Núcleo de Oncologia da Bahia S.A. (parcela indireta)	41.980.319/0001-08	S.A.	[Sociedade Intermediária – a confirmar]	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	32,00

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 51

Sociedade Emissora	**CNPJ/MF**	**Tipo**	**Titular (Alienante Fiduciante)**	**Quantidade / espécie / classe**	**% capital social total e votante alienado pelo Alienante Fiduciante**
Radioterapia Oncoclínicas Recife S.A. (parcela indireta)	28.043.406/0001-70	S.A.	[Sociedade Intermediária – a confirmar]	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	93,00
Radioterapia Botafogo S.A. (parcela indireta)	40.447.278/0001-26	S.A.	[Sociedade Intermediária – a confirmar]	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	27,51
Instituto Oncológico de Ribeirão Preto S.A. (parcela indireta)	57.723.280/0001-83	S.A.	[Sociedade Intermediária – a confirmar]	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	81,50
CEBROM Ltda. (parcela indireta)	00.754.174/0001-40	Ltda.	[Sociedade Intermediária – a confirmar]	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	98,02

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 52

Sociedade Emissora	**CNPJ/MF**	**Tipo**	**Titular (Alienante Fiduciante)**	**Quantidade / espécie / classe**	**% capital social total e votante alienado pelo Alienante Fiduciante**
Locus – Anatomia Patológica e Citologia Ltda. (parcela indireta)	69.287.381/0001-38	Ltda.	[Sociedade Intermediária – a confirmar]	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	90,72
AIO – Instituto do Câncer de Brasília Ltda. (parcela indireta)	11.859.927/0001-06	Ltda.	[Sociedade Intermediária – a confirmar]	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	99,91
CETTRO – Centro de Tratamento Oncológico Ltda. (parcela indireta)	00.520.237/0001-01	Ltda.	[Sociedade Intermediária – a confirmar]	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	99,18
Núcleo de Hematologia e TMO de MG Ltda. (parcela indireta)	02.623.693/0001-02	Ltda.	[Sociedade Intermediária – a confirmar]	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	11,30

Sociedade Emissora	**CNPJ/MF**	**Tipo**	**Titular (Alienante Fiduciante)**	**Quantidade / espécie / classe**	**% capital social total e votante alienado pelo Alienante Fiduciante**
Demais parcelas indiretas minoritárias (Talia 0,10; Oncohematologia 0,38; Oncologia Participações 0,01; Onco Vida 0,40; Aliança 0,46; Radioterapia Oncoclínicas Ribeirão Preto 0,92; Radioterapia Oncoclínicas São Paulo 1,10; Central de Gestão e Saúde 0,10; Oncoclínicas Participações RJ ES 0,01)	[•]	—	[Sociedade Intermediária – a confirmar]	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	conforme coluna ao lado
Idengene Medicina Diagnóstica S.A.	21.875.615/0001-31	S.A.	[Sociedade Intermediária – a confirmar]	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	100,00
Radiogroup Participações S.A.	19.122.507/0001-46	S.A.	[Sociedade Intermediária – a confirmar]	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	95,69

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 54

Sociedade Emissora	**CNPJ/MF**	**Tipo**	**Titular (Alienante Fiduciante)**	**Quantidade / espécie / classe**	**% capital social total e votante alienado pelo Alienante Fiduciante**
Radiocare Serviços Médicos Especializados Ltda.	07.796.772/0001-20	Ltda.	[Sociedade Intermediária – a confirmar]	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	100,00
Centro de Tratamento em Radioterapia Ltda.	04.484.464/0001-71	Ltda.	[Sociedade Intermediária – a confirmar]	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	100,00
CQAI Participações S.A.	16.687.758/0001-80	S.A.	[Sociedade Intermediária – a confirmar]	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	100,00
COT – Centro Oncológico do Triângulo S.A.	02.732.168/0001-17	S.A.	[Sociedade Intermediária – a confirmar]	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	65,00

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 55

Sociedade Emissora	**CNPJ/MF**	**Tipo**	**Titular (Alienante Fiduciante)**	**Quantidade / espécie / classe**	**% capital social total e votante alienado pelo Alienante Fiduciante**
COT – Radioterapia Ltda.	09.330.855/0001-55	Ltda.	[Sociedade Intermediária – a confirmar]	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	99,99
Oncocentro Uberlândia S.A.	15.138.676/0001-13	S.A.	[Sociedade Intermediária – a confirmar]	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	100,00
IHOC – Instituto de Hematologia e Oncologia Curitiba – Clínica Médica S.A.	03.850.913/0001-95	S.A.	[Sociedade Intermediária – a confirmar]	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	72,00
Centro de Quimioterapia Oncoclínicas S.A.	95.179.461/0004-22	S.A.	[Sociedade Intermediária – a confirmar]	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	100,00

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 56

Sociedade Emissora	**CNPJ/MF**	**Tipo**	**Titular (Alienante Fiduciante)**	**Quantidade / espécie / classe**	**% capital social total e votante alienado pelo Alienante Fiduciante**
Oncoclínicas Canoas Clínica de Oncologia Ltda.	08.968.057/0001-90	Ltda.	[Sociedade Intermediária – a confirmar]	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	100,00
Pro-Onco Centro de Tratamento Oncológico S.A.	73.863.342/0001-09	S.A.	[Sociedade Intermediária – a confirmar]	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	75,00
CPO – Centro Paraibano de Oncologia S.A.	07.510.778/0001-90	S.A.	[Sociedade Intermediária – a confirmar]	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	99,99
NOS – Núcleo de Oncologia de Sergipe S.A.	12.282.163/0001-93	S.A.	[Sociedade Intermediária – a confirmar]	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	99,99

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 57

Sociedade Emissora	**CNPJ/MF**	**Tipo**	**Titular (Alienante Fiduciante)**	**Quantidade / espécie / classe**	**% capital social total e votante alienado pelo Alienante Fiduciante**
Multihemo Serviços Médicos S.A.	03.559.174/0001-87	S.A.	[Sociedade Intermediária – a confirmar]	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	100,00
Onco Clínica Recife Ltda.	02.018.718/0001-30	Ltda.	[Sociedade Intermediária – a confirmar]	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	99,99
CECON – Centro Capixaba de Oncologia S.A.	39.315.171/0001-45	S.A.	[Sociedade Intermediária – a confirmar]	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	82,50
Oncoclínicas Rio de Janeiro S.A.	00.717.088/0001-67	S.A.	[Sociedade Intermediária – a confirmar]	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	100,00

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 58

Sociedade Emissora	**CNPJ/MF**	**Tipo**	**Titular (Alienante Fiduciante)**	**Quantidade / espécie / classe**	**% capital social total e votante alienado pelo Alienante Fiduciante**
Hospital de Oncologia do Méier S.A.	33.633.141/0001-09	S.A.	[Sociedade Intermediária – a confirmar]	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	100,00
IRA – Instituto Roberto Alvarenga Ltda.	18.271.874/0001-49	Ltda.	[Sociedade Intermediária – a confirmar]	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	100,00
Instituto Materno Infantil de Minas Gerais S.A.	01.067.064/0001-72	S.A.	[Sociedade Intermediária – a confirmar]	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	100,00
CAM – Clínica de Assistência à Mulher Ltda.	14.526.487/0001-55	Ltda.	[Sociedade Intermediária – a confirmar]	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	100,00

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 59

Sociedade Emissora	**CNPJ/MF**	**Tipo**	**Titular (Alienante Fiduciante)**	**Quantidade / espécie / classe**	**% capital social total e votante alienado pelo Alienante Fiduciante**
CLION – Clínica de Oncologia Ltda.	13.501.218/0001-71	Ltda.	[Sociedade Intermediária – a confirmar]	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	100,00
GMN – Grupo de Medicina Nuclear Ltda.	04.821.603/0001-05	Ltda.	[Sociedade Intermediária – a confirmar]	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	100,00
OSTEO – Centro de Diagnóstico da Osteoporose Ltda.	40.594.293/0001-05	Ltda.	[Sociedade Intermediária – a confirmar]	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	100,00
Microimagem Laboratório de Anatomia Patológica e Citopatologia Ltda.	00.222.442/0001-82	Ltda.	[Sociedade Intermediária – a confirmar]	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	100,00

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 60

Sociedade Emissora	**CNPJ/MF**	**Tipo**	**Titular (Alienante Fiduciante)**	**Quantidade / espécie / classe**	**% capital social total e votante alienado pelo Alienante Fiduciante**
CEMISE – Centro de Medicina Integrada de Sergipe Ltda.	16.456.022/0001-09	Ltda.	[Sociedade Intermediária – a confirmar]	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	100,00
CEMISE – Ressonância Magnética e Tomografia Computadorizada Ltda.	32.804.353/0001-30	Ltda.	[Sociedade Intermediária – a confirmar]	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	100,00
Brasil Memorial Holding S.A.	29.959.585/0001-53	S.A.	[Sociedade Intermediária – a confirmar]	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	100,00
Itaigara Memorial Hospital Dia Ltda.	01.519.101/0001-36	Ltda.	[Sociedade Intermediária – a confirmar]	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	100,00

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 61

Sociedade Emissora	**CNPJ/MF**	**Tipo**	**Titular (Alienante Fiduciante)**	**Quantidade / espécie / classe**	**% capital social total e votante alienado pelo Alienante Fiduciante**
Salvador Memorial Empreendimentos Médicos Ltda.	63.225.882/0001-03	Ltda.	[Sociedade Intermediária – a confirmar]	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	99,80
Masto – Clínica de Mastologia da Bahia S.A.	34.434.217/0001-21	S.A.	[Sociedade Intermediária – a confirmar]	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	85,28
Unidade de Oncologia Clínica e Pediátrica Ltda.	57.394.710/0001-60	Ltda.	[Sociedade Intermediária – a confirmar]	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	100,00
Instituto Paulista de Oncologia e Cuidados Paliativos Ltda.	03.863.591/0001-19	Ltda.	[Sociedade Intermediária – a confirmar]	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	100,00

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 62

Sociedade Emissora	**CNPJ/MF**	**Tipo**	**Titular (Alienante Fiduciante)**	**Quantidade / espécie / classe**	**% capital social total e votante alienado pelo Alienante Fiduciante**
Clínica OAL SP de Serviços Médicos Ltda.	09.127.332/0001-06	Ltda.	[Sociedade Intermediária – a confirmar]	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	100,00
Ultraimagem Ltda.	10.544.698/0001-60	Ltda.	[Sociedade Intermediária – a confirmar]	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	55,00
Clínica Ressonance S.A.	11.429.182/0001-37	S.A.	[Sociedade Intermediária – a confirmar]	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	100,00
Giordani Camicia Serviços Médicos Ltda.	45.595.483/0001-52	Ltda.	[Sociedade Intermediária – a confirmar]	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	51,00

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 63

Sociedade Emissora	**CNPJ/MF**	**Tipo**	**Titular (Alienante Fiduciante)**	**Quantidade / espécie / classe**	**% capital social total e votante alienado pelo Alienante Fiduciante**
Instituto de Oncologia Kaplan S.A.	94.831.294/0001-47	S.A.	[Sociedade Intermediária – a confirmar]	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	100,00
Onco & Hemato Serviços Médicos S.A.	01.420.861/0001-91	S.A.	[Sociedade Intermediária – a confirmar]	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	100,00
Serviço de Atendimento Médico e Diagnóstico	10.668.636/0001-60	Ltda.	[Sociedade Intermediária – a confirmar]	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	100,00
AIO – Instituto de Câncer de Manaus Ltda.	31.107.333/0001-48	Ltda.	[Sociedade Intermediária – a confirmar]	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	100,00

Sociedade Emissora	**CNPJ/MF**	**Tipo**	**Titular (Alienante Fiduciante)**	**Quantidade / espécie / classe**	**% capital social total e votante alienado pelo Alienante Fiduciante**
Corp Centro de Oncologia de Rio Preto S.A.	10.576.443/0001-89	S.A.	[Sociedade Intermediária – a confirmar]	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	100,00
Centro Pernambucano de Oncologia S.A.	35.330.497/0001-90	S.A.	[Sociedade Intermediária – a confirmar]	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	100,00
Imunomed Clínica de Infusão e Especialidades S.A.	39.387.477/0001-07	S.A.	[Sociedade Intermediária – a confirmar]	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	100,00
Instituto de Radioterapia Vitória S.A.	05.816.963/0001-81	S.A.	[Sociedade Intermediária – a confirmar]	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	100,00

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 65

Sociedade Emissora	**CNPJ/MF**	**Tipo**	**Titular (Alienante Fiduciante)**	**Quantidade / espécie / classe**	**% capital social total e votante alienado pelo Alienante Fiduciante**
Clínica de Radioterapia e Quimioterapia de Presidente Prudente S.A.	15.420.245/0001-45	S.A.	[Sociedade Intermediária – a confirmar]	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	100,00
Neon – Núcleo Especializado em Oncologia S.A.	04.786.490/0001-54	S.A.	[Sociedade Intermediária – a confirmar]	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	100,00
SF 217 Participações Societárias Ltda.	37.669.216/0001-54	Ltda.	[Sociedade Intermediária – a confirmar]	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	100,00
Oncologia Manaus S.A.	39.524.542/0001-07	S.A.	[Sociedade Intermediária – a confirmar]	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	100,00

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 67

ANEXO II
DESCRIÇÃO DAS OBRIGAÇÕES GARANTIDAS

Para fins do artigo 1.362 do Código Civil, do artigo 66-B, §4º, da Lei nº 4.728 e do artigo 18 da Lei nº 9.514:

(a) **Título:** Debêntures Modalidade 1 – debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, [para colocação privada], emitidas pela Oncoclínicas em [•] séries, uma para cada Credor Apoiador Modalidade 1 (Cláusula 7.1.1 do Plano);

(b) **Valor total da emissão:** R$ [•], correspondente ao saldo devedor dos Créditos Abrangidos dos Credores Apoiadores Modalidade 1 na data de emissão, ajustado pela variação acumulada do IPCA/IBGE, acrescida de juros remuneratórios de 6% (seis por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, incidentes entre a Data do Pedido e a data de emissão (Cláusula 7.1.1 do Plano);

(c) **Atualização monetária:** variação do IPCA/IBGE desde a Data do Pedido, incorporada ao saldo devedor e paga junto das amortizações semestrais;

(d) **Juros remuneratórios:** 6,0% (seis por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, sobre o saldo devedor atualizado, capitalizados desde a Data do Pedido e pagos semestralmente no último Dia Útil do mês de vencimento, com a primeira parcela em dezembro de 2027, observado o Período de Carência Modalidade 1;

(e) **Amortização:** 11 (onze) parcelas semestrais e sucessivas, com vencimento no último Dia Útil de cada mês abaixo indicado, calculadas sobre o saldo devedor apurado em 31 de dezembro de 2027, incluindo os juros capitalizados durante o Período de Carência Modalidade 1: dez/2027 – 10,0%; jul/2028 – 10,0%; dez/2028 – 15,0%; jul/2029 – 11,5%; dez/2029 – 5,5%; jul/2030 – 6,0%; dez/2030 – 6,0%; jul/2031 – 8,0%; dez/2031 – 11,5%; jul/2032 – 11,5%; dez/2032 – 5,0% (total: 100,0%) (Cláusula 7.1.1, item "(ii)", do Plano);

(f) **Vencimento final:** último Dia Útil de dezembro de 2032;

(g) **Amortizações antecipadas obrigatórias:** Cash Sweep (70% do Excedente de Caixa Mínimo até a quitação – Cláusula 9.1 do Plano), Venda de Ativos Core (70% dos recursos líquidos e, quando decorrentes das ações ou quotas objeto da Alienação Fiduciária, de ativos das respectivas sociedades ou dos Créditos de Regresso, a integralidade dos recursos líquidos – Cláusula 9.2 do Plano), Venda de Ativos Não Core (saldo dos recursos líquidos remanescente após a recomposição do Caixa Mínimo – Cláusula 9.3 do Plano), Pagamento Equivalente (Cláusula 4.5.3.1 do Plano) e Acelerador de Amortização (2,5%

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 68

do volume de crédito de cada operação de Créditos Novos 90 Dias, por série – item "(vi)" da Cláusula 7.1.1 do Plano);

(h) **Encargos moratórios:** [multa de 2% e juros de mora de 1% ao mês], nos termos da Escritura de Emissão;

(i) **Demais garantias:** Cessão Fiduciária Direito de Regresso.

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 69

ANEXO III

TEXTO DE AVERBAÇÃO NOS LIVROS SOCIETÁRIOS E CONTRATOS SOCIAIS

“Todas as [ações/quotas] de emissão de [SOCIEDADE EMISSORA] de titularidade de [ALIENANTE FIDUCIANTE], representativas de [•]% do capital social total e votante, bem como os respectivos dividendos, lucros, juros sobre capital próprio, bonificações, direitos de subscrição e demais direitos e frutos, encontram-se alienadas fiduciariamente a [AGENTE FIDUCIÁRIO], na qualidade de agente fiduciário, representando a comunhão dos titulares das Debêntures Modalidade 1 emitidas pela Oncoclínicas do Brasil Serviços Médicos S.A., nos termos do Instrumento Particular de Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Quotas em Garantia e Outras Avenças datado de [•] de [•] de 2026, arquivado na sede da sociedade, estando sujeitas a restrições de transferência, oneração e exercício do direito de voto nele previstas."

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 70

ANEXO IV
MODELO DE PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento, [ALIENANTE FIDUCIANTE / SOCIEDADE EMISSORA], [qualificação] ("Outorgante"), nomeia e constitui, em caráter irrevogável e irretratável, nos termos dos artigos 653, 684 e 685 do Código Civil, [AGENTE FIDUCIÁRIO], [qualificação] ("Outorgado"), na qualidade de agente fiduciário dos titulares das Debêntures Modalidade 1, seu bastante procurador, no âmbito do Instrumento Particular de Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Quotas em Garantia e Outras Avenças datado de [•] ("Contrato"), com poderes para: (i) tomar todas e quaisquer providências e firmar quaisquer instrumentos necessários ao exercício dos direitos previstos no Contrato, inclusive, mas sem se limitar, eventuais aditamentos, requerimentos e documentos que se façam necessários, e promover registros, averbações e arquivamentos necessários à constituição, aperfeiçoamento e preservação da Alienação Fiduciária, inclusive nos livros societários, e representar o Outorgante na República Federativa do Brasil, em juízo ou fora dele, perante terceiros, todas e quaisquer agências ou autoridades federais, estaduais ou municipais, em todas as suas respectivas divisões e departamentos, incluindo, entre outras, Cartórios de Registro de Títulos e Documentos competentes, Cartórios de Registro de Imóveis competentes, Cartórios de Protesto, Juntas Comerciais, escrituradores, Bolsa de Valores, Comissão de Valores Mobiliários, Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, bancos, incluindo o Banco Central do Brasil, e quaisquer outros terceiros; e (ii) na hipótese de inadimplemento das Obrigações Garantidas ou na hipótese de Vencimento Antecipado, conforme aplicável: (a) exercer o direito de voto inerente às Ações e Quotas Alienadas Fiduciariamente, comparecer a assembleias gerais e reuniões de sócios, eleger e destituir administradores; (b) receber os Rendimentos; (c) receber, resgatar, alienar, ceder ou transferir, parte ou a totalidade dos Bens Alienados Fiduciariamente, bem como transferir os recursos depositados na Conta Vinculada, ou concordar com a venda ou cessão dos Bens Alienados Fiduciariamente, no todo ou em parte, mediante venda, cessão, transferência ou negociação privada ou em hasta pública, judicial ou extrajudicialmente, conforme o caso; (d) negociar preço e condições, firmar contratos ou instrumentos de transferência, termos de transferência e alterações contratuais, transferir posse e domínio, firmar os recibos correspondentes e dar quitação; (e) alocar os recursos apurados com a venda ou cessão dos Bens Alienados Fiduciariamente e os recursos depositados na Conta Vinculada para amortização ou liquidação das Obrigações Garantidas; (f) requerer todas e quaisquer aprovações prévias ou consentimentos que possam ser necessários para a transferência dos Bens Alienados Fiduciariamente e dos direitos creditórios a terceiros; e (g) substabelecer os poderes aqui conferidos, no todo ou em parte, com reserva de iguais poderes. Os termos iniciados em letras maiúsculas e não definidos nesta procuração terão o significado a eles atribuído no Contrato, e os poderes ora outorgados serão exercidos nos limites nele estabelecidos. Esta procuração é outorgada como condição do

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 71

Contrato, sendo irrevogável e válida até a quitação integral das Obrigações Garantidas. [Local], [data]. [Assinatura].

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 72

ANEXO V
APROVAÇÕES SOCIETÁRIAS

[Relacionar: (i) reunião do Conselho de Administração da Oncoclínicas realizada em [•], que aprovou a emissão das Debêntures Modalidade 1 e a outorga da Alienação Fiduciária, nos termos do estatuto social; (ii) deliberações/reuniões de sócios de cada Alienante Fiduciante; e (iii) deliberações de cada Sociedade Emissora (inclusive anuência dos sócios minoritários das Sociedades Emissoras limitadas e renúncia aos direitos de preferência).]

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 73

ANEXO VI
MODELO DE TERMO DE LIBERAÇÃO

[AGENTE FIDUCIÁRIO], na qualidade de agente fiduciário dos titulares das Debêntures Modalidade 1, declara que as Obrigações Garantidas pelo Instrumento Particular de Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Quotas em Garantia e Outras Avenças datado de [•], registrado sob os nºs [•] nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos de [•], foram integralmente quitadas, ficando liberada a Alienação Fiduciária e autorizado o cancelamento das respectivas averbações e registros, sem prejuízo do disposto na Cláusula 10.10 do Contrato.

[Local], [data]. [Assinatura].

MINUTA PARA DISCUSSÃO
SUJEITA A REVISÕES

ANEXO E

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE AÇÕES E QUOTAS EM GARANTIA E OUTRAS AVENÇAS SOB CONDIÇÃO SUSPENSIVA

Pelo presente "Instrumento Particular de Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Quotas em Garantia e Outras Avenças sob Condição Suspensiva" ("Contrato"), as partes abaixo qualificadas:

Como alienante fiduciante ("Alienantes Fiduciantes" e, individual e indistintamente, "Alienante Fiduciante"):

(1) ONCOCLÍNICAS DO BRASIL SERVIÇOS MÉDICOS S.A., companhia aberta, com sede na cidade de São Paulo, São Paulo, na Rua Augusta, 1562, 11º e 12º andares, Consolação, CEP 01304-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 12.104.241/0004-02, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial de São Paulo sob o NIRE 35.300.493.699, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Oncoclínicas");

(2) [*incluir a razão social e a qualificação de todas as titulares de Participações Indiretas*], neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(3) [*incluir a razão social e a qualificação de todas as titulares de Participações Indiretas*], (em conjunto com [•], "Sociedades Intermediárias");

como credor fiduciário, na qualidade de (i) agente fiduciário, representando a comunhão dos titulares da Série A das Debêntures da Opção A (conforme definido no Plano); e (ii) agente de garantia dos Credores Abrangidos que tenham eleito a Opção B (ou da NewCo, conforme o caso) ("Credores Opção B" e, em conjunto com os titulares da Série A das Debêntures da Opção A, "Debenturistas"), exclusivamente quanto à parcela correspondente a 70% (setenta por cento) do Valor do Pagamento por Não Conversão ("Credor Fiduciário"):

[AGENTE FIDUCIÁRIO DAS DEBÊNTURES DA OPÇÃO A], sociedade [•], com sede [•], inscrita no CNPJ/MF sob o nº [•], neste ato representada na forma de seus atos constitutivos, nomeada agente fiduciário das Debêntures da Opção A nos termos da Escritura de Emissão ("Agente Fiduciário Opção A"); e

[AGENTE FIDUCIÁRIO DAS DEBÊNTURES DA OPÇÃO B], sociedade [•], com sede [•], inscrita no CNPJ/MF sob o nº [•], neste ato representada na forma de seus atos constitutivos, nomeada agente fiduciário das Debêntures da Opção B nos termos da Escritura de Emissão ("Agente Fiduciário Opção B").

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 76

e, como intervenientes-anuentes ("Sociedades Emissoras" ou, individual e indistintamente, "Sociedade Emissora"):

(1) ONCOBIO SERVIÇOS DE SAÚDE S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de Nova Lima, Minas Gerais, na Rua da Paisagem, nº 310, Lotes 21 e 22, Vila da Serra, CEP 34006-059, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 26.645.426/0001-96, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(2) ONCOCENTRO IMAGEM E SERVIÇOS MÉDICOS LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, na Rua dos Otoni, nº 742, Santa Efigênia, CEP 30150-274, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.622.395/0001-67, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(3) TALASSA ONCOLOGIA E PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de Florianópolis, Santa Catarina, na Rua Santos Dumont, nº 182, 4º andar, salas 401 a 406, e 10º andar, sala 1001, Centro, CEP 88015-020, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 37.184.687/0001-72, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(4) TALIA PARTICIPAÇÕES LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, na Rua dos Otoni, nº 742, 8º andar, sala 807, Santa Efigênia, CEP 30150-274, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 37.138.913/0001-89, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(5) ONCOHEMATOLOGIA PARTICIPAÇÕES LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, na Rua dos Otoni, nº 742, sala 908, Santa Efigênia, CEP 30150-274, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 26.193.072/0001-96, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(6) ONCOLOGIA PARTICIPAÇÕES LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, na Rua dos Otoni, nº 742, sala 801, Santa Efigênia, CEP 30150-274, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 21.592.249/0001-03, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(7) PONTUS PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, na Avenida Barbacena, nº 472, sala 1101, Barro Preto, CEP 30190-130, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.945.627/0001-10, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(8) ONCOPAR SUL EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, na Rua dos Otoni, nº 742, 8º andar, sala 803, Santa Efigênia, CEP 30150-274, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 21.236.729/0001-31, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(9) CENTRO PAULISTA DE ONCOLOGIA S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de São Paulo, São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4.300, 10º andar, Escritório Corporativo 10, Itaim Bibi, CEP 04538-132, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 52.164.662/0001-09, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(10) RADIOTERAPIA ONCOCLÍNICAS RIBEIRÃO PRETO LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Ribeirão Preto, São Paulo, na Avenida Independência, nº 2.276, Lote 06, Quadra 73, Alto da Boa Vista, CEP 14025-230, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 26.843.026/0001-95, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(11) RADIOTERAPIA ONCOCLÍNICAS SÃO PAULO LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de São Paulo, São Paulo, na Rua Martiniano de Carvalho, nº 965, Subsolo 4, Bela Vista, CEP 01321-001, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 26.842.646/0001-00, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(12) CENTRAL DE GESTÃO E SAÚDE LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Ribeirão Preto, São Paulo, na Rua Ayrton Roxo, nº 571, Sala 01, térreo, Alto da Boa Vista, CEP 14025-270, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.375.498/0001-35, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(13) RADIOTERAPIA ONCOCLÍNICAS SALVADOR LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Salvador, Bahia, na Rua Baependi, nº 151, Ondina, CEP 40170-070, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 16.423.011/0001-14, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(14) ONCOCLÍNICAS SALVADOR S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de Salvador, Bahia, na Praça Conselheiro Almeida Couto, nº 500, Nazaré, CEP 40050-410, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 16.433.593/0001-10, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(15) CENTRO MINEIRO DE INFUSÕES S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, na Rua dos Otoni, nº 742, 8º andar, sala 802, Santa Efigênia, CEP 30150-274, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.347.387/0001-24, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(16) NAVARRA RJ SERVIÇOS ONCOLÓGICOS S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de Niterói, Rio de Janeiro, na Estrada Francisco da Cruz Nunes, nº 5.599, parte, Itaipu, CEP 24340-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.495.365/0001-93, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(17) ONCOCLÍNICAS PARTICIPAÇÕES RJ ES LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 300, sala 401, Botafogo, CEP 22250-945, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 34.102.105/0001-73, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(18) ONCOCLÍNICA – CENTRO DE TRATAMENTO ONCOLÓGICO S.A., sociedade por ações, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, na Rua Nascimento Silva, nº 88, Ipanema, CEP 22421-022, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 72.101.124/0001-74, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(19) UNITY PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade por ações, com sede em Brasília, Distrito Federal, no SAUS, Quadra 4, Bloco A, salas 721 a 728, Asa Sul, CEP 70070-040, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 30.986.413/0001-58, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(20) HEMATOLÓGICA – CLÍNICA DE HEMATOLOGIA S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, na Rua Paraíba, nº 330, andar 1, andar 2 parte 1 e andar 3 parte 1, Funcionários, CEP 30130-917, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.410.960/0001-20, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(21) NÚCLEO DE ONCOLOGIA DA BAHIA S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de Salvador, Bahia, na Avenida Milton Santos, nº 123, Edifício Gildete Lessa, Ondina, CEP 40170-110, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 41.980.319/0001-08, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(22) RADIOTERAPIA ONCOCLÍNICAS RECIFE S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de Recife, Pernambuco, na Avenida Conselheiro Aguiar, nº 2.356, Boa Viagem, CEP 51020-020, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 28.043.406/0001-70, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(23) RADIOTERAPIA BOTAFOGO S.A., sociedade por ações, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, na Rua Marechal Niemeyer, nº 16, Botafogo, CEP 22251-060, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 40.447.278/0001-26, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 79

(24) INSTITUTO ONCOLÓGICO DE RIBEIRÃO PRETO S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de Ribeirão Preto, São Paulo, na Rua Ayrton Roxo, nº 571, Alto da Boa Vista, CEP 14025-270, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 57.723.280/0001-83, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(25) ONCO VIDA INSTITUTO ESPECIALIZADO DE ONCOLOGIA S.A., sociedade por ações, com sede em Brasília, Distrito Federal, na Quadra SGA/Sul 915, s/n, Conjunto O, Sala 01, Edifício Advance 2, Asa Sul, CEP 70390-150, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.682.668/0001-29, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(26) ALIANÇA INSTITUTO DE ONCOLOGIA S.A., sociedade por ações, com sede em Brasília, Distrito Federal, na Quadra QS 3, Lotes 03, 05 e 07, Loja 21, Edifício Pátio Capital, Areal (Águas Claras), CEP 71953-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.104.513/0001-17, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(27) LOCUS – ANATOMIA PATOLÓGICA E CITOLOGIA LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de São Paulo, São Paulo, na Rua Natividade, nº 139, Vila Madalena, CEP 05443-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 69.287.381/0001-38, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(28) CENTRO BRASILEIRO DE RADIOTERAPIA ONCOLOGIA E MASTOLOGIA CEBROM LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Goiânia, Goiás, na Avenida Quinta Avenida, nº 180, Setor Leste Universitário, CEP 74605-040, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.754.174/0001-40, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(29) CTR – CENTRO DE TRATAMENTO RADIOTERÁPICO LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Goiânia, Goiás, na Rua T-55, nº 741, Setor Bueno, CEP 74215-170, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.426.304/0001-31, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(30) CTR – CENTRO DE TRATAMENTO RADIOTERÁPICO DE ANÁPOLIS LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Anápolis, Goiás, na Rua Eduardo Carlos Pereira Magalhães, nº 45, Quadra 11, Lote 1, Cidade Universitária, CEP 75074-830, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.264.130/0001-37, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(31) ANDRÔMEDA PARTICIPAÇÕES LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de São Paulo, São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 510, 2º andar, Vila Nova Conceição, CEP 04543-906, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.012.379/0001-05, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(32) COTE – CENTRO ONCOLÓGICO E TRATAMENTOS ESPECIAIS LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, na Avenida Ayrton Senna, nº 2.500, Bloco 3, Lojas 101 a 107, Barra da Tijuca, CEP 22775-003, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 46.902.754/0001-38, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(33) AIO – INSTITUTO DO CÂNCER DE BRASÍLIA LTDA., sociedade empresária limitada, com sede em Brasília, Distrito Federal, na QS 3 EPCT, Lotes 3, 5, 7 e 9, Loja 01, Parte A, Areal (Águas Claras), CEP 71953-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.859.927/0001-06, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(34) CETTRO – CENTRO DE TRATAMENTO ONCOLÓGICO LTDA., sociedade empresária limitada, com sede em Brasília, Distrito Federal, no SMH Norte, Quadra 2, Bloco A, Consultórios 1201 a 1214, Asa Norte, CEP 70710-100, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.520.237/0001-01, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(35) NÚCLEO DE HEMATOLOGIA E TRANSPLANTE DE MEDULA ÓSSEA DE MINAS GERAIS LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Contagem, Minas Gerais, na Avenida João César de Oliveira, nº 5.757, Loja 12, Térreo, Beatriz, CEP 32040-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.623.693/0001-02, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(36) IDENGENE MEDICINA DIAGNÓSTICA S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de São Paulo, São Paulo, na Rua Natividade, nº 139, Vila Nova Conceição, CEP 04513-020, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 21.875.615/0001-31, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(37) RADIOGROUP PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, na Rua dos Otoni, nº 742, Sala 805, 8º andar, Santa Efigênia, CEP 30150-274, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.122.507/0001-46, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(38) RADIOCARE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, na Avenida do Contorno, nº 9.530, Setor de Radioterapia, Barro Preto, CEP 30110-934, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.796.772/0001-20, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(39) CENTRO DE TRATAMENTO EM RADIOTERAPIA LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Betim, Minas Gerais, na Rua Vinte, nº 90, Térreo, Jardim Brasília, CEP 32671-550, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.484.464/0001-71, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 81

(40) CQAI PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, na Avenida Antônio Carlos, nº 1.694, Cachoeirinha, CEP 31210-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 16.687.758/0001-80, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(41) COT – CENTRO ONCOLÓGICO DO TRIÂNGULO S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de Uberlândia, Minas Gerais, na Avenida Anselmo Alves dos Santos, nº 900, 1º andar, subsolo ala 1, Térreo, Santa Mônica, CEP 38408-150, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.732.168/0001-17, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(42) COT – RADIOTERAPIA LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Uberlândia, Minas Gerais, na Avenida Anselmo Alves dos Santos, nº 900, subsolo ala 2, Santa Mônica, CEP 38408-150, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.330.855/0001-55, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(43) ONCOCENTRO UBERLÂNDIA S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de Uberlândia, Minas Gerais, na Avenida Afonso Pena, nº 1.609, Nossa Senhora Aparecida, CEP 38400-706, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.138.676/0001-13, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(44) IHOC – INSTITUTO DE HEMATOLOGIA E ONCOLOGIA CURITIBA – CLÍNICA MÉDICA S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de Curitiba, Paraná, na Rua Fagundes Varela, nº 1.785, Bacacheri, CEP 82520-040, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.850.913/0001-95, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(45) CENTRO DE QUIMIOTERAPIA ONCOCLÍNICAS S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, na Rua Tobias da Silva, nº 126, Moinhos de Vento, CEP 90570-020, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 95.179.461/0004-22, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(46) ONCOCLÍNICAS CANOAS CLÍNICA DE ONCOLOGIA LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Canoas, Rio Grande do Sul, na Rua Doutor Barcelos, nº 1.135, Centro, CEP 92310-200, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.968.057/0001-90, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(47) PRO-ONCO CENTRO DE TRATAMENTO ONCOLÓGICO S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de Londrina, Paraná, na Avenida Adhemar Pereira de Barros, nº 679, Jardim Bela Suíça, CEP 86050-190, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 73.863.342/0001-09, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(48) CPO – CENTRO PARAIBANO DE ONCOLOGIA S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de João Pessoa, Paraíba, na Avenida Mato Grosso, nº 183, 1º andar, salas 200 e 316, Estados, CEP 58030-080, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.510.778/0001-90, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(49) NOS – NÚCLEO DE ONCOLOGIA DE SERGIPE S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de Aracaju, Sergipe, na Avenida Deputado Pedro Valadares, nº 550, Grageru, CEP 49025-090, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.282.163/0001-93, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(50) MULTIHEMO SERVIÇOS MÉDICOS S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de Recife, Pernambuco, na Rua Senador José Henrique, nº 231, 29º e 30º andares, salas 2901 a 2906 e 3001 a 3006, Ilha do Leite, CEP 50070-460, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.559.174/0001-87, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(51) ONCO CLÍNICA RECIFE LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Recife, Pernambuco, na Rua Senador José Henrique, nº 231, 29º e 30º andares, salas 2901 a 2906 e 3001 a 3006, Ilha do Leite, CEP 50070-460, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.018.718/0001-30, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(52) CECON – CENTRO CAPIXABA DE ONCOLOGIA S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de Vitória, Espírito Santo, na Rua Manoel Feu Subtil, nº 120, salas 201 e 203, Enseada do Suá, CEP 29050-400, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 39.315.171/0001-45, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(53) ONCOCLÍNICAS RIO DE JANEIRO S.A., sociedade por ações, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 300, Botafogo, CEP 22250-040, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.717.088/0001-67, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(54) HOSPITAL DE ONCOLOGIA DO MÉIER S.A., sociedade por ações, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, na Rua Aristides Caire, nº 27, Méier, CEP 20775-090, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.633.141/0001-09, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(55) IRA – INSTITUTO ROBERTO ALVARENGA LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, na Rua Paraíba, nº 330, Funcionários, CEP 30130-917, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.271.874/0001-49, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(56) INSTITUTO MATERNO INFANTIL DE MINAS GERAIS S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de Nova Lima, Minas Gerais, na Alameda Oscar Niemeyer, nº 499, Vila da Serra, CEP 34006-056, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.067.064/0001-72, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(57) CAM – CLÍNICA DE ASSISTÊNCIA À MULHER LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Salvador, Bahia, na Rua Cláudio Manoel da Costa, nº 58, Canela, CEP 40110-180, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.526.487/0001-55, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(58) CLION – CLÍNICA DE ONCOLOGIA LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Salvador, Bahia, na Avenida Oceânica, nº 3.975, Loja 02, Ondina, CEP 40170-010, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.501.218/0001-71, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(59) GMN – GRUPO DE MEDICINA NUCLEAR LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Salvador, Bahia, na Avenida Antonio Carlos Magalhães, nº 237, 3º andar, Pituba, CEP 41825-000 , inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.821.603/0001-05, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(60) OSTEO – CENTRO DE DIAGNÓSTICO DA OSTEOPOROSE LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Salvador, Bahia, na Avenida Antonio Carlos Magalhães, nº 237, Salas 601 a 608, 6º andar, Itaigara, CEP 41825-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 40.594.293/0001-05, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(61) MICROIMAGEM LABORATÓRIO DE ANATOMIA PATOLÓGICA E CITOPATOLOGIA LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, na Rua Siqueira Campos, nº 93, salas 701 a 706, 804 a 806 e 901 a 906, Copacabana, CEP 22031-071, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.222.442/0001-82, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(62) CEMISE – CENTRO DE MEDICINA INTEGRADA DE SERGIPE LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Aracaju, Sergipe, na Rua Construtor João Alves, nº 228, Salgado Filho, CEP 49020-365, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 16.456.022/0001-09, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(63) CEMISE – RESSONÂNCIA MAGNÉTICA E TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Aracaju, Sergipe, na Rua Doutor Moacyr

Rabelo Leite, nº 138, Treze de Julho, CEP 49020-285, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 32.804.353/0001-30, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(64) BRASIL MEMORIAL HOLDING S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de Salvador, Bahia, na Rua Altino Serbeto de Barros, nº 119, Centro Médico Linus Pauling, 5º andar, sala 504, Pituba, CEP 41830-907, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 29.959.585/0001-53, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(65) ITAIGARA MEMORIAL HOSPITAL DIA LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Salvador, Bahia, na Rua Altino Serbeto de Barros, nº 119, Pituba, CEP 41830-907, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.519.101/0001-36, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(66) SALVADOR MEMORIAL EMPREENDIMENTOS MÉDICOS LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Salvador, Bahia, na Rua Altino Serbeto de Barros, nº 241, Lojas 3 e 4, Pituba, CEP 41830-908, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 63.225.882/0001-03, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(67) MASTO – CLÍNICA DE MASTOLOGIA DA BAHIA S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de Salvador, Bahia, na Avenida Oceânica, nº 3.975, Edifício Enseada Empresarial, Sala 101, Rio Vermelho, CEP 41950-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 34.434.217/0001-21, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(68) UNIDADE DE ONCOLOGIA CLÍNICA E PEDIÁTRICA LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de São Paulo, São Paulo, na Avenida Nove de Julho, nº 4.275, Jardim Paulista, CEP 01407-100, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 57.394.710/0001-60, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(69) INSTITUTO PAULISTA DE ONCOLOGIA E CUIDADOS PALIATIVOS LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de São Paulo, São Paulo, na Avenida Ministro Gabriel de Rezende Passos, nº 500, 13º andar, conjunto 1.316, Indianópolis, CEP 04521-020, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.863.591/0001-19, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(70) CLÍNICA OAL SP DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de São Paulo, São Paulo, na Avenida Ministro Gabriel de Rezende Passos, nº 500, conjuntos 1003, 1004, 1316 e 1317, Moema, CEP 04521-022, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.127.332/0001-06, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(71) **ULTRAIMAGEM LTDA.**, sociedade empresária limitada, com sede em Teresina, Piauí, na Rua Gardênia, nº 710, Salas 501 a 510, Jóquei Club, CEP 64049-200, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.544.698/0001-60, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(72) **CLÍNICA RESSONANCE S.A.**, sociedade por ações, com sede em Brasília, Distrito Federal, no SHI/Sul QI 11, Bloco M, s/n, Lojas 13, 14, 15 e 16, Setor de Habitações Individuais Sul, CEP 71625-620, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.429.182/0001-37, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(73) **GIORDANI CAMICIA SERVIÇOS MÉDICOS LTDA.**, sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Uruguaiana, Rio Grande do Sul, na Rua Treze de Maio, nº 2.506, Nova Esperança, CEP 97503-284, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 45.595.483/0001-52, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(74) **INSTITUTO DE ONCOLOGIA KAPLAN S.A.**, sociedade por ações, com sede na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, na Rua Olavo Bilac, nº 805, Azenha, CEP 90040-310, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 94.831.294/0001-47, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(75) **ONCO & HEMATO SERVIÇOS MÉDICOS S.A.**, sociedade por ações, com sede na cidade de Serra, Espírito Santo, na Avenida Eldes Scherrer Souza, nº 508, sala 201, Civit II, CEP 29168-060, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.420.861/0001-91, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(76) **SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÉDICO E DIAGNÓSTICO LTDA.**, sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Manaus, Amazonas, na Rua Belém, n° 545, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.668.636/0001-60, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(77) **AIO – INSTITUTO DE CÂNCER DE MANAUS LTDA.**, sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Manaus, Amazonas, na Avenida Djalma Batista, nº 1.661, Sala G-3, Millenium Center, Edifício Medical Tower, Chapada, CEP 69050-970, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 31.107.333/0001-48, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(78) **CORP CENTRO DE ONCOLOGIA DE RIO PRETO S.A.**, sociedade por ações, com sede na cidade de São José do Rio Preto, São Paulo, na Rua Doutor Presciliano Pinto, nº 1.118, Boa Vista, CEP 15025-100, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.576.443/0001-89, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(79) **CENTRO PERNAMBUCANO DE ONCOLOGIA S.A.**, sociedade por ações, com sede na cidade de Recife, Pernambuco, na Rua José de Alencar, nº 871, Boa Vista, CEP 50070-030, inscrita

no CNPJ/MF sob o nº 35.330.497/0001-90, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(80) IMUNOMED CLÍNICA DE INFUSÃO E ESPECIALIDADES S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de Vitória, Espírito Santo, na Rua Constante Sodré, nº 750, Praia do Canto, CEP 29056-310, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 39.387.477/0001-07, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(81) INSTITUTO DE RADIOTERAPIA VITÓRIA S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de Serra, Espírito Santo, na Rodovia Governador Mário Covas, nº 591, Anexo Vitória Apart Hospital, Setor Radioterapia, Boa Vista II, CEP 29161-001, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.816.963/0001-81, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(82) CLÍNICA DE RADIOTERAPIA E QUIMIOTERAPIA DE PRESIDENTE PRUDENTE S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de Presidente Prudente, São Paulo, na Rua Antônio de Souza Costa, nº 614, Jardim Rio 400, CEP 19053-240, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.420.245/0001-45, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(83) NEON – NÚCLEO ESPECIALIZADO EM ONCOLOGIA S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de Vitória, Espírito Santo, na Rua Doutor Jairo de Matos Pereira, nº 599, Praia do Canto, CEP 29055-230, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.786.490/0001-54, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(84) SF 217 PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de São Paulo, São Paulo, na Rua Cardeal Arcoverde, nº 2.365, conjuntos 11 e 13, Pinheiros, CEP 05407-003, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 37.669.216/0001-54, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(85) ONCOLOGIA MANAUS S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de Manaus, Amazonas, na Rua Belém, nº 545, sala 2, Adrianópolis, CEP 69057-030, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 39.524.542/0001-07, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(86) CTC ONCOLOGIA S.A., sociedade por ações, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, na Avenida Ayrton Senna, nº 2.550, parte, Barra da Tijuca, CEP 22775-003, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 37.217.968/0001-84, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(87) CENTRO DE EXCELÊNCIA DE RADIOTERAPIA DO RIO DE JANEIRO S.A., sociedade por ações, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, na Rua do Bispo, nº 18, Rio

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 87

Comprido, CEP 20261-064, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 26.094.893/0001-75, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

Os Alienantes Fiduciantes, o Credor Fiduciário, o Agente Fiduciário e as Sociedades Emissoras doravante denominados, em conjunto, "Partes" e, individual e indistintamente, "Parte".

CONSIDERANDO QUE:

i) em 13 de julho de 2026, a Oncoclínicas e determinadas sociedades de seu grupo econômico ("Recuperandas") ajuizaram pedido de recuperação extrajudicial, autuado sob o nº 4126842-40.2026.8.26.0100 ("Recuperação Extrajudicial"), em trâmite perante a 3ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central Cível da Comarca de São Paulo, SP ("Juízo da Recuperação Extrajudicial");

ii) em [•], as Recuperandas submeteram à homologação judicial o Plano de Recuperação Extrajudicial ("Plano"), o qual prevê, em sua Cláusula 6.2, que os Créditos Abrangidos que escolherem expressamente a Opção A de pagamento terão seus Créditos Abrangidos pagos mediante a emissão de novas debêntures pela Oncoclínicas e/ou o aditamento da escritura de emissão existente, conforme instrumento aplicável ("Escritura de Emissão"), divididas em duas séries, sendo: (i) 70% (setenta por cento) do valor do respectivo Crédito Abrangido alocado à Série A; e (ii) 30% (trinta por cento) do valor do respectivo Crédito Abrangido alocado à Série B (em conjunto, as "Debêntures da Opção A");

iii) o Plano prevê ainda, no item "(x)" da Cláusula 6.2.1 e na Cláusula 1.2.4, que a Série A será garantida pela alienação fiduciária irrevogável e irretratável, pela Oncoclínicas e pelas Controladas titulares (conforme definido no Plano), das mesmas ações, quotas e demais participações societárias objeto da Alienação Fiduciária Modalidade 1 (conforme definido abaixo), inclusive as que venham a integrá-la, cuja eficácia fica subordinada, nos termos dos artigos 121 e 125 do Código Civil, à condição suspensiva consistente na quitação integral das obrigações garantidas pela Alienação Fiduciária Modalidade 1 e na consequente extinção desta;

iv) nos termos da Cláusula 6.3.6.2.2, item "(ii)", do Plano, a parcela correspondente a 70% (setenta por cento) do Valor do Pagamento por Não Conversão devida aos Credores Abrangidos que tenham eleito a Opção B será garantida pela mesma alienação fiduciária que garante a Série A, em igualdade de grau, pari passu e sem preferência entre si, inclusive quanto ao produto de eventual excussão;

v) o Plano prevê, em sua Cláusula 7.1.1, que os Créditos Abrangidos detidos pelos Credores Apoiadores Modalidade 1 serão satisfeitos mediante a subscrição e integralização de

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 88

debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, [para colocação privada], emitidas pela Oncoclínicas em tantas séries quantos forem os Credores Apoiadores Modalidade 1 ("Debêntures Modalidade 1"), nos termos do "[Instrumento Particular de Escritura da [•]ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em [•] Séries, para Colocação Privada, da Oncoclínicas do Brasil Serviços Médicos S.A.]" ("Escritura de Emissão Modalidade 1"), garantidas, nos termos do item "(iv)" da Cláusula 7.1.1 e da Cláusula 1.2.3 do Plano, pela alienação fiduciária, em primeiro grau e com exclusividade, da totalidade das ações de emissão das sociedades por ações e das quotas das sociedades limitadas, bem como de quaisquer outras participações societárias, nas quais a Oncoclínicas detenha, direta ou indiretamente, participação societária na data da Homologação do Plano ou a qualquer tempo enquanto vigente a garantia;

vi) em [•], os Alienantes Fiduciantes, a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários e as Sociedades Emissoras celebraram o "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações e Quotas Em Garantia e Outras Avenças" ("Alienação Fiduciária Modalidade 1"), por meio do qual, em garantia do fiel, integral e pontual cumprimento de todas as obrigações, principais e acessórias, presentes e/ou futuras, decorrentes das Debêntures Modalidade 1 ("Obrigações Garantidas Debêntures Modalidade 1"), os Alienantes Fiduciantes alienaram fiduciariamente, em favor do Agente Fiduciário Modalidade 1, os Bens Alienados Fiduciariamente (conforme adiante definido), sendo certo que, nos termos das Cláusulas 1.2.3, 1.2.4, 6.2.1(x), 6.3.6.2.2(ii), 7.1.4(ii) e 7.1.4.1 do Plano e das Cláusulas [9.8 e 9.9] da Alienação Fiduciária Modalidade 1, os Credores Apoiadores Modalidade 1 reconheceram e anuíram com a constituição da presente garantia, subordinada à Alienação Fiduciária Modalidade 1;

vii) nos termos da Cláusula 8.1.3 do Plano, a emissão, a subscrição e a integralização da Série A das Debêntures da Opção A estão condicionadas à prévia ou concomitante celebração deste Contrato;

viii) em [•], o Juízo da Recuperação Extrajudicial homologou o Plano ("Homologação do Plano");

ix) em [•], cada Credor Abrangido titular da Série A das Debêntures da Opção A e cada Credor Abrangido titular de Debêntures da Opção B, nos termos da Cláusula 6.1 do Plano, mediante Termo de Eleição;

x) em [•], por meio da Escritura de Emissão, as Debêntures da Opção A foram emitidas pela Oncoclínicas, nos termos das Cláusulas 6.2 e 8.1 do Plano, e serão subscritas pelos

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 89

Credores Abrangidos que tenham eleito a Opção A, nos termos da Cláusula 6.2 e 8.4 do Plano;

xi) os Alienantes Fiduciantes são os únicos e legítimos titulares das Ações e Quotas Alienadas Fiduciariamente (conforme abaixo definidas), e a Oncoclínicas detém, direta ou indiretamente, participação societária em cada uma das Sociedades Emissoras, conforme listadas no **Anexo I**;

xii) os órgãos societários competentes de cada Alienante Fiduciante e de cada Sociedade Emissora aprovaram, conforme aplicável, a outorga da presente garantia e a celebração deste Contrato, nos termos das deliberações listadas no **Anexo V** ("Aprovações Societárias"); e

xiii) observada a Condição Suspensiva, os Alienantes Fiduciantes desejam alienar fiduciariamente ao Credor Fiduciário, em garantia do fiel, pontual e integral cumprimento das Obrigações Garantidas (conforme definido abaixo), os Bens Alienados Fiduciariamente, nos termos deste Contrato e do Plano, e as Sociedades Emissoras desejam anuir com tal alienação e assumir as obrigações previstas neste Contrato.

RESOLVEM, de mútuo e comum acordo, celebrar o presente Contrato, o qual será regido pelas cláusulas e condições abaixo:

1. DEFINIÇÕES

1.1. As expressões iniciadas em letras maiúsculas utilizadas e não expressamente definidas neste Contrato terão o mesmo significado a elas atribuído no Plano ou, na sua falta, na Escritura de Emissão.

1.2. Exceto quando previsto expressamente de modo diverso no presente Contrato, entende-se por "Dia Útil" qualquer dia da semana, exceto sábados, domingos ou qualquer outro dia em que as instituições bancárias no município de São Paulo, Estado de São Paulo, não funcionem ou estejam autorizadas a não funcionar. Quando a indicação de prazo contado por dia no presente Contrato não vier acompanhada da indicação de "Dia Útil", entende-se que o prazo é contado em dias corridos.

2. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA

2.1. Objeto. Para assegurar o fiel, pontual e integral pagamento e cumprimento de todas as obrigações, principais e acessórias, presentes e futuras, decorrentes (a) da Série A das Debêntures da Opção A e/ou da respectiva Escritura de Emissão, incluindo o Valor Nominal

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 90

Unitário, a remuneração, os valores capitalizados e o Prêmio de Capitalização, a atualização monetária, os encargos moratórios e multas; e (b) da parcela correspondente a 70% (setenta por cento) do Valor do Pagamento por Não Conversão, acrescida da Remuneração do Pagamento por Não Conversão e dos demais encargos aplicáveis, nos termos da Cláusula 6.3.6.2.2 do Plano; bem como todos os custos e despesas comprovadamente incorridos pelo Credor Fiduciário na constituição, conservação, cobrança e excussão desta garantia ("Obrigações Garantidas"), os Alienantes Fiduciantes, em caráter irrevogável e irretratável, nos termos do artigo 66-B da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, conforme em vigor ("Lei nº 4.728"), dos artigos 18 a 20 da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, conforme em vigor ("Lei nº 9.514"), e, no que for aplicável, dos artigos 1.361 e seguintes da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil") e dos artigos 40, 100 e 113 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), alienam e transferem fiduciariamente em garantia aos Debenturistas, representados pelo Credor Fiduciário, sujeita à verificação da Condição Suspensiva, a propriedade fiduciária, o domínio resolúvel e a posse indireta dos seguintes bens e direitos (em conjunto, "Bens Alienados Fiduciariamente" e, a garantia ora constituída, "Alienação Fiduciária"):

i) a totalidade das ações e/ou quotas de emissão das Sociedades Emissoras de titularidade dos Alienantes Fiduciantes na data da Homologação do Plano (conforme definido no Plano), conforme indicado nos Anexos I-A e I-B ("Ações e Quotas Alienadas Fiduciariamente");

ii) todas as ações, quotas e demais participações societárias de emissão das Sociedades Emissoras que, a qualquer título, a partir desta data, venham a ser subscritas, adquiridas, recebidas ou atribuídas a qualquer Alienante Fiduciante, inclusive em decorrência de aumento de capital, capitalização de créditos (inclusive mútuos intercompany), bonificação, desdobramento, grupamento, conversão, permuta, fusão, cisão, incorporação, transformação, Reorganização Societária ou constituição de nova sociedade, as quais integrarão automaticamente a Alienação Fiduciária, independentemente de aditamento ("Participações Adicionais Sociedades Emissoras");

iii) todas as ações, quotas e demais participações societárias de emissão de qualquer sociedade na qual os Alienantes Fiduciantes venham a deter, direta ou indiretamente (inclusive por meio de uma ou mais Controladas ou sociedades interpostas), participação societária, a partir desta data, inclusive em decorrência de aumento de capital, capitalização de créditos (inclusive mútuos intercompany), bonificação, desdobramento, grupamento, conversão, permuta, fusão, cisão, incorporação, transformação, Reorganização Societária ou constituição de nova sociedade, as quais integrarão automaticamente a Alienação Fiduciária, independentemente de aditamento

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 91

("Participações Adicionais Sociedades Controladas" e, em conjunto com as Participações Adicionais Sociedades Emissoras, "Participações Adicionais");

iv) todos os direitos de subscrição, bônus de subscrição, debêntures conversíveis, partes beneficiárias, opções e demais valores mobiliários ou direitos, presentes ou futuros, relacionados às Ações e Quotas Alienadas Fiduciariamente e/ou Participações Adicionais ("Direitos Relacionados"); e

v) todos e quaisquer direitos creditórios decorrentes da distribuição de dividendos (inclusive dividendos intermediários e intercalares), lucros, juros sobre capital próprio, receitas, rendimentos, reembolso de capital, proventos, bonificações em dinheiro, preferências, bem como os valores pagos a título de resgate, amortização ou reembolso de ações ou quotas, redução de capital, restituição de adiantamentos para futuro aumento de capital e partilha em liquidação, efetivados em moeda ou mediante entrega ou cessão de certificados, valores mobiliários, direitos e outros ativos, a qualquer tempo declarados, devidos, creditados, pagos ou a qualquer título distribuídos aos Alienantes Fiduciantes e relativos às Ações e Quotas Alienadas Fiduciariamente e/ou às Participações Adicionais, bem como todos os demais frutos pagos ou a serem pagos em decorrência de, ou em relação a, quaisquer das Ações e Quotas Alienadas Fiduciariamente e/ou Participações Adicionais ("Rendimentos"), e, ainda, a totalidade dos direitos creditórios de titularidade da Oncoclínicas contra o Banco Depositário relativos à Conta Vinculada, incluindo os recursos nela depositados ou a serem depositados a qualquer tempo e os Investimentos Permitidos realizados com tais recursos, bem como seus respectivos rendimentos, nos termos das Cláusulas 2.3 e 4 ("Direitos sobre a Conta Vinculada").

2.2. As Obrigações Garantidas têm suas características principais devidamente descritas no **Anexo II** ao presente Contrato, em cumprimento ao disposto no artigo 66-B, §4°, da Lei nº 4.728, e no artigo 18 da Lei nº 9.514.

2.2.1. As Partes deverão aditar o **Anexo II** para refletir a atualização das características das Obrigações Garantidas, em cumprimento ao disposto no artigo 66-B, §4°, da Lei nº 4.728, e no artigo 18 da Lei nº 9.514, sendo certo que tal aditamento terá caráter meramente formal e não constitutivo, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da solicitação pelo Credor Fiduciário.

2.3. Conta Vinculada. A partir da verificação da Condição Suspensiva, todo e qualquer pagamento dos Rendimentos deverá ser realizado exclusivamente mediante depósito na conta vinculada de titularidade da Oncoclínicas, abrangida pela Alienação Fiduciária, a qual terá o Credor Fiduciário como beneficiário, mantida junto ao Banco Depositário (conforme definido abaixo): [•] ("Conta Vinculada"). Até a verificação da Condição Suspensiva, os Rendimentos

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 92

permanecerão sujeitos exclusivamente ao regime da Alienação Fiduciária Modalidade 1, não se aplicando as Cláusulas 4 e 5 deste Contrato.

3. CONDIÇÃO SUSPENSIVA

3.1. Condição Suspensiva. A eficácia da Alienação Fiduciária está condicionada, nos termos do artigo 125 do Código Civil, à extinção integral da alienação fiduciária constituída pela Alienação Fiduciária Modalidade 1, em razão (i) da quitação integral das Obrigações Garantidas Debêntures Modalidade 1, inclusive mediante excussão; ou (ii) da liberação da Alienação Fiduciária Modalidade 1 em relação à totalidade dos Credores Apoiadores Modalidade 1, inclusive por desenquadramento ou reenquadramento, nos termos do item "(iv)" da Cláusula 7.1.1 e da Cláusula 7.1.2 do Plano ("Condição Suspensiva"). Verificada a Condição Suspensiva, a Alienação Fiduciária tornar-se-á eficaz de pleno direito, independentemente de aditamento ou de qualquer formalidade adicional, sem prejuízo dos registros e averbações legalmente exigíveis.

3.1.1. Registro. Este Contrato poderá ser levado a registro e averbação desde a data de sua assinatura, fazendo-se constar, quando exigível, a sujeição da eficácia da Alienação Fiduciária à Condição Suspensiva, sem que o registro ou a averbação dependam da prática de qualquer ato pelos representantes, agentes ou beneficiários da Alienação Fiduciária Modalidade 1, ressalvadas as exigências legais e registrais aplicáveis.

3.1.2. Comprovação da Condição Suspensiva. A verificação da Condição Suspensiva poderá ser comprovada por documentos idôneos que demonstrem a extinção da Alienação Fiduciária Modalidade 1 em relação à totalidade dos Bens Alienados Fiduciariamente, inclusive os instrumentos de quitação ou liberação pertinentes e as certidões ou averbações disponíveis dos registros competentes. A apresentação de tais documentos terá finalidade exclusivamente comprobatória, não constituindo requisito adicional para a eficácia da Alienação Fiduciária, que decorrerá da implementação da Condição Suspensiva, observadas as formalidades registrais legalmente exigíveis.

3.1.3. Atos de Disposição. Pendente a Condição Suspensiva, os Alienantes Fiduciantes não poderão praticar atos de disposição ou oneração dos Bens Alienados Fiduciariamente incompatíveis com as obrigações assumidas neste Contrato, ressalvados os atos relacionados à Alienação Fiduciária Modalidade 1 e os demais atos permitidos pelo Plano e por este Contrato.

3.2. Efeitos durante a Pendência. Enquanto não verificada a Condição Suspensiva, nos termos dos artigos 121 e 130 do Código Civil, a Alienação Fiduciária não confere ao Credor Fiduciário, aos Debenturistas ou a quaisquer outros beneficiários a propriedade fiduciária, a posse indireta ou qualquer outro direito sobre os Bens Alienados Fiduciariamente, inclusive de voto, veto, aprovação de Matérias Reservadas, recebimento de Rendimentos ou excussão, assegurando-se-

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 93

lhes apenas a prática dos atos destinados à conservação do direito eventual, inclusive o registro e a averbação deste Contrato com a indicação expressa da Condição Suspensiva. A Alienação Fiduciária Modalidade 1 permanecerá íntegra e eficaz, com a prioridade que lhe é assegurada pelo Plano, não podendo a Alienação Fiduciária ora pactuada impedir, restringir ou condicionar o exercício dos direitos decorrentes da garantia anterior..

3.3. Excussão da Alienação Fiduciária Modalidade 1. Na hipótese de excussão, total ou parcial, da Alienação Fiduciária Modalidade 1, a Alienação Fiduciária ora pactuada não produzirá efeitos sobre as ações ou quotas efetivamente excutidas e transferidas ao adquirente, que serão transmitidas livres deste ônus, observado o disposto no Plano quanto à destinação de eventual saldo do produto da excussão..

3.4. Liberação Parcial da Alienação Fiduciária Modalidade 1. A liberação da Alienação Fiduciária Modalidade 1 em relação a um ou mais Credores Apoiadores Modalidade 1, inclusive em razão de reenquadramento na Opção A, nos termos da Cláusula 7.1.2.3 do Plano, não implementará a Condição Suspensiva enquanto a Alienação Fiduciária Modalidade 1 permanecer vigente em relação a qualquer dos Bens Alienados Fiduciariamente em favor de qualquer Credor Apoiador Modalidade 1.

3.5. Autonomia da Alienação Fiduciária. A Alienação Fiduciária ora pactuada constitui garantia autônoma em relação à Alienação Fiduciária Modalidade 1, ressalvadas a Condição Suspensiva e a prioridade da garantia anterior, nos termos deste Contrato e do Plano. Sua constituição, registro, conservação e comprovação não dependerão da anuência, autorização ou prática de atos pelo Agente Fiduciário Modalidade 1 ou pelos Credores Apoiadores Modalidade 1, sem prejuízo dos atos estritamente necessários à comprovação da implementação da Condição Suspensiva e ao cumprimento de exigências legais ou registrais aplicáveis. A eficácia da Alienação Fiduciária ora pactuada, uma vez implementada a Condição Suspensiva, independerá de nova manifestação de vontade das partes ou dos beneficiários da Alienação Fiduciária Modalidade 1.

3.6. Ciência das Garantias e Prioridade. As partes reconhecem que a Alienação Fiduciária ora pactuada recai sobre bens que também são objeto da Alienação Fiduciária Modalidade 1 e que sua eficácia permanece subordinada à implementação da Condição Suspensiva. Até então, a Alienação Fiduciária Modalidade 1 conservará sua prioridade, exclusividade e plena exequibilidade, não podendo o Credor Fiduciário ou os Debenturistas impedir, suspender, condicionar ou participar da excussão da garantia anterior. Implementada a Condição Suspensiva, a Alienação Fiduciária ora pactuada produzirá seus efeitos independentemente de nova anuência ou formalidade contratual relacionada à Alienação Fiduciária Modalidade 1, observados os registros e averbações legalmente exigíveis e a destinação de eventual saldo prevista no Plano.

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 94

4. ABERTURA E ADMINISTRAÇÃO DA CONTA VINCULADA

4.1. A partir da verificação da Condição Suspensiva, e exceto se houver ocorrido e estiver em curso um Evento de Retenção (conforme definido abaixo), os recursos depositados na Conta Vinculada serão automaticamente transferidos pelo Banco Depositário, no mesmo Dia Útil de seu crédito, para a conta de livre movimentação de titularidade da Oncoclínicas indicada no Contrato Banco Depositário (conforme definido abaixo) ("Conta de Livre Movimentação"), independentemente de instrução ou anuência do Credor Fiduciário. Ressalvadas tais transferências automáticas, a Conta Vinculada será movimentada, única e exclusivamente, pelo Banco Depositário, de acordo com os procedimentos estabelecidos neste Contrato, e conforme instrução do Credor Fiduciário, não sendo permitido à Oncoclínicas, sob qualquer forma ou pretexto, movimentar ou solicitar a movimentação da Conta Vinculada, sob pena de vencimento antecipado das Obrigações Garantidas.

4.2. Verificada a Condição Suspensiva, mediante notificação escrita do Credor Fiduciário ao Banco Depositário, com cópia à Oncoclínicas, informando a ocorrência de um Evento de Retenção, o Banco Depositário deverá suspender imediatamente as transferências previstas na Cláusula 4.1, permanecendo os recursos depositados ou que venham a ser depositados na Conta Vinculada integralmente retidos, podendo ser movimentados exclusivamente conforme instrução do Credor Fiduciário, nos termos deste Contrato, especialmente para fins de amortização, pré-pagamento ou liquidação, inclusive extraordinária, das Obrigações Garantidas.

4.2.1. Caso o Evento de Retenção seja sanado ou deixe de existir sem que tenha sido declarado o Vencimento Antecipado, o Credor Fiduciário deverá notificar o Banco Depositário em até 1 (um) Dia Útil, hipótese em que as transferências automáticas serão retomadas e o saldo retido será liberado para a Conta de Livre Movimentação.

4.2.2. Durante a vigência de um Evento de Retenção, a Oncoclínicas poderá solicitar ao Credor Fiduciário a liberação de recursos retidos na Conta Vinculada para a Conta de Livre Movimentação, e o Credor Fiduciário poderá, a seu exclusivo critério, autorizar tal liberação, a qual somente poderá ser realizada pelo Banco Depositário mediante instrução do Credor Fiduciário, sem prejuízo das faculdades previstas na Cláusula 11.3 abaixo.

4.3. A partir da verificação da Condição Suspensiva, a Oncoclínicas autoriza o Banco Depositário a fornecer ao Credor Fiduciário, se assim solicitado, todas as informações referentes a qualquer movimentação, resgate, conforme aplicável, e os saldos da Conta Vinculada, renunciando ao direito de sigilo bancário em relação a tais informações, inclusive por meio de extratos bancários e posições da Conta Vinculada. A Oncoclínicas, desde logo, de forma irrevogável e irretratável, reconhece que este procedimento não constitui infração às regras que disciplinam o sigilo bancário, em especial a Lei Complementar n° 105, de 10 de janeiro de 2001,

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 95

tendo em vista que o Credor Fiduciário é o beneficiário dos valores depositados na Conta Vinculada, e as peculiaridades que revestem os serviços objeto deste Contrato.

4.4. A partir da verificação da Condição Suspensiva, por se tratar de conta de depósito não operacional, constituída para operacionalização da garantia objeto deste Contrato, fica vedada a emissão de cheques, de cartões magnéticos, bem como a realização de quaisquer transferências ou ordens de crédito e/ou débito relacionados à Conta Vinculada, ou, ainda, a utilização dos recursos em depósito na Conta Vinculada para qualquer pagamento ou transferência a terceiros, salvo as transferências automáticas para a Conta de Livre Movimentação previstas na Cláusula 4.1 e nos demais termos e condições aqui previstos, observado que, durante um Evento de Retenção, tais recursos deverão permanecer sujeitos ao regime de indisponibilidade previsto neste Contrato.

4.5. A partir da verificação da Condição Suspensiva, o Credor Fiduciário terá acesso a relatório contendo as informações dos Rendimentos junto ao sistema do Banco Depositário (via net empresas).

4.6. A partir da verificação da Condição Suspensiva, a Oncoclínicas e as Sociedades Emissoras deverão fornecer ao Credor Fiduciário, trimestralmente e sempre que solicitado, **(i)** cópia dos extratos bancários da Conta Vinculada referentes ao respectivo período encerrado; e **(ii)** relatório, em formato Excel (.xlsx), devidamente atualizado, contendo as informações dos Rendimentos, acompanhado dos documentos comprobatórios de validade, existência e legitimidade dos Rendimentos, para que o Credor Fiduciário faça a verificação da validade, existência e legitimidade dos Rendimentos e do fluxo dos Rendimentos na Conta Vinculada.

5. NOMEAÇÃO DO BANCO DEPOSITÁRIO

5.1. A partir da verificação da Condição Suspensiva e durante a vigência deste Contrato, a Conta Vinculada será movimentável exclusivamente pelo [•], instituição financeira e/ou de pagamento ("Banco Depositário") que, nos termos do instrumento a ser celebrado entre a Oncoclínicas, o Credor Fiduciário e o Banco Depositário para regular os termos, condições e obrigações aplicáveis à administração, manutenção e movimentação da Conta Vinculada ("Contrato Banco Depositário"), deverá administrar e manter a Conta Vinculada íntegra e segregada como conta de depósito não operacional, efetuando as transferências automáticas previstas na Cláusula 4.1 exceto quando notificado de um Evento de Retenção.

6. REGISTROS E FORMALIDADES

6.1. Os Alienantes Fiduciantes e as Sociedades Emissoras obrigam-se, às suas exclusivas expensas e independentemente da verificação da Condição Suspensiva, a:

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 96

i) Cartórios de RTD: protocolar este Contrato e seus aditamentos, com indicação expressa da sua sujeição à Condição Suspensiva, em até 5 (cinco) Dias Úteis contado da assinatura, no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da cidade de São Paulo, SP ("Cartório"), sendo certo que este Contrato e seus eventuais aditamentos deverão ser registrados no Cartório em até 30 (trinta) dias contados da data de sua assinatura, podendo tal prazo ser prorrogado por igual período no caso de apresentação de exigências pelo Cartório. A Oncoclínicas deverá entregar ao Credor Fiduciário em até 2 (dois) Dias Úteis contados da obtenção do registro deste Contrato e/ou seus aditamentos no Cartório, via digital (formato .pdf) deste Contrato e/ou seus aditamentos devidamente registrados no Cartório;

ii) Ações nominativas: averbar a Alienação Fiduciária, com indicação expressa da sua sujeição à Condição Suspensiva, no Livro de Registro de Ações Nominativas de cada Sociedade Emissora constituída sob a forma de sociedade por ações, nos termos do artigo 40, inciso I, e do artigo 100 da Lei das Sociedades por Ações, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da assinatura, com a anotação constante do **Anexo III**. A Oncoclínicas deverá entregar ao Credor Fiduciário em até 2 (dois) Dias Úteis contados da obtenção da averbação, via digital (formato .pdf) do Livro de Registro de Ações Nominativas de cada Sociedade Emissora constando a respectiva averbação;

iii) Ações escriturais: caso as ações de qualquer Sociedade Emissora sejam ou passem a ser escriturais ou custodiadas, averbar a Alienação Fiduciária, com indicação expressa da sua sujeição à Condição Suspensiva, nos registros da instituição escrituradora ou depositária central, nos termos do artigo 40, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações e da regulamentação da CVM, em até 5 (cinco) Dias Úteis, contados da assinatura, com a anotação constante do **Anexo III**. A Oncoclínicas deverá entregar ao Credor Fiduciário em até 2 (dois) Dias Úteis contados da obtenção da averbação, via digital (formato .pdf) do extrato da instituição escrituradora ou depositária central, constando a respectiva averbação; e

iv) Quotas de sociedades limitadas: em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da assinatura, celebrar a alteração do contrato social de cada Sociedade Emissora constituída sob a forma de sociedade limitada, fazendo constar a Alienação Fiduciária das quotas e a sua sujeição à Condição Suspensiva, a sujeição de sua transferência e do exercício do voto às disposições deste Contrato, a partir da verificação da Condição Suspensiva, e a renúncia dos demais sócios ao direito de preferência na excussão, conforme constante do **Anexo III,** protocolar perante a Junta Comercial competente a alteração do contrato social de cada Sociedade Emissora em até 30 (trinta) dias contados da assinatura, observado, em qualquer caso, o prazo previsto na Cláusula 8.1.2 do Plano. A Oncoclínicas deverá entregar

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 97

ao Credor Fiduciário em até 2 (dois) Dias Úteis contados da obtenção do arquivamento, via digital (formato .pdf) da alteração do contrato social de cada Sociedade Emissora devidamente arquivada.

6.2. Os Alienantes Fiduciantes e as Sociedades Emissoras darão cumprimento a qualquer outra exigência de qualquer lei aplicável vigente ou que venha a vigorar no futuro, nos prazos estipulados por referidas leis, que seja necessária à constituição, preservação, aperfeiçoamento e prioridade absoluta da Alienação Fiduciária, conforme aplicável, fornecendo a respectiva comprovação ao Credor Fiduciário.

6.3. O Credor Fiduciário fica desde já autorizado e constituído de todos os poderes, nos termos da Cláusula 12, de forma irrevogável e irretratável, para, em nome dos Alienantes Fiduciantes, como bastante procurador, promover o registro deste Contrato e de seus aditivos no Cartório, caso os Alienantes Fiduciantes não o façam nos prazos previstos acima, devendo os Alienantes Fiduciantes arcarem com todos os respectivos custos e despesas. Para que não haja dúvidas, tal autorização não exime os Alienantes Fiduciantes do cumprimento da obrigação aqui prevista.

6.4. Este Contrato deverá ser arquivado na sede de cada Sociedade Emissora, e a Oncoclínicas deverá divulgar sua celebração, na qualidade de companhia aberta, na forma da regulamentação da CVM aplicável.

7. DIREITOS POLÍTICOS E PATRIMONIAIS DURANTE A VIGÊNCIA

7.1. Posse direta e exercício de direitos. Enquanto não verificada a Condição Suspensiva, os Alienantes Fiduciantes permanecerão na titularidade e na posse plena das Ações e Quotas Alienadas Fiduciariamente e exercerão livremente os respectivos direitos de voto e patrimoniais, observadas a Alienação Fiduciária Modalidade 1 e o Plano. Verificada a Condição Suspensiva e enquanto não ocorrer um Evento de Retenção, os Alienantes Fiduciantes permanecerão na posse direta das Ações e Quotas Alienadas Fiduciariamente e poderão exercer os respectivos direitos de voto e patrimoniais, desde que de forma compatível com este Contrato, nos termos da Cláusula 7.2 abaixo, com o Plano e com a Escritura de Emissão, e que tal exercício não resulte em prejuízo à existência, validade, eficácia, valor, prioridade ou exequibilidade da Alienação Fiduciária.

7.2. Matérias Reservadas. A partir da verificação da Condição Suspensiva e durante toda a vigência deste Contrato, independentemente da ocorrência de Evento de Retenção, dependerão de aprovação prévia e expressa do Credor Fiduciário, conforme instruído pelos Debenturistas, nos termos da Escritura de Emissão, as deliberações de qualquer Sociedade Emissora relativas às seguintes matérias ("Matérias Reservadas"):

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 98

i) fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações, transformação ou qualquer outra forma de Reorganização Societária, exceto se (a) realizada exclusivamente entre Controladas integralmente detidas e cujas participações estejam integralmente alienadas fiduciariamente nos termos deste Contrato, (b) a Alienação Fiduciária for mantida ou reconstituída, sem solução de continuidade, sobre a totalidade das participações sucessoras, com a mesma prioridade, e (c) o Credor Fiduciário receber, com 10 (dez) Dias Úteis de antecedência, os documentos da operação;

ii) aumento de capital mediante subscrição por pessoa que não seja Alienante Fiduciante ou que não adira a este Contrato, emissão de novas ações, quotas, bônus de subscrição, debêntures conversíveis ou quaisquer valores mobiliários conversíveis, ou outorga de opção de compra de participação, que possa diluir o percentual alienado fiduciariamente;

iii) redução de capital, resgate, amortização, reembolso ou recompra de ações ou quotas, exceto redução para absorção de prejuízos;

iv) criação de nova espécie ou classe de ações ou quotas das Sociedades Emissoras, ou alteração de direitos, preferências ou vantagens das Ações e Quotas Alienadas Fiduciariamente;

v) dissolução, liquidação, extinção, pedido de autofalência, recuperação judicial ou extrajudicial, ressalvados os atos de implementação expressamente previstos no Plano;

vi) alienação, oneração ou transferência de ativos relevantes da Sociedade Emissora, salvo nas hipóteses e com a destinação de recursos previstas nas Cláusulas 4.5(b), 4.12 e 9.2 do Plano;

vii) constituição de ônus, gravames ou garantias sobre bens, direitos ou ativos das Sociedades Emissoras;

viii) declaração ou pagamento de Rendimentos a quem não seja Alienante Fiduciante ou em desconformidade com a Cláusula 4.5 do Plano, inclusive a Cláusula 4.5.3 (Distribuição Permitida);

ix) celebração, alteração ou rescisão de acordo de acionistas ou de quotistas, ou alteração estatutária ou contratual que restrinja a livre transferência das Ações e Quotas Alienadas Fiduciariamente ou que crie direito de preferência, tag along, drag along, opção ou qualquer outro direito de terceiros incompatível com a excussão;

x) quaisquer deliberações que ensejem direito de recesso ou de retirada; e

xi) qualquer ato que possa, direta ou indiretamente, prejudicar, invalidar, reduzir ou limitar a existência, validade, eficácia, exequibilidade, prioridade ou excussão da Alienação Fiduciária, ou alterar o percentual do capital social da Sociedade Emissora objeto da garantia.

7.3. Procedimento**.** Verificada a Condição Suspensiva, os Alienantes Fiduciantes deverão notificar o Credor Fiduciário, com antecedência mínima de 10 (dez) Dias Úteis, sobre a convocação de qualquer assembleia, reunião de sócios ou reunião de conselho em cuja ordem do dia conste Matéria Reservada, indicando a proposta e sua intenção de voto. O Credor Fiduciário comunicará a instrução de voto em até 2 (dois) Dias Úteis antes da data do conclave. O silêncio do Credor Fiduciário não será interpretado como aprovação, exceto quanto às operações sujeitas à consulta prévia prevista na Cláusula 4.5.4 do Plano (alienação, cessão, transferência ou oneração de ativos e Novos Financiamentos que possam afetar as garantias), às quais se aplicarão exclusivamente o prazo de 5 (cinco) Dias Úteis, a exigência de recusa fundamentada e a anuência tácita ali previstos, ressalvada a constituição de ônus, gravames ou garantias, que dependerá sempre de consentimento prévio e expresso, nos termos da Cláusula 12.7 do Plano.

7.4. Nulidade e tutela específica. Verificada a Condição Suspensiva, será nulo e ineficaz perante o Credor Fiduciário o voto proferido ou o ato praticado em desacordo com esta Cláusula, obrigando-se as Sociedades Emissoras a não registrar, implementar ou arquivar tal deliberação. As obrigações desta Cláusula constituem obrigações de fazer e não fazer, sujeitas a tutela específica nos termos dos artigos 497 e 815 e seguintes da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, conforme alterada ("Código de Processo Civil").

7.5. Direitos após Evento de Retenção. Verificada a Condição Suspensiva e ocorrido um Evento de Retenção, (i) a totalidade dos direitos de voto relativos às Ações e Quotas Alienadas Fiduciariamente somente poderá ser exercida de acordo com instruções do Credor Fiduciário; e (ii) o Credor Fiduciário poderá, a seu critério, exercer diretamente tais direitos, inclusive para eleger ou destituir administradores, nos termos do artigo 113, parágrafo único, da Lei das Sociedades por Ações e do mandato da Cláusula 12.

8. DECLARAÇÕES E GARANTIAS

8.1. Sem prejuízo das demais declarações dispostas neste Contrato, os Alienantes Fiduciantes e as Sociedades Emissoras declaram e garantem ao Credor Fiduciário, nesta data, que:

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 100

i) são sociedades por ações e/ou limitadas devidamente organizadas, constituídas e existentes de acordo com as leis brasileiras, bem como estão devidamente autorizadas a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;

ii) a celebração deste Contrato é compatível com sua capacidade econômica e operacional e integra medida necessária e adequada à preservação da continuidade de suas operações;

iii) estão devidamente autorizadas e obtiveram todas as autorizações necessárias, inclusive societárias e regulatórias, conforme aplicável, para celebrar este Contrato e a cumprir com todas as obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais, regulatórios, contratuais e estatutários necessários para tanto;

iv) os representantes legais que assinam este Contrato têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seus nomes, as obrigações aqui estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor e efeito;

v) a celebração deste Contrato não infringe nesta data os estatutos sociais e/ou contratos sociais dos Alienantes Fiduciantes e das Sociedades Emissoras, qualquer disposição legal, regulamentar, ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral, inclusive o Plano e as decisões proferidas no âmbito da Recuperação Extrajudicial, ou quaisquer contratos ou instrumentos dos quais os Alienantes Fiduciantes e as Sociedades Emissoras sejam parte e/ou pelo qual qualquer de seus ativos estejam sujeitos, nem irá resultar em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem do Alienante Fiduciante, exceto pelo ônus decorrente deste Contrato (sujeito à Condição Suspensiva) e pela Alienação Fiduciária Modalidade 1; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;

vi) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório ou societário é exigido para o cumprimento pelo Alienante Fiduciante de suas obrigações nos termos deste Contrato, tampouco com relação à criação e manutenção da Alienação Fiduciária sobre os Bens Alienados Fiduciariamente, exceto pelo registro deste Contrato no Cartório, e pelas aprovações societárias relativas à constituição da presente Alienação Fiduciária;

vii) têm ciência de que a Procuração (conforme definição abaixo) deverá ser renovada até a data da quitação integral das Obrigações Garantidas, segundo os procedimentos

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 101

apresentados neste Contrato, sob pena de vencimento antecipado das Obrigações Garantidas;

viii) são as legítimas titulares das Ações e Quotas Alienadas Fiduciariamente indicadas no Anexo I, as quais estão totalmente subscritas e integralizadas, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus, gravames, penhoras, opções, direitos de preferência ou restrições, exceto pela Alienação Fiduciária Modalidade 1, e representam exatamente os percentuais do capital total e votante ali indicados;

ix) não existem acordos de acionistas ou de quotistas, opções, contratos ou disposições estatutárias que restrinjam a constituição ou a excussão da Alienação Fiduciária, ou que tenham sido devidamente renunciados;

x) o **Anexo I** relaciona a totalidade das participações societárias em sociedades [constituídas no Brasil] detidas diretamente pelos Alienantes Fiduciantes na data deste Contrato;

xi) este Contrato, após a realização dos registros nele previstos, bem como as obrigações nele previstas, constituem obrigações legais, válidas, vinculantes e exequíveis dos Alienantes Fiduciantes e das Sociedades Emissoras, de acordo com seus respectivos termos e condições, observada a Condição Suspensiva quanto à eficácia da Alienação Fiduciária, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 784 do Código de Processo Civil;

xii) não existe qualquer ameaça ou iminência de qualquer pendência judicial ou administrativa de qualquer natureza que possa afetar negativamente os Bens Alienados Fiduciariamente ou quaisquer outras disposições deste Contrato;

xiii) não existe qualquer reivindicação, demanda, protesto, ação judicial, ou processo judicial, arbitral ou administrativo, inquéritos ou outro tipo de investigação pendente, iminente, ajuizado, instaurado ou requerido perante qualquer tribunal, órgão governamental, árbitro, ou qualquer outra autoridade com relação aos Bens Alienados Fiduciariamente e à alienação fiduciária ora constituída, ou que, por si ou em conjunto com qualquer outro, tenha afetado ou possa vir a afetar de forma negativa a presente garantia;

xiv) as informações prestadas neste Contrato são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes; e

xv) a celebração deste Contrato não constitui fraude à execução ou fraude contra credores, sendo a constituição da Alienação Fiduciária expressamente prevista e autorizada no

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 102

Plano, com ciência e anuência dos Credores Apoiadores Modalidade 1, nos termos da Cláusula 7.1.4.1 do Plano.

8.2. Os Alienantes Fiduciantes e as Sociedades Emissoras obrigam-se, solidariamente, a notificar o Credor Fiduciário em até 2 (dois) Dias Úteis caso qualquer declaração se torne falsa, incorreta ou incompleta, e a indenizar os Debenturistas por perdas e danos decorrentes de sua inveracidade ou insuficiência.

9. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS

9.1. Observada a Condição Suspensiva, até o pagamento integral das Obrigações Garantidas, os Alienantes Fiduciantes e as Sociedades Emissoras comprometem-se a:

i) manter o Credor Fiduciário indene e a salvo em relação a todas e quaisquer responsabilidades, prejuízos, custos e despesas necessárias (incluindo, sem limitação, honorários advocatícios) que comprovadamente o Credor Fiduciário venha a incorrer (exceto por aqueles que decorram exclusivamente de dolo do Credor Fiduciário devidamente comprovado por sentença transitada em julgado) referentes ou provenientes (a) da celebração e execução deste Contrato, incluindo, mas não se limitando, a constituição, o aperfeiçoamento e o exercício de direitos e da excussão da Alienação Fiduciária; (b) do não cumprimento pelos Alienantes Fiduciantes e pelas Sociedades Emissoras das Obrigações Garantidas e das obrigações descritas neste Contrato; (c) de qualquer atraso no pagamento de tributos incidentes ou devidos relativamente a quaisquer Bens Alienados Fiduciariamente que sejam de responsabilidade dos Alienantes Fiduciantes e as Sociedades Emissoras; e (d) de perdas e danos que o Credor Fiduciário venha a incorrer em decorrência da falsidade, inexatidão ou incompletude de quaisquer das declarações e garantias prestadas pelos Alienantes Fiduciantes e pelas Sociedades Emissoras contidas neste Contrato;

ii) defender, de forma tempestiva e adequada, às suas próprias expensas, os Bens Alienados Fiduciariamente, em benefício do Credor Fiduciário, contra quaisquer reivindicações de terceiros, incluindo, mas não se limitando, a quaisquer autuações, procedimentos ou processos administrativos, arbitrais ou judiciais, ou que os Alienantes Fiduciantes e/ou as Sociedades Emissoras venham a ter ciência e que possam, de qualquer forma, afetar adversamente a presente garantia, assim como auxiliar o Credor Fiduciário na defesa de tais reivindicações, bem como comunicar o Credor Fiduciário, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis, sobre a instauração de qualquer dos atos referidos neste item;

iii) não celebrar qualquer contrato ou acordo ou praticar qualquer ato que restrinja os direitos sobre os Bens Alienados Fiduciariamente ou, ainda, que limite a capacidade do

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 103

Credor Fiduciário de executar os Bens Alienados Fiduciariamente, no todo ou em parte, ressalvada a Alienação Fiduciária Modalidade 1;

iv) a partir da verificação da Condição Suspensiva, não rescindir, alterar ou aditar os instrumentos dos quais decorrem os Bens Alienados Fiduciariamente, sem prévia anuência do Credor Fiduciário;

v) manter a garantia constituída pelo presente Contrato e todas as obrigações aqui previstas sempre em pleno vigor, válidas e eficazes, observada, quanto à Alienação Fiduciária, a Condição Suspensiva;

vi) a partir da verificação da Condição Suspensiva, manter a titularidade da Conta Vinculada durante toda a vigência deste Contrato, assim como manter o Credor Fiduciário como beneficiário da Conta Vinculada;

vii) celebrar todo e qualquer documento e instrumento adicional necessário que venha a ser exigido, de tempos em tempos, para permitir que o Credor Fiduciário proteja os direitos ora constituídos relativos aos Bens Alienados Fiduciariamente, no todo ou em parte, ou exerça quaisquer dos direitos, poderes e faculdades a ele atribuídos pelo presente instrumento;

viii) celebrar e renovar, conforme o caso, a Procuração outorgada na forma da Cláusula 12 deste Contrato;

ix) adotar todas as demais providências relativamente aos Bens Alienados Fiduciariamente que lhe forem solicitadas pelo Credor Fiduciário, com base no disposto neste Contrato;

x) em até 2 (dois) Dias Úteis do conhecimento pelos Alienantes Fiduciantes e/ou pelas Sociedades Emissoras de arresto, sequestro ou penhora que acarretem ou possam acarretar a deterioração dos Bens Alienados Fiduciariamente, os Alienantes Fiduciantes e/ou as Sociedades Emissoras obrigam-se a informar tal fato ao Credor Fiduciário;

xi) a partir da verificação da Condição Suspensiva, em caso de denúncia ou resolução do Contrato Banco Depositário, contratar, às suas expensas, instituição financeira aprovada pelo Credor Fiduciário para prestar os mesmos serviços ali previstos, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis;

xii) a partir da verificação da Condição Suspensiva, não alterar, sem prévia anuência do Credor Fiduciário, a Conta Vinculada ou as instruções de pagamento às Sociedades Emissoras relativas aos Rendimentos; e

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 104

xiii) não praticar nem permitir qualquer ato que prejudique, invalide, reduza ou limite a existência, validade, eficácia, exequibilidade, prioridade ou excussão da Alienação Fiduciária, praticando os atos necessários à sua manutenção, aperfeiçoamento e eventual reforço.

10. MANUTENÇÃO, RECOMPOSIÇÃO E REFORÇO DA GARANTIA

10.1. Vedação à oneração e disposição. Ressalvada a Alienação Fiduciária Modalidade 1 e observado o disposto na Cláusula 3.1.3, os Alienantes Fiduciantes e as Sociedades Emissoras obrigam-se a não vender, ceder, transferir, permutar, conferir ao capital, dar em usufruto, prometer alienar, outorgar opção ou de qualquer forma dispor, nem constituir ou permitir que se constitua qualquer ônus, gravame, penhor, alienação fiduciária ou restrição sobre os Bens Alienados Fiduciariamente ou sobre quaisquer bens, direitos ou ativos de titularidade das Sociedades Emissoras, no todo ou em parte, sem a necessária observância do procedimento previsto na Cláusula 4.5.4 do Plano e, no caso de constituição de ônus, gravames ou garantias, sem o consentimento prévio e expresso previsto na Cláusula 12.7 do Plano. Qualquer ato praticado em violação será nulo e ineficaz perante o Credor Fiduciário.

10.2. Vedação à diluição. Os Alienantes Fiduciantes obrigam-se a manter, durante toda a vigência deste Contrato, a titularidade, direta ou indireta, de percentual do capital total e votante de cada Sociedade Emissora não inferior ao indicado no Anexo I, bem como a subscrever e integralizar, na proporção de sua participação, todo aumento de capital aprovado, ou a fazer com que a Controlada aderente a este Contrato o faça.

10.3. Manutenção do controle. A Oncoclínicas obriga-se a manter, direta ou indiretamente, o controle de cada Sociedade Emissora sobre a qual atualmente tenha controle, nos termos do artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, ressalvada a alienação de ativos realizada nos termos da Cláusula 4.5.4 do Plano.

10.4. Preservação de valor (*value leakage*). A partir da verificação da Condição Suspensiva, os Alienantes Fiduciantes obrigam-se a não praticar e a fazer com que as Sociedades Emissoras não pratiquem, sem consentimento prévio dos Debenturistas, nos termos da Escritura de Emissão, qualquer ato que transfira valor das Sociedades Emissoras para qualquer outra sociedade cuja totalidade das ações ou quotas de sua emissão não sejam oneradas pela presente Alienação Fiduciária, incluindo transferência de ativos, contratos, licenças, autorizações sanitárias, credenciamentos com operadoras de planos de saúde ou empregados para tal sociedade, ressalvado o curso normal dos negócios em condições de mercado e as operações expressamente autorizadas no Plano (inclusive a constituição da NewCo e as dações em pagamento previstas nas Cláusulas 4.10 e 6.3 do Plano, limitadas aos ativos listados no respectivo Anexo).

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 105

10.5. Reforço e recomposição. A partir da verificação da Condição Suspensiva, os Alienantes Fiduciantes obrigam-se a reforçar, complementar ou substituir a Alienação Fiduciária, em até 10 (dez) Dias Úteis contados de notificação do Credor Fiduciário, com outras ações ou quotas de sociedades controladas direta ou indiretamente pela Oncoclínicas aceitas pelos Debenturistas, nos termos da Escritura de Emissão, sempre que: (i) os Bens Alienados Fiduciariamente forem objeto de penhora, arresto, sequestro, desapropriação ou qualquer constrição judicial ou administrativa não revertida em 15 (quinze) dias; (ii) qualquer Sociedade Emissora deixar de existir, for liquidada ou tiver sua falência decretada; (iii) qualquer participação deixar de integrar a garantia por fato não autorizado neste Contrato; ou (iv) for constatado que qualquer participação da Oncoclínicas, direta ou indireta, em qualquer outra sociedade, não está abrangida por este Contrato.

10.6. Informações periódicas. A Oncoclínicas deverá entregar ao Credor Fiduciário (i) a partir da verificação da Condição Suspensiva, trimestralmente, em até 45 (quarenta e cinco) dias do encerramento de cada trimestre, organograma societário atualizado do Grupo Oncoclínicas, com indicação de titularidade, quantidade e percentual de cada participação; (ii) a partir da verificação da Condição Suspensiva, anualmente, as demonstrações financeiras auditadas das Sociedades Emissoras que as elaborem; e (iii) em até 2 (dois) Dias Úteis, notificação de qualquer fato que possa afetar adversamente a Alienação Fiduciária.

10.7. Defesa da garantia. Os Alienantes Fiduciantes obrigam-se a defender, às suas expensas, os Bens Alienados Fiduciariamente contra qualquer reivindicação, constrição ou medida de terceiros, comunicando o Credor Fiduciário em até 2 (dois) Dias Úteis de sua ciência.

11. VENCIMENTO ANTECIPADO, EXCUSSÃO E LIBERAÇÃO DA ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

11.1. A partir da verificação da Condição Suspensiva, o Credor Fiduciário poderá declarar o vencimento antecipado de todas as Obrigações Garantidas, tornando-as imediatamente exigíveis, mediante simples comunicação escrita aos Alienantes Fiduciantes e independentemente de qualquer outro aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial ("Vencimento Antecipado"), na ocorrência de qualquer das seguintes hipóteses, observados os prazos de cura aplicáveis ("Evento de Retenção"):

(i) inadimplemento, pela Oncoclínicas, de qualquer valor devido no âmbito das Obrigações Garantidas na respectiva data de vencimento;

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 106

(ii) descumprimento, pelos Alienantes Fiduciantes, de qualquer obrigação não pecuniária prevista neste Contrato ou de qualquer dos instrumentos das Obrigações Garantidas, incluindo a Escritura de Emissão, não sanado no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contado do recebimento de notificação enviada pelo Credor Fiduciário, ressalvadas as obrigações para as quais este Contrato estabeleça prazo específico, inclusive as relativas ao reforço e à recomposição da garantia previstas na Cláusula 10.5, hipótese em que não se aplicará prazo de cura adicional;

(iii) o vencimento antecipado da Série A das Debêntures da Opção A, nos termos da Escritura de Emissão;

(iv) falência, autofalência, pedido de falência não elidido no prazo legal, ou ajuizamento, pelos Alienantes Fiduciantes ou por qualquer uma das Sociedades Emissoras, de recuperação judicial ou de novo pedido de recuperação extrajudicial, ou de pedido de tutela cautelar antecedente ou de mediação ou conciliação antecedente nos termos dos artigos 20-B e 6º, §12, da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, conforme alterada ("Lei nº 11.101"), em qualquer caso distinto da Recuperação Extrajudicial, ou, ainda, sua liquidação, dissolução ou extinção ou qualquer procedimento similar;

(v) questionamento judicial ou extrajudicial, pelos Alienantes Fiduciantes ou pelas Sociedades Emissoras, da validade, eficácia ou exequibilidade deste Contrato, da Alienação Fiduciária ou das Obrigações Garantidas;

(vi) invalidade, nulidade, ineficácia ou inexequibilidade, total ou parcial, deste Contrato ou das Obrigações Garantidas, declarada por decisão judicial, arbitral ou administrativa, não sanada no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contado da referida decisão;

(vii) penhora, arresto, sequestro ou qualquer outra constrição judicial ou administrativa sobre os Bens Alienados Fiduciariamente ou sobre a Conta Vinculada, não liberada ou suspensa no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contado de sua efetivação;

(viii) reforma, anulação, cassação ou suspensão dos efeitos da decisão de Homologação do Plano, ou convolação da Recuperação Extrajudicial em recuperação judicial;

(ix) comprovação de que qualquer declaração prestada neste Contrato era falsa, fraudulenta ou enganosa ou, ainda, de que qualquer declaração se tornou incorreta ou incompleta em aspecto relevante, sem a correspondente regularização no prazo de 10 (dez) dias;

(x) descumprimento de qualquer obrigação pecuniária de outras dívidas financeiras dos Alienantes Fiduciantes ou das Sociedades Emissoras, em valor que comprovadamente

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 107

afete a capacidade dos Alienantes Fiduciantes ou das Sociedades Emissoras de continuidade de suas atividades;

(xi) vencimento antecipado de qualquer dívida financeira dos Alienantes Fiduciantes ou das Sociedades Emissoras, em valor que comprovadamente afete a capacidade dos Alienantes Fiduciantes ou das Sociedades Emissoras de continuidade de suas atividades; e

(xii) ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento previsto na Cláusula 14.1 do Plano, após o decurso do prazo de cura ali aplicável.

11.2. Verificada a Condição Suspensiva e na hipótese de Vencimento Antecipado, consolidar-se-á em favor do Credor Fiduciário a propriedade plena dos Bens Alienados Fiduciariamente, podendo o Credor Fiduciário, sem prejuízo dos demais direitos previstos em lei, excutir no todo ou em parte os Bens Alienados Fiduciariamente, de forma judicial ou extrajudicial, independentemente de avaliação, prévia notificação aos Alienantes Fiduciantes, notificação judicial ou extrajudicial, ou qualquer outra medida judicial ou extrajudicial, exercendo todos os poderes que lhe são outorgados pela legislação vigente.

11.2.1. Pendente a Condição Suspensiva, a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas na Cláusula 11.1 não conferirá ao Credor Fiduciário, aos Debenturistas ou a quaisquer outros beneficiários o direito de excutir a Alienação Fiduciária, consolidar a propriedade fiduciária, exercer direitos políticos ou receber Rendimentos, ficando tais direitos suspensos até a verificação da Condição Suspensiva, sem prejuízo dos direitos dos Debenturistas decorrentes da Escritura de Emissão e do Plano.

11.3. Para os fins das Cláusulas 11.1 e 11.2 acima, e verificada a Condição Suspensiva, o Credor Fiduciário poderá, a qualquer tempo após a ocorrência de qualquer das hipóteses ali previstas, instruir o Banco Depositário a transferir, no todo ou em parte, a critério do Credor Fiduciário, os valores depositados na Conta Vinculada para a conta de titularidade do Credor Fiduciário por ele indicada, para satisfação das Obrigações Garantidas.

11.4. Os Alienantes Fiduciantes concordam e reconhecem expressamente que, verificada a Condição Suspensiva, o Credor Fiduciário poderá praticar todos os atos necessários para a liquidação ou transferência dos Bens Alienados Fiduciariamente, nos termos deste Contrato.

11.5. Os Alienantes Fiduciantes declaram estar cientes e de acordo com toda e qualquer disposição dos Bens Alienados Fiduciariamente, ou transferência dos recursos em depósito na Conta Vinculada em decorrência da excussão da garantia constituída neste Contrato, independentemente de quem seja seu novo titular, renunciando a qualquer **(i)** direito de preferência a que lhe seja outorgado, no presente ou no futuro, inclusive, sem limitação,

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 108

qualquer direito de preferência, de primeira oferta, de tag along, de veto, de aprovação do novo sócio (inclusive o previsto no artigo 1.057 do Código Civil) ou a qualquer outro direito, legal ou contratual; e **(ii)** privilégio legal que possa afetar a livre e integral exequibilidade, transferência ou exercício de quaisquer direitos do Credor Fiduciário, nos termos deste Contrato.

11.6. Os Alienantes Fiduciantes, desde já e observada a Condição Suspensiva, se obrigam a praticar todos os atos e cooperar com o Credor Fiduciário em tudo que se fizer necessário ao cumprimento dos procedimentos aqui previstos, inclusive no que se refere ao atendimento das exigências legais e regulamentares necessárias ao recebimento dos Bens Alienados Fiduciariamente.

11.6.1. Verificada a Condição Suspensiva, os Alienantes Fiduciantes e as Sociedades Emissoras obrigam-se a cooperar com a excussão, entregando informações para data room, assinando documentos e promovendo os registros e transferências necessários, inclusive perante a Junta Comercial, escrituradores, CADE, Agência Nacional de Saúde Suplementar, órgãos de vigilância sanitária, CNES e conselhos profissionais, conforme aplicável. A necessidade de aprovação do CADE ou de qualquer autoridade para a transferência não impedirá a consolidação da propriedade fiduciária.

11.7. Verificada a Condição Suspensiva, a excussão da Alienação Fiduciária na forma prevista neste Contrato poderá ser realizada para cobrança parcial ou total das Obrigações Garantidas, em tantas vezes quanto bastem para a integral satisfação das Obrigações Garantidas, podendo ocorrer a excussão da Alienação Fiduciária, de forma independente ou em adição a qualquer outra execução de garantia concedida para integral satisfação das Obrigações Garantidas.

11.8. A eventual excussão parcial da Alienação Fiduciária não afetará os termos, condições e proteções em benefício do Credor Fiduciário previstos neste Contrato, bem como não implicará a liberação da Alienação Fiduciária, sendo que o presente Contrato permanecerá em pleno vigor e efeito até o pagamento integral de todos os valores devidos em decorrência das Obrigações Garantidas.

11.9. Os Alienantes Fiduciantes reconhecem e concordam que a excussão dos Bens Alienados Fiduciariamente poderá ocorrer em condições menos favoráveis do que aquelas que poderiam ser obtidas por meio de uma venda em circunstâncias normais.

11.10. No prazo de até 30 (trinta) dias após o cumprimento integral das Obrigações Garantidas, o Credor Fiduciário encaminhará para o endereço de correspondência dos Alienantes Fiduciantes o termo de liberação da garantia constituída por este Contrato, na forma do **Anexo** VI ("Termo de Liberação"), podendo os Alienantes Fiduciantes, se assim o desejarem, enviar uma cópia do referido termo ao Banco Depositário.

11.11. Saldo Reenquadrado. O saldo do Crédito Abrangido de Credor Apoiador Modalidade 1 que seja reenquadrado na Opção A, nos termos da Cláusula 7.1.2 do Plano, passará a ser representado pelos títulos e condições da Opção A e beneficiado pela Alienação Fiduciária, em igualdade de condições e pari passu com os demais Debenturistas, nos termos da Cláusula 7.1.2.3 do Plano, observada a Condição Suspensiva, devendo as Partes aditar o Anexo II na forma da Cláusula 2.2.1. O reenquadramento e a consequente liberação da Alienação Fiduciária Modalidade 1 em relação ao respectivo Credor Apoiador Modalidade 1 não implementam, por si só, a Condição Suspensiva, nos termos da Cláusula 3.4.

11.12. Liberação após Quitação. A Alienação Fiduciária somente será liberada após a satisfação integral das Obrigações Garantidas. Caso as Obrigações Garantidas sejam integralmente satisfeitas antes da verificação da Condição Suspensiva, este Contrato extinguir-se-á sem que a Alienação Fiduciária tenha produzido efeitos, aplicando-se o disposto na Cláusula 11.10.

12. MANDATO

12.1. Neste ato, os Alienantes Fiduciantes autorizam expressamente o Credor Fiduciário, em caráter irrevogável e irretratável, conforme os artigos 653 e seguintes do Código Civil, a **(i)** tomar todas e quaisquer providências e firmar quaisquer instrumentos necessários ao exercício dos direitos previstos neste Contrato, inclusive, mas sem se limitar, a eventuais aditamentos, requerimentos e documentos que se façam necessários, e promover registros, averbações e arquivamentos necessários à constituição, aperfeiçoamento e preservação da Alienação Fiduciária, inclusive nos livros societários, e representar os Alienantes Fiduciantes na República Federativa do Brasil, em juízo ou fora dele, perante terceiros, todas e quaisquer agências ou autoridades federais, estaduais ou municipais, em todas as suas respectivas divisões e departamentos, incluindo, entre outras, Cartórios de Registro de Títulos e Documentos competentes, Cartórios de Registro de Imóveis competentes, Cartórios de Protesto, Juntas Comerciais, escrituradores, Bolsa de Valores, Comissão de Valores Mobiliários, Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, bancos, incluindo o Banco Central do Brasil, e quaisquer outras agências ou autoridades federais, estaduais ou municipais, em todas as suas respectivas divisões e departamentos, ou, ainda, quaisquer outros terceiros; e **(ii)** a partir da verificação da Condição Suspensiva e independentemente da hipótese de inadimplemento das Obrigações Garantidas ou na hipótese de Vencimento Antecipado, conforme aplicável, exercer o direito de voto inerente às Ações e Quotas Alienadas Fiduciariamente, comparecer a assembleias gerais e reuniões de sócios, eleger e destituir administradores, receber os Rendimentos, receber, resgatar, alienar, ceder ou transferir, parte ou a totalidade dos Bens Alienados Fiduciariamente, bem como transferir os recursos depositados na Conta Vinculada, ou concordar com a venda ou cessão dos Bens Alienados Fiduciariamente, no todo ou em parte, mediante venda, cessão,

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 110

transferência ou negociação privada ou em hasta pública, judicial ou extrajudicialmente, conforme o caso, incluindo, nos limites estabelecidos neste Contrato, poderes para negociar preço e condições, firmar contratos ou instrumentos de transferência, termos de transferência e alterações contratuais, transferir posse e domínio, firmar os recibos correspondentes e dar quitação, e alocar os respectivos recursos apurados com a referida venda ou cessão dos Bens Alienados Fiduciariamente e os recursos depositados na Conta Vinculada para amortização ou liquidação das Obrigações Garantidas, bem como para requerer todas e quaisquer aprovações prévias ou consentimentos que possam ser necessários para a transferência dos Bens Alienados Fiduciariamente e dos direitos creditórios a terceiros, podendo, ainda, substabelecer os poderes aqui conferidos, no todo ou em parte, com reserva de iguais poderes. Até a verificação da Condição Suspensiva, os poderes previstos neste mandato limitar-se-ão à prática dos atos de registro, averbação e conservação do direito eventual, nos termos do artigo 130 do Código Civil. Os Alienantes Fiduciantes, nesta data, outorgam ao Credor Fiduciário a procuração na forma descrita no **Anexo IV** do presente Contrato ("Procuração").

12.2. O mandato é outorgado em caráter irrevogável e irretratável, nos termos e para os efeitos dos artigos 684, 685 e parágrafo único do artigo 686 do Código Civil, sendo que enquanto estiverem vigentes as Obrigações Garantidas e válida pelo período de 1 ano contado da assinatura do presente instrumento. Os Alienantes Fiduciantes comprometem-se a renovar a Procuração continuamente por prazo adicional de 1 (um) ano, sempre com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data de seu vencimento, até a integral excussão da presente garantia ou a extinção integral das Obrigações Garantidas.

12.3. Sem prejuízo do disposto nas Cláusulas acima, os Alienantes Fiduciantes obrigam-se, sempre que solicitado pelo Credor Fiduciário, a praticar quaisquer atos e assinar quaisquer documentos destinados a confirmar a validade e eficácia da Procuração.

13. DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. A Alienação Fiduciária não abrangerá, enquanto não obtidas as Aprovações Necessárias, as ações e quotas de emissão das sociedades nas quais os Alienantes Fiduciantes, em conjunto, detenham, direta ou indiretamente, participação inferior à totalidade do capital social ("Participações Sujeitas a Aprovações"), na medida em que a constituição da Alienação Fiduciária sobre elas dependa de aprovações, anuências ou renúncias de terceiros exigidas pelos respectivos atos societários, acordos de sócios ou acionistas ou pela legislação aplicável ("Aprovações Necessárias").

13.1.1. Os Alienantes Fiduciantes envidarão seus melhores esforços, de acordo com as previsões societárias aplicáveis, para obter as Aprovações Necessárias, sem obrigação de alterar atos societários ou acordos de sócios ou acionistas, de pagar contraprestação não usual ou de iniciar

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 111

medidas judiciais ou arbitrais contra terceiros, sendo certo que, caso necessário, o Credor Fiduciário se compromete a aderir e cumprir integralmente com todos os termos e condições dos acordos de acionistas eventualmente em vigor em relação a cada uma das Participações Sujeitas a Aprovações que eventualmente forem aplicáveis para obtenção das Aprovações Necessárias.

13.1.2. Não obtidas as Aprovações Necessárias, a Alienação Fiduciária não incidirá sobre as respectivas Participações Sujeitas a Aprovações, o que não constituirá descumprimento deste Contrato, Evento de Retenção ou hipótese de vencimento antecipado, desde que observada a Cláusula 9.1.2.

13.1.3. Obtidas as Aprovações Necessárias, os Alienantes Fiduciantes, em até [•] Dias Úteis, celebrarão aditamento a este Contrato e promoverão os registros e averbações aplicáveis, passando a Alienação Fiduciária a produzir efeitos sobre tais participações a partir do aditamento.

13.2. Caráter Cumulativo. A Alienação Fiduciária é adicional e cumulativa em relação a quaisquer outras garantias das Obrigações Garantidas, podendo o Credor Fiduciário excutir qualquer delas, total ou parcialmente, simultânea ou sucessivamente, sem ordem de preferência e tantas vezes quantas necessárias, observada a Condição Suspensiva quanto à Alienação Fiduciária.

13.3. Execução Específica. As obrigações assumidas neste Contrato poderão ser objeto de execução específica, nos termos do disposto nos artigos 497, 806, 815 e seguintes do Código de Processo Civil, sem que isso signifique renúncia a qualquer outra ação ou providência, judicial ou não, que objetive resguardar direitos decorrentes do presente Contrato.

13.4. Ausência de Renúncia ou Novação**.** Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes do presente Contrato. Nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba a qualquer das Partes, conforme aplicável, em razão de qualquer inadimplemento da outra Parte, conforme aplicável, prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela respectiva Parte neste Contrato ou precedentes, no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso. Os direitos e recursos previstos neste Contrato são cumulativos, podendo ser exercidos individual ou simultaneamente, e não excluem quaisquer outros direitos ou recursos previstos nos instrumentos que lastreiam as Obrigações Garantidas.

13.5. Cessão. Os Alienantes Fiduciantes e as Sociedades Emissoras não poderão ceder ou de outra forma transferir seus direitos e obrigações, ou qualquer parte deles, para qualquer outra

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 112

parte, inclusive por meio de Reorganização Societária, sem a prévia e expressa anuência do Credor Fiduciário, sendo nulo qualquer ato praticado em violação a esta Cláusula. O Credor Fiduciário e os Debenturistas poderão ceder ou transferir seus direitos decorrentes deste Contrato, independentemente de anuência dos Alienantes Fiduciantes e das Sociedades Emissoras.

13.6. Despesas. Todas as despesas comprovadas incorridas pelo Credor Fiduciário nos termos deste Contrato para pagamento de taxas e comissões usuais, e eventuais despesas comprovadas de remessas e de telecomunicações e/ou outras quaisquer, bem como aquelas necessárias à segurança e regularização de seu crédito e de suas garantias, inclusive as de registro deste Contrato no Cartório, serão de total, única e exclusiva responsabilidade dos Alienantes Fiduciantes.

13.7. Notificações. As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes, nos termos deste Contrato deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Para os Alienantes Fiduciantes: [•]

Para o Credor Fiduciário: [•]

Para o Agente Fiduciário Opção A: [•]

Para o Agente Fiduciário Opção B: [•]

13.7.1. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "*aviso de recebimento*" expedido pela Empresa Brasileira de Correios, por telegrama ou por e-mail nos endereços acima. As comunicações feitas por e-mail serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente.

13.7.2. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra Parte pela Parte que tiver seu endereço alterado, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da sua ocorrência.

13.7.3. Eventuais prejuízos decorrentes da não observância do disposto na Cláusula 13.7.2~~13.6.2~~ acima serão arcados pela Parte inadimplente.

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 113

13.8. Irrevogabilidade e Sucessão. O presente Contrato é firmado em caráter irrevogável e irretratável e obriga tanto as Partes quanto seus sucessores e cessionários, a qualquer título.

13.9. Alterações. O presente Contrato somente poderá ser alterado por acordo escrito, devidamente assinado pelas Partes identificadas no preâmbulo deste Contrato, observado o disposto no item "(iv)" da Cláusula 7.1.1 do Plano e no item "(i)" da Cláusula 10.1.3 do Plano.

13.10. Vigência. O presente Contrato entra em vigor na data de sua assinatura, sendo a eficácia da Alienação Fiduciária subordinada à Condição Suspensiva, e permanecerá em pleno vigor e efeito até o pagamento e quitação integral das Obrigações Garantidas.

13.11. Independência das Cláusulas. Caso uma ou mais Cláusulas do presente Contrato sejam consideradas inválidas, ilegais, ineficazes ou inexequíveis, em qualquer aspecto, as demais Cláusulas aqui previstas permanecerão válidas, legais, eficazes e exequíveis, até o cumprimento integral, pelas Partes, de suas obrigações, nos termos deste Contrato. Caso qualquer Cláusula ou disposição seja considerada inválida, ilegal ou inaplicável, as Partes deverão negociar, de boa-fé, a modificação deste Contrato para manter a intenção original das Partes.

13.12. Assinatura Eletrônica**.** Para fins do artigo 10, parágrafo 2°, da Medida Provisória 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, as Partes reconhecem e concordam expressamente com a assinatura eletrônica deste Contrato, bem como quaisquer aditivos, por meio de qualquer plataforma de assinaturas eletrônicas, sendo certo que, em quaisquer hipóteses, deverão ser emitidas com certificado digital pela ICP-Brasil, constituindo forma legítima e suficiente para a comprovação da identidade e da validade da declaração de vontade das respectivas Partes em celebrar este Contrato, bem como quaisquer aditivos.

13.13. Lei Aplicável e Foro. Este Contrato é regido pelas Leis da República Federativa do Brasil. Fica eleito o Juízo da Recuperação Extrajudicial como competente para dirimir toda e qualquer controvérsia oriunda do presente Contrato, até o encerramento da Recuperação Extrajudicial. Após o encerramento da Recuperação Extrajudicial, o foro competente será o da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e contratadas, celebram o presente Contrato, de forma digital, os Alienantes Fiduciantes, o Credor Fiduciário, o Agente Fiduciário Modalidade 1 e as Sociedades Emissoras, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

[Local], [data].

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 114

[Páginas de assinatura dos Alienantes Fiduciantes, do Credor Fiduciário, do Agente Fiduciário Opção A, do Agente Fiduciário Opção B, das Sociedades Emissoras e de 2 (duas) testemunhas, com nome, CPF e cargo dos signatários]

ANEXO I

AÇÕES E QUOTAS ALIENADAS FIDUCIARIAMENTE

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 116

Anexo I-A – Participações Diretas (titularidade da Oncoclínicas)

Sociedade Emissora	**CNPJ/MF**	**Tipo**	**Titular (Alienante Fiduciante)**	**Quantidade / espécie / classe**	**% capital social total e votante alienado pelo Alienante Fiduciante**
Oncobio Serviços de Saúde S.A.	26.645.426/0001-96	S.A.	Oncoclínicas	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	100,00
Oncocentro Imagem e Serviços Médicos Ltda.	17.622.395/0001-67	Ltda.	Oncoclínicas	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	100,00
Talassa Oncologia e Participações S.A.	37.184.687/0001-72	S.A.	Oncoclínicas	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	50,01
Talia Participações Ltda.	37.138.913/0001-89	Ltda.	Oncoclínicas	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	99,90
Oncohematologia Participações Ltda.	26.193.072/0001-96	Ltda.	Oncoclínicas	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	99,62
Oncologia Participações Ltda.	21.592.249/0001-03	Ltda.	Oncoclínicas	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	99,99

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 117

Sociedade Emissora	**CNPJ/MF**	**Tipo**	**Titular (Alienante Fiduciante)**	**Quantidade / espécie / classe**	**% capital social total e votante alienado pelo Alienante Fiduciante**
Pontus Participações S.A.	23.945.627/0001-10	S.A.	Oncoclínicas	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	100,00
Oncopar Sul Empreendimentos e Participações Ltda.	21.236.729/0001-31	Ltda.	Oncoclínicas	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	100,00
Centro Paulista de Oncologia S.A.	52.164.662/0001-09	S.A.	Oncoclínicas	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	50,51
Radioterapia Oncoclínicas Ribeirão Preto Ltda.	26.843.026/0001-95	Ltda.	Oncoclínicas	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	99,08
Radioterapia Oncoclínicas São Paulo Ltda.	26.842.646/0001-00	Ltda.	Oncoclínicas	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	98,90
Central de Gestão e Saúde Ltda.	24.375.498/0001-35	Ltda.	Oncoclínicas	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	99,90
Radioterapia Oncoclínicas Salvador Ltda.	16.423.011/0001-14	Ltda.	Oncoclínicas	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	100,00

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 118

Sociedade Emissora	**CNPJ/MF**	**Tipo**	**Titular (Alienante Fiduciante)**	**Quantidade / espécie / classe**	**% capital social total e votante alienado pelo Alienante Fiduciante**
Oncoclínicas Salvador S.A.	16.433.593/0001-10	S.A.	Oncoclínicas	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	100,00
Centro Mineiro de Infusões S.A.	15.347.387/0001-24	S.A.	Oncoclínicas	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	100,00
Navarra RJ Serviços Oncológicos S.A. (Leste Fluminense)	33.495.365/0001-93	S.A.	Oncoclínicas	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	51,00
Oncoclínicas Participações RJ ES Ltda.	34.102.105/0001-73	Ltda.	Oncoclínicas	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	99,99
Oncoclínica – Centro de Tratamento Oncológico S.A.	72.101.124/0001-74	S.A.	Oncoclínicas	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	100,00
Unity Participações S.A.	30.986.413/0001-58	S.A.	Oncoclínicas	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	100,00
Hematológica – Clínica de Hematologia S.A.	00.410.960/0001-20	S.A.	Oncoclínicas	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	16,03

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 119

Sociedade Emissora	**CNPJ/MF**	**Tipo**	**Titular (Alienante Fiduciante)**	**Quantidade / espécie / classe**	**% capital social total e votante alienado pelo Alienante Fiduciante**
Núcleo de Oncologia da Bahia S.A.	41.980.319/0001-08	S.A.	Oncoclínicas	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	51,35
Radioterapia Oncoclínicas Recife S.A.	28.043.406/0001-70	S.A.	Oncoclínicas	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	7,00
Radioterapia Botafogo S.A.	40.447.278/0001-26	S.A.	Oncoclínicas	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	72,49
Instituto Oncológico de Ribeirão Preto S.A.	57.723.280/0001-83	S.A.	Oncoclínicas	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	4,50
Onco Vida Instituto Especializado de Oncologia S.A.	01.682.668/0001-29	S.A.	Oncoclínicas	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	99,60
Aliança Instituto de Oncologia S.A.	09.104.513/0001-17	S.A.	Oncoclínicas	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	99,54
Locus – Anatomia Patológica e Citologia Ltda.	69.287.381/0001-38	Ltda.	Oncoclínicas	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	9,28

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 120

Sociedade Emissora	**CNPJ/MF**	**Tipo**	**Titular (Alienante Fiduciante)**	**Quantidade / espécie / classe**	**% capital social total e votante alienado pelo Alienante Fiduciante**
Centro Brasileiro de Radioterapia Oncologia e Mastologia CEBROM Ltda.	00.754.174/0001-40	Ltda.	Oncoclínicas	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	1,98
CTR – Centro de Tratamento Radioterápico Ltda.	11.426.304/0001-31	Ltda.	Oncoclínicas	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	87,56
CTR – Centro de Tratamento Radioterápico de Anápolis Ltda.	23.264.130/0001-37	Ltda.	Oncoclínicas	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	86,69
Andrômeda Participações Ltda.	36.012.379/0001-05	Ltda.	Oncoclínicas	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	100,00
COTE – Centro Oncológico e Tratamentos Especiais Ltda.	46.902.754/0001-38	Ltda.	Oncoclínicas	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	100,00
AIO – Instituto do Câncer de Brasília Ltda.	11.859.927/0001-06	Ltda.	Oncoclínicas	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	0,09
CETTRO – Centro de Tratamento Oncológico Ltda.	00.520.237/0001-01	Ltda.	Oncoclínicas	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	0,82

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 121

Sociedade Emissora	**CNPJ/MF**	**Tipo**	**Titular (Alienante Fiduciante)**	**Quantidade / espécie / classe**	**% capital social total e votante alienado pelo Alienante Fiduciante**
Núcleo de Hematologia e Transplante de Medula Óssea de MG Ltda.	02.623.693/0001-02	Ltda.	Oncoclínicas	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	88,70
CTC Oncologia S.A.	37.217.968/0001-84	S.A.	Oncoclínicas	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	50,00
Centro de Excelência de Radioterapia do Rio de Janeiro S.A.	26.094.893/0001-75	S.A.	Oncoclínicas	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	50,00

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 122

Anexo I-B – Participações Indiretas (titularidade das Sociedades Intermediárias)

Sociedade Emissora	**CNPJ/MF**	**Tipo**	**Titular (Alienante Fiduciante)**	**Quantidade / espécie / classe**	**% capital social total e votante alienado pelo Alienante Fiduciante**
Centro Paulista de Oncologia S.A. (parcela indireta)	52.164.662/0001-09	S.A.	[Sociedade Intermediária – a confirmar]	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	49,46
Hematológica – Clínica de Hematologia S.A. (parcela indireta)	00.410.960/0001-20	S.A.	[Sociedade Intermediária – a confirmar]	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	83,97
Núcleo de Oncologia da Bahia S.A. (parcela indireta)	41.980.319/0001-08	S.A.	[Sociedade Intermediária – a confirmar]	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	32,00

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 123

Sociedade Emissora	**CNPJ/MF**	**Tipo**	**Titular (Alienante Fiduciante)**	**Quantidade / espécie / classe**	**% capital social total e votante alienado pelo Alienante Fiduciante**
Radioterapia Oncoclínicas Recife S.A. (parcela indireta)	28.043.406/0001-70	S.A.	[Sociedade Intermediária – a confirmar]	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	93,00
Radioterapia Botafogo S.A. (parcela indireta)	40.447.278/0001-26	S.A.	[Sociedade Intermediária – a confirmar]	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	27,51
Instituto Oncológico de Ribeirão Preto S.A. (parcela indireta)	57.723.280/0001-83	S.A.	[Sociedade Intermediária – a confirmar]	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	81,50
CEBROM Ltda. (parcela indireta)	00.754.174/0001-40	Ltda.	[Sociedade Intermediária – a confirmar]	[•] [ações ordinárias	98,02

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 124

Sociedade Emissora	**CNPJ/MF**	**Tipo**	**Titular (Alienante Fiduciante)**	**Quantidade / espécie / classe**	**% capital social total e votante alienado pelo Alienante Fiduciante**
				nominativas / quotas]	
Locus – Anatomia Patológica e Citologia Ltda. (parcela indireta)	69.287.381/0001-38	Ltda.	[Sociedade Intermediária – a confirmar]	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	90,72
AIO – Instituto do Câncer de Brasília Ltda. (parcela indireta)	11.859.927/0001-06	Ltda.	[Sociedade Intermediária – a confirmar]	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	99,91
CETTRO – Centro de Tratamento Oncológico Ltda. (parcela indireta)	00.520.237/0001-01	Ltda.	[Sociedade Intermediária – a confirmar]	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	99,18

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 125

Sociedade Emissora	**CNPJ/MF**	**Tipo**	**Titular (Alienante Fiduciante)**	**Quantidade / espécie / classe**	**% capital social total e votante alienado pelo Alienante Fiduciante**
Núcleo de Hematologia e TMO de MG Ltda. (parcela indireta)	02.623.693/0001-02	Ltda.	[Sociedade Intermediária – a confirmar]	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	11,30
Demais parcelas indiretas minoritárias (Talia 0,10; Oncohematologia 0,38; Oncologia Participações 0,01; Onco Vida 0,40; Aliança 0,46; Radioterapia Oncoclínicas Ribeirão Preto 0,92; Radioterapia Oncoclínicas São Paulo 1,10; Central de Gestão e Saúde 0,10; Oncoclínicas Participações RJ ES 0,01)	[•]	—	[Sociedade Intermediária – a confirmar]	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	conforme coluna ao lado
Idengene Medicina Diagnóstica S.A.	21.875.615/0001-31	S.A.	[Sociedade Intermediária – a confirmar]	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	100,00

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 126

Sociedade Emissora	**CNPJ/MF**	**Tipo**	**Titular (Alienante Fiduciante)**	**Quantidade / espécie / classe**	**% capital social total e votante alienado pelo Alienante Fiduciante**
Radiogroup Participações S.A.	19.122.507/0001-46	S.A.	[Sociedade Intermediária – a confirmar]	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	95,69
Radiocare Serviços Médicos Especializados Ltda.	07.796.772/0001-20	Ltda.	[Sociedade Intermediária – a confirmar]	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	100,00
Centro de Tratamento em Radioterapia Ltda.	04.484.464/0001-71	Ltda.	[Sociedade Intermediária – a confirmar]	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	100,00
CQAI Participações S.A.	16.687.758/0001-80	S.A.	[Sociedade Intermediária – a confirmar]	[•] [ações ordinárias	100,00

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 127

Sociedade Emissora	**CNPJ/MF**	**Tipo**	**Titular (Alienante Fiduciante)**	**Quantidade / espécie / classe**	**% capital social total e votante alienado pelo Alienante Fiduciante**
				nominativas / quotas]	
COT – Centro Oncológico do Triângulo S.A.	02.732.168/0001-17	S.A.	[Sociedade Intermediária – a confirmar]	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	65,00
COT – Radioterapia Ltda.	09.330.855/0001-55	Ltda.	[Sociedade Intermediária – a confirmar]	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	99,99
Oncocentro Uberlândia S.A.	15.138.676/0001-13	S.A.	[Sociedade Intermediária – a confirmar]	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	100,00

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 128

Sociedade Emissora	**CNPJ/MF**	**Tipo**	**Titular (Alienante Fiduciante)**	**Quantidade / espécie / classe**	**% capital social total e votante alienado pelo Alienante Fiduciante**
IHOC – Instituto de Hematologia e Oncologia Curitiba – Clínica Médica S.A.	03.850.913/0001-95	S.A.	[Sociedade Intermediária – a confirmar]	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	72,00
Centro de Quimioterapia Oncoclínicas S.A.	95.179.461/0004-22	S.A.	[Sociedade Intermediária – a confirmar]	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	100,00
Oncoclínicas Canoas Clínica de Oncologia Ltda.	08.968.057/0001-90	Ltda.	[Sociedade Intermediária – a confirmar]	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	100,00
Pro-Onco Centro de Tratamento Oncológico S.A.	73.863.342/0001-09	S.A.	[Sociedade Intermediária – a confirmar]	[•] [ações ordinárias	75,00

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 129

Sociedade Emissora	**CNPJ/MF**	**Tipo**	**Titular (Alienante Fiduciante)**	**Quantidade / espécie / classe**	**% capital social total e votante alienado pelo Alienante Fiduciante**
				nominativas / quotas]	
CPO – Centro Paraibano de Oncologia S.A.	07.510.778/0001-90	S.A.	[Sociedade Intermediária – a confirmar]	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	99,99
NOS – Núcleo de Oncologia de Sergipe S.A.	12.282.163/0001-93	S.A.	[Sociedade Intermediária – a confirmar]	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	99,99
Multihemo Serviços Médicos S.A.	03.559.174/0001-87	S.A.	[Sociedade Intermediária – a confirmar]	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	100,00

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 130

Sociedade Emissora	**CNPJ/MF**	**Tipo**	**Titular (Alienante Fiduciante)**	**Quantidade / espécie / classe**	**% capital social total e votante alienado pelo Alienante Fiduciante**
Onco Clínica Recife Ltda.	02.018.718/0001-30	Ltda.	[Sociedade Intermediária – a confirmar]	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	99,99
CECON – Centro Capixaba de Oncologia S.A.	39.315.171/0001-45	S.A.	[Sociedade Intermediária – a confirmar]	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	82,50
Oncoclínicas Rio de Janeiro S.A.	00.717.088/0001-67	S.A.	[Sociedade Intermediária – a confirmar]	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	100,00
Hospital de Oncologia do Méier S.A.	33.633.141/0001-09	S.A.	[Sociedade Intermediária – a confirmar]	[•] [ações ordinárias	100,00

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 131

Sociedade Emissora	**CNPJ/MF**	**Tipo**	**Titular (Alienante Fiduciante)**	**Quantidade / espécie / classe**	**% capital social total e votante alienado pelo Alienante Fiduciante**
				nominativas / quotas]	
IRA – Instituto Roberto Alvarenga Ltda.	18.271.874/0001-49	Ltda.	[Sociedade Intermediária – a confirmar]	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	100,00
Instituto Materno Infantil de Minas Gerais S.A.	01.067.064/0001-72	S.A.	[Sociedade Intermediária – a confirmar]	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	100,00
CAM – Clínica de Assistência à Mulher Ltda.	14.526.487/0001-55	Ltda.	[Sociedade Intermediária – a confirmar]	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	100,00

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 132

Sociedade Emissora	**CNPJ/MF**	**Tipo**	**Titular (Alienante Fiduciante)**	**Quantidade / espécie / classe**	**% capital social total e votante alienado pelo Alienante Fiduciante**
CLION – Clínica de Oncologia Ltda.	13.501.218/0001-71	Ltda.	[Sociedade Intermediária – a confirmar]	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	100,00
GMN – Grupo de Medicina Nuclear Ltda.	04.821.603/0001-05	Ltda.	[Sociedade Intermediária – a confirmar]	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	100,00
OSTEO – Centro de Diagnóstico da Osteoporose Ltda.	40.594.293/0001-05	Ltda.	[Sociedade Intermediária – a confirmar]	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	100,00
Microimagem Laboratório de Anatomia Patológica e Citopatologia Ltda.	00.222.442/0001-82	Ltda.	[Sociedade Intermediária – a confirmar]	[•] [ações ordinárias	100,00

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 133

Sociedade Emissora	**CNPJ/MF**	**Tipo**	**Titular (Alienante Fiduciante)**	**Quantidade / espécie / classe**	**% capital social total e votante alienado pelo Alienante Fiduciante**
				nominativas / quotas]	
CEMISE – Centro de Medicina Integrada de Sergipe Ltda.	16.456.022/0001-09	Ltda.	[Sociedade Intermediária – a confirmar]	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	100,00
CEMISE – Ressonância Magnética e Tomografia Computadorizada Ltda.	32.804.353/0001-30	Ltda.	[Sociedade Intermediária – a confirmar]	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	100,00
Brasil Memorial Holding S.A.	29.959.585/0001-53	S.A.	[Sociedade Intermediária – a confirmar]	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	100,00

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 134

Sociedade Emissora	**CNPJ/MF**	**Tipo**	**Titular (Alienante Fiduciante)**	**Quantidade / espécie / classe**	**% capital social total e votante alienado pelo Alienante Fiduciante**
Itaigara Memorial Hospital Dia Ltda.	01.519.101/0001-36	Ltda.	[Sociedade Intermediária – a confirmar]	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	100,00
Salvador Memorial Empreendimentos Médicos Ltda.	63.225.882/0001-03	Ltda.	[Sociedade Intermediária – a confirmar]	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	99,80
Masto – Clínica de Mastologia da Bahia S.A.	34.434.217/0001-21	S.A.	[Sociedade Intermediária – a confirmar]	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	85,28
Unidade de Oncologia Clínica e Pediátrica Ltda.	57.394.710/0001-60	Ltda.	[Sociedade Intermediária – a confirmar]	[•] [ações ordinárias	100,00

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 135

Sociedade Emissora	**CNPJ/MF**	**Tipo**	**Titular (Alienante Fiduciante)**	**Quantidade / espécie / classe**	**% capital social total e votante alienado pelo Alienante Fiduciante**
				nominativas / quotas]	
Instituto Paulista de Oncologia e Cuidados Paliativos Ltda.	03.863.591/0001-19	Ltda.	[Sociedade Intermediária – a confirmar]	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	100,00
Clínica OAL SP de Serviços Médicos Ltda.	09.127.332/0001-06	Ltda.	[Sociedade Intermediária – a confirmar]	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	100,00
Ultraimagem Ltda.	10.544.698/0001-60	Ltda.	[Sociedade Intermediária – a confirmar]	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	55,00

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 136

Sociedade Emissora	**CNPJ/MF**	**Tipo**	**Titular (Alienante Fiduciante)**	**Quantidade / espécie / classe**	**% capital social total e votante alienado pelo Alienante Fiduciante**
Clínica Ressonance S.A.	11.429.182/0001-37	S.A.	[Sociedade Intermediária – a confirmar]	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	100,00
Giordani Camicia Serviços Médicos Ltda.	45.595.483/0001-52	Ltda.	[Sociedade Intermediária – a confirmar]	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	51,00
Instituto de Oncologia Kaplan S.A.	94.831.294/0001-47	S.A.	[Sociedade Intermediária – a confirmar]	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	100,00
Onco & Hemato Serviços Médicos S.A.	01.420.861/0001-91	S.A.	[Sociedade Intermediária – a confirmar]	[•] [ações ordinárias	100,00

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 137

Sociedade Emissora	**CNPJ/MF**	**Tipo**	**Titular (Alienante Fiduciante)**	**Quantidade / espécie / classe**	**% capital social total e votante alienado pelo Alienante Fiduciante**
				nominativas / quotas]	
Serviço de Atendimento Médico e Diagnóstico	10.668.636/0001-60	Ltda.	[Sociedade Intermediária – a confirmar]	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	100,00
AIO – Instituto de Câncer de Manaus Ltda.	31.107.333/0001-48	Ltda.	[Sociedade Intermediária – a confirmar]	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	100,00
Corp Centro de Oncologia de Rio Preto S.A.	10.576.443/0001-89	S.A.	[Sociedade Intermediária – a confirmar]	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	100,00

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 138

Sociedade Emissora	**CNPJ/MF**	**Tipo**	**Titular (Alienante Fiduciante)**	**Quantidade / espécie / classe**	**% capital social total e votante alienado pelo Alienante Fiduciante**
Centro Pernambucano de Oncologia S.A.	35.330.497/0001-90	S.A.	[Sociedade Intermediária – a confirmar]	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	100,00
Imunomed Clínica de Infusão e Especialidades S.A.	39.387.477/0001-07	S.A.	[Sociedade Intermediária – a confirmar]	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	100,00
Instituto de Radioterapia Vitória S.A.	05.816.963/0001-81	S.A.	[Sociedade Intermediária – a confirmar]	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	100,00
Clínica de Radioterapia e Quimioterapia de Presidente Prudente S.A.	15.420.245/0001-45	S.A.	[Sociedade Intermediária – a confirmar]	[•] [ações ordinárias	100,00

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 139

Sociedade Emissora	**CNPJ/MF**	**Tipo**	**Titular (Alienante Fiduciante)**	**Quantidade / espécie / classe**	**% capital social total e votante alienado pelo Alienante Fiduciante**
				nominativas / quotas]	
Neon – Núcleo Especializado em Oncologia S.A.	04.786.490/0001-54	S.A.	[Sociedade Intermediária – a confirmar]	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	100,00
SF 217 Participações Societárias Ltda.	37.669.216/0001-54	Ltda.	[Sociedade Intermediária – a confirmar]	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	100,00
Oncologia Manaus S.A.	39.524.542/0001-07	S.A.	[Sociedade Intermediária – a confirmar]	[•] [ações ordinárias nominativas / quotas]	100,00

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 140

ANEXO II
DESCRIÇÃO DAS OBRIGAÇÕES GARANTIDAS

Para fins do artigo 1.362 do Código Civil, do artigo 66-B, §4º, da Lei nº 4.728 e do artigo 18 da Lei nº 9.514:

(a) **Título:** Série A das Debêntures da Opção A – debêntures [simples, não conversíveis em ações, da espécie [•]], [para colocação privada], emitidas pela Oncoclínicas nos termos da Cláusula 6.2.1 do Plano e da Escritura de Emissão, inclusive quanto ao saldo reenquadrado dos Credores Apoiadores Modalidade 1 (Cláusula 7.1.2.3 do Plano);

(b) **Valor de emissão:** R$ [•], correspondente a 70% (setenta por cento) do valor do Crédito Abrangido dos Credores Abrangidos que elegeram a Opção A, ajustado pela variação acumulada do IPCA/IBGE, acrescida de juros remuneratórios de 7,75% (sete inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, incidentes entre a Data do Pedido e a data de emissão (Cláusula 6.2.1, item "(i)", do Plano);

(c) **Atualização monetária:** variação do IPCA/IBGE desde a data de emissão, incorporada ao valor nominal e paga juntamente com cada parcela de amortização (Cláusula 6.2.1, itens "(ii)" e "(iii)", do Plano);

(d) **Juros remuneratórios:** 7,75% (sete inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, sobre o valor nominal atualizado, pagos semestralmente no último Dia Útil de janeiro e de julho, com primeiro pagamento em julho de 2027, facultada à Oncoclínicas a capitalização nas datas de pagamento até 31 de dezembro de 2028 (Opção de Capitalização), hipótese em que a taxa é acrescida de 2 p.p. (Prêmio de Capitalização), passando a 9,75% (nove inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano, incidente proporcionalmente à parcela capitalizada (Cláusula 6.2.1, itens "(iii)", "(iv)" e "(vi)", do Plano);

(e) **Amortização:** 6 (seis) parcelas anuais e consecutivas, no último Dia Útil de janeiro de cada ano: jan/2031 – 5,0%; jan/2032 – 5,0%; jan/2033 – 15,0%; jan/2034 – 20,0%; jan/2035 – 25,0%; jan/2036 – 30,0% (total: 100,0%) (Cláusula 6.2.1, item "(ix)", do Plano);

(f) **Vencimento final:** último Dia Útil de janeiro de 2036;

(g) **Valor do Pagamento por Não Conversão:** parcela correspondente a 70% (setenta por cento) do Valor do Pagamento por Não Conversão devido aos Credores Abrangidos que tenham eleito a Opção B, se e quando apurado na Data da Não Conversão, acrescida da

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 141

Remuneração do Pagamento por Não Conversão (100% da variação acumulada do CDI, desde a Data da Não Conversão), com principal amortizado nas mesmas datas e nos mesmos percentuais da Série A e remuneração paga em moeda corrente nas Datas de Pagamento da Remuneração da Série A, vedada a Opção de Capitalização, em igualdade de condições e pari passu com a Série A (Cláusulas 6.3.6.2, 6.3.6.2.1 e 6.3.6.2.2 do Plano);

(h) **Amortizações antecipadas:** destinação, após a quitação integral das Debêntures Modalidade 1, dos recursos líquidos de alienação das ações ou quotas objeto da Alienação Fiduciária, de ativos das respectivas sociedades ou dos Créditos de Regresso à Série A (Cláusula 9.2 do Plano) e Pagamento Antecipado Facultativo (Cláusula 11.5 do Plano), estendidos, na mesma data e proporção, à parcela correspondente do Valor do Pagamento por Não Conversão (Cláusula 6.3.6.2.2, item "(v)", do Plano);

(i) **Encargos moratórios:** [multa de 2% e juros de mora de 1% ao mês], nos termos da Escritura de Emissão.

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 142

ANEXO III
TEXTO DE AVERBAÇÃO NOS LIVROS SOCIETÁRIOS E CONTRATOS SOCIAIS

“Todas as [ações/quotas] de emissão de [SOCIEDADE EMISSORA] de titularidade de [ALIENANTE FIDUCIANTE], representativas de [•]% do capital social total e votante, bem como os respectivos dividendos, lucros, juros sobre capital próprio, bonificações, direitos de subscrição e demais direitos e frutos, encontram-se alienadas fiduciariamente, sob condição suspensiva, a [AGENTE FIDUCIÁRIO DA OPÇÃO A], na qualidade de agente fiduciário dos debenturistas das Debêntures da Opção A e a [AGENTE FIDUCIÁRIO DA OPÇÃO B], na qualidade de agente fiduciário dos debenturistas das Debêntures da Opção B, quanto a obrigações devidas pela Oncoclínicas do Brasil Serviços Médicos S.A., nos termos do Instrumento Particular de Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Quotas em Garantia e Outras Avenças sob Condição Suspensiva datado de [•] de [•] de 2026, arquivado na sede da sociedade, estando a eficácia da alienação fiduciária subordinada à condição suspensiva nele prevista e, a partir de seu implemento, sujeitas às restrições de transferência, oneração e exercício do direito de voto nele previstas."

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 143

ANEXO IV
MODELO DE PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento, [ALIENANTE FIDUCIANTE / SOCIEDADE EMISSORA], [qualificação] ("Outorgante"), nomeia e constitui, em caráter irrevogável e irretratável, nos termos dos artigos 653, 684 e 685 do Código Civil, [AGENTE FIDUCIÁRIO DA OPÇÃO A/B], [qualificação] ("Outorgado"), na qualidade de agente fiduciário dos debenturistas das Debêntures da [Opção A/B], seu bastante procurador, no âmbito do Instrumento Particular de Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Quotas em Garantia e Outras Avenças sob Condição Suspensiva datado de [•] ("Contrato"), com poderes para: (i) tomar todas e quaisquer providências e firmar quaisquer instrumentos necessários ao exercício dos direitos previstos no Contrato, inclusive, mas sem se limitar, eventuais aditamentos, requerimentos e documentos que se façam necessários, e promover registros, averbações e arquivamentos necessários à constituição, aperfeiçoamento e preservação da Alienação Fiduciária, inclusive nos livros societários, e representar o Outorgante na República Federativa do Brasil, em juízo ou fora dele, perante terceiros, todas e quaisquer agências ou autoridades federais, estaduais ou municipais, em todas as suas respectivas divisões e departamentos, incluindo, entre outras, Cartórios de Registro de Títulos e Documentos competentes, Cartórios de Registro de Imóveis competentes, Cartórios de Protesto, Juntas Comerciais, escrituradores, Bolsa de Valores, Comissão de Valores Mobiliários, Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, bancos, incluindo o Banco Central do Brasil, e quaisquer outros terceiros; e (ii) a partir da verificação da Condição Suspensiva e na hipótese de inadimplemento das Obrigações Garantidas ou na hipótese de Vencimento Antecipado, conforme aplicável: (a) exercer o direito de voto inerente às Ações e Quotas Alienadas Fiduciariamente, comparecer a assembleias gerais e reuniões de sócios, eleger e destituir administradores; (b) receber os Rendimentos; (c) receber, resgatar, alienar, ceder ou transferir, parte ou a totalidade dos Bens Alienados Fiduciariamente, bem como transferir os recursos depositados na Conta Vinculada, ou concordar com a venda ou cessão dos Bens Alienados Fiduciariamente, no todo ou em parte, mediante venda, cessão, transferência ou negociação privada ou em hasta pública, judicial ou extrajudicialmente, conforme o caso; (d) negociar preço e condições, firmar contratos ou instrumentos de transferência, termos de transferência e alterações contratuais, transferir posse e domínio, firmar os recibos correspondentes e dar quitação; (e) alocar os recursos apurados com a venda ou cessão dos Bens Alienados Fiduciariamente e os recursos depositados na Conta Vinculada para amortização ou liquidação das Obrigações Garantidas; (f) requerer todas e quaisquer aprovações prévias ou consentimentos que possam ser necessários para a transferência dos Bens Alienados Fiduciariamente e dos direitos creditórios a terceiros; e (g) substabelecer os poderes aqui conferidos, no todo ou em parte, com reserva de iguais poderes. Até a verificação da Condição Suspensiva, os poderes ora outorgados limitar-se-ão à prática dos atos de registro, averbação e conservação do direito eventual. Os termos iniciados em letras maiúsculas e não definidos nesta procuração terão o

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 144

significado a eles atribuído no Contrato, e os poderes ora outorgados serão exercidos nos limites nele estabelecidos. Esta procuração é outorgada como condição do Contrato, sendo irrevogável e válida até a quitação integral das Obrigações Garantidas. [Local], [data]. [Assinatura].

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 145

ANEXO V
APROVAÇÕES SOCIETÁRIAS

[Relacionar: (i) reunião do Conselho de Administração da Oncoclínicas realizada em [•], que aprovou a emissão das Debêntures da Opção A/B e a outorga da Alienação Fiduciária sob Condição Suspensiva, nos termos do estatuto social; (ii) deliberações/reuniões de sócios de cada Alienante Fiduciante; e (iii) deliberações de cada Sociedade Emissora (inclusive anuência dos sócios minoritários das Sociedades Emissoras limitadas e renúncia aos direitos de preferência).]

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 146

ANEXO VI
MODELO DE TERMO DE LIBERAÇÃO

[AGENTE FIDUCIÁRIO DA OPÇÃO A/B], na qualidade de agente fiduciário dos debenturistas das Debêntures da [Opção A/B], declara que as Obrigações Garantidas pelo Instrumento Particular de Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Quotas em Garantia e Outras Avenças sob Condição Suspensiva datado de [•], registrado sob os nºs [•] nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos de [•], foram integralmente quitadas, ficando liberada a Alienação Fiduciária e autorizado o cancelamento das respectivas averbações e registros, sem prejuízo do disposto na Cláusula 11.10 do Contrato.

[Local], [data]. [Assinatura].

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 147

ANEXO F

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS E CONTAS VINCULADAS EM GARANTIA E OUTRAS AVENÇAS

Pelo presente "Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Contas Vinculadas em Garantia e Outras Avenças" ("Contrato"), as Partes, conforme abaixo definido:

como cedentes ("Cedentes" ou, individual e indistintamente, "Cedente"):

(1) ONCOCLÍNICAS DO BRASIL SERVIÇOS MÉDICOS S.A., companhia aberta, com sede na cidade de São Paulo, São Paulo, na Rua Augusta, 1562, 11º e 12º andares, Consolação, CEP 01304-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 12.104.241/0004-02, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial de São Paulo sob o NIRE 35.300.493.699, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Oncoclínicas");

(2) AIO – INSTITUTO DO CÂNCER DE BRASÍLIA LTDA., sociedade empresária limitada, com sede em Brasília, Distrito Federal, na Quadra Qs 3 EPCT Lotes 3, 5, 7 E 9 Loja 01 Parte A, nº SN, Areal (Águas Claras), CEP 71953-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.859.927/0001-06, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(3) AIO – INSTITUTO DE CÂNCER DE MANAUS LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, na Avenida Djalma Batista, nº 1661, sala G-3, Millenium Center Edifício Medical Tower, Chapada, CEP 69050-970, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 31.107.333/0001-48, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(4) ALIANÇA INSTITUTO DE ONCOLOGIA S.A., sociedade anônima, com sede na cidade de Brasília, Distrito Federal, na Quadra Qs 3, nº LT 03, LOTE 05/07, LOJA 21, EDIFÍCIO PATIO CAPITAL, Areal (Águas Claras), CEP 71953-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.104.513/0001-17, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(5) CAM - CLÍNICA DE ASSISTÊNCIA À MULHER LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Salvador, Estado da Bahia, na Rua Claudio Manoel Da Costa, nº 58, Canela, CEP 40110-180, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.526.487/0001-55, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(6) CECON - CENTRO CAPIXABA DE ONCOLOGIA S.A., sociedade anônima, com sede na cidade de Vitoria, Estado do Espírito Santo, na Rua Manoel Feu Subtil, nº 120, EDIFÍCIO

FERNANDO PESSOA SALA 201 E 203, Enseada Do Sua, CEP 29050-400, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 39.315.171/0001-45, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(7) CEMISE CENTRO DE MEDICINA INTEGRADA DE SERGIPE LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Aracaju, Sergipe, na Rua Construtor Joao Alves, nº 228, Salgado Filho, CEP 49020-365, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 16.456.022/0001-09, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(8) CEMISE-RESSONÂNCIA MAGNÉTICA E TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Aracaju, Sergipe, na Rua Doutor Moacyr Rabelo Leite, nº 138, Treze de Julho, CEP 49020-285, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 32.804.353/0001-30, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(9) CENTRO BRASILEIRO DE RADIOTERAPIA ONCOLOGIA E MASTOLOGIA CEBROM LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Goiânia, Goiás, na Avenida Quinta Avenida, Quadra 40, Lote 01E, nº 130, Set Leste Universitário, CEP 74605-040, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.754.174/0001-40, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(10) CENTRO DE QUIMIOTERAPIA ONCOCLÍNICAS S.A., sociedade anônima, com sede na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Tobias da Silva, nº 126, Moinhos De Vento, CEP 90570-020, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 95.179.461/0004-22, neste ato representada na forma de seu estatuto social;

(11) CENTRO DE TRATAMENTO EM RADIOTERAPIA LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Betim, Minas Gerais, na Rua Vinte, nº 90, TERREO; Jardim Brasília, CEP 32671-550, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.484.464/0001-71, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(12) CENTRO PAULISTA DE ONCOLOGIA S.A., sociedade anônima, com sede na cidade de São Paulo, São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4300, ANDAR: 10; ESCRITORIO CORP. 10, Itaim Bibi, CEP 04538-132, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 52.164.662/0001-09, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(13) CENTRO PERNAMBUCANO DE ONCOLOGIA S.A., sociedade anônima, com sede na cidade de Recife, Pernambuco, na Rua Jose De Alencar, nº 871, Boa Vista, CEP 50070-030, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 35.330.497/0001-90, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(14) CLÍNICA DE RADIOTERAPIA E QUIMIOTERAPIA DE PRESIDENTE PRUDENTE S.A., sociedade anônima, com sede na cidade de Presidente Prudente, São Paulo, na Rua Antonio

de Souza Costa, nº 614, Jardim Rio 400, CEP 19053-240, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.420.245/0001-45, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(15) CETTRO – CENTRO DE TRATAMENTO ONCOLÓGICO LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Brasília, Distrito Federal, SMH/Norte Quadra 02 Bloco A, Asa Norte, CEP 70710-100, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.520.237/0001-01, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(16) CLÍNICA OAL SP DE SERVICOS MEDICOS LTDA, sociedade empresária limitada, com sede na cidade de São Paulo, São Paulo, na Avenida Min Gabriel de Rezende Passos, nº 500, conjs. 1003 1004 1316 1317, Moema, CEP 04521-022, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.127.332/0001-06, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(17) CLÍNICA RESSONANCE S.A., sociedade anônima, com sede em Brasília, Distrito Federal, na Setor Shi/Sul Qi 11 Bloco M, nº SN, lojas 13 14 15 E 16, Setor De Habitações Individuais Sul, CEP 71625-620, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.429.182/0001-37, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(18) CLION – CLÍNICA DE ONCOLOGIA LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Salvador, Estado da Bahia, na Avenida Oceânica, nº 3975, LOJA 02, Ondina, CEP 40170-010, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.501.218/0001-71, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(19) CORP CENTRO DE ONCOLOGIA DE RIO PRETO S.A., sociedade anônima, com sede na cidade de São Jose Do Rio Preto, São Paulo, na Rua Doutor Presciliano Pinto, nº 1118, Conj. 01, Boa Vista, CEP 15025-100, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.576.443/0001-89, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(20) COT - CENTRO ONCOLÓGICO DO TRIÂNGULO S.A., sociedade anônima, com sede na cidade de Uberlândia, Minas Gerais, na Avenida Anselmo Alves Dos Santos, nº 900, andar 1, subsolo Ala 1 térreo, Santa Monica, CEP 38408-150, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.732.168/0001-17, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(21) COT RADIOTERAPIA LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Uberlândia, Minas Gerais, na Avenida Anselmo Alves Dos Santos, nº 900, subsolo Ala 2, Santa Mônica, CEP 38408-150, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.330.855/0001-55, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(22) CPO – CENTRO PARAIBANO DE ONCOLOGIA S.A., sociedade anônima, com sede na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba, na Avenida Mato Grosso, nº 183, andar 1

salas 200 e 316, Estados, CEP 58030-080, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.510.778/0001-90, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(23) CTR CENTRO DE TRATAMENTO RADIOTERÁPICO DE ANÁPOLIS LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Anápolis, Goiás, na Rua Eduardo Carlos Pereira Magalhaes, nº 45, quadra 11, Lote 01, Cidade Universitária, CEP 75074-830, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.264.130/0001-37, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(24) CTR CENTRO DE TRATAMENTO RADIOTERÁPICO LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Goiânia, Goiás, na Rua T55, nº 741, quadra 106, lote 20, Set Bueno, CEP 74215-170, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.426.304/0001-31, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(25) GIORDANI CAMICIA SERVICOS MEDICOS LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Uruguaiana, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Treze De Maio, nº 2506, Nova Esperança, CEP 97503-284, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 45.595.483/0001-52, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(26) GMN - GRUPO DE MEDICINA NUCLEAR LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Salvador, Estado da Bahia, na Avenida Antonio Carlos Magalhaes, nº 237, 3 ANDAR, Pituba, CEP 41825-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.821.603/0001-05, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(27) HEMATOLÓGICA CLÍNICA DE HEMATOLOGIA S.A., sociedade anônima, com sede na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, na Rua Paraíba, nº 330, andares 1, 2 e 3, Parte 01, Funcionários, CEP 30130-917, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.410.960/0001-20, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(28) HOSPITAL DE ONCOLOGIA DO MÉIER S.A., sociedade anônima, com sede na cidade de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Aristides Caire, nº 27, Méier, CEP 20775-090, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.633.141/0001-09, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(29) IMUNOMED CLÍNICA DE INFUSÃO E ESPECIALIDADES S.A., sociedade anônima, com sede na cidade de Vitoria, Estado do Espírito Santo, na Rua Constante Sodre, nº 750, Edifício New York Plaza, Sala 02, Santa Lucia, CEP 29056-310, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 39.387.477/0001-07, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(30) INSTITUTO DE ONCOLOGIA KAPLAN S.A., sociedade anônima, com sede na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Olavo Bilac, nº 805, Azenha, CEP 90040-

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 151

310, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 94.831.294/0001-47, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(31) INSTITUTO DE RADIOTERAPIA VITÓRIA S.A., sociedade anônima, com sede na cidade de Serra, Estado do Espírito Santo, na Rodovia Governador Mario Covas, nº 591, Anexo Vitoria Apart Hospitsetor Radioterapia, Boa Vista Ii, CEP 29161-001, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.816.963/0001-81, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(32) INSTITUTO DE HEMATOLOGIA E ONCOLOGIA CURITIBA – CLÍNICA MÉDICA S.A., sociedade anônima, com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Fagundes Varela, nº 1785, Bacacheri, CEP 82520-040, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.850.913/0001-95, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(33) INSTITUTO ONCOLÓGICO DE RIBEIRÃO PRETO S.A., sociedade anônima, com sede na cidade de Ribeirão Preto, São Paulo, na Rua Ayrton Roxo, nº 571, Alto Da Boa Vista, CEP 14025-270, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 57.723.280/0001-83, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(34) IRA - INSTITUTO ROBERTO ALVARENGA LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, na Rua Paraíba, nº 330, SUBSL 1, Funcionários, CEP 30130-917, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.271.874/0001-49, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(35) ITAIGARA MEMORIAL HOSPITAL DIA LTDA, sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Salvador, Estado da Bahia, na Rua Altino Serbeto De Barros, nº 000119, Edifício Centro Odonto Médico Linus Pauling, Pavimentos 3, 4 e 5, Pisos Outros, Anexo, Pituba, CEP 41830-907, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.519.101/0001-36, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(36) LOCUS - ANATOMIA PATOLÓGICA E CITOLOGIA LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de São Paulo, São Paulo, na Rua Natividade, nº 139, andar 1, Vila Nova Conceicao, CEP 04513-020, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 69.287.381/0001-38, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(37) MASTO - CLÍNICA DE MASTOLOGIA DA BAHIA S.A. (Núcleo da Mama), sociedade anônima, com sede na cidade de Salvador, Estado da Bahia, na Avenida Oceânica, nº 003975, Edifício Enseada Empresarial, Sala 101, Rio Vermelho, CEP 41950-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 34.434.217/0001-21, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(38) MICROIMAGEM LABORATÓRIO DE ANATOMIA PATOLÓGICA E CITOPALOGIA LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Rio De Janeiro, Estado do Rio de

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 152

Janeiro, na Rua Siqueira Campos, nº 00093, salas 901 A 906, Copacabana, CEP 22031-071, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.222.442/0001-82, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(39) MULTIHEMO SERVIÇOS MÉDICOS S.A., sociedade anônima, com sede na cidade de Recife, Pernambuco, na Rua Senador Jose Henrique, nº 231, sala 3001, Emp Charles Darwin, andar 29, salas 2901 a 2906 parte, andar 30, salas 3001 a 3006 parte, Ilha Do Leite, CEP 50070-460, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.559.174/0001-87, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(40) NAVARRA RJ SERVIÇOS ONCOLÓGICOS S.A., sociedade anônima, com sede na cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, na Estrada Francisco Da Cruz Nunes, nº 5.599, PARTE, Itaipu, CEP 24340-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.495.365/0001-93, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(41) NEON- NÚCLEO ESPECIALIZADO EM ONCOLOGIA S.A., sociedade anônima, com sede na cidade de Vila Velha, Estado do Espírito Santo, na Rua Doutor Jairo de Matos Pereira, 599, Praia Da Costa, CEP 29101-310, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.786.490/0001-54, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(42) NOS - NÚCLEO DE ONCOLOGIA DE SERGIPE S.A., sociedade anônima, com sede na cidade de Aracaju, Sergipe, na Avenida Deputado Pedro Valadares, nº 550, Grageru, CEP 49025-090, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.282.163/0001-93, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(43) NÚCLEO DE HEMATOLOGIA E TRANSPLANTE DE MEDULA ÓSSEA DE MINAS GERAIS LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Contagem, Minas Gerais, na Avenida Joao Cesar De Oliveira, nº 5757, Loja 12, térreo, Beatriz, CEP 32040-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.623.693/0001-02, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(44) NÚCLEO DE ONCOLOGIA DA BAHIA S.A., sociedade anônima, com sede na cidade de Salvador, Estado da Bahia, na Avenida Milton Santos, nº 123, Ondina, CEP 40170-110, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 41.980.319/0001-08, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(45) ONCOCENTRO IMAGEM E SERVIÇOS MÉDICOS LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, na Rua dos Otoni, nº 742, Sala 801, Santa Efigênia, CEP 30150-274, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.622.395/0001-67, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(46) ONCOCENTRO UBERLÂNDIA S.A., sociedade anônima, com sede na cidade de Uberlândia, Minas Gerais, na Av Afonso Pena, 1609, CEP 38400-706, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.138.676/0001-13, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(47) ONCO CLÍNICA RECIFE LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Recife, Pernambuco, na Rua Senador José Henrique, nº 231, Sala 2901, Ilha do Leite, CEP 50070-460, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.018.718/0001-30, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(48) ONCO & HEMATO SERVIÇOS MÉDICOS S.A., sociedade anônima, com sede na cidade de Serra, Estado do Espírito Santo, na Avenida Eldes Scherrer Souza, 558, SALA 201, Civit II, CEP 29168-060, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.420.861/0001-91, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(49) ONCO VIDA INSTITUTO ESPECIALIZADO DE ONCOLOGIA S.A., sociedade anônima, com sede em Brasília, Distrito Federal, na Quadra SGA/Sul 915, nº S/N, Sala 1-T, Edifício Advance 2, Asa Sul, CEP 70390-150, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.682.668/0001-29, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(50) ONCOBIO SERVIÇOS DE SAÚDE S.A., sociedade anônima, com sede na cidade de Joao Pessoa, Estado da Paraíba, na Avenida Mato Grosso, nº 183, andar 1, salas 200 e 316, Estados, CEP 58030-080, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 26.645.426/0003-58, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(51) ONCOCLÍNICAS CANOAS CLÍNICA DE ONCOLOGIA LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Canoas, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Doutor Barcelos, nº 1135, conjuntos 604 E 1100, Centro, CEP 92310-200, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.968.057/0001-90, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(52) ONCOCLÍNICAS RIO DE JANEIRO S.A. (EX-CTTB), sociedade anônima, com sede na cidade de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia Botafogo, nº 300, SALAS 401 E 1.001, Botafogo, CEP 22250-905, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.717.088/0001-67, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(53) OSTEO – CENTRO DE DIAGNÓSTICO DA OSTEOPOROSE LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Salvador, Estado da Bahia, na Avenida Antonio Carlos Magalhaes, nº 237, ANDAR 6 SALAS 601/608, Itaigara, CEP 41825-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 40.594.293/0001-05, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 154

(54) PRO-ONCO CENTRO DE TRATAMENTO ONCOLÓGICO S.A., sociedade anônima, com sede na cidade de Londrina, Estado do Paraná, na Avenida Adhemar Pereira De Barros, nº 679, Jardim Bela Suíça, CEP 86050-190, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 73.863.342/0001-09, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(55) RADIOCARE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, na Avenida Do Contorno, nº 9530, Setor de Radioterapia, Barro Preto, CEP 30110-934, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.796.772/0001-20, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(56) RADIOTERAPIA BOTAFOGO S.A., sociedade anônima, com sede na cidade de Rio De Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Marechal Niemeyer, nº 16, CASA, Botafogo, CEP 22251-060, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 40.447.278/0001-26, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(57) RADIOTERAPIA ONCOCLINICAS RECIFE S.A., sociedade anônima, com sede na cidade de Recife, Pernambuco, na Avenida Cons. Aguiar, nº 2356, Boa Viagem, CEP 51020-020, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 28.043.406/0001-70, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(58) RADIOTERAPIA ONCOCLINICAS SÃO PAULO LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de São Paulo, São Paulo, na Rua Martiniano De Carvalho, nº 965, Subsl 4, Bela Vista, CEP 01321-001, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 26.842.646/0001-00, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(59) SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÉDICO E DIAGNÓSTICO LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, na Rua Belém, nº 545, Adrianópolis, CEP 69057-030, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.668.636/0001-60, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(60) TALASSA ONCOLOGIA E PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade anônima, com sede na cidade de Florianópolis, Santa Catarina, na Rua Santos Dumont, nº 182, ANDAR 4 Salas 401 a 406, Andar 10, SALA 1001, Centro, CEP 88015-020, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 37.184.687/0001-72, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(61) ULTRAIMAGEM LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Teresina, Estado do Piauí, na Rua Gardênia, nº 710, Salas 501 a 510, Jóquei Club, CEP 64049-200, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.544.698/0001-60, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 155

(62) UNIDADE DE ONCOLOGIA CLÍNICA E PEDIÁTRICA LTDA. (UOCP), sociedade empresária limitada, com sede na cidade de São Paulo, São Paulo, na Avenida Nove De Julho, nº 4275, Jardim Paulista, CEP 01407-100, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 57.394.710/0001-60, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

como credor fiduciário ("Credor Fiduciário"):

[RAZÃO SOCIAL], [tipo societário], com sede [•], inscrita no CNPJ/MF sob o nº [•], neste ato representada na forma de seus atos constitutivos.

As Cedentes e o Credor Fiduciário são doravante denominadas, em conjunto, como "Partes" e, individual e indistintamente, como "Parte".

CONSIDERANDO QUE:

i) em 13 de julho de 2026, a Oncoclínicas e determinadas sociedades de seu grupo econômico (conjuntamente, as "Recuperandas") ajuizaram pedido de recuperação extrajudicial, autuado sob o nº 4126842-40.2026.8.26.0100 ("Recuperação Extrajudicial"), em trâmite perante a 3ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central Cível da Comarca de São Paulo, SP ("Juízo da Recuperação Extrajudicial");

ii) em [•], as Recuperandas submeteram à homologação judicial o Plano de Recuperação Extrajudicial ("Plano"), o qual prevê, em suas Cláusulas 1.2.12, 1.2.53, 7.1, 7.1.1, item "(iv)", 7.1.4, item "(i)", [e 7.1.6,] a cessão fiduciária irrevogável e irretratável de recebíveis de titularidade das Recuperandas e, eventualmente, de outras sociedades de seu grupo econômico, decorrentes de contratos com operadoras de planos de saúde, hospitais e/ou seguradoras, bem como dos direitos sobre a conta vinculada, em garantia exclusiva das obrigações de pagamento decorrentes de novos fornecimentos de bens ou novas prestações de serviços pelo Credor Apoiador Modalidade 1 (conforme definido no Plano), [inclusive daqueles eventualmente realizados durante o Período Intermediário e da respectiva Remuneração do Período Intermediário (conforme definidos no Plano),] como condição para a concessão do prazo de pagamento previsto no item "(ii)" da Cláusula 7.1 do Plano;

iii) [em [•], o Juízo da Recuperação Extrajudicial homologou o Plano ("Homologação do Plano");] {*OU, caso o Contrato seja celebrado durante o Período Intermediário*} [até a presente data, o Plano não foi homologado pelo Juízo da Recuperação Extrajudicial ("Homologação do Plano"), sendo facultado ao Credor Fiduciário, nos termos da Cláusula 7.1.6 do Plano, realizar fornecimentos de bens e/ou serviços às Cedentes

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 156

durante o Período Intermediário, observada a prévia constituição da Cessão Fiduciária (conforme definida abaixo);]

iv) em [•], o Credor Fiduciário elegeu a opção de Credor Apoiador Modalidade 1, nos termos das Cláusulas 7.1 e 7.3 do Plano, mediante Termo de Eleição [ou, conforme o caso, mediante indicação no respectivo Termo de Adesão, nos termos da Cláusula 7.3.1 do Plano];

v) as Cedentes desejam ceder fiduciariamente, em caráter irrevogável e irretratável, como garantia do fiel, pontual e integral cumprimento das Obrigações Garantidas (conforme definido abaixo), os Direitos Cedidos (conforme definido abaixo) de sua titularidade em favor do Credor Fiduciário, nos termos deste Contrato e do Plano;

RESOLVEM, de mútuo e comum acordo, celebrar o presente Contrato, o qual será regido pelas cláusulas e condições abaixo:

1. DEFINIÇÕES

1.1. As expressões iniciadas em letras maiúsculas utilizadas e não expressamente definidas neste Contrato terão o mesmo significado a elas atribuído no Plano.

1.2. Exceto quando previsto expressamente de modo diverso no presente Contrato, entende-se por "Dia Útil" qualquer dia da semana, exceto sábados, domingos ou qualquer outro dia em que as instituições bancárias no município de São Paulo, Estado de São Paulo, não funcionem ou não estejam autorizadas a funcionar. Quando a indicação de prazo contado por dia no presente Contrato não vier acompanhada da indicação de "Dia Útil", entende-se que o prazo é contado em dias corridos.

2. CESSÃO FIDUCIÁRIA

2.1. Objeto. Para assegurar o fiel, pontual e integral pagamento e cumprimento de todas e quaisquer obrigações, principais e acessórias, presentes ou futuras, assumidas pelas Cedentes perante o Credor Fiduciário em decorrência do fornecimento de bens ou da prestação de serviços essenciais às Cedentes e a entidades do seu grupo econômico, contratados a partir da Data de Apresentação e durante o [Período de Parceria] {ou,} [Período Intermediário], desde que com observância do prazo de pagamento previsto no item "(ii)" da Cláusula 7.1 do Plano, contado da data de cada respectivo faturamento ("Créditos Novos 90 Dias"), [incluindo, com relação aos fornecimentos realizados durante o Período Intermediário, a respectiva Remuneração do Período Intermediário, nos termos da Cláusula 7.1.6.1 do Plano,] e das respectivas notas promissórias emitidas ou a serem emitidas pelas Cedentes em favor do

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 157

Credor Fiduciário para representá-los ("Notas Promissórias"), acrescidos dos respectivos encargos, juros, correção monetária e despesas necessárias e comprovadas de cobrança, conservação, manutenção e excussão da garantia objeto deste Contrato (em conjunto, "Obrigações Garantidas"), as Cedentes, em caráter irrevogável e irretratável, nos termos do artigo 66-B da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, conforme em vigor ("Lei nº 4.728"), dos artigos 18 a 20 da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, conforme em vigor ("Lei nº 9.514"), e, no que for aplicável, dos artigos 1.361 e seguintes da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), cedem fiduciariamente em garantia ao Credor Fiduciário, a propriedade fiduciária, o domínio resolúvel e a posse indireta dos seguintes direitos ("Cessão Fiduciária"):

i) a totalidade dos direitos creditórios, presentes e futuros, de titularidade das Cedentes, decorrentes de quaisquer contratos, instrumentos ou relações jurídicas, atuais ou futuros, celebrados ou mantidos com as operadoras de planos de saúde, hospitais e/ou seguradoras listadas no **Anexo I**, conforme aditado de tempos em tempos, inclusive nos termos da Cláusula 2.1.3 abaixo (em conjunto, "Clientes"), incluindo pagamentos oriundos de faturas, notas fiscais, guias, duplicatas e boletos emitidos no âmbito de tais relações e, sem limitação, os créditos descritos no **Anexo II** ("Direitos Creditórios");

ii) a totalidade dos direitos sobre a Conta Vinculada Centralizadora e as demais Contas Vinculadas (conforme definidas abaixo), nas quais serão obrigatoriamente depositados os Direitos Creditórios, bem como sobre todos os recursos nelas depositados a qualquer tempo, bem como sobre quaisquer aplicações financeiras e/ou investimentos realizados com tais recursos e seus rendimentos ("Direitos Contas Vinculadas"); e

iii) todos os acessórios, garantias, privilégios, preferências, prerrogativas, ações e pretensões relacionados aos itens (i) e (ii), bem como quaisquer indenizações, multas, encargos, reajustes monetários ou contratuais e direitos de cobrança a eles relacionados, e todos os valores ou bens recebidos pelas Cedentes em relação aos itens (i) e (ii) ("Direitos Acessórios" e, em conjunto com os Direitos Creditórios e os Direitos Contas Vinculadas, "Direitos Cedidos").

2.1.1. As Obrigações Garantidas têm suas características principais devidamente descritas no **Anexo III** ao presente Contrato, em cumprimento ao disposto no artigo 66-B, §4°, da Lei nº 4.728, e no artigo 18 da Lei nº 9.514.

2.1.2. A descrição de créditos constante do **Anexo II** tem caráter meramente exemplificativo e gerencial, para fins de controle e acompanhamento de determinados Direitos Creditórios existentes na presente data, de modo que eventual omissão, incorreção

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 158

ou desatualização de tal descrição não limitará, restringirá ou afetará, de qualquer forma, a abrangência, a validade ou a eficácia da Cessão Fiduciária constituída por meio deste Contrato sobre a totalidade dos Direitos Creditórios, presentes e futuros, devidos pelos Clientes.

2.1.3. Os Direitos Creditórios de titularidade das Cedentes decorrentes de contratos ou relações jurídicas mantidos com operadoras de planos de saúde, hospitais e/ou seguradoras não listadas no **Anexo I** poderão, mediante prévia aprovação por escrito do Credor Fiduciário, passar a integrar os Direitos Cedidos, hipótese em que as Partes aditarão o **Anexo I**, sendo tal aditamento de caráter meramente declaratório, e tais direitos serão considerados "Direitos Creditórios" para todos os fins e efeitos deste Contrato.

2.2. Atualização das Obrigações Garantidas. Durante a vigência deste Contrato, cada novo fornecimento de bens ou prestação de serviços que se enquadre como Crédito Novo 90 Dias dará origem à emissão, pelas Cedentes em favor do Credor Fiduciário, da respectiva Nota Promissória, a qual integrará automaticamente as Obrigações Garantidas, independentemente do aditamento deste Contrato ou qualquer formalidade adicional ("Atualização das Obrigações Garantidas"). Sem prejuízo, em cumprimento ao disposto no artigo 66-B, §4°, da Lei nº 4.728, e no artigo 18 da Lei nº 9.514, as Partes deverão aditar o **Anexo III** para refletir a atualização das características das Obrigações Garantidas, sendo certo que tal aditamento terá caráter meramente formal e não constitutivo, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contado da solicitação pelo Credor Fiduciário.

2.3. Notificação. As Cedentes deverão notificar aos Clientes, na qualidade de devedores dos Direitos Creditórios, a respeito da Cessão Fiduciária ora instituída, dando ciência e instruindo-os quanto ao depósito dos Direitos Creditórios exclusivamente nas Contas Vinculadas (conforme definidas abaixo).

2.3.1. As Cedentes deverão, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da assinatura deste Contrato ou do aditamento deste Contrato, conforme aplicável, entregar ao Credor Fiduciário cópia das notificações enviadas nos termos da Cláusula 2.3~~2.3~~ acima, devidamente assinadas pelo(s) respectivo(s) Cliente(s), na qualidade de devedor(es) dos Direitos Creditórios, de forma a comprovar a sua expressa ciência e concordância com a constituição da Cessão Fiduciária e com o direcionamento dos Direitos Creditórios para as Contas Vinculadas, observado o disposto na Cláusula 2.8.

2.3.2. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 2.3.1, o Credor Fiduciário fica desde já autorizado e constituído de todos os poderes, de forma irrevogável e irretratável, para, em nome das Cedentes, como seu bastante procurador, nos termos dos artigos 684 e 685 do Código Civil, notificar o(s) Cliente(s), na qualidade de devedor(es) dos Direitos Creditórios, e assegurar o

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 159

direcionamento dos Direitos Creditórios para as Contas Vinculadas, nos termos da Cláusula 9 e do **Anexo IV** deste Contrato.

2.3.2.1. É facultado ao Credor Fiduciário enviar notificações ao respectivo devedor sempre que julgar necessário no interesse da manutenção e preservação da Cessão Fiduciária constituída.

2.4. Contas Vinculadas. Os Direitos Creditórios deverão ser depositados exclusivamente nas contas vinculadas abaixo indicadas, abertas no [•] ("Banco Depositário"), e abrangidas pela Cessão Fiduciária, as quais terão o Credor Fiduciário como beneficiário ("Contas Vinculadas"):

Un	Empresa	CNPJ	Agência	Conta
[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
[•]	[•]	[•]	[•]	[•]

2.4.1. Conta Vinculada Centralizadora. Os Direitos Creditórios depositados nas Contas Vinculadas deverão ser redirecionados imediatamente pelo Banco Depositário, via débito automático nas respectivas Contas Vinculadas, diretamente para a seguinte conta de titularidade da Oncoclínicas, igualmente abrangida pela Cessão Fiduciária, a qual terá o Credor Fiduciário como beneficiário: [•] ("Conta Vinculada Centralizadora").

2.4.2. Cash Sweep. Observado o disposto neste Contrato e independentemente de aviso, notificação, anuência adicional das Cedentes ou qualquer outra formalidade, todos os recursos creditados nas Contas Vinculadas e/ou transferidos e retidos na Conta Vinculada Centralizadora poderão ser utilizados, a qualquer tempo, a exclusivo critério do Credor Fiduciário, mediante instrução ao Banco Depositário, exclusivamente para a amortização, pré-pagamento ou liquidação, inclusive extraordinária, das Obrigações Garantidas ("Cash Sweep").

2.4.3. Até a quitação das Obrigações Garantidas, as Cedentes obrigam-se a manter contratada e em situação regular, e a não encerrar, as Contas Vinculadas e a Conta Vinculada Centralizadora, de acordo com os termos e condições deste Contrato, bem como a assegurar que todos os recursos recebidos em pagamento dos Direitos Creditórios sejam depositados exclusivamente nas Contas Vinculadas, à medida que forem sendo recebidos ao longo do prazo de vencimento dos Direitos Creditórios.

2.4.3.1. Caso as Cedentes recebam, em conta diversa das Contas Vinculadas, quaisquer recursos decorrentes dos Direitos Creditórios, as Cedentes se obrigam a transferi-los

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 160

integralmente para a Conta Vinculada Centralizadora no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados do respectivo recebimento, bem como a comunicar o ocorrido ao Credor Fiduciário.

2.4.4. Sem prejuízo do Cash Sweep, desde que não haja Obrigação Garantida pendente de pagamento nem tenha sido declarado o Vencimento Antecipado, os recursos depositados na Conta Vinculada Centralizadora serão liberados às Contas de Livre Movimentação, mediante instrução do Credor Fiduciário ao Banco Depositário a ser enviada em até [1 (um)] Dia Útil contado da solicitação das Cedentes, na medida em que as Obrigações Garantidas estiverem integralmente pagas e sempre que tais recursos não forem necessários à manutenção do Índice Mínimo de Cobertura, nos termos do item "(i)" da Cláusula 7.1.4 do Plano, observado o disposto nas Cláusulas 2.4.2 e 7.5.

2.5. Observados os termos deste Contrato, cada uma das Cedentes indica as contas abaixo listadas, como suas contas de livre movimentação ("Contas de Livre Movimentação"), as quais poderão receber os recursos da Conta Vinculada Centralizadora, conforme a liberação seja permitida nos termos deste Contrato, sendo que tais recursos, uma vez nelas depositados, poderão ser livremente movimentados pelas Cedentes para quaisquer fins, sem qualquer restrição ou limitação. As Cedentes poderão, a seu exclusivo critério, alterar as Contas de Livre Movimentação mediante o envio de notificação nesse sentido ao Banco Depositário, com cópia para o Credor Fiduciário, com, pelo menos, 5 (cinco) Dias Úteis de antecedência da data em que a alteração deverá ser efetivada, independentemente de qualquer ação ou aprovação do Credor Fiduciário ou aditamento ao presente Contrato:

[*listar contas de livre movimentação*].

2.5.1. Excepcionalmente, as Cedentes poderão solicitar ao Credor Fiduciário a liberação de recursos das Contas Vinculadas diretamente para as Contas de Livre Movimentação. O Credor Fiduciário poderá, a seu exclusivo critério, liberar recursos das Contas Vinculadas diretamente para as Contas de Livre Movimentação. Tal liberação somente poderá ser realizada pelo Banco Depositário mediante instrução do Credor Fiduciário.

2.6. Índice Mínimo de Cobertura. Durante toda a vigência deste Contrato, a somatória **(i)** do saldo dos Direitos Creditórios faturados e vincendos, devidamente validados como elegíveis nos procedimentos previstos na Cláusula 2.7 abaixo; e **(ii)** do saldo depositado nas Contas Vinculadas e na Conta Vinculada Centralizadora, deverá ser sempre igual ou superior a 200% (duzentos por cento) do saldo devedor das Obrigações Garantidas, considerando-se, para esse fim, as Notas Promissórias exclusivamente como representação dos respectivos Créditos Novos 90 Dias, vedada a dupla contagem ("Índice Mínimo de Cobertura"). O não atendimento do Índice Mínimo de Cobertura obrigará as Cedentes a promover o Reforço de

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 161

Garantia, nos termos da Cláusula 7 abaixo, aplicando-se a retenção prevista na Cláusula 7.5 até sua recomposição.

2.7. Verificação do Índice Mínimo de Cobertura. As Cedentes deverão encaminhar no 1° (primeiro) Dia Útil de cada mês **(i)** cópia dos extratos bancários das Contas Vinculadas e da Conta Vinculada Centralizadora referentes ao respectivo mês encerrado; **(ii)** os relatórios, em formato Excel (.xlsx), devidamente atualizados, com a indicação dos valores efetivamente recebidos e depositados nas demais Contas Vinculadas no período, com detalhamento do saldo total dos Direitos Creditórios a cada dia do mês encerrado; e **(iii)** os relatórios, em formato Excel (.xlsx), devidamente atualizados, da carteira de Direitos Creditórios a serem recebidos nas Contas Vinculadas, acompanhados dos documentos comprobatórios da validade, existência e legitimidade de tais Direitos Cedidos, para que o Credor Fiduciário faça a verificação da validade, existência e legitimidade dos Direitos Cedidos e o fluxo dos Direitos Creditórios nas Contas Vinculadas ("Verificação do Índice Mínimo de Cobertura").

2.7.1. Os relatórios referidos nos itens (ii) e (iii) da Cláusula 2.72.7 acima deverão indicar, nos termos do **Anexo V** deste Contrato, todas as informações necessárias para que o Credor Fiduciário realize a Verificação do Índice Mínimo de Cobertura.

2.7.2. O Credor Fiduciário terá o prazo de [30 (trinta)] dias, contados do recebimento dos documentos indicados na Cláusula 2.7 acima, para realizar a Verificação do Índice Mínimo de Cobertura, sendo certo que: **(i)** caso o Credor Fiduciário valide determinado Direito Creditório como elegível, o respectivo Direito Creditório será computado para fins de apuração do Índice Mínimo de Cobertura referido na Cláusula 2.6 acima; e **(ii)** caso o Credor Fiduciário notifique as Cedentes de que determinado Direito Creditório não foi validado como elegível, o respectivo Direito Creditório não será computado para fins de apuração do Índice Mínimo de Cobertura referido na Cláusula 2.6 acima.

2.7.3. As Cedentes responsabilizam-se pela existência e legitimidade dos Direitos Cedidos, garantindo, previamente à Cessão Fiduciária, que não são objeto de qualquer outro ônus, restrição ou contestação, judicial ou extrajudicial, por parte de terceiros ou dos respectivos devedores.

2.7.4. A partir da presente data até a quitação integral das Obrigações Garantidas, as Cedentes obrigam-se a adotar todas as medidas e providências no sentido de assegurar que o Credor Fiduciário mantenha preferência absoluta com relação aos Direitos Cedidos, assegurando que todos os Direitos Cedidos sejam totalmente livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou gravames.

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 162

2.7.5. Não será devida qualquer compensação pecuniária às Cedentes em razão da Cessão Fiduciária.

2.8. Enquanto a Cessão Fiduciária não estiver devidamente constituída e aperfeiçoada em relação a todos os Clientes (mediante a entrega, pelas Cedentes ao Credor Fiduciário, da notificação devidamente assinada pelos Clientes, nos termos da Cláusula 2.3 acima), o Credor Fiduciário não será obrigado a conceder o prazo de pagamento previsto no item "(ii)" da Cláusula 7.1 do Plano, sendo certo que tal recusa não configurará descumprimento das Condições de Parceria nem prejudicará o tratamento do Credor Fiduciário como Credor Apoiador Modalidade 1, inclusive o recebimento das Debêntures Modalidade 1, nos termos do Plano.

2.9. As Partes concordam e declaram, de boa-fé, que a Cessão Fiduciária e o presente Contrato, bem como todos os seus termos e condições, são existentes, válidos, eficazes e vinculantes com relação às respectivas Partes a partir da data de sua celebração.

3. ABERTURA E ADMINISTRAÇÃO DAS CONTAS VINCULADAS E DA CONTA VINCULADA CENTRALIZADORA

3.1. As Contas Vinculadas e a Conta Vinculada Centralizadora serão movimentadas, única e exclusivamente, pelo Banco Depositário, de acordo com os procedimentos estabelecidos neste Contrato, e conforme instrução do Credor Fiduciário, não sendo permitido às Cedentes, sob qualquer forma ou pretexto, movimentar ou solicitar a movimentação das Contas Vinculadas e/ou da Conta Vinculada Centralizadora, sob pena de vencimento antecipado das Obrigações Garantidas.

3.2. As Cedentes autorizam o Banco Depositário a fornecer ao Credor Fiduciário, se assim solicitado, todas as informações referentes a qualquer movimentação, resgate, conforme aplicável, e os saldos das Contas Vinculadas e/ou da Conta Vinculada Centralizadora, renunciando ao direito de sigilo bancário em relação a tais informações, inclusive por meio de extratos bancários e posições das Contas Vinculadas e/ou da Conta Vinculada Centralizadora. As Cedentes, desde logo, de forma irrevogável e irretratável, reconhecem que este procedimento não constitui infração às regras que disciplinam o sigilo bancário, em especial a Lei Complementar n° 105, de 10 de janeiro de 2001, tendo em vista que o Credor Fiduciário é o beneficiário dos valores depositados nas Contas Vinculadas e/ou na Conta Vinculada Centralizadora, e as peculiaridades que revestem os serviços objeto deste Contrato.

3.3. Por se tratar de contas de depósito não operacionais e indisponíveis, constituídas para operacionalização da garantia objeto deste Contrato, fica vedada a emissão de cheques, de cartões magnéticos, bem como a realização de quaisquer transferências ou ordens de crédito

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 163

e/ou débito relacionados às Contas Vinculadas e/ou à Conta Vinculada Centralizadora, ou, ainda, a utilização dos recursos em depósito nas Contas Vinculadas e/ou na Conta Vinculada Centralizadora para qualquer pagamento ou transferência a terceiros, salvo nos termos e condições aqui previstos, observado que tais recursos deverão permanecer, a todo tempo, sujeitos ao regime de indisponibilidade previsto neste Contrato.

3.4. O Credor Fiduciário terá acesso a relatório contendo as informações dos Direitos Cedidos junto ao sistema do Banco Depositário (via net empresas).

4. NOMEAÇÃO DO BANCO DEPOSITÁRIO

4.1. Durante a vigência deste Contrato, as Contas Vinculadas serão movimentáveis exclusivamente pelo Banco Depositário, instituição financeira e/ou de pagamento que, nos termos do instrumento a ser celebrado entre as Cedentes, o Credor Fiduciário e o Banco Depositário para regular os termos, condições e obrigações aplicáveis à administração, manutenção e movimentação das Contas Vinculadas e da Conta Vinculada Centralizadora ("Contrato Banco Depositário"), deverá administrar e manter as Contas Vinculadas e a Conta Vinculada Centralizadora íntegras e segregadas como contas de depósito não operacionais e indisponíveis. Quaisquer movimentações das Contas Vinculadas e/ou da Conta Vinculada Centralizadora dependerão de instruções do Credor Fiduciário, nos termos deste Contrato e do Contrato Banco Depositário.

5. REGISTROS E FORMALIDADES

5.1. As Cedentes deverão efetuar o protocolo do presente Contrato junto ao Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, SP ("Cartório") em até 5 (cinco) Dias Úteis contado da data de sua assinatura, sendo certo que este Contrato deverá ser registrado no Cartório em até 30 (trinta) dias contados da data de sua assinatura, podendo tal prazo ser prorrogado por igual período no caso de apresentação de exigências pelo Cartório. As Cedentes deverão entregar ao Credor Fiduciário em até 2 (dois) Dias Úteis contados da obtenção do registro deste Contrato no Cartório, via digital (formato .pdf) deste Contrato devidamente registrado no Cartório.

5.1.1. As Cedentes deverão efetuar o registro de eventuais aditamentos ao Contrato no Cartório no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data de sua assinatura e entregar ao Credor Fiduciário em até 2 (dois) Dias Úteis contados da concessão do registro dos referidos eventuais aditamentos a este Contrato, via digital (formato .pdf) destes aditamentos ao Contrato registrado no Cartório.

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 164

5.2. As Cedentes darão cumprimento a qualquer outra exigência de qualquer lei aplicável vigente ou que venha a vigorar no futuro, nos prazos estipulados por referidas leis, que seja necessária à constituição, preservação, aperfeiçoamento e prioridade absoluta da Cessão Fiduciária, conforme aplicável, fornecendo a respectiva comprovação ao Credor Fiduciário.

5.3. O Credor Fiduciário fica desde já autorizado e constituído de todos os poderes, nos termos da Cláusula 9 e do **Anexo IV**, de forma irrevogável e irretratável, para, em nome das Cedentes, como bastante procurador, promover o registro deste Contrato e de seus aditivos no Cartório, caso as Cedentes não o façam nos prazos previstos acima, devendo as Cedentes arcar com todos os respectivos custos e despesas. Para que não haja dúvidas, tal autorização não exime as Cedentes do cumprimento da obrigação aqui prevista.

6. DECLARAÇÕES E GARANTIAS

6.1. Sem prejuízo das demais declarações dispostas neste Contrato, as Cedentes declaram e garantem ao Credor Fiduciário, nesta data, que:

i) são sociedades por ações e/ou limitadas devidamente organizadas, constituídas e existentes de acordo com as leis brasileiras, bem como estão devidamente autorizadas a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;

ii) a celebração deste Contrato é compatível com sua capacidade econômica e operacional e integra medida necessária e adequada à preservação da continuidade de suas operações, na medida em que viabiliza a aquisição de bens e/ou serviços junto ao Credor Fiduciário;

iii) estão devidamente autorizadas e obtiveram todas as autorizações necessárias, inclusive societárias e regulatórias, conforme aplicável, para celebrar este Contrato e a cumprir com todas as obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais, regulatórios, contratuais e estatutários necessários para tanto;

iv) os representantes legais que assinam este Contrato têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seus nomes, as obrigações aqui estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor e efeito;

v) a celebração deste Contrato não infringe nesta data os estatutos sociais e/ou contratos sociais das Cedentes, qualquer disposição legal, regulamentar, ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral, inclusive o Plano e as decisões proferidas no âmbito da Recuperação Extrajudicial, ou quaisquer contratos ou instrumentos dos

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 165

quais as Cedentes sejam parte e/ou pelo qual qualquer de seus ativos estejam sujeitos, nem irá resultar em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem das Cedentes, exceto pelo ônus decorrente deste Contrato; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;

vi) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório ou societário é exigido para o cumprimento pelas Cedentes de suas obrigações nos termos deste Contrato, tampouco com relação à criação e manutenção da cessão fiduciária sobre os Direitos Cedidos, exceto pelo registro deste Contrato no Cartório, e pelas aprovações societárias relativas à constituição da presente Cessão Fiduciária;

vii) têm ciência de que a Procuração (conforme definição abaixo) deverá ser renovada até a data da quitação integral das Obrigações Garantidas, segundo os procedimentos apresentados neste Contrato, sob pena de vencimento antecipado das Obrigações Garantidas;

viii) os Direitos Cedidos decorrem de operações válidas, exigíveis e efetivamente realizadas pelas Cedentes, e são de sua exclusiva propriedade, livres e desembaraçados de quaisquer ônus, restrições, dívidas, gravames ou contestação por parte de terceiros, incluindo, porém não se limitando, a pendências de natureza tributária, trabalhista, previdenciária e/ou de quaisquer outras impostas por lei, não existindo qualquer disposição ou cláusula contida em qualquer acordo, contrato ou avença de que as Cedentes sejam parte, quaisquer obrigações, restrições à Cessão Fiduciária, ou discussões judiciais de qualquer natureza, ou impedimento de qualquer natureza que vede ou limite, de qualquer forma, a constituição e manutenção da presente garantia em favor do Credor Fiduciário;

ix) não poderão ceder, transferir, onerar, prometer ceder ou de qualquer modo dispor, em favor de terceiros, dos Direitos Cedidos, no todo ou em parte, em desconformidade com este Contrato, sendo que a prática de qualquer desses atos constituirá inadimplemento deste Contrato, sem incidência do prazo de cura, sujeitando as Cedentes à excussão dos Direitos Cedidos e perdas e danos, sem prejuízo de poder caracterizar ilícito penal, inclusive de apropriação indébita;

x) os Direitos Cedidos não constituem, e não constituirão durante a vigência deste Contrato, bens de capital essenciais à atividade empresarial das Cedentes, para fins do artigo 49, §3º, da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, conforme alterada ("Lei nº 11.101"), ou de qualquer outra disposição legal aplicável, reconhecendo as Cedentes

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 166

que os Direitos Cedidos não se sujeitam aos efeitos de eventual recuperação judicial, recuperação extrajudicial ou falência das Cedentes, e renunciando expressamente ao direito de pleitear, em qualquer juízo, a declaração de essencialidade dos Direitos Cedidos, a suspensão ou restrição de sua excussão ou a sua retenção, manutenção ou liberação em favor das Cedentes, inclusive durante o prazo de suspensão previsto no artigo 6º, §4º, da Lei nº 11.101;

xi) este Contrato, após a realização dos registros nele previstos, bem como as obrigações nele previstas, constituem obrigações legais, válidas, vinculantes e exequíveis das Cedentes, de acordo com seus respectivos termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 784 da Lei n° 13.105, de 16 de março de 2015, conforme alterada ("Código de Processo Civil");

xii) não têm conhecimento de qualquer ameaça ou iminência de qualquer pendência judicial ou administrativa de qualquer natureza que possa afetar negativamente os Direitos Cedidos ou quaisquer outras disposições deste Contrato;

xiii) não têm conhecimento da existência de qualquer reivindicação, demanda, protesto, ação judicial, ou processo judicial, arbitral ou administrativo, inquéritos ou outro tipo de investigação pendente, iminente, ajuizado, instaurado ou requerido perante qualquer tribunal, órgão governamental, árbitro, ou qualquer outra autoridade com relação aos Direitos Cedidos e à cessão fiduciária ora constituída, ou que, por si ou em conjunto com qualquer outro, tenha afetado ou possa vir a afetar de forma negativa a presente garantia;

xiv) as informações prestadas neste Contrato são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes;

xv) a celebração deste Contrato não constitui fraude à execução ou fraude contra credores, sendo a constituição da Cessão Fiduciária expressamente prevista e autorizada no Plano.

6.2. As Cedentes se obrigam a notificar, em até 2 (dois) Dias Úteis, o Credor Fiduciário, caso qualquer das declarações prestadas acima se torne falsa, inconsistente, imprecisa, incompleta, incorreta ou insuficiente.

7. OBRIGAÇÕES DAS CEDENTES E REFORÇO DE GARANTIA

7.1. Até o pagamento integral das Obrigações Garantidas, as Cedentes comprometem-se a:

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 167

i) não constituir sobre os Direitos Cedidos qualquer outro ônus ou gravame além da Cessão Fiduciária e a não vender, ceder em garantia, arrendar, dar em usufruto, alugar ou de qualquer outra forma alienar ou onerar a terceiros qualquer parte dos Direitos Cedidos, exceto se prévia e expressamente aprovado pelo Credor Fiduciário;

ii) manter o Credor Fiduciário indene e a salvo em relação a todas e quaisquer responsabilidades, prejuízos, custos e despesas necessárias (incluindo, sem limitação, honorários advocatícios) que comprovadamente o Credor Fiduciário venha a incorrer (exceto por aqueles que decorram exclusivamente de dolo do Credor Fiduciário devidamente comprovado por sentença transitada em julgado) referentes ou provenientes (a) da celebração e execução deste Contrato, incluindo, mas não se limitando, a constituição, o aperfeiçoamento e o exercício de direitos e da excussão da Cessão Fiduciária; (b) do não cumprimento pelas Cedentes das Obrigações Garantidas e das obrigações descritas neste Contrato; (c) de qualquer atraso no pagamento de tributos incidentes ou devidos relativamente a quaisquer Direitos Cedidos que sejam de responsabilidade das Cedentes; e (d) de perdas e danos que o Credor Fiduciário venha a incorrer em decorrência da falsidade, inexatidão ou incompletude de quaisquer das declarações e garantias prestadas pelas Cedentes contidas neste Contrato;

iii) defender, de forma tempestiva e adequada, às suas próprias expensas, os Direitos Cedidos, em benefício do Credor Fiduciário, contra quaisquer reivindicações de terceiros, incluindo, mas não se limitando, a quaisquer autuações, procedimentos ou processos administrativos, arbitrais ou judiciais, ou que as Cedentes venham a ter ciência e que possam, de qualquer forma, afetar adversamente a presente garantia, assim como auxiliar o Credor Fiduciário na defesa de tais reivindicações, bem como comunicar o Credor Fiduciário, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis, sobre a instauração de qualquer dos atos referidos neste item;

iv) não celebrar qualquer contrato ou acordo ou praticar qualquer ato que restrinja os direitos sobre os Direitos Cedidos ou, ainda, que limite a capacidade do Credor Fiduciário de executar os Direitos Cedidos, no todo ou em parte;

v) não rescindir os instrumentos contratuais dos quais decorrem os Direitos Creditórios, sem prévia anuência do Credor Fiduciário;

vi) manter a garantia constituída pelo presente Contrato e todas as obrigações aqui previstas sempre em pleno vigor, válidas e eficazes;

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 168

vii) manter a titularidade das Contas Vinculadas durante toda a vigência deste Contrato, assim como manter o Credor Fiduciário como beneficiário das Contas Vinculadas;

viii) celebrar todo e qualquer documento e instrumento adicional necessário que venha a ser exigido, de tempos em tempos, para permitir que o Credor Fiduciário proteja os direitos ora constituídos relativos aos Direitos Cedidos, no todo ou em parte, ou exerça quaisquer dos direitos, poderes e faculdades a ele atribuídos pelo presente instrumento;

ix) celebrar e renovar, conforme o caso, a Procuração outorgada na forma da Cláusula 9 deste Contrato;

x) adotar todas as demais providências relativamente aos Direitos Cedidos que lhe forem solicitadas pelo Credor Fiduciário, com base no disposto neste Contrato;

xi) em até 2 (dois) Dias Úteis do conhecimento pelas Cedentes de arresto, sequestro ou penhora que acarretem ou possam acarretar a deterioração dos Direitos Cedidos, as Cedentes obrigam-se a informar tal fato ao Credor Fiduciário;

xii) em caso de denúncia ou resolução do Contrato Banco Depositário, contratar, às suas expensas, instituição financeira aprovada pelo Credor Fiduciário para prestar os mesmos serviços ali previstos, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis;

xiii) não alterar, sem prévia anuência do Credor Fiduciário, as Contas Vinculadas, o fluxo de pagamento ou as instruções de pagamento aos devedores dos Direitos Creditórios;

xiv) não praticar nem permitir qualquer ato que prejudique, invalide, reduza ou limite a existência, validade, eficácia, exequibilidade, prioridade ou excussão da Cessão Fiduciária, praticando os atos necessários à sua manutenção, aperfeiçoamento e eventual reforço.

7.2. Nos termos dos artigos 333, inciso III, 1.425, incisos I, IV e V, e 1.427 do Código Civil, as Cedentes obrigam-se a substituir ou reforçar a garantia constituída por meio deste Contrato ("Reforço de Garantia") sempre que ocorrer qualquer evento que reduza, comprometa ou possa comprometer a suficiência, higidez, liquidez, exigibilidade ou exequibilidade da garantia constituída nos termos deste Contrato, inclusive:

i) na hipótese de a garantia prestada por força deste Contrato ou quaisquer dos Direitos Cedidos serem objeto de penhora, arresto ou qualquer medida judicial, arbitral ou administrativa de efeito similar, ou tornarem-se, por qualquer motivo, insuficientes ao

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 169

fim a que se destinam, ficando as Cedentes obrigadas, adicionalmente, a adotar imediatamente, às suas expensas, todas as medidas judiciais, arbitrais, administrativas e extrajudiciais cabíveis para levantar, cancelar ou afastar tal constrição ou medida, sem prejuízo do direito de o Credor Fiduciário adotar diretamente quaisquer medidas que entender cabíveis para a preservação da garantia;

ii) na hipótese de cancelamento, anulação, sustação, estorno ou qualquer forma de redução ou invalidação, total ou parcial, dos Direitos Creditórios, sendo certo que as Cedentes não poderão praticar, autorizar, consentir ou permitir qualquer ato que resulte em tais efeitos, sob pena de inadimplemento deste Contrato;

iii) na hipótese de os Direitos Creditórios não poderem ter o seu pagamento exigido pelas Cedentes, conforme os seus termos originais de emissão, por qualquer ato ou fato, incluindo, mas não se limitando, em caso de ajuizamento de pedido de recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência, liquidação ou dissolução do devedor dos Direitos Creditórios;

iv) na hipótese de qualquer ato, fato ou pretensão de terceiro que possa implicar transferência, cessão, oneração, promessa de cessão, promessa de oneração, disposição ou comprometimento, total ou parcial, dos Direitos Cedidos em favor de terceiro, sendo expressamente vedado às Cedentes alienar, ceder, transferir, prometer ceder ou transferir, dar em garantia, onerar ou de qualquer modo dispor dos Direitos Cedidos em descumprimento deste Contrato, sem prejuízo da ineficácia de tais atos perante o Credor Fiduciário e da caracterização de inadimplemento contratual;

v) na hipótese de Atualização das Obrigações Garantidas, nos termos da Cláusula 2.2 acima; e

vi) na hipótese de não atendimento do Índice Mínimo de Cobertura previsto na Cláusula 2.6 acima.

7.3. O Reforço de Garantia deverá ser implementado por meio de cessão fiduciária de novos direitos creditórios de natureza igual à dos Direitos Creditórios ("Direitos Creditórios Adicionais") em substituição aos Direitos Creditórios objeto das hipóteses previstas na Cláusula 7.2, desde que, em qualquer caso, tais Direitos Creditórios Adicionais sejam previamente aceitos pelo Credor Fiduciário, a seu exclusivo critério. As Cedentes terão prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que tiverem conhecimento do fato que der ensejo ao Reforço de Garantia ou do recebimento, pelas Cedentes, de comunicação escrita do Credor Fiduciário informando a ocorrência do respectivo evento, o que ocorrer primeiro, para

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 170

apresentar os Direitos Creditórios Adicionais à avaliação do Credor Fiduciário. A inobservância do prazo previsto nesta cláusula configurará descumprimento contratual e permitirá a excussão da Cessão Fiduciária na forma prevista na Cláusula 8.1~~8.2~~ deste Contrato.

7.3.1. Na hipótese prevista na Cláusula 7.2(v), as Cedentes deverão apresentar os Direitos Creditórios Adicionais à avaliação do Credor Fiduciário previamente à efetiva realização do novo fornecimento ou prestação de serviços que enseje a Atualização das Obrigações Garantidas.

7.4. As Cedentes obrigam-se a promover o Reforço de Garantia nos termos previstos nas Cláusulas acima por meio da celebração de aditamento ao presente Contrato, com a atualização dos **Anexos I** e/ou **Anexo II** deste Contrato, ou da celebração de instrumento próprio, apartado, para esse fim, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da aprovação, pelo Credor Fiduciário, dos Direitos Creditórios Adicionais oferecidos.

7.5. Enquanto não houver o Reforço de Garantia, não será permitida qualquer liberação de recursos depositados nas Contas Vinculadas às Cedentes, permanecendo tais recursos integralmente retidos, sem prejuízo da faculdade do Credor Fiduciário de determinar a aplicação dos valores depositados nas Contas Vinculadas na liquidação total ou parcial das Obrigações Garantidas.

7.6. Enquanto não houver Reforço de Garantia, o Credor Fiduciário não será obrigado a conceder o prazo de pagamento previsto no item "(ii)" da Cláusula 7.1 do Plano, sendo certo que tal recusa não configurará descumprimento das Condições de Parceria nem prejudicará o tratamento do Credor Fiduciário como Credor Apoiador Modalidade 1, inclusive o recebimento das Debêntures Modalidade 1, nos termos do Plano.

8. VENCIMENTO ANTECIPADO, EXCUSSÃO E LIBERAÇÃO DA CESSÃO FIDUCIÁRIA

8.1. O Credor Fiduciário poderá declarar o vencimento antecipado de todas as Obrigações Garantidas, tornando-as imediatamente exigíveis, mediante simples comunicação escrita às Cedentes e independentemente de qualquer outro aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial ("Vencimento Antecipado"), na ocorrência de qualquer das seguintes hipóteses, observados os prazos de cura aplicáveis:

(i) inadimplemento, pelas Cedentes, de qualquer valor devido no âmbito das Obrigações Garantidas na respectiva data de vencimento;

(ii) descumprimento, pelas Cedentes, de qualquer obrigação não pecuniária prevista neste Contrato ou de qualquer dos instrumentos das Obrigações Garantidas, não

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 171

sanado no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contado do recebimento de notificação enviada pelo Credor Fiduciário, ressalvadas as obrigações para as quais este Contrato estabeleça prazo específico, inclusive as relativas ao Reforço de Garantia previstas na Cláusula 7, hipótese em que não se aplicará prazo de cura adicional;

(iii) falência, autofalência, pedido de falência não elidido no prazo legal, ou ajuizamento, por qualquer uma das Cedentes, de recuperação judicial ou de novo pedido de recuperação extrajudicial, ou de pedido de tutela cautelar antecedente ou de mediação ou conciliação antecedente nos termos dos artigos 20-B e 6º, §12, da Lei nº 11.101, em qualquer caso distinto da Recuperação Extrajudicial, ou, ainda, sua liquidação, dissolução ou extinção;

(iv) questionamento judicial ou extrajudicial, pelas Cedentes, da validade, eficácia ou exequibilidade deste Contrato ou das Obrigações Garantidas;

(v) invalidade, nulidade, ineficácia ou inexequibilidade, total ou parcial, deste Contrato ou das Obrigações Garantidas, declarada por decisão judicial, arbitral ou administrativa, não sanada no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contado da referida decisão;

(vi) penhora, arresto, sequestro ou qualquer outra constrição judicial ou administrativa sobre os Direitos Cedidos ou sobre as Contas Vinculadas, não liberada ou suspensa no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contado de sua efetivação;

(vii) reforma, anulação, cassação ou suspensão dos efeitos da decisão de Homologação do Plano, ou convolação da Recuperação Extrajudicial em recuperação judicial; {ou} [com relação aos fornecimentos realizados durante o Período Intermediário, a ocorrência de Não Homologação, nos termos da Cláusula 7.1.6.2 do Plano]; e

(viii) ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento previsto na Cláusula 14.1 do Plano, após o decurso do prazo de cura ali aplicável.

8.2. Em acréscimo ao direito do Credor Fiduciário de determinar a qualquer tempo e a seu exclusivo critério nos termos da Cláusula 2.4.2, a aplicação dos valores depositados nas Contas Vinculadas e/ou na Conta Vinculada Centralizadora na liquidação total ou parcial das Obrigações Garantidas, na hipótese de Vencimento Antecipado, consolidar-se-á em favor do Credor Fiduciário a propriedade plena dos Direitos Cedidos, podendo o Credor Fiduciário, sem prejuízo dos demais direitos previstos em lei, excutir no todo ou em parte os Direitos Cedidos, de forma judicial ou extrajudicial, independentemente de avaliação, prévia notificação às

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 172

Cedentes, notificação judicial ou extrajudicial, ou qualquer outra medida judicial ou extrajudicial, exercendo todos os poderes que lhe são outorgados pela legislação vigente.

8.3. Para os fins das Cláusulas 8.1 e 8.2 acima, o Credor Fiduciário poderá, a qualquer tempo após a ocorrência de qualquer das hipóteses ali previstas, instruir o Banco Depositário a transferir, no todo ou em parte, a critério do Credor Fiduciário, os valores depositados nas Contas Vinculadas e/ou na Conta Vinculada Centralizadora para a conta de titularidade do Credor Fiduciário por ele indicada, para satisfação das Obrigações Garantidas.

8.4. As Cedentes concordam e reconhecem expressamente que o Credor Fiduciário poderá praticar todos os atos necessários para a liquidação ou transferência dos Direitos Cedidos nos termos deste Contrato.

8.5. As Cedentes declaram estar cientes e de acordo com toda e qualquer disposição dos Direitos Cedidos, ou transferência dos recursos em depósito nas Contas Vinculadas e/ou na Conta Vinculada Centralizadora em decorrência da excussão da garantia constituída neste Contrato, independentemente de quem seja seu novo titular, renunciando a qualquer **(i)** direito de preferência a que lhe seja outorgado, no presente ou no futuro; e **(ii)** privilégio legal que possa afetar a livre e integral exequibilidade, transferência ou exercício de quaisquer direitos do Credor Fiduciário, nos termos deste Contrato.

8.6. As Cedentes, desde já, se obrigam a praticar todos os atos e cooperar com o Credor Fiduciário em tudo que se fizer necessário ao cumprimento dos procedimentos aqui previstos, inclusive no que se refere ao atendimento das exigências legais e regulamentares necessárias ao recebimento dos Direitos Cedidos.

8.7. A excussão da Cessão Fiduciária na forma prevista neste Contrato poderá ser realizada para cobrança parcial ou total das Obrigações Garantidas, em tantas vezes quanto bastem para a integral satisfação das Obrigações Garantidas, podendo ocorrer a excussão da Cessão Fiduciária, de forma independente ou em adição a qualquer outra execução de garantia concedida para integral satisfação das Obrigações Garantidas.

8.8. A eventual excussão parcial da Cessão Fiduciária não afetará os termos, condições e proteções em benefício do Credor Fiduciário previstos neste Contrato, bem como não implicará a liberação da Cessão Fiduciária, sendo que o presente Contrato permanecerá em pleno vigor e efeito até o pagamento integral de todos os valores devidos em decorrência das Obrigações Garantidas.

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 173

8.9. As Cedentes reconhecem e concordam que a excussão dos Direitos Cedidos poderá ocorrer em condições menos favoráveis do que aquelas que poderiam ser obtidas por meio de uma venda em circunstâncias normais.

8.10. No prazo de até 30 (trinta) dias após o cumprimento integral das Obrigações Garantidas, o Credor Fiduciário encaminhará para os endereços de correspondência das Cedentes o termo de liberação da garantia constituída por este Contrato, podendo as Cedentes, se assim o desejarem, enviar uma cópia do referido termo ao Banco Depositário ("Termo de Liberação").

8.11. Reenquadramento. Na hipótese de reenquadramento do Credor Fiduciário na Opção A, nos termos da Cláusula 7.1.2 do Plano, a Cessão Fiduciária permanecerá vigente em garantia dos Créditos Novos 90 Dias já faturados até o seu integral pagamento, sendo liberada em seguida, nos termos da Cláusula 7.1.2.3 do Plano, obrigando-se o Credor Fiduciário a praticar, em até 10 (dez) Dias Úteis contados da solicitação das Cedentes, todos os atos necessários à formalização da liberação da Cessão Fiduciária. O disposto nesta Cláusula não se aplicará nas hipóteses de descumprimento não imputável ao Credor Fiduciário previstas na Cláusula 7.1.3 do Plano.

9. MANDATO

9.1. Neste ato, as Cedentes autorizam expressamente o Credor Fiduciário, em caráter irrevogável e irretratável, conforme os artigos 653 e seguintes do Código Civil, a **(i)** tomar todas e quaisquer providências e firmar quaisquer instrumentos necessários ao exercício dos direitos previstos neste Contrato, inclusive, mas sem se limitar, a eventuais aditamentos que se façam necessários, e representar as Cedentes na República Federativa do Brasil, em juízo ou fora dele, perante terceiros, todas e quaisquer agências ou autoridades federais, estaduais ou municipais, em todas as suas respectivas divisões e departamentos, incluindo, entre outras, Cartórios de Registro de Títulos e Documentos competentes, Cartórios de Registro de Imóveis competentes, Cartórios de Protesto, Bolsa de Valores, Comissão de Valores Mobiliários, bancos, incluindo o Banco Central do Brasil, e quaisquer outras agências ou autoridades federais, estaduais ou municipais, em todas as suas respectivas divisões e departamentos, ou, ainda, quaisquer outros terceiros; e **(ii)** na hipótese de inadimplemento das Obrigações Garantidas ou na hipótese de Vencimento Antecipado, conforme aplicável, receber, resgatar, alienar, ceder ou transferir, parte ou a totalidade dos Direitos Cedidos, bem como transferir os recursos depositados nas Contas Vinculadas e/ou na Conta Vinculada Centralizadora, ou concordar com a venda ou cessão dos Direitos Cedidos, no todo ou em parte, mediante venda, cessão, transferência ou negociação privada ou em hasta pública, conforme o caso, incluindo, nos limites estabelecidos neste Contrato, poderes para firmar contratos ou instrumentos de transferência, transferir posse e domínio, e firmar os recibos correspondentes, e alocar os

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 174

respectivos recursos apurados com a referida venda ou cessão dos Direitos Cedidos e os recursos depositados nas Contas Vinculadas e/ou na Conta Vinculada Centralizadora para amortização ou liquidação das Obrigações Garantidas, bem como para requerer todas e quaisquer aprovações prévias ou consentimentos que possam ser necessários para a transferência dos direitos creditórios a terceiros.

9.2. As Cedentes, nesta data, outorgam ao Credor Fiduciário a procuração na forma descrita no **Anexo IV** do presente Contrato ("Procuração").

9.3. O mandato é outorgado em caráter irrevogável e irretratável, nos termos e para os efeitos dos artigos 684, 685 e parágrafo único do artigo 686 do Código Civil, sendo que enquanto estiverem vigentes as Obrigações Garantidas, as Cedentes comprometem-se a renovar a Procuração continuamente por prazo adicional de 1 (um) ano, sempre com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data de seu vencimento, até a integral excussão da presente garantia ou a extinção integral das Obrigações Garantidas.

9.4. Sem prejuízo do disposto nas Cláusulas acima, as Cedentes obrigam-se, sempre que solicitado pelo Credor Fiduciário, a praticar quaisquer atos e assinar quaisquer documentos destinados a confirmar a validade e eficácia da Procuração.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Direitos Creditórios Sujeitos a Aprovações. A Cessão Fiduciária sobre os Direitos Creditórios decorrentes dos contratos com os Clientes, inclusive daqueles de titularidade de Cedentes cujo capital social não seja detido, direta ou indiretamente, em sua totalidade pela Oncoclínicas ("Direitos Creditórios Sujeitos a Aprovações") que depende de (i) anuências, consentimentos ou notificações de terceiros exigidos pelos respectivos contratos ou pela legislação aplicável; e/ou (ii) deliberações dos órgãos societários competentes da respectiva Cedente, consentimentos, renúncias ou anuências de seus demais acionistas ou quotistas, exigidos por seu estatuto ou contrato social, por acordo de acionistas ou de quotistas ou pela legislação aplicável, não terão eficácia enquanto não obtidas ("Aprovações Necessárias").

10.1.1. As Cedentes envidarão seus melhores esforços, de acordo com os contratos aplicáveis, para obter as Aprovações Necessárias, sem obrigação de alterar contratos, documentos societários ou acordos de acionistas ou de quotistas, de pagar contraprestação não usual ou de iniciar medidas judiciais ou arbitrais contra os Clientes ou sócios/quotistas das Cedentes.

10.1.2. Não obtidas as Aprovações Necessárias, a Cessão Fiduciária não incidirá sobre os respectivos Direitos Creditórios Sujeitos a Aprovações, o que não constituirá descumprimento

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 175

deste Contrato ou hipótese de Vencimento Antecipado, desde que observada a Cláusula 10.1.1.

10.1.3. Obtidas as Aprovações Necessárias, as Cedentes, em até [•] Dias Úteis, celebrarão aditamento a este Contrato, atualizando os Anexos I e II, e promoverão as notificações e os registros aplicáveis, passando a Cessão Fiduciária a produzir efeitos sobre tais créditos a partir do aditamento.

10.2. Execução Específica. As obrigações assumidas neste Contrato poderão ser objeto de execução específica, nos termos do disposto nos artigos 497, 806, 815 e seguintes do Código de Processo Civil, sem que isso signifique renúncia a qualquer outra ação ou providência, judicial ou não, que objetive resguardar direitos decorrentes do presente Contrato.

10.3. Ausência de Renúncia ou Novação. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes do presente Contrato. Nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba a qualquer das Partes, conforme aplicável, em razão de qualquer inadimplemento da outra Parte, conforme aplicável, prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela respectiva Parte neste Contrato ou precedentes, no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso. Os direitos e recursos previstos neste Contrato são cumulativos, podendo ser exercidos individual ou simultaneamente, e não excluem quaisquer outros direitos ou recursos previstos nos instrumentos que lastreiam as Obrigações Garantidas.

10.4. Cessão. As Cedentes não poderão ceder ou de outra forma transferir seus direitos e obrigações, ou qualquer parte deles, para qualquer outra parte, sem a prévia e expressa anuência do Credor Fiduciário.

10.5. Despesas. Todas as despesas necessárias e comprovadas incorridas pelo Credor Fiduciário nos termos deste Contrato para pagamento de taxas e comissões usuais, e eventuais despesas necessárias e comprovadas de remessas e de telecomunicações e/ou outras quaisquer, bem como aquelas necessárias à segurança e regularização de seu crédito e de suas garantias, inclusive as de registro deste Contrato no Cartório, serão de total, única e exclusiva responsabilidade das Cedentes.

10.6. Notificações. As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes, nos termos deste Contrato deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Para as Cedentes: [•]

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 176

Para o Credor Fiduciário: [•]

10.6.1. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "*aviso de recebimento*" expedido pela Empresa Brasileira de Correios, por telegrama ou por e-mail nos endereços acima. As comunicações feitas por e-mail serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente.

10.6.2. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra Parte pela Parte que tiver seu endereço alterado, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da sua ocorrência.

10.6.3. Eventuais prejuízos decorrentes da não observância do disposto na Cláusula 10.6.2~~10.5.2~~ acima serão arcados pela Parte inadimplente.

10.7. Irrevogabilidade e Sucessão. O presente Contrato é firmado em caráter irrevogável e irretratável e obriga tanto as Partes quanto seus sucessores e cessionários, a qualquer título.

10.8. Alterações. O presente Contrato somente poderá ser alterado por acordo escrito, devidamente assinado pelas Partes identificadas no preâmbulo deste Contrato.

10.9. Vigência. O presente Contrato entra em vigor na data de sua assinatura e permanecerá em pleno vigor e efeito até o pagamento e quitação integral das Obrigações Garantidas.

10.10. Independência das Cláusulas. Caso uma ou mais Cláusulas do presente Contrato sejam consideradas inválidas, ilegais, ineficazes ou inexequíveis, em qualquer aspecto, as demais Cláusulas aqui previstas permanecerão válidas, legais, eficazes e exequíveis, até o cumprimento integral, pelas Partes, de suas obrigações, nos termos deste Contrato. Caso qualquer Cláusula ou disposição seja considerada inválida, ilegal ou inaplicável, as Partes deverão negociar, de boa-fé, a modificação deste Contrato para manter a intenção original das Partes.

10.11. Assinatura Eletrônica**.** Para fins do artigo 10, parágrafo 2°, da Medida Provisória 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, as Partes reconhecem e concordam expressamente com a assinatura eletrônica deste Contrato, bem como quaisquer aditivos, por meio de qualquer plataforma de assinaturas eletrônicas, sendo certo que, em quaisquer hipóteses, deverão ser emitidas com certificado digital pela ICP-Brasil, constituindo forma legítima e suficiente para

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 177

a comprovação da identidade e da validade da declaração de vontade das respectivas Partes em celebrar este Contrato, bem como quaisquer aditivos.

10.12. Lei Aplicável e Foro. Este Contrato é regido pelas Leis da República Federativa do Brasil. Fica eleito o Juízo da Recuperação Extrajudicial como competente para dirimir toda e qualquer controvérsia oriunda do presente Contrato, até o encerramento da Recuperação Extrajudicial. Após o encerramento da Recuperação Extrajudicial, o foro competente será o da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e contratadas, celebram o presente Contrato, de forma digital, as Cedentes e o Credor Fiduciário, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, [•] de [•] de [•].

(*Página de assinaturas a seguir*.)

Pelas Cedentes:

ONCOCLÍNICAS DO BRASIL SERVIÇOS MÉDICOS S.A. - 12.104.241/0004-02

_____ _____

AIO – INSTITUTO DO CÂNCER DE BRASÍLIA LTDA. - 11.859.927/0001-06

_____ _____

AIO – INSTITUTO DE CÂNCER DE MANAUS LTDA. - 31.107.333/0001-48

_____ _____

ALIANÇA INSTITUTO DE ONCOLOGIA S.A. - 09.104.513/0001-17

_____ _____

CAM - CLÍNICA DE ASSISTÊNCIA À MULHER LTDA. - 14.526.487/0001-55

_____ _____

CECON - CENTRO CAPIXABA DE ONCOLOGIA S.A. - 39.315.171/0001-45

_____ _____

CEMISE CENTRO DE MEDICINA INTEGRADA DE SERGIPE LTDA. - 16.456.022/0001-09

_____ _____

CEMISE-RESSONÂNCIA MAGNÉTICA E TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA LTDA. - 32.804.353/0001-30

_____ _____

CENTRO BRASILEIRO DE RADIOTERAPIA ONCOLOGIA E MASTOLOGIA CEBROM LTDA. - 00.754.174/0001-40

_____ _____

CENTRO DE QUIMIOTERAPIA ONCOCLÍNICAS S.A. - 95.179.461/0004-22

_____ _____

CENTRO DE TRATAMENTO EM RADIOTERAPIA LTDA. - 04.484.464/0001-71

_____ _____

CENTRO PAULISTA DE ONCOLOGIA S.A. - 52.164.662/0001-09

_____ _____

CENTRO PERNAMBUCANO DE ONCOLOGIA S.A. - 35.330.497/0001-90

_____ _____

CLÍNICA DE RADIOTERAPIA E QUIMIOTERAPIA DE PRESIDENTE PRUDENTE S.A. - 15.420.245/0001-45

_____ _____

CETTRO – CENTRO DE TRATAMENTO ONCOLÓGICO LTDA. - 00.520.237/0001-01

_____ _____

CLÍNICA OAL SP DE SERVICOS MEDICOS LTDA - 09.127.332/0001-06

_____ _____

CLÍNICA RESSONANCE S.A. - 11.429.182/0001-37

_____ _____

CLION – CLÍNICA DE ONCOLOGIA LTDA. - 13.501.218/0001-71

_____ _____

CORP CENTRO DE ONCOLOGIA DE RIO PRETO S.A. - 10.576.443/0001-89

_____ _____

COT - CENTRO ONCOLÓGICO DO TRIÂNGULO S.A. - 02.732.168/0001-17

_____ _____

COT RADIOTERAPIA LTDA. - 09.330.855/0001-55

_____ _____

CPO – CENTRO PARAIBANO DE ONCOLOGIA S.A. - 07.510.778/0001-90

_____ _____

CTR CENTRO DE TRATAMENTO RADIOTERÁPICO DE ANÁPOLIS LTDA. - 23.264.130/0001-37

_____ _____

CTR CENTRO DE TRATAMENTO RADIOTERÁPICO LTDA. - 11.426.304/0001-31

_____ _____

GIORDANI CAMICIA SERVICOS MEDICOS LTDA. - 45.595.483/0001-52

_____ _____

GMN - GRUPO DE MEDICINA NUCLEAR LTDA. - 04.821.603/0001-05

_____ _____

HEMATOLÓGICA CLÍNICA DE HEMATOLOGIA S.A. - 00.410.960/0001-20

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 182

_____ _____

HOSPITAL DE ONCOLOGIA DO MÉIER S.A. - 33.633.141/0001-09

_____ _____

IMUNOMED CLÍNICA DE INFUSÃO E ESPECIALIDADES S.A. - 39.387.477/0001-07

_____ _____

INSTITUTO DE ONCOLOGIA KAPLAN S.A. - 94.831.294/0001-47

_____ _____

INSTITUTO DE RADIOTERAPIA VITÓRIA S.A. - 05.816.963/0001-81

_____ _____

INSTITUTO DE HEMATOLOGIA E ONCOLOGIA CURITIBA – CLÍNICA MÉDICA S.A. - 03.850.913/0001-95

_____ _____

INSTITUTO ONCOLÓGICO DE RIBEIRÃO PRETO S.A. - 57.723.280/0001-83

_____ _____

IRA - INSTITUTO ROBERTO ALVARENGA LTDA. - 18.271.874/0001-49

_____ _____

ITAIGARA MEMORIAL HOSPITAL DIA LTDA - 01.519.101/0001-36

_____ _____

LOCUS - ANATOMIA PATOLÓGICA E CITOLOGIA LTDA. - 69.287.381/0001-38

_____ _____

MASTO - CLÍNICA DE MASTOLOGIA DA BAHIA S.A. - 34.434.217/0001-21

_____ _____

MICROIMAGEM LABORATÓRIO DE ANATOMIA PATOLÓGICA E CITOPALOGIA LTDA. - 00.222.442/0001-82

_____ _____

MULTIHEMO SERVIÇOS MÉDICOS S.A. - 03.559.174/0001-87

_____ _____

NAVARRA RJ SERVIÇOS ONCOLÓGICOS S.A. - 33.495.365/0001-93

_____ _____

NEON- NÚCLEO ESPECIALIZADO EM ONCOLOGIA S.A. - 04.786.490/0001-54

_____ _____

NOS - NÚCLEO DE ONCOLOGIA DE SERGIPE S.A. - 12.282.163/0001-93

_____ _____

NÚCLEO DE HEMATOLOGIA E TRANSPLANTE DE MEDULA ÓSSEA DE MINAS GERAIS LTDA. - 02.623.693/0001-02

_____ _____

NÚCLEO DE ONCOLOGIA DA BAHIA S.A. - 41.980.319/0001-08

_____ _____

ONCOCENTRO IMAGEM E SERVIÇOS MÉDICOS LTDA. - 17.622.395/0001-67

_____ _____

ONCOCENTRO UBERLÂNDIA S.A. - 15.138.676/0001-13

_____ _____

ONCO CLÍNICA RECIFE LTDA. - 02.018.718/0001-30

_____ _____

ONCO & HEMATO SERVIÇOS MÉDICOS S.A. - 01.420.861/0001-91

_____ _____

ONCO VIDA INSTITUTO ESPECIALIZADO DE ONCOLOGIA S.A. - 01.682.668/0001-29

_____ _____

ONCOBIO SERVIÇOS DE SAÚDE S.A. - 26.645.426/0003-58

_____ _____

ONCOCLÍNICAS CANOAS CLÍNICA DE ONCOLOGIA LTDA. - 08.968.057/0001-90

_____ _____

ONCOCLÍNICAS RIO DE JANEIRO S.A. - 00.717.088/0001-67

_____ _____

OSTEO – CENTRO DE DIAGNÓSTICO DA OSTEOPOROSE LTDA. - 40.594.293/0001-05

_____ _____

PRO-ONCO CENTRO DE TRATAMENTO ONCOLÓGICO S.A. - 73.863.342/0001-09

_____ _____

RADIOCARE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS LTDA. - 07.796.772/0001-20

_____ _____

RADIOTERAPIA BOTAFOGO S.A. - 40.447.278/0001-26

_____ _____

RADIOTERAPIA ONCOCLINICAS RECIFE S.A. - 28.043.406/0001-70

_____ _____

RADIOTERAPIA ONCOCLINICAS SÃO PAULO LTDA. - 26.842.646/0001-00

_____ _____

SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÉDICO E DIAGNÓSTICO LTDA. - 10.668.636/0001-60

_____ _____

TALASSA ONCOLOGIA E PARTICIPAÇÕES S.A. - 37.184.687/0001-72

_____ _____

ULTRAIMAGEM LTDA. - 10.544.698/0001-60

_____ _____

UNIDADE DE ONCOLOGIA CLÍNICA E PEDIÁTRICA LTDA. - 57.394.710/0001-60

_____ _____

Pelo Credor Fiduciário:

[•]

_____ _____

TESTEMUNHAS:

_____

Nome: [•]
CPF: [•]

_____

Nome: [•]
CPF: [•]

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 190

ANEXO I

CLIENTES

[•]

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 191

ANEXO II

DIREITOS CREDITÓRIOS

[•]

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 192

ANEXO III

DESCRIÇÃO DAS OBRIGAÇÕES GARANTIDAS

Para os fins do artigo 1.362 do Código Civil e do artigo 66-B, §4°, da Lei n° 4.728, conforme alterada, e do artigo 18 da Lei n° 9.514, as Partes descrevem os principais termos e condições das Obrigações Garantidas, conforme abaixo:

	Créditos Novos 90 Dias e Notas Promissórias
Descrição	Créditos Novos 90 Dias de titularidade do Credor Fiduciário, conforme definidos na Cláusula 2.1 do Contrato e na Cláusula 1.2.24 do Plano, [incluindo aqueles decorrentes de fornecimentos realizados durante o Período Intermediário e a respectiva Remuneração do Período Intermediário, nos termos da Cláusula 7.1.6 do Plano,] e das respectivas Notas Promissórias emitidas ou a serem emitidas pelas Cedentes em favor do Credor Fiduciário para representá-los.
Dívida (principal/valor nominal)	R$ [•] [, sujeito à Atualização das Obrigações Garantidas nos termos da Cláusula 2.2 do Contrato, não constituindo limite da Cessão Fiduciária]
Data de Vencimento	[•]
Local e Forma de Pagamento	[•]
[Remuneração Período Intermediário]	Sobre o valor de cada fornecimento realizado durante o Período Intermediário incide a Remuneração do Período Intermediário, fixa, de 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento), nos termos da Cláusula 7.1.6.1 do Plano.
Taxa de Juros	Incidem os encargos, juros e correção monetária previstos nas Notas Promissórias, além das despesas necessárias e comprovadas de cobrança, conservação, manutenção e excussão da Cessão Fiduciária. Na hipótese de inadimplemento de qualquer das

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 193

	Obrigações Garantidas, os valores em atraso serão acrescidos, desde a data do respectivo vencimento até a data do efetivo pagamento, de (i) correção monetária pela variação positiva do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou, na sua falta, pelo índice que vier a substituí-lo; e (ii) juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, calculados pro rata die, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

A descrição acima visa meramente atender critérios legais e não restringe nem modifica, de qualquer forma ou sob qualquer aspecto, os direitos do Credor Fiduciário previstos neste Contrato, tampouco limita o valor ou a abrangência das Obrigações Garantidas.

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 194

ANEXO IV

PROCURAÇÃO

[**ONCOCLÍNICAS DO BRASIL SERVIÇOS MÉDICOS S.A.**], sociedade [•], com sede na cidade de [•], [•], na [endereço completo], inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº [•], neste ato representada na forma de seu [•]; [***demais cedentes qualificadas***], doravante denominadas, em conjunto, "Outorgantes" ou "Cedentes"; nomeiam e constituem, em caráter irrevogável e irretratável, nos termos dos artigos 653 e seguintes, 684, 685 e parágrafo único do artigo 686 do Código Civil, [**RAZÃO SOCIAL**], [tipo societário], com sede na cidade de [•], [•], na [endereço completo], inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº [•], neste ato representada na forma de seu [•], doravante denominada "Outorgada" ou "Credor Fiduciário", como sua bastante procuradora, para agir em nome e por conta das Outorgantes, nos limites máximos admitidos em lei e nos termos do "Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Contas Vinculadas em Garantia e Outras Avenças", datado de [•], celebrado entre as Outorgantes e a Outorgada ("Contrato"), podendo praticar todos os atos necessários à constituição, formalização, publicidade, conservação, administração, reforço, execução e/ou excussão da garantia fiduciária ali prevista ("Cessão Fiduciária"), inclusive, sem limitação, para:

(i) praticar todos e quaisquer atos e firmar todos e quaisquer documentos, instrumentos, requerimentos, declarações, notificações, aditamentos, termos, petições e formulários necessários ou convenientes ao exercício dos direitos previstos no Contrato, inclusive para constituir, formalizar, registrar, averbar, publicizar, conservar, aperfeiçoar, executar, excutir ou reforçar a Cessão Fiduciária, bem como representar as Outorgantes, perante terceiros e perante quaisquer pessoas físicas ou jurídicas, órgãos, repartições, autarquias, autoridades e entidades federais, estaduais ou municipais, inclusive Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, Cartórios de Protesto, Junta Comercial competente, Comissão de Valores Mobiliários, Banco Central do Brasil, Receita Federal, instituições financeiras, câmaras de registro e liquidação, Banco Depositário e quaisquer outros terceiros;

(ii) promover, por conta e ordem das Outorgantes, caso estas não o façam nos prazos previstos no Contrato, o registro, averbação, renovação, re-ratificação ou qualquer providência de publicidade do Contrato, de seus aditivos e de quaisquer instrumentos relacionados à Cessão Fiduciária perante os cartórios ou órgãos competentes, podendo, para tanto, assinar requerimentos, declarações, exigências, termos e demais documentos, bem como pagar custas, emolumentos, despesas e taxas correspondentes, os quais serão suportados pelas Outorgantes nos termos do Contrato;

(iii) assinar, em nome das Outorgantes, quaisquer aditivos necessários para atualizar os Anexos I e II do Contrato;

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 195

(iv) notificar o(s) devedor(es) dos Direitos Creditórios e quaisquer terceiros pertinentes acerca da existência da Cessão Fiduciária, da obrigação de direcionamento dos Direitos Creditórios às Contas Vinculadas e/ou à Conta Vinculada Centralizadora, e de quaisquer instruções relacionadas ao Contrato, podendo obter, exigir, receber e assinar comprovantes de ciência, concordância, recebimento, reconhecimento ou anuência, bem como reenviar, reiterar, complementar ou renovar tais notificações sempre que necessário à preservação, eficácia ou exequibilidade da Cessão Fiduciária;

(v) adotar todas as medidas necessárias para garantir o redirecionamento imediato de todos os Direitos Creditórios depositados nas Contas Vinculadas para a Conta Vinculada Centralizadora;

(vi) solicitar, exigir, receber e obter do Banco Depositário, dos devedores dos Direitos Creditórios e de quaisquer terceiros todas e quaisquer informações, documentos, comprovantes, extratos, posições, demonstrativos, confirmações e comunicações relativos aos Direitos Cedidos, aos Direitos Creditórios e às Contas Vinculadas;

(vii) na hipótese de inadimplemento das Obrigações Garantidas ou de Vencimento Antecipado, inadimplemento ou qualquer outra hipótese de excussão prevista no Contrato ou no Plano, instruir o Banco Depositário a bloquear a liberação de recursos às Outorgantes e transferir, no todo ou em parte, os recursos depositados nas Contas Vinculadas e/ou na Conta Vinculada Centralizadora para a conta indicada pelo Credor Fiduciário, para fins de amortização ou liquidação, total ou parcial, das Obrigações Garantidas, podendo dar quitação, receber comprovantes, emitir instruções e praticar todos os atos necessários à imputação dos valores recebidos ao saldo devedor das Obrigações Garantidas;

(viii) na hipótese de inadimplemento das Obrigações Garantidas ou na hipótese de Vencimento Antecipado, conforme aplicável, receber, resgatar, cobrar, alienar, ceder, transferir, negociar, dar quitação, transigir, acordar, novar, liquidar ou de qualquer outro modo dispor, total ou parcialmente, dos Direitos Cedidos, bem como concordar com sua venda, cessão ou transferência, por meio judicial ou extrajudicial, inclusive mediante negociação privada ou hasta pública, conforme admitido no Contrato e na legislação aplicável, podendo, para tanto, firmar contratos e instrumentos de cessão, alienação, transferência ou quitação, transferir posse e domínio, emitir e assinar recibos, requerer aprovações, anuências, registros e consentimentos, alocar os respectivos recursos apurados para amortização ou liquidação das Obrigações Garantidas, e praticar todos os atos necessários à realização, cobrança ou monetização dos Direitos Cedidos; e

(ix) requerer e praticar todos os atos necessários ao reforço, substituição, complementação ou regularização da garantia, inclusive mediante a celebração de

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 196

documentos acessórios e a adoção das providências necessárias à constituição de garantias adicionais ou substitutivas, sempre nos termos do Contrato.

A presente procuração é outorgada como condição essencial do Contrato e para o fiel cumprimento das obrigações nele previstas, possuindo caráter irrevogável e irretratável, nos termos e para os efeitos dos artigos 684, 685 e parágrafo único do artigo 686 do Código Civil.

Esta procuração permanecerá válida, eficaz e em pleno vigor enquanto estiverem vigentes quaisquer Obrigações Garantidas, até a integral liquidação das Obrigações Garantidas ou a extinção integral da Cessão Fiduciária, nos termos do Contrato.

Os termos iniciados em letra maiúscula e não definidos nesta procuração terão os significados a eles atribuídos no Contrato.

[Local], [data]

[ASSINATURAS]

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 197

ANEXO V

RELATÓRIO BASE DE RECEBÍVEIS

Filial	Atendimento	Nr Conta	Data Produção	Convênio	AR Ajustado	Guia
[•]	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]

ANEXO G

Relação de Ativos e Valor de Referência dos Ativos (NewCo)

Plano de Recuperação Extrajudicial do Grupo Oncoclínicas

(Cláusulas 1.2.6, 6.3.2, 6.3.3, 6.3.4, 6.3.4.1, 6.3.5.1, 6.3.9 e 6.3.13 do Plano)

1. Este Anexo G relaciona os bens, direitos e ativos de titularidade das Recuperandas ou de suas Controladas que serão integralizados na NewCo, ou transferidos diretamente aos Credores Abrangidos na hipótese da Cláusula 6.3.5.1, para fins da Opção B – Credores Abrangidos, nos termos da Cláusula 6.3 do Plano ("Ativos"), e indica o valor atribuído a cada Ativo e ao conjunto dos Ativos ("Valor de Referência dos Ativos"). Os termos iniciados em letra maiúscula e não definidos neste Anexo têm o significado que lhes é atribuído no Plano.

2. O Valor de Referência atribuído a cada Ativo corresponde ao seu valor contábil em 25 de agosto de 2026, conforme os registros contábeis das Recuperandas, e está sujeito à validação, pelos Credores Abrangidos que elegerem a Opção B, no âmbito dos Instrumentos Definitivos, inclusive quanto à composição, titularidade, suficiência econômica e critérios de atribuição de valor de cada Ativo. A coluna "Observações sobre o valor" indica, para cada Ativo, os eventos contábeis relevantes para a compreensão do valor atribuído. O Valor de Referência dos Ativos servirá de base para (i) a determinação da Parcela NewCo de cada Credor Abrangido, nos termos da Cláusula 6.3.1; (ii) a eventual redução do rol de Ativos, nos termos da Cláusula 6.3.3; e (iii) a apuração da parcela afetada nas hipóteses das Cláusulas 6.3.9 e 6.3.10.

3. Integram cada Ativo, e serão integralizados na NewCo juntamente com ele ou em sua substituição, os Valores Relacionados aos Ativos, nos termos da Cláusula 6.3.4, inclusive os valores recebidos pelas Recuperandas, suas Controladas ou Partes Relacionadas entre a Data do Pedido e a data da efetiva integralização. Para os fins da Cláusula 6.3.4.1, consideram-se compreendidos nos Ativos os créditos, glosas, valores vencidos e vincendos, revisões, complementos e diferenças cujo fato gerador tenha ocorrido até 25 de agosto de 2026. Os Ativos cujo valor contábil seja zero integram a operação pela totalidade dos direitos neles compreendidos, revertendo à NewCo a integralidade dos valores que venham a ser recebidos a eles relacionados.

4. Todos e quaisquer valores relacionados aos Ativos que tenham sido recebidos pelas Recuperandas, suas Controladas ou Partes Relacionadas, a qualquer título, desde a Data do Pedido até a data da efetiva integralização dos respectivos Ativos na NewCo, deverão ser obrigatoriamente integralizados na NewCo, em sua totalidade, juntamente com os Ativos aos quais estejam vinculados, em moeda corrente nacional, sem qualquer dedução, retenção, compensação ou desconto. A obrigação prevista neste item aplica-se independentemente da natureza, origem, classificação contábil ou data de reconhecimento dos respectivos valores, cabendo às Recuperandas assegurar sua integral e tempestiva transferência à NewCo, inclusive quando recebidos por suas Controladas ou Partes Relacionadas, observado que, no caso de recebíveis, somente serão integralizados os valores relativos a créditos cujo fato gerador tenha ocorrido até 25 de agosto de 2026. A integralização desses valores não implicará qualquer redução do Valor de Referência dos Ativos nem prejudicará os demais direitos assegurados aos Credores Abrangidos nos termos do Plano.

5. As Debêntures da Opção B constam da tabela abaixo apenas para referência e não integram os Ativos nem o Valor de Referência dos Ativos, regendo-se exclusivamente pelas Cláusulas 6.3.6 e seguintes e pelo Anexo I do Plano.

Ativo	Descrição	Valor contábil em 30/06/2026 R$ milhões	Valor de Referência R$ milhões
1	**Recebíveis de Convênios.** Direitos creditórios de titularidade das Recuperandas perante as operadoras Unimed FERJ, GEAP, Unimed Leste Fluminense, Unimed Nacional, Planserv e Unimed CTC Rio, inclusive glosas e valores vencidos, inclusive os que já tenham sido recebidos, e vincendos cujo fato gerador tenha ocorrido até 25 de agosto de 2026, abrangendo todos os respectivos acessórios, encargos, direitos de cobrança, ações judiciais e procedimentos arbitrais em que as Recuperandas sejam credoras, revisões, complementações, restituições e demais direitos creditórios correlatos. Entre as operadoras indicadas, a Unimed FERJ requereu recuperação extrajudicial perante a 2ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, e a Unimed Leste Fluminense encontra-se submetida a regime de direção fiscal instaurado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, nos termos da Resolução Operacional nº 3.167, publicada em 27 de agosto de 2026.	192,60	333,0 (o valor de referência inclui também os recebíveis decorrentes das confissões de dívida da Unimed Leste Fluminense (Ativo 2) e da Unimed FERJ (Ativo 3))
2	**Recebíveis decorrentes de confissão de dívida – Unimed Leste Fluminense.** Direitos creditórios decorrentes da negociação de contas a receber formalizada mediante confissão de dívida celebrada com a Unimed Leste Fluminense, em 31 de julho de 2026, no valor de R$ 90.000.000,00 (noventa milhões de reais), dos quais R$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) foram recebidos em até 3 (três) dias contados da data de assinatura, R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) foram recebidos em até 45 (quarenta e cinco) dias contados da mesma data, e o saldo de R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) tem recebimento previsto no prazo de 24 (vinte e quatro) meses, em parcelas de R$ 2.083.333,33 (dois milhões, oitenta e três mil, trezentos e trinta e três reais e trinta e três centavos) cada, com início em 60 (sessenta) dias contados da data	0,00	Valor está incluído na linha do Valor de Referência do Ativo 1

Ativo	Descrição	Valor contábil em 30/06/2026 R$ milhões	Valor de Referência R$ milhões
	de assinatura, abrangendo a totalidade das parcelas vencidas, inclusive as que tenham sido recebidas, e vincendas, bem como todos os respectivos acessórios, encargos, direitos de cobrança e demais direitos correlatos. A Unimed Leste Fluminense encontra-se submetida a regime de direção fiscal instaurado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, nos termos da Resolução Operacional nº 3.167, publicada em 27 de agosto de 2026.		
3	**Recebíveis decorrentes de confissão de dívida – Unimed FERJ.** Direitos creditórios decorrentes da negociação de contas a receber formalizada mediante confissão de dívida celebrada com a Unimed FERJ, no valor de R$ 789.997.510,00 (setecentos e oitenta e nove milhões, novecentos e noventa e sete mil, quinhentos e dez reais), abrangendo a totalidade das parcelas vencidas, inclusive as que tenham sido recebidas, e vincendas, bem como todos os respectivos acessórios, encargos, direitos de cobrança, ações judiciais e procedimentos arbitrais em que as Recuperandas sejam credoras e demais direitos correlatos. A Unimed FERJ requereu recuperação extrajudicial perante a 2ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, tendo a Companhia aderido ao Plano de Recuperação da Unimed FERJ.	0,00	Valor está incluído na linha do Valor de Referência do Ativo 1
4	**Investimento financeiro – CDB Banco Master**. Investimento financeiro representado por Certificado de Depósito Bancário de emissão do Banco Master S.A., instituição cuja liquidação extrajudicial foi decretada pelo Banco Central do Brasil em 18 de novembro de 2025, compreendendo a cessão integral da posição contratual detida pela respectiva titular, sujeita à obtenção das anuências aplicáveis, bem como de todos os direitos, pretensões, faculdades, opções, créditos, garantias, frutos e demais vantagens econômicas a ele relacionados, inclusive os decorrentes do respectivo termo de repactuação e da opção de compra nele prevista. A cessão abrangerá, ainda, todos os direitos e pretensões, de natureza material ou processual, discutidos ou que venham a ser discutidos no âmbito do Processo nº 4006485-	0,00	17,0

Ativo	Descrição	Valor contábil em 30/06/2026 R$ milhões	Valor de Referência R$ milhões
	31.2026.8.26.0100, em trâmite perante a 42ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de São Paulo, movido pela Oncoclínicas do Brasil Serviços Médicos S.A. em face de BRB Banco de Brasília S.A., Tessália Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, Quíron, CBSF Trust Administradora de Recursos Ltda., Banco Master S.A. – em liquidação extrajudicial e Banco Master de Investimento S.A., incluindo pedidos, , créditos, indenizações, restituições, valores depositados ou levantados, acordos, direitos de preferência, direitos de aquisição, produtos de eventual alienação ou liquidação e quaisquer outros benefícios econômicos relacionados, direta ou indiretamente, ao referido investimento, ao termo de repactuação, à opção de compra ou ao respectivo litígio, bem como todos os documentos, instrumentos, notificações, registros e demais elementos necessários para assegurar à NewCo a plena titularidade, cobrança, exercício e realização econômica dos direitos cedidos. Caso não sejam obtidas as anuências referidas acima, serão integralizados na NewCo, como Valores Relacionados aos Ativos, todos os valores e benefícios econômicos decorrentes do investimento, do termo de repactuação, da opção de compra e do referido litígio.		
5	**Benefício econômico da alienação da participação na JV KSA/SMTC.** Integralidade do benefício econômico decorrente da alienação da participação societária detida pela Oncoclínicas na Specialized Medical Treatment Company ("JV KSA/SMTC"), sociedade constituída sob as leis do Reino da Arábia Saudita, correspondente a 27,49% (vinte e sete inteiros e quarenta e nove centésimos por cento) do seu capital social, nos termos do Annex ao Restated Joint Venture Agreement celebrado em 17 de dezembro de 2025 ("Restated JVA"), sendo a participação remanescente de 72,51% (setenta e dois inteiros e cinquenta e um centésimos por cento) detida pela Advanced Drug Company for Pharmaceuticals – AFG. Tendo a alienação sido concluída em agosto de 2026, o Ativo compreende a integralidade do produto líquido da alienação e de todos os valores, direitos e acessórios dela decorrentes, recebidos ou a receber, os	35,00	34,0

Ativo	Descrição	Valor contábil em 30/06/2026 R$ milhões	Valor de Referência R$ milhões
	quais serão depositados, quando recebidos, em conta vinculada de titularidade da NewCo e nela integralizados como Valores Relacionados aos Ativos, nos termos da Cláusula 6.3.4. Sendo o produto líquido da alienação inferior ao Valor de Referência atribuído a este Ativo, aplicar-se-á, quanto à diferença e a critério do Credor Abrangido, o disposto na Cláusula 6.3.9.		
6	**Benefício econômico da alienação da participação na Medsir.** Integralidade do benefício econômico decorrente da alienação da participação societária detida, direta ou indiretamente, pela Oncoclínicas ou por suas Controladas na Medica Scientia Innovation Research, S.L. ("Medsir"), correspondente a 49% (quarenta e nove por cento) do seu capital social, nos termos do Investment and Shareholders' Agreement celebrado em 18 de março de 2022. Tendo a alienação sido concluída em 22 de setembro de 2026, mediante a transferência da referida participação à MAJ 3 Capital, nos termos do Termination Agreement celebrado nessa data, o Ativo compreende a integralidade do produto da alienação e de todos os valores, direitos e acessórios dela decorrentes, recebidos ou a receber, inclusive o repagamento do empréstimo concedido pela Idengene Medicina Diagnóstica S.A. à Medsir, os quais serão depositados, quando recebidos, em conta vinculada de titularidade da NewCo e nela integralizados como Valores Relacionados aos Ativos, nos termos da Cláusula 6.3.4. Sendo o produto da alienação inferior ao Valor de Referência atribuído a este Ativo, aplicar-se-á, quanto à diferença e a critério do Credor Abrangido, o disposto na Cláusula 6.3.9.	24,40	42,0
7	**Fração ideal de 60% do banco de dados genéticos.** Fração ideal correspondente a 60% (sessenta por cento) da propriedade e dos direitos patrimoniais e econômicossobre o banco de dados genéticos de titularidade	11,40	54,0

Ativo	Descrição	Valor contábil em 30/06/2026 R$ milhões	Valor de Referência R$ milhões
	das Recuperandas ou de suas Controladas, contemplando todas as inserções e atualizações que vierem a ser realizadas, inclusive após a celebração do respectivo Instrumento Definitivo, cujos dados se encontram armazenados e detidos pela empresa Locus Anatomia Patológica e Citolo, CNPJ/MF n. 69.287.381/001-38, e cuja composição será detalhada no respectivo Instrumento Definitivo, incluindo seus datasets, registros, metadados, documentação e direitos correlatos, livre e desembaraçada de quaisquer ônus, restrições ou direitos de terceiros, com direito de livre uso, exploração, licenciamento, cessão, alienação e transferência, no todo ou em parte, pela NewCo a quaisquer terceiros, independentemente de anuência, autorização, aprovação, prestação de contas ou pagamento adicional às Recuperandas ou às suas Controladas, observadas as normas legais aplicáveis, inclusive as relativas à proteção de dados pessoais, declarando as Recuperandas que o banco de dados foi constituído e é mantido com as bases legais e os consentimentos necessários ao uso, compartilhamento e exploração econômica previstos neste item, aplicando-se o disposto na Cláusula 6.3.10 caso essa declaração se mostre incorreta. As condições, procedimentos, declarações, garantias, indenizações e demais termos aplicáveis à transferência serão previstos no respectivo Instrumento Definitivo.		
8	**Debêntures da Opção B (apenas para referência – não integram os Ativos).** Debêntures conversíveis em ações ordinárias de emissão da Oncoclínicas, da espécie quirografária, em série única, com valor nominal agregado inicial de R$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), a serem subscritas e integralizadas pela NewCo nos termos da Cláusula 6.3.6.6. Trata-se das Debêntures da Opção B referidas na Cláusula 6.3 do Plano, cujas características, termos e condições são os previstos nas Cláusulas 6.3.6 e seguintes e no Anexo I do Plano, que prevalecem sobre este Anexo em caso de divergência.	0,00	0,00
TOTAL – ATIVOS		**263,40**	**480,00**

ANEXO H

COMPOSIÇÃO DO COMITÊ DE CREDORES

Plano de Recuperação Extrajudicial do Grupo Oncoclínicas

(Cláusulas 4.6, 10.1 a 10.1.6, 12.2.1 e 15.4 do Plano)

1. OBJETO

1.1. Este Anexo H identifica os membros do Comitê de Credores constituído pela Cláusula 10.1 do Plano e estabelece regras operacionais de composição, substituição e funcionamento, em complemento às Cláusulas 10.1 a 10.1.6. Em caso de divergência, prevalece o Plano (Cláusula 1.1.8). Os termos iniciados em letra maiúscula e não definidos neste Anexo têm o significado que lhes é atribuído no Plano.

1.2. O Comitê de Credores tem natureza exclusivamente contratual, não se confunde com o comitê de credores dos artigos 26 e 27 da LRF e exerce função de acompanhamento e monitoramento do cumprimento do Plano, sem natureza deliberativa sobre a administração ou a gestão dos negócios das Recuperandas e sem que sua atuação configure poder de controle, controle compartilhado ou atuação em conjunto dos Credores Abrangidos (Cláusula 10.1). O disposto neste parágrafo não limita nem condiciona as competências, consentimentos e direitos de informação expressamente atribuídos ao Comitê de Credores ou a seus membros neste Plano, inclusive nas Cláusulas 4.5.5, 4.6, 4.8, 10.1.3 e 14.2 do Plano.

2. COMPOSIÇÃO

2.1. O Comitê de Credores é composto por 5 (cinco) membros, cada um indicado por um dos grupos de Credores Abrangidos referidos na Cláusula 10.1.1, conforme a tabela abaixo:

Grupo indicante (Cláusula 10.1.1)	Membro (Credor Abrangido)	Representante designado	E-mail para comunicações
(i) Credores Apoiadores Modalidade 1	[•]	[•]	[•]
(ii) Titulares de Créditos Abrangidos consubstanciados em debêntures	[•]	[•]	[•]

(iii) Titulares de Créditos Abrangidos consubstanciados em Certificados de Recebíveis Imobiliários	[•]	[•]	[•]
(iv) Titulares de Créditos Abrangidos que sejam instituições financeiras	[•]	[•]	[•]
(v) Credores que tenham escolhido a Opção B de pagamento	[•]	[•]	[•]

2.2. Cada membro é o Credor Abrangido indicado na tabela acima e atua no Comitê de Credores por meio do representante designado, pessoa natural com poderes para manifestar-se em seu nome. O membro poderá substituir seu representante a qualquer tempo, mediante comunicação escrita às Recuperandas e aos demais membros, sem que isso configure substituição do membro.

2.3. Não poderão integrar o Comitê de Credores, nem atuar como representantes designados, as Recuperandas, os titulares de Créditos Intercompany, as Partes Relacionadas das Recuperandas ou das Controladas (Cláusula 10.1.1). Cada membro declara, na data de sua indicação e enquanto integrar o Comitê de Credores, não se enquadrar em qualquer dessas vedações, obrigando-se a comunicar imediatamente qualquer fato superveniente que o faça incorrer nelas, hipótese em que deixará de integrar o Comitê de Credores. Para fins deste item e da Cláusula 10.1.1, não serão considerados Partes Relacionadas os titulares, diretos ou indiretos, de participação inferior a 10% (dez por cento) do capital votante da Oncoclínicas que não integrem seu grupo de controle nem sejam parte de acordo de acionistas com o acionista controlador, nem os fundos de investimento e carteiras administradas cuja participação decorra de gestão discricionária de terceiros. A perda da condição de membro por enquadramento em vedação dependerá de comunicação fundamentada a todos os membros, assegurado ao membro prazo de 5 (cinco) Dias Úteis para manifestação.

TWK
ADVOGADOS

2.4. Indicação e substituição pelo grupo. A indicação e a substituição de membro pelo respectivo grupo (Cláusula 10.1.1) serão formalizadas por comunicação escrita dirigida às Recuperandas, na forma da Cláusula 15.4, e aos demais membros, firmada por Credores Abrangidos integrantes do grupo que sejam titulares, em conjunto, de mais da metade dos Créditos Abrangidos do grupo então em aberto, acompanhada dos documentos de representação do membro indicado e da declaração prevista no item 2.3. Para esse fim, cada Credor Abrangido integra apenas o grupo correspondente à natureza do seu Crédito Abrangido, prevalecendo, em caso de enquadramento em mais de um grupo, o grupo correspondente à parcela de maior valor. Para fins deste item, integram o grupo referido no item 2.1(ii) os titulares de Créditos Abrangidos consubstanciados em debêntures da [9ª e 11ª emissão de debêntures da Oncoclínicas], que tenham elegido a Opção A.

2.5. Vacância. Deixará de integrar o Comitê de Credores o membro que renunciar, ceder a totalidade de seus Créditos Abrangidos ou tiver seus Créditos Abrangidos integralmente quitados (Cláusula 10.1.2), bem como o que incorrer em qualquer das vedações do item 2.3. A renúncia será comunicada por escrito às Recuperandas e aos demais membros e produzirá efeitos a partir do recebimento da comunicação. O substituto será indicado em até 15 (quinze) dias pelo respectivo grupo, na forma do item 2.4, ou, na ausência de indicação nesse prazo, pelos membros remanescentes, devendo a indicação ser comunicada às Recuperandas. Enquanto não preenchida a vaga, o Comitê de Credores funcionará com os membros remanescentes.

2.6. Atualização deste Anexo. A substituição de membros ou de representantes designados e a atualização de dados de contato não constituem aditamento ao Plano para os fins da Cláusula 12.2, bastando a comunicação prevista nos itens 2.2, 2.4 ou 2.5. As Recuperandas manterão versão atualizada da tabela do item 2.1 e a disponibilizarão aos Credores Abrangidos por meio do canal de Relações com Investidores referido na Cláusula 10.2.

2.7. Remuneração e custos. Os membros do Comitê de Credores não farão jus a remuneração pelo exercício da função.

3. FUNCIONAMENTO

3.1. Coordenação. Os membros escolherão, entre si, um coordenador, a quem caberá centralizar as comunicações com as Recuperandas, convocar reuniões e consolidar as manifestações do Comitê de Credores, sem voto de qualidade e sem prejuízo da legitimidade de cada membro para manifestar-se individualmente nas

hipóteses previstas no Plano. Na ausência de escolha, a coordenação será exercida em rodízio semestral, na ordem da tabela do item 2.1.

3.2. Comunicações. As comunicações entre as Recuperandas e o Comitê de Credores serão realizadas por mensagem eletrônica, com cópia simultânea a todos os membros, para os endereços indicados na tabela do item 2.1 e, quanto às Recuperandas, para os endereços indicados na Cláusula 15.4. As solicitações das Recuperandas ao Comitê de Credores serão acompanhadas dos documentos pertinentes à matéria, e o prazo da Cláusula 10.1.5 será contado do recebimento da solicitação completa por todos os membros.

3.3. Reuniões. O Comitê de Credores reunir-se-á, por meio eletrônico ou presencialmente, sempre que convocado pelo coordenador, por qualquer membro ou pelas Recuperandas, com antecedência mínima de 3 (três) Dias Úteis, dispensada a convocação quando presentes todos os membros. As Recuperandas participarão das reuniões quando convocadas ou quando a matéria o exigir, sem direito a voto. As manifestações e decisões do Comitê de Credores poderão ser tomadas sem reunião, por troca de mensagens eletrônicas entre os membros, com cópia ao coordenador.

3.4. Deliberações. As manifestações e decisões internas do Comitê de Credores serão tomadas pelo voto favorável da maioria de seus membros em exercício, cabendo 1 (um) voto a cada membro; em caso de empate, a matéria será considerada rejeitada; o membro com interesse conflitante com o dos demais Credores Abrangidos em determinada matéria deverá abster-se de votar e não será computado para fins de quórum (Cláusula 10.1.5). Para fins das deliberações, considera-se em conflito apenas o membro com interesse particular na matéria distinto do interesse dos Credores Abrangidos de seu grupo, não configurando conflito a defesa dos interesses do grupo que o indicou. O impedimento será declarado pelo próprio membro ou, havendo divergência, constará da ata com as razões de cada parte.

3.5. Aprovação tácita. Salvo nas hipóteses em que a aprovação tácita é vedada pela Cláusula 10.1.5, a ausência de manifestação do Comitê de Credores no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados do recebimento da solicitação completa implicará a aprovação da matéria. O coordenador comunicará às Recuperandas o resultado de cada deliberação, indicando os votos proferidos e as eventuais abstenções.

3.6. Registro. As deliberações do Comitê de Credores serão registradas em ata sucinta ou consolidadas em mensagem eletrônica do coordenador, com cópia a todos os membros e às Recuperandas, que manterão arquivo de todas as manifestações do

Comitê de Credores durante o Prazo de Monitoramento. Qualquer membro poderá fazer constar do registro sua manifestação de voto e ressalvas fundamentadas.

3.7. Confidencialidade e informações privilegiadas. Os membros e seus representantes designados manterão sob sigilo as informações e documentos recebidos no exercício da função que não tenham sido divulgados ao mercado, utilizando-os exclusivamente para os fins do Plano, e observarão, enquanto a Oncoclínicas for companhia aberta, a legislação e a regulamentação aplicáveis à divulgação e ao uso de informações relevantes e à negociação de valores mobiliários de sua emissão. A obrigação de sigilo não impede o compartilhamento das informações com os demais Credores Abrangidos do respectivo grupo e com os Assessores dos Credores, que ficarão sujeitos ao mesmo dever.

3.8. Atuação e responsabilidade. Os membros exercerão suas funções no interesse comum dos Credores Abrangidos, de boa-fé e de forma individual e isolada, sem que a participação no Comitê de Credores configure vínculo de representação dos demais Credores Abrangidos, acordo de voto ou exercício de poder de controle. Nenhum membro responderá perante as Recuperandas ou os demais Credores Abrangidos por atos praticados no exercício regular da função, ressalvados os casos de dolo.

3.9. Limites. O Comitê de Credores não poderá aprovar alteração das condições de pagamento previstas no Plano, renúncia a direitos dos Credores Abrangidos, liberação, substituição ou redução de garantias ou perdão de descumprimento do Plano (Cláusula 10.1.4), nem prorrogar prazos de pagamento ou os prazos da Opção B referidos na Cláusula 6.3.6 (item "(iv)" da Cláusula 10.1.3).

4. VIGÊNCIA

4.1. O Comitê de Credores funcionará durante o Prazo de Monitoramento e extinguir-se-á automaticamente ao seu término (Cláusula 10.1.6), sem necessidade de qualquer formalidade adicional, permanecendo em vigor, pelo prazo de 2 (dois) anos contados da extinção, as obrigações de sigilo previstas no item 3.7.

4.2. As regras deste Anexo somente poderão ser alteradas na forma da Cláusula 12.2 do Plano, observado, quanto às matérias referidas na Cláusula 12.2.1, o voto afirmativo da maioria dos membros do Comitê de Credores. As regras de funcionamento previstas no item 3 poderão ser alteradas por deliberação unânime dos membros do Comitê de Credores, com ciência às Recuperandas, desde que não restrinjam direitos previstos no Plano.

ANEXO I
Termos e Condições das Debêntures da Opção B

Emissora, Espécie e Série. As Debêntures da Opção B serão emitidas pela Oncoclínicas, serão conversíveis em ações ordinárias de sua emissão, da espécie quirografária, em série única, e observarão o disposto na Cláusula 6.3.6 e subcláusulas do Plano.

Forma. As Debêntures da Opção B serão nominativas e escriturais, sem emissão de certificados, sendo sua titularidade comprovada pelos registros mantidos pelo escriturador identificado na escritura de emissão. A modalidade de colocação será definida na deliberação societária que aprovar a emissão, observada a Cláusula 8.3 do Plano, devendo a escritura de emissão refletir essa definição.

Subscrição e Integralização. As Debêntures da Opção B serão subscritas e integralizadas pela NewCo mediante utilização das parcelas dos Créditos Abrangidos, observadas as Cláusulas 6.3.5 e 6.3.6.6 do Plano. Ficam ressalvados o direito de preferência previsto na Cláusula 6.3.6.5 e as hipóteses de subscrição e integralização diretamente pelos Credores Abrangidos admitidas pelo Plano.

Valor da Emissão. O valor nominal agregado inicial de referência das Debêntures da Opção B será de R$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), sujeito aos ajustes previstos nas Cláusulas 6.3.1, 6.3.3, 6.3.9 e 6.3.10 do Plano. Para determinação do montante a ser satisfeito mediante a emissão, serão consideradas as parcelas dos Créditos Abrangidos efetivamente alocadas às Debêntures da Opção B, inclusive às debêntures adicionais previstas no Plano, acrescidas da remuneração correspondente a 100% (cem por cento) da variação acumulada do CDI desde a Data do Pedido (inclusive) até a respectiva data de emissão (exclusive), considerados os pagamentos eventualmente realizados em satisfação dessas mesmas parcelas, nas respectivas datas e sem duplicidade de cômputo.

Valor Nominal Unitário e Quantidade. Cada Debênture da Opção B terá valor nominal unitário de R$ 1,00 (um real) na respectiva data de emissão e será subscrita por esse mesmo valor. A quantidade atribuível a cada subscritor corresponderá à parte inteira do resultado da divisão do montante a ele destinado, apurado na forma do item "Valor da Emissão" acima, pelo valor nominal unitário. A quantidade total de Debêntures da Opção B corresponderá à soma das quantidades apuradas na forma deste item, e o valor total da emissão corresponderá ao produto dessa quantidade pelo valor nominal unitário. Eventual saldo residual das parcelas dos Créditos Abrangidos destinadas à integralização, decorrente do arredondamento da quantidade de debêntures, será pago em moeda corrente nacional à NewCo ou, nas hipóteses de subscrição direta, ao respectivo Credor Abrangido, concomitantemente à integralização, sem deságio.

Remuneração. As Debêntures da Opção B farão jus à remuneração correspondente a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, over extra grupo, calculadas e divulgadas pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("CDI"),

incidente sobre o valor nominal unitário ou seu saldo, desde a respectiva data de emissão (inclusive) até a data do efetivo pagamento ou da conversão (exclusive), incorporada ao saldo devedor. Na hipótese de conversão, a remuneração acumulada integrará a base de cálculo da quantidade de ações a serem entregues; nas hipóteses de liquidação em dinheiro, serão observadas as condições de apuração e pagamento previstas nas Cláusulas 6.3.6.2 e 6.3.6.3 do Plano, vedada qualquer duplicidade no cômputo da remuneração.

Correção Monetária. Não incidirá índice autônomo de correção monetária sobre o valor nominal das Debêntures da Opção B, sendo aplicável apenas a remuneração correspondente a 100% (cem por cento) do CDI, observada sua incorporação ao saldo devedor nas hipóteses previstas neste Anexo e no Plano.

Participação nos Lucros e Prêmio de Reembolso. As Debêntures da Opção B não conferirão participação nos lucros da Oncoclínicas nem prêmio de reembolso, sem prejuízo dos direitos inerentes às ações que venham a ser recebidas em decorrência de sua conversão.

Vencimento. As Debêntures da Opção B terão vencimento em 5 (cinco) anos contados da respectiva data de emissão, constituindo essa data o termo final para o exercício do direito de conversão. A parcela objeto de conversão será satisfeita mediante a entrega das ações correspondentes, observado o disposto no item “Entrega das Ações Decorrentes da Conversão” abaixo. Havendo renúncia à conversão ou não sendo solicitada a conversão até o vencimento, o saldo correspondente será apurado e pago nos termos da Cláusula 6.3.6.2 do Plano, inclusive quanto à recomposição das amortizações cujas datas já tenham transcorrido, sem que o término do prazo de conversibilidade implique a exigibilidade integral do saldo nessa data, ressalvadas as hipóteses da Cláusula 6.3.6.3 do Plano.

Conversibilidade. As Debêntures da Opção B serão conversíveis, a qualquer tempo a partir da data de emissão e até a data de vencimento, a exclusivo critério do titular, total ou parcialmente, mediante uma ou mais solicitações escritas à Oncoclínicas, sem limitação do número de solicitações.

Para cada solicitação, será apurado o saldo devedor atualizado agregado de todas as Debêntures da Opção B nela indicadas, compreendendo o principal e a remuneração acumulada e não paga. Esse saldo agregado será dividido pelo preço de conversão de R$ 3,00 (três reais) por ação ordinária de emissão da Oncoclínicas, ajustado proporcionalmente em caso de grupamento, desdobramento, bonificação ou evento similar que altere o número de ações em que se divide o capital social da Oncoclínicas. O titular receberá a quantidade inteira de ações resultante dessa divisão, sendo exclusivamente a eventual fração remanescente do cálculo agregado liquidada em moeda corrente nacional, pelo valor correspondente à multiplicação dessa fração pelo Preço de Conversão vigente, no mesmo prazo previsto para a entrega das ações. A quantidade de ações inteiras e a eventual fração remanescente serão apuradas sobre o referido saldo agregado, vedados o arredondamento e a liquidação de frações por debênture antes dessa agregação.

A conversão parcial não prejudicará o direito de conversão do saldo remanescente durante o prazo originalmente previsto. Quando as Debêntures da Opção B forem detidas pela NewCo, o direito de conversão será exercido por seu intermédio, conforme a manifestação do respectivo

Credor Abrangido e os documentos societários da NewCo, nos termos da Cláusula 6.3.6.6 do Plano.

A solicitação de conversão tempestivamente apresentada permanecerá válida e eficaz ainda que o prazo para entrega das ações termine após a data de vencimento. Caso as ações não sejam entregues no prazo aplicável por razão não imputável ao respectivo Credor Abrangido, este poderá, a seu exclusivo critério, exigir a Liquidação em Dinheiro Não Voluntária da parcela afetada, nos termos da Cláusula 6.3.6.3 do Plano, inclusive após o vencimento das debêntures, não se aplicando o termo final previsto na Cláusula 6.3.6.3.2(i) quando a Data da Impossibilidade ocorrer após o vencimento em decorrência de solicitação tempestiva de conversão.

Entrega das Ações Decorrentes da Conversão. A entrega das ações resultantes da conversão, com os mesmos direitos das demais ações ordinárias de emissão da Oncoclínicas, ocorrerá em até 10 (dez) Dias Úteis contados do recebimento, pela Oncoclínicas, da respectiva solicitação de conversão, que independerá de aceitação, observado que, não tendo sido solicitada a conversão até a data de vencimento, o saldo devedor será pago em moeda corrente nacional, nos termos da Cláusula 6.3.6.2 do Plano.

Ausência de Garantia Real ou Fidejussória. As Debêntures da Opção B não terão garantia real ou fidejussória, sem prejuízo da Alienação Fiduciária de Ações sob Condição Suspensiva prevista em garantia da parcela correspondente a 70% (setenta por cento) do Valor do Pagamento por Não Conversão e respectivos acessórios, compartilhada com os titulares da Série A das Debêntures da Opção A, em igualdade de condições e pari passu, observados os termos e as condições de eficácia previstos no item "(ii)" da Cláusula 6.3.6.2.2 do Plano.

Amortizações Anteriores à Não Conversão. Caso o Valor do Pagamento por Não Conversão seja determinado após uma ou mais datas de amortização da Série A das Debêntures da Opção A, as Recuperandas pagarão ao respectivo credor, em até 10 (dez) Dias Úteis contados dessa determinação, o montante das amortizações de principal correspondentes às datas já transcorridas, calculado mediante aplicação dos percentuais previstos na Cláusula 6.2.1(ix) do Plano sobre a parcela de 70% (setenta por cento) do Valor do Pagamento por Não Conversão, acrescido da Remuneração do Pagamento por Não Conversão incidente sobre esse montante até o efetivo pagamento. As amortizações subsequentes e os demais pagamentos observarão o fluxo previsto na Cláusula 6.3.6.2 e subcláusulas do Plano.

Amortizações e Resgates Antecipados. As Debêntures da Opção B não serão objeto da amortização antecipada obrigatória prevista na Cláusula 9.1 do Plano nem do Pagamento Antecipado Facultativo previsto na Cláusula 11.5 do Plano. Essas exclusões não prejudicam a extensão, à parcela correspondente do Valor do Pagamento por Não Conversão, desde que já determinado, das amortizações e dos resgates antecipados realizados em relação à Série A ou à Série B das Debêntures da Opção A, na mesma data e na mesma proporção, nos termos do item "(v)" da Cláusula 6.3.6.2.2 do Plano.

Desmembramento de Direitos. Não haverá desmembramento dos juros ou dos demais direitos conferidos pelas Debêntures da Opção B em relação ao seu valor nominal para negociação

separada, nos termos do artigo 59, inciso IX, da Lei das S.A. Essa disposição não prejudica a conversão parcial nem os pagamentos previstos neste Anexo e no Plano.

Escritura de Emissão. A escritura de emissão deverá observar integralmente o Plano e este Anexo, que prevalecerão sobre ela em caso de divergência. Eventuais disposições complementares não poderão restringir os direitos assegurados aos Credores Abrangidos pelo Plano, devendo quaisquer alterações observar os requisitos de anuência previstos na Cláusula 6.3.6.

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 213

ANEXO J

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS DE REGRESSO E CONTA VINCULADA EM GARANTIA E OUTRAS AVENÇAS

Pelo presente "Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos de Regresso e Conta Vinculada em Garantia e Outras Avenças" ("Contrato"), as partes abaixo qualificadas:

como cedente fiduciante ("Cedente" ou "Oncoclínicas"):

ONCOCLÍNICAS DO BRASIL SERVIÇOS MÉDICOS S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de São Paulo, São Paulo, na Rua Augusta, 1562, 11º e 12º andares, Consolação, CEP 01304-001, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.104.241/0004-02, neste ato representada na forma de seu estatuto social;

como credor fiduciário, na qualidade de agente fiduciário, representando a comunhão dos titulares das Debêntures Modalidade 1 (conforme definido abaixo) ("Debenturistas") ("Credor Fiduciário" ou "Agente Fiduciário"):

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, sociedade por ações, com sede [•], inscrita no CNPJ/MF sob o nº [•], neste ato representada na forma de seus atos constitutivos, nomeada agente fiduciário dos Debenturistas nos termos da Escritura de Emissão (conforme definido abaixo);

e, como intervenientes-anuentes ("Subsidiárias Devedoras" ou, individual e indistintamente, "Subsidiária Devedora"):

(1) CENTRO BRASILEIRO DE RADIOTERAPIA ONCOLOGIA E MASTOLOGIA CEBROM LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Goiânia, Goiás, na Avenida Quinta Avenida, Quadra 40, Lote 01E, nº 130, Set Leste Universitário, CEP 74605-040, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.754.174/0001-40, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(2) MULTIHEMO SERVIÇOS MÉDICOS S.A., sociedade anônima, com sede na cidade de Recife, Pernambuco, na Rua Senador Jose Henrique, nº 231, sala 3001, Emp Charles Darwin, andar 29, salas 2901 a 2906 parte, andar 30, salas 3001 a 3006 parte, Ilha Do Leite, CEP 50070-460, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.559.174/0001-87, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(3) **CENTRO PAULISTA DE ONCOLOGIA S.A.**, sociedade anônima, com sede na cidade de São Paulo, São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4300, 10º andar, escritorio corp. 10, Itaim Bibi, CEP 04538-132, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 52.164.662/0001-09, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(4) **NAVARRA RJ SERVIÇOS ONCOLÓGICOS S.A.**, sociedade anônima, com sede na cidade de Niterói, Rio de Janeiro, na Estrada Francisco Da Cruz Nunes, nº 5.599, PARTE, Itaipu, CEP 24340-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.495.365/0001-93, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(5) **NÚCLEO DE ONCOLOGIA DA BAHIA S.A.**, sociedade anônima, com sede na cidade de Salvador, Bahia, na Avenida Milton Santos, nº 123, Ondina, CEP 40170-110, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 41.980.319/0001-08, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(6) **CENTRO MINEIRO DE INFUSÕES S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, na Rua dos Otoni, nº 742, 8º andar, sala 802, Santa Efigênia, CEP 30150-274, inscrita no CNPJ sob o nº 15.347.387/0001-24, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(7) **IDENGENE MEDICINA DIAGNÓSTICA S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade de São Paulo, São Paulo, na Rua Natividade, nº 139, Vila Nova Conceição, CEP 04513-020, inscrita no CNPJ sob o nº 21.875.615/0001-31, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(8) **ONCOCLÍNICAS RIO DE JANEIRO S.A. (EX-CTTB)**, sociedade anônima, com sede na cidade de Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, na Praia Botafogo, nº 300, SALAS 401 E 1.001, Botafogo, CEP 22250-905, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.717.088/0001-67, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(9) **ONCO VIDA INSTITUTO ESPECIALIZADO DE ONCOLOGIA S.A.**, sociedade anônima, com sede em Brasília, Distrito Federal, na Quadra SGA/Sul 915, nº S/N, Sala 1-T, Edifício Advance 2, Asa Sul, CEP 70390-150, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.682.668/0001-29, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(10) **ONCOBIO SERVIÇOS DE SAÚDE S.A.**, sociedade anônima, com sede na cidade de Joao Pessoa, Paraíba, na Avenida Mato Grosso, nº 183, andar 1, salas 200 e 316, Estados, CEP 58030-080, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 26.645.426/0001-96, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(11) ALIANÇA INSTITUTO DE ONCOLOGIA S.A., sociedade anônima, com sede na cidade de Brasilia, Distrito Federal, na Quadra Qs 3, nº LT 03, LOTE 05/07, LOJA 21, EDIFÍCIO PATIO CAPITAL, Areal (Águas Claras), CEP 71953-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.104.513/0001-17, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(12) CLÍNICA OAL SP DE SERVICOS MEDICOS LTDA, sociedade empresária limitada, com sede na cidade de São Paulo, São Paulo, na Avenida Min Gabriel de Rezende Passos, nº 500, conjs. 1003 1004 1316 1317, Moema, CEP 04521-022, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.127.332/0001-06, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(13) COT - CENTRO ONCOLÓGICO DO TRIÂNGULO S.A., sociedade anônima, com sede na cidade de Uberlândia, Minas Gerais, na Avenida Anselmo Alves Dos Santos, nº 900, andar 1, subsolo Ala 1 térreo, Santa Monica, CEP 38408-150, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.732.168/0001-17, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(14) ANDROMEDA PARTICIPAÇÕES LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na Cidade de São Paulo, São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 510, 2º andar, Vila Nova Conceição, CEP 04543-906, inscrita no CNPJ sob o nº 36.012.379/0001-05, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(15) INSTITUTO ONCOLÓGICO DE RIBEIRÃO PRETO S.A., sociedade anônima, com sede na cidade de Ribeirão Preto, São Paulo, na Rua Ayrton Roxo, nº 571, Alto Da Boa Vista, CEP 14025-270, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 57.723.280/0001-83, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(16) INSTITUTO DE HEMATOLOGIA E ONCOLOGIA CURITIBA – CLÍNICA MÉDICA S.A., sociedade anônima, com sede na cidade de Curitiba, Paraná, na Rua Fagundes Varela, nº 1785, Bacacheri, CEP 82520-040, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.850.913/0001-95, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(17) UNIDADE DE ONCOLOGIA CLÍNICA E PEDIÁTRICA LTDA. (UOCP), sociedade empresária limitada, com sede na cidade de São Paulo, São Paulo, na Avenida Nove De Julho, nº 4275, Jardim Paulista, CEP 01407-100, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 57.394.710/0001-60, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(18) ONCOCENTRO IMAGEM E SERVIÇOS MÉDICOS LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, na Rua dos Otoni, nº 742, Sala 801, Santa Efigênia, CEP 30150-274, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.622.395/0001-67, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 216

(19) ONCO & HEMATO SERVIÇOS MÉDICOS S.A., sociedade anônima, com sede na cidade de Serra, Espírito Santo, na Avenida Eldes Scherrer Souza, 558, SALA 201, Civit II, CEP 29168-060, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.420.861/0001-91, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(20) TALASSA ONCOLOGIA E PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade anônima, com sede na cidade de Florianópolis, Santa Catarina, na Rua Santos Dumont, nº 182, ANDAR 4 Salas 401 a 406, Andar 10, SALA 1001, Centro, CEP 88015-020, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 37.184.687/0001-72, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(21) INSTITUTO MATERNO INFANTIL DE MINAS GERAIS S.A., sociedade por ações, com sede na Cidade de Nova Lima, Minas Gerais, na Alameda Oscar Niemeyer, nº 499, Vila da Serra, CEP 34006-056, inscrita no CNPJ sob o nº 01.067.064/0001-72, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(22) CPO – CENTRO PARAIBANO DE ONCOLOGIA S.A., sociedade anônima, com sede na cidade de João Pessoa, Paraíba, na Avenida Mato Grosso, nº 183, andar 1 salas 200 e 316, Estados, CEP 58030-080, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.510.778/0001-90, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(23) CETTRO – CENTRO DE TRATAMENTO ONCOLÓGICO LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Brasília, Distrito Federal, SMH/Norte Quadra 02 Bloco A, Asa Norte, CEP 70710-100, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.520.237/0001-01, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(24) SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÉDICO E DIAGNÓSTICO LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Manaus, Amazonas, na Rua Belém, nº 545, Adrianópolis, CEP 69057-030, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.668.636/0001-60, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(25) NOS - NÚCLEO DE ONCOLOGIA DE SERGIPE S.A., sociedade anônima, com sede na cidade de Aracaju, Sergipe, na Avenida Deputado Pedro Valadares, nº 550, Grageru, CEP 49025-090, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.282.163/0001-93, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(26) CORP CENTRO DE ONCOLOGIA DE RIO PRETO S.A., sociedade anônima, com sede na cidade de São Jose Do Rio Preto, São Paulo, na Rua Doutor Presciliano Pinto, nº 1118, Conj. 01, Boa Vista, CEP 15025-100, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.576.443/0001-89, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(27) IMUNOMED CLÍNICA DE INFUSÃO E ESPECIALIDADES S.A., sociedade anônima, com sede na cidade de Vitoria, Espírito Santo, na Rua Constante Sodre, nº 750, Edifício New York Plaza, Sala 02, Santa Lucia, CEP 29056-310, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 39.387.477/0001-07, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(28) CECON - CENTRO CAPIXABA DE ONCOLOGIA S.A., sociedade anônima, com sede na cidade de Vitoria, Espírito Santo, na Rua Manoel Feu Subtil, nº 120, EDIFÍCIO FERNANDO PESSOA SALA 201 E 203, Enseada Do Sua, CEP 29050-400, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 39.315.171/0001-45, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(29) NEON- NÚCLEO ESPECIALIZADO EM ONCOLOGIA S.A., sociedade anônima, com sede na cidade de Vila Velha, Espírito Santo, na Rua Doutor Jairo de Matos Pereira, 599, Praia Da Costa, CEP 29101-310, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.786.490/0001-54, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(30) PRO-ONCO CENTRO DE TRATAMENTO ONCOLÓGICO S.A., sociedade anônima, com sede na cidade de Londrina, Paraná, na Avenida Adhemar Pereira De Barros, nº 679, Jardim Bela Suíça, CEP 86050-190, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 73.863.342/0001-09, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(31) AIO – INSTITUTO DO CÂNCER DE BRASÍLIA LTDA., sociedade empresária limitada, com sede em Brasília, Distrito Federal, na Quadra Qs 3 EPCT Lotes 3, 5, 7 E 9 Loja 01 Parte A, nº SN, Areal (Águas Claras), CEP 71953-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.859.927/0001-06, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(32) CLÍNICA DE RADIOTERAPIA E QUIMIOTERAPIA DE PRESIDENTE PRUDENTE S.A., sociedade anônima, com sede na cidade de Presidente Prudente, São Paulo, na Rua Antonio de Souza Costa, nº 614, Jardim Rio 400, CEP 19053-240, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.420.245/0001-45, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(33) CENTRO DE QUIMIOTERAPIA ONCOCLÍNICAS S.A., sociedade anônima, com sede na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, na Rua Tobias da Silva, nº 126, Moinhos De Vento, CEP 90570-020, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 95.179.461/0004-22, neste ato representada na forma de seu estatuto social;

(34) HOSPITAL DE ONCOLOGIA DO MÉIER S.A., sociedade anônima, com sede na cidade de Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, na Rua Aristides Caire, nº 27, Méier, CEP 20775-090, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.633.141/0001-09, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 218

(35) ONCOCLÍNICAS CANOAS CLÍNICA DE ONCOLOGIA LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Canoas, Rio Grande do Sul, na Rua Doutor Barcelos, nº 1135, conjuntos 604 E 1100, Centro, CEP 92310-200, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.968.057/0001-90, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(36) CENTRAL DE GESTÃO E SAÚDE LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na Cidade de Ribeirão Preto, São Paulo, na Rua Ayrton Roxo, nº 571, Sala 01, térreo, Alto da Boa Vista, CEP 14025-270, inscrita no CNPJ sob o nº 24.375.498/0001-35, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(37) CAM - CLÍNICA DE ASSISTÊNCIA À MULHER LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Salvador, Bahia, na Rua Claudio Manoel Da Costa, nº 58, Canela, CEP 40110-180, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.526.487/0001-55, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(38) GIORDANI CAMICIA SERVICOS MEDICOS LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Uruguaiana, Rio Grande do Sul, na Rua Treze De Maio, nº 2506, Nova Esperança, CEP 97503-284, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 45.595.483/0001-52, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(39) AIO – INSTITUTO DE CÂNCER DE MANAUS LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Manaus, Amazonas, na Avenida Djalma Batista, nº 1661, sala G-3, Millenium Center Edifício Medical Tower, Chapada, CEP 69050-970, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 31.107.333/0001-48, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(40) INSTITUTO DE ONCOLOGIA KAPLAN S.A., sociedade anônima, com sede na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, na Rua Olavo Bilac, nº 805, Azenha, CEP 90040-310, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 94.831.294/0001-47, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(41) CLION – CLÍNICA DE ONCOLOGIA LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Salvador, Bahia, na Avenida Oceânica, nº 3975, LOJA 02, Ondina, CEP 40170-010, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.501.218/0001-71, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(42) LOCUS - ANATOMIA PATOLÓGICA E CITOLOGIA LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de São Paulo, São Paulo, na Rua Natividade, nº 139, andar 1, Vila Nova Conceiçao, CEP 04513-020, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 69.287.381/0001-38, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(43) **RADIOTERAPIA ONCOCLINICAS SÃO PAULO LTDA.**, sociedade empresária limitada, com sede na cidade de São Paulo, São Paulo, na Rua Martiniano De Carvalho, nº 965, Subsl 4, Bela Vista, CEP 01321-001, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 26.842.646/0001-00, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(44) **IRA - INSTITUTO ROBERTO ALVARENGA LTDA.**, sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, na Rua Paraíba, nº 330, SUBSL 1, Funcionários, CEP 30130-917, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.271.874/0001-49, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(45) **COTE – Centro Oncológico e Tratamentos Especiais Ltda.**, sociedade empresária limitada, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, na Avenida Ayrton Senna, nº 2.500, Bloco 03, lojas 101 a 107, Barra da Tijuca, CEP 22775-003, inscrita no CNPJ sob o nº 46.902.754/0001-38, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(46) **RADIOTERAPIA BOTAFOGO S.A.**, sociedade anônima, com sede na cidade de Rio De Janeiro, Rio de Janeiro, na Rua Marechal Niemeyer, nº 16, CASA, Botafogo, CEP 22251-060, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 40.447.278/0001-26, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(47) **RADIOTERAPIA ONCOCLINICAS RECIFE S.A.**, sociedade anônima, com sede na cidade de Recife, Pernambuco, na Avenida Cons. Aguiar, nº 2356, Boa Viagem, CEP 51020-020, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 28.043.406/0001-70, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(48) **ONCOCLÍNICA – CENTRO DE TRATAMENTO ONCOLÓGICO S.A.**, sociedade por ações, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, na Rua Nascimento Silva, nº 88, lot. 01, Ipanema, CEP 22421-022, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 72.101.124/0001-74, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

(49) **TALIA PARTICIPAÇÕES LTDA.**, sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, na Rua dos Otoni, nº 742, 8º andar, sala 807, Santa Efigênia, CEP 30150-274, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 37.138.913/0001-89, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos; e

(50) **ONCOHEMATOLOGIA PARTICIPAÇÕES LTDA.**, sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, na Rua dos Otoni, nº 742, sala 908, Santa Efigênia, CEP 30150-274, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 26.193.072/0001-96, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos.

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 220

A Cedente, o Credor Fiduciário e as Subsidiárias Devedoras doravante denominados, em conjunto, "Partes" e, individual e indistintamente, "Parte".

CONSIDERANDO QUE:

i) em 13 de julho de 2026, a Oncoclínicas e determinadas sociedades de seu grupo econômico ("Recuperandas") ajuizaram pedido de recuperação extrajudicial, autuado sob o nº 4126842-40.2026.8.26.0100 ("Recuperação Extrajudicial"), em trâmite perante a 3ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central Cível da Comarca de São Paulo, SP ("Juízo da Recuperação Extrajudicial");

ii) em [•], as Recuperandas submeteram à homologação judicial o Plano de Recuperação Extrajudicial ("Plano"), o qual prevê, em sua Cláusula 7.1.1, que os Créditos Abrangidos detidos pelos Credores Apoiadores Modalidade 1 (conforme definido no Plano) serão satisfeitos mediante a subscrição e integralização de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, [para colocação privada], emitidas pela Oncoclínicas em tantas séries quantos forem os Credores Apoiadores Modalidade 1 ("Debêntures Modalidade 1"), nos termos do "[Instrumento Particular de Escritura da [•]ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em [•] Séries, para Colocação Privada, da Oncoclínicas do Brasil Serviços Médicos S.A.]" ("Escritura de Emissão");

iii) o Plano prevê ainda, em suas Cláusulas 5.1 e 5.1.1, que os Créditos Abrangidos novados constituirão a dívida reestruturada das Recuperandas, sem solidariedade, coobrigação ou garantia das demais Recuperandas, e que os créditos relativos ao direito de regresso, sub-rogação, ressarcimento ou indenização criados ou reconhecidos pelo Plano em razão do pagamento, pela Oncoclínicas, de dívida ou obrigação atribuída a qualquer outra Recuperanda, serão cedidos fiduciariamente aos Credores Apoiadores Modalidade 1, representados pelo agente fiduciário nomeado na Escritura de Emissão, em garantia das Debêntures Modalidade 1, nos termos das Cláusulas 1.2.13, 7.1.1, item "(iv)", alínea "(b)", e 7.1.4, item "(iii)" do Plano;

iv) as Debêntures Modalidade 1 contam, ainda, com a Alienação Fiduciária de Ações irrevogável e irretratável das ações e quotas de emissão das sociedades nas quais a Oncoclínicas detenha, direta ou indiretamente, participação societária, nos termos do item "(iv)", alínea "(a)", da Cláusula 7.1.1 e da Cláusula 1.2.3 do Plano e do respectivo instrumento;

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 221

v) nos termos da Cláusula 8.1.3 do Plano, a emissão, a subscrição e a integralização das Debêntures Modalidade 1 estão condicionadas à prévia ou concomitante celebração deste Contrato;

vi) em [•], o Juízo da Recuperação Extrajudicial homologou o Plano ("Homologação do Plano");

vii) em [•], cada um dos Debenturistas elegeu a opção de Credor Apoiador Modalidade 1, nos termos das Cláusulas 7.1 e 7.3 do Plano, mediante Termo de Eleição assinado na referida data [ou, conforme o caso, mediante indicação no respectivo Termo de Adesão, nos termos da Cláusula 7.3.1 do Plano];

viii) em [•], por meio da Escritura de Emissão, as Debêntures Modalidade 1 foram emitidas pela Oncoclínicas, nos termos das Cláusulas 7.1.1 e 8.1 do Plano, observado o prazo previsto na Cláusula 8.1.2 do Plano, e serão subscritas pelos Credores Apoiadores Modalidade 1, nos termos das Cláusulas 7.1 e 8.4 do Plano;

ix) as Subsidiárias Devedoras eram, na data-base da relação de credores apresentada pelas Recuperandas em 02 de outubro de 2026 ("Relação de Credores"), as devedoras originárias dos Créditos Abrangidos identificados no **Anexo I**, cuja satisfação foi assumida pela Oncoclínicas nos termos do Plano; e

x) a Cedente deseja ceder fiduciariamente ao Credor Fiduciário, em garantia do fiel, pontual e integral cumprimento das Obrigações Garantidas (conforme definido abaixo), os Direitos Cedidos (conforme definido abaixo), nos termos deste Contrato e do Plano, e as Subsidiárias Devedoras desejam anuir com tal cessão e assumir as obrigações previstas neste Contrato;

RESOLVEM, de mútuo e comum acordo, celebrar o presente Contrato, o qual será regido pelas cláusulas e condições abaixo:

1. DEFINIÇÕES

1.1. As expressões iniciadas em letras maiúsculas utilizadas e não expressamente definidas neste Contrato terão o mesmo significado a elas atribuído no Plano ou, na sua falta, na Escritura de Emissão.

1.2. Exceto quando previsto expressamente de modo diverso no presente Contrato, entende-se por "Dia Útil" qualquer dia da semana, exceto sábados, domingos ou qualquer outro dia em que instituições bancárias no município de São Paulo, Estado de São Paulo, não

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 222

funcionem ou não estejam autorizadas a funcionar. Quando a indicação de prazo contado por dia no presente Contrato não vier acompanhada da indicação de "Dia Útil", entende-se que o prazo é contado em dias corridos.

2. CESSÃO FIDUCIÁRIA

2.1. Objeto. Para assegurar o fiel, pontual e integral pagamento e cumprimento de todas as obrigações, principais e acessórias, presentes e futuras, decorrentes das Debêntures Modalidade 1 e/ou da respectiva Escritura de Emissão, incluindo o Valor Nominal Unitário, a remuneração, a atualização monetária, os encargos moratórios, multas, o Acelerador de Amortização, e todos os custos e despesas comprovadamente incorridos pelo Credor Fiduciário na constituição, conservação, cobrança e excussão de qualquer das garantias das Debêntures Modalidade 1 ("Obrigações Garantidas"), a Cedente, em caráter irrevogável e irretratável, nos termos do artigo 66-B da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, conforme em vigor ("Lei nº 4.728"), dos artigos 18 a 20 da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, conforme em vigor ("Lei nº 9.514"), e, no que for aplicável, dos artigos 1.361 e seguintes da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), cede fiduciariamente em garantia aos Debenturistas, representados pelo Credor Fiduciário, a propriedade fiduciária, o domínio resolúvel e a posse indireta dos seguintes direitos ("Cessão Fiduciária"):

i) todo e qualquer direito de crédito, presente ou futuro, condicional ou incondicional, de titularidade da Cedente contra cada Subsidiária Devedora, a título de regresso, reembolso, sub-rogação (legal ou convencional), ressarcimento, indenização ou enriquecimento sem causa, decorrente de, ou relacionado a, qualquer pagamento ou satisfação, total ou parcial, pela Cedente, por qualquer meio e a qualquer tempo, de Crédito Abrangido cuja devedora originária, na Relação de Credores, seja tal Subsidiária Devedora, inclusive os Créditos de Regresso definidos na Cláusula 5.1.1 do Plano, independentemente (a) da natureza jurídica atribuída ao pagamento (pagamento por terceiro interessado ou não interessado, assunção de dívida, novação subjetiva ou outra); e (b) da forma de pagamento prevista no Plano (moeda corrente, Debêntures de qualquer Opção ou Modalidade, dação em pagamento de quotas de NewCo, compensação ou outra) ("Direito de Regresso"), conforme individualizado por Subsidiária Devedora e correspondente, em relação a cada uma, ao respectivo Valor de Regresso, apurado nos termos da Cláusula 3 deste Contrato;

ii) a totalidade dos direitos sobre a Conta Vinculada e sobre todos os recursos nela depositados ou que venham a ser nela depositados a qualquer tempo, bem como sobre quaisquer aplicações financeiras e/ou investimentos realizados com tais recursos e seus rendimentos ("Direitos Conta Vinculada"); e

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 223

iii) todos os acessórios, garantias, privilégios, preferências, prerrogativas, ações e pretensões relacionados aos itens (i) e (ii), incluindo os direitos decorrentes de sub-rogação legal ou convencional nas garantias originalmente prestadas aos Créditos Abrangidos pagos pela Cedente, no limite admitido pela lei e pelo Plano, bem como quaisquer indenizações, multas, encargos, reajustes monetários ou contratuais e direitos de cobrança a eles relacionados, e todos os valores ou bens recebidos pela Cedente em relação aos itens (i) e (ii) ("Direitos Acessórios" e, em conjunto com o Direito de Regresso e os Direitos Conta Vinculada, os "Direitos Cedidos").

2.1.1. As Obrigações Garantidas têm suas características principais devidamente descritas no **Anexo II** ao presente Contrato, em cumprimento ao disposto no artigo 66-B, §4°, da Lei nº 4.728/1965, e no artigo 18 da Lei nº 9.514/1997.

2.1.2. As Partes deverão aditar o **Anexo II** para refletir a atualização das características das Obrigações Garantidas, em cumprimento ao disposto no artigo 66-B, §4°, da Lei nº 4.728/1965, e no artigo 18 da Lei nº 9.514/1997, sendo certo que tal aditamento terá caráter meramente formal e não constitutivo, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da solicitação pelo Credor Fiduciário.

2.2. Anuência e Notificação. As Subsidiárias Devedoras, na qualidade de devedoras do Direito de Regresso, declaram-se neste ato cientes e notificadas da Cessão Fiduciária, para todos os fins do artigo 290 do Código Civil, e com ela expressamente anuem, dispensando qualquer outra notificação, observado o disposto na Cláusula 11.

2.3. Conta Vinculada. Todo e qualquer pagamento devido pelas Subsidiárias Devedoras à Oncoclínicas, a qualquer título, inclusive em relação ao Direito de Regresso ("Pagamentos Intercompany"), deverá ser realizado exclusivamente mediante depósito na conta vinculada de titularidade da Oncoclínicas, abrangida pela Cessão Fiduciária, a qual terá o Credor Fiduciário como beneficiário, mantida junto ao Banco Depositário (conforme definido abaixo): [•] ("Conta Vinculada"), observado o disposto na Cláusula 11.

3. APURAÇÃO DO VALOR DE REGRESSO

3.1. Valor de Regresso. O Valor de Regresso de cada Subsidiária Devedora, isoladamente, corresponderá à:

i) do valor do Crédito Abrangido de responsabilidade originária da respectiva Subsidiária Devedora que venha a ser novado nos termos do Plano (observado o disposto na Cláusula 3.2 abaixo), ressalvado que, exclusivamente em relação aos

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 224

Créditos Abrangidos cujos titulares tenham eleito a Opção B, o respectivo valor somente integrará o Valor de Regresso se e quando a novação produzir efeitos, nos termos da Cláusula 6.3.1.1 do Plano, não o integrando enquanto tal novação não se verificar ou caso o crédito original seja restabelecido nos termos da referida cláusula;

ii) a atualização monetária, a remuneração e os demais encargos incidentes sobre o valor referido no item "(i)" acima, nos mesmos termos, índices, taxas e periodicidade em que a Cedente se obrigou a pagar ou desembolsar, nos termos do Plano e dos respectivos instrumentos de pagamento (inclusive das escrituras de emissão das Debêntures de qualquer Opção ou Modalidade), desde a data em que se tornarem devidos até o efetivo reembolso pela Subsidiária Devedora; e

iii) as despesas e os tributos incorridos pela Cedente em razão dos pagamentos ou desembolsos referidos nos itens "(i)" e "(ii)" acima.

3.2. Crédito Abrangido de Responsabilidade Originária. Considera-se de responsabilidade originária de uma Subsidiária Devedora o Crédito Abrangido em que ela figure como devedora na Relação de Credores, conforme coluna "CNPJ Devedor" (**Anexo I**). Na hipótese de um mesmo Crédito Abrangido constar contra a Cedente, na qualidade de fiadora, avalista ou garantidora, e contra uma Subsidiária Devedora, como devedora principal, o pagamento pela Cedente será integralmente imputado ao Direito de Regresso contra a Subsidiária Devedora, vedada a dupla contagem.

3.3. Créditos não Listados e Alterações. Integrarão automaticamente o Direito de Regresso, independentemente de aditamento, os Créditos Abrangidos de responsabilidade originária de Subsidiária Devedora que venham a ser incluídos, majorados, retificados ou reconhecidos após a Relação de Credores, inclusive por decisão judicial, habilitação, impugnação ou sub-rogação (Cláusulas 3.1.1 e 12.3 do Plano). O **Anexo I** será aditado, em caráter meramente declaratório, sempre que necessário, e o Valor Máximo de Referência (conforme indicado no **Anexo I**) não constitui limite do Direito de Regresso.

4. ABERTURA E ADMINISTRAÇÃO DA CONTA VINCULADA

4.1. Exceto se houver ocorrido e estiver em curso um Evento de Retenção (conforme definido abaixo), os recursos depositados na Conta Vinculada serão automaticamente transferidos pelo Banco Depositário, no mesmo Dia Útil de seu crédito, para a conta de livre movimentação de titularidade da Oncoclínicas indicada no Contrato Banco Depositário (conforme definido abaixo) ("Conta de Livre Movimentação"), independentemente de instrução ou anuência do Credor Fiduciário. Ressalvadas tais transferências automáticas, a

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 225

Conta Vinculada será movimentada, única e exclusivamente, pelo Banco Depositário, de acordo com os procedimentos estabelecidos neste Contrato, e conforme instrução do Credor Fiduciário, não sendo permitido à Cedente, sob qualquer forma ou pretexto, movimentar ou solicitar a movimentação da Conta Vinculada, sob pena de vencimento antecipado das Obrigações Garantidas.

4.2. Mediante notificação escrita do Credor Fiduciário ao Banco Depositário, com cópia à Cedente, informando a ocorrência de um Evento de Retenção, o Banco Depositário deverá suspender imediatamente as transferências previstas na Cláusula 4.1, permanecendo os recursos depositados ou que venham a ser depositados na Conta Vinculada integralmente retidos, podendo ser movimentados exclusivamente conforme instrução do Credor Fiduciário, nos termos deste Contrato, especialmente para fins de amortização, pré-pagamento ou liquidação, inclusive extraordinária, das Obrigações Garantidas.

4.2.1. Caso o Evento de Retenção seja sanado ou deixe de existir sem que tenha sido declarado o Vencimento Antecipado, o Credor Fiduciário deverá notificar o Banco Depositário em até 1 (um) Dia Útil, hipótese em que as transferências automáticas serão retomadas e o saldo retido será liberado para a Conta de Livre Movimentação.

4.2.2. Durante a vigência de um Evento de Retenção, a Cedente poderá solicitar ao Credor Fiduciário a liberação de recursos retidos na Conta Vinculada para a Conta de Livre Movimentação, e o Credor Fiduciário poderá, a seu exclusivo critério, autorizar tal liberação, a qual somente poderá ser realizada pelo Banco Depositário mediante instrução do Credor Fiduciário, sem prejuízo das faculdades previstas na Cláusula 9.3 abaixo.

4.3. A Cedente autoriza o Banco Depositário a fornecer ao Credor Fiduciário, se assim solicitado, todas as informações referentes a qualquer movimentação, resgate, conforme aplicável, e os saldos da Conta Vinculada, renunciando ao direito de sigilo bancário em relação a tais informações, inclusive por meio de extratos bancários e posições da Conta Vinculada. A Cedente, desde logo, de forma irrevogável e irretratável, reconhece que este procedimento não constitui infração às regras que disciplinam o sigilo bancário, em especial a Lei Complementar n° 105, de 10 de janeiro de 2001, tendo em vista que o Credor Fiduciário é o beneficiário dos valores depositados na Conta Vinculada, e as peculiaridades que revestem os serviços objeto deste Contrato.

4.4. Por se tratar de conta de depósito não operacional, constituída para operacionalização da garantia objeto deste Contrato, fica vedada a emissão de cheques, de cartões magnéticos, bem como a realização de quaisquer transferências ou ordens de crédito e/ou débito relacionados à Conta Vinculada, ou, ainda, a utilização dos recursos em depósito na Conta Vinculada para qualquer pagamento ou transferência a terceiros, salvo as transferências

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 226

automáticas para a Conta de Livre Movimentação previstas na Cláusula 4.1 e nos demais termos e condições aqui previstos, observado que, durante um Evento de Retenção, tais recursos deverão permanecer sujeitos ao regime de indisponibilidade previsto neste Contrato.

4.5. O Credor Fiduciário terá acesso a relatório contendo as informações dos Direitos Cedidos junto ao sistema do Banco Depositário (via net empresas).

4.6. A Cedente e as Subsidiárias Devedoras, observado o disposto na Cláusula 11, deverão fornecer ao Credor Fiduciário, trimestralmente e sempre que solicitado, **(i)** cópia dos extratos bancários da Conta Vinculada referentes ao respectivo período encerrado; e **(ii)** relatório, em formato Excel (.xlsx), devidamente atualizado, contendo as informações dos Direitos Cedidos, inclusive o Valor de Regresso de cada Subsidiária Devedora e a indicação dos Pagamentos Intercompany efetivamente realizados e depositados na Conta Vinculada do período, acompanhado dos documentos comprobatórios de validade, existência e legitimidade do Direito de Regresso, para que o Credor Fiduciário faça a verificação da validade, existência e legitimidade dos Direitos Cedidos e do fluxo dos Pagamentos Intercompany na Conta Vinculada.

5. NOMEAÇÃO DO BANCO DEPOSITÁRIO

5.1. Durante a vigência deste Contrato, a Conta Vinculada será movimentável exclusivamente pelo [•], instituição financeira e/ou de pagamento ("Banco Depositário") que, nos termos do instrumento a ser celebrado entre a Cedente, o Credor Fiduciário e o Banco Depositário para regular os termos, condições e obrigações aplicáveis à administração, manutenção e movimentação da Conta Vinculada ("Contrato Banco Depositário"), deverá administrar e manter a Conta Vinculada íntegra e segregada como conta de depósito não operacional, efetuando as transferências automáticas previstas na Cláusula 4.1 exceto quando notificado de um Evento de Retenção.

6. REGISTROS E FORMALIDADES

6.1. A Cedente deverá efetuar o protocolo do presente Contrato junto ao Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, SP ("Cartório") em até 5 (cinco) Dias Úteis contado da data de sua assinatura, sendo certo que este Contrato deverá ser registrado no Cartório em até 30 (trinta) dias contados da data de sua assinatura, podendo tal prazo ser prorrogado por igual período no caso de apresentação de exigências pelo Cartório. A Cedente deverá entregar ao Credor Fiduciário em até 2 (dois) Dias Úteis contados da obtenção do registro deste Contrato no Cartório, via digital (formato .pdf) deste Contrato devidamente registrado no Cartório.

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 227

6.1.1. A Cedente deverá efetuar o registro de eventuais aditamentos ao Contrato no Cartório no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data de sua assinatura e entregar ao Credor Fiduciário em até 2 (dois) Dias Úteis contados da concessão do registro dos referidos eventuais aditamentos a este Contrato, via digital (formato .pdf) destes aditamentos ao Contrato registrado no Cartório.

6.2. A Cedente dará cumprimento a qualquer outra exigência de qualquer lei aplicável vigente ou que venha a vigorar no futuro, nos prazos estipulados por referidas leis, que seja necessária à constituição, preservação, aperfeiçoamento e prioridade absoluta da Cessão Fiduciária, conforme aplicável, fornecendo a respectiva comprovação ao Credor Fiduciário.

6.3. O Credor Fiduciário fica desde já autorizado e constituído de todos os poderes, nos termos da Cláusula 10~~10~~, de forma irrevogável e irretratável, para, em nome da Cedente, como bastante procurador, promover o registro deste Contrato e de seus aditivos no Cartório, caso a Cedente não o faça nos prazos previstos acima, devendo a Cedente arcar com todos os respectivos custos e despesas. Para que não haja dúvidas, tal autorização não exime a Cedente do cumprimento da obrigação aqui prevista.

7. DECLARAÇÕES E GARANTIAS

7.1. Sem prejuízo das demais declarações dispostas neste Contrato, a Cedente e as Subsidiárias Devedoras, observado o disposto na Cláusula 11, declaram e garantem ao Credor Fiduciário, nesta data, que:

i) são sociedades por ações e/ou limitadas devidamente organizadas, constituídas e existentes de acordo com as leis brasileiras, bem como estão devidamente autorizadas a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;

ii) a celebração deste Contrato é compatível com sua capacidade econômica e operacional e integra medida necessária e adequada à preservação da continuidade de suas operações;

iii) estão devidamente autorizadas e obtiveram, ou obterão, todas as autorizações necessárias, inclusive societárias e regulatórias, conforme aplicável, para celebrar este Contrato e a cumprir com todas as obrigações aqui previstas, tendo sido (ou serão) satisfeitos todos os requisitos legais, regulatórios, contratuais e estatutários necessários para tanto;

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 228

iv) os representantes legais que assinam este Contrato têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seus nomes, as obrigações aqui estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor e efeito;

v) a celebração deste Contrato não infringe nesta data os estatutos sociais e/ou contratos sociais da Cedente e das Subsidiárias Devedoras, qualquer disposição legal, regulamentar, ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral, inclusive o Plano e as decisões proferidas no âmbito da Recuperação Extrajudicial, ou quaisquer contratos ou instrumentos dos quais a Cedente e as Subsidiárias Devedoras sejam parte e/ou pelo qual qualquer de seus ativos estejam sujeitos, nem irá resultar em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Cedente, exceto pelo ônus decorrente deste Contrato; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;

vi) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório ou societário é exigido para o cumprimento pela Cedente de suas obrigações nos termos deste Contrato, tampouco com relação à criação e manutenção da cessão fiduciária sobre os Direitos Cedidos, exceto pelo registro deste Contrato no Cartório, e pelas aprovações societárias relativas à constituição da presente Cessão Fiduciária;

vii) têm ciência de que a Procuração (conforme definição abaixo) deverá ser renovada até a data da quitação integral das Obrigações Garantidas, segundo os procedimentos apresentados neste Contrato, sob pena de vencimento antecipado das Obrigações Garantidas;

viii) os Direitos Cedidos decorrem de operações válidas, exigíveis e efetivamente realizadas pela Cedente, e são de sua exclusiva propriedade, livres e desembaraçados de quaisquer ônus, restrições, dívidas, gravames ou contestação por parte de terceiros, incluindo, porém não se limitando, a pendências de natureza tributária, trabalhista, previdenciária e/ou de quaisquer outras impostas por lei, não existindo qualquer disposição ou cláusula contida em qualquer acordo, contrato ou avença de que a Cedente seja parte, quaisquer obrigações, restrições à Cessão Fiduciária, ou discussões judiciais de qualquer natureza, ou impedimento de qualquer natureza que vede ou limite, de qualquer forma, a constituição e manutenção da presente garantia em favor do Credor Fiduciário;

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 229

ix) a Cedente não poderá ceder, transferir, onerar, prometer ceder ou de qualquer modo dispor, em favor de terceiros, dos Direitos Cedidos, no todo ou em parte, em desconformidade com este Contrato, sendo que a prática de qualquer desses atos constituirá inadimplemento deste Contrato, sem incidência do prazo de cura, sujeitando a Cedente à excussão dos Direitos Cedidos e perdas e danos, sem prejuízo de poder caracterizar ilícito penal, inclusive de apropriação indébita;

x) este Contrato, após a realização dos registros nele previstos, bem como as obrigações nele previstas, constituem obrigações legais, válidas, vinculantes e exequíveis da Cedente, de acordo com seus respectivos termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 784 da Lei n° 13.105, de 16 de março de 2015, conforme alterada ("Código de Processo Civil");

xi) não têm conhecimento de qualquer ameaça ou iminência de qualquer pendência judicial ou administrativa de qualquer natureza que possa afetar negativamente os Direitos Cedidos ou quaisquer outras disposições deste Contrato;

xii) não têm conhecimento da existência de qualquer reivindicação, demanda, protesto, ação judicial, ou processo judicial, arbitral ou administrativo, inquéritos ou outro tipo de investigação pendente, iminente, ajuizado, instaurado ou requerido perante qualquer tribunal, órgão governamental, árbitro, ou qualquer outra autoridade com relação aos Direitos Cedidos e à cessão fiduciária ora constituída, ou que, por si ou em conjunto com qualquer outro, tenha afetado ou possa vir a afetar de forma negativa a presente garantia;

xiii) as informações prestadas neste Contrato são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes;

xiv) a celebração deste Contrato não constitui fraude à execução ou fraude contra credores, sendo a constituição da Cessão Fiduciária expressamente prevista e autorizada no Plano.

7.2. A Cedente e as Subsidiárias Devedoras, observado o disposto na Cláusula 11, se obrigam a notificar, em até 2 (dois) Dias Úteis, o Credor Fiduciário, caso qualquer das declarações prestadas acima se torne falsa, inconsistente, imprecisa, incompleta, incorreta ou insuficiente.

8. OBRIGAÇÕES DA CEDENTE E REFORÇO DE GARANTIA

8.1. Até o pagamento integral das Obrigações Garantidas, a Cedente compromete-se a:

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 230

i) não constituir sobre os Direitos Cedidos qualquer outro ônus ou gravame além da Cessão Fiduciária e a não vender, ceder em garantia, arrendar, dar em usufruto, alugar ou de qualquer outra forma alienar ou onerar a terceiros qualquer parte dos Direitos Cedidos, exceto se prévia e expressamente aprovado pelo Credor Fiduciário;

ii) manter o Credor Fiduciário indene e a salvo em relação a todas e quaisquer responsabilidades, prejuízos, custos e despesas necessárias (incluindo, sem limitação, honorários advocatícios) que comprovadamente o Credor Fiduciário venha a incorrer (exceto por aqueles que decorram exclusivamente de dolo do Credor Fiduciário devidamente comprovado por sentença transitada em julgado) referentes ou provenientes (a) da celebração e execução deste Contrato, incluindo, mas não se limitando, a constituição, o aperfeiçoamento e o exercício de direitos e da excussão da Cessão Fiduciária; (b) do não cumprimento pela Cedente das Obrigações Garantidas e das obrigações descritas neste Contrato; (c) de qualquer atraso no pagamento de tributos incidentes ou devidos relativamente a quaisquer Direitos Cedidos que sejam de responsabilidade da Cedente; e (d) de perdas e danos que o Credor Fiduciário venha a incorrer em decorrência da falsidade, inexatidão ou incompletude de quaisquer das declarações e garantias prestadas pela Cedente contidas neste Contrato;

iii) defender, de forma tempestiva e adequada, às suas próprias expensas, os Direitos Cedidos, em benefício do Credor Fiduciário, contra quaisquer reivindicações de terceiros, incluindo, mas não se limitando, a quaisquer autuações, procedimentos ou processos administrativos, arbitrais ou judiciais, ou que a Cedente venha a ter ciência e que possam, de qualquer forma, afetar adversamente a presente garantia, assim como auxiliar o Credor Fiduciário na defesa de tais reivindicações, bem como comunicar o Credor Fiduciário, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis, sobre a instauração de qualquer dos atos referidos neste item;

iv) não celebrar qualquer contrato ou acordo ou praticar qualquer ato que restrinja os direitos sobre os Direitos Cedidos ou, ainda, que limite a capacidade do Credor Fiduciário de executar os Direitos Cedidos, no todo ou em parte;

v) não rescindir, alterar ou aditar os instrumentos dos quais decorrem os Direitos Cedidos, inclusive o Plano no que se refere ao Direito de Regresso, sem prévia anuência do Credor Fiduciário;

vi) manter a garantia constituída pelo presente Contrato e todas as obrigações aqui previstas sempre em pleno vigor, válidas e eficazes;

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 231

vii) manter a titularidade da Conta Vinculada durante toda a vigência deste Contrato, assim como manter o Credor Fiduciário como beneficiário da Conta Vinculada;

viii) celebrar todo e qualquer documento e instrumento adicional necessário que venha a ser exigido, de tempos em tempos, para permitir que o Credor Fiduciário proteja os direitos ora constituídos relativos aos Direitos Cedidos, no todo ou em parte, ou exerça quaisquer dos direitos, poderes e faculdades a ele atribuídos pelo presente instrumento;

ix) celebrar e renovar, conforme o caso, a Procuração outorgada na forma da Cláusula 10 deste Contrato;

x) adotar todas as demais providências relativamente aos Direitos Cedidos que lhe forem solicitadas pelo Credor Fiduciário, com base no disposto neste Contrato;

xi) em até 2 (dois) Dias Úteis do conhecimento pela Cedente de arresto, sequestro ou penhora que acarretem ou possam acarretar a deterioração dos Direitos Cedidos, a Cedente obriga-se a informar tal fato ao Credor Fiduciário;

xii) em caso de denúncia ou resolução do Contrato Banco Depositário, contratar, às suas expensas, instituição financeira aprovada pelo Credor Fiduciário para prestar os mesmos serviços ali previstos, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis;

xiii) não alterar, sem prévia anuência do Credor Fiduciário, a Conta Vinculada, o fluxo de pagamento ou as instruções de pagamento às Subsidiárias Devedoras relativas ao Direito de Regresso, nem conceder às Subsidiárias Devedoras remissão, moratória, novação, compensação, capitalização ou subordinação relativa ao Direito de Regresso, nem praticar ou permitir qualquer ato, inclusive Reorganização Societária, que implique a extinção do Direito de Regresso por confusão ou por qualquer outra forma que não o seu efetivo pagamento, nos termos da Cláusula 5.1.1 do Plano;

xiv) não praticar nem permitir qualquer ato que prejudique, invalide, reduza ou limite a existência, validade, eficácia, exequibilidade, prioridade ou excussão da Cessão Fiduciária, praticando os atos necessários à sua manutenção, aperfeiçoamento e eventual reforço.

8.2. Nos termos dos artigos 333, inciso III, 1.425, incisos I, IV e V, e 1.427 do Código Civil, a Cedente obriga-se a substituir ou reforçar a garantia constituída por meio deste Contrato ("Reforço de Garantia") sempre que ocorrer qualquer evento que reduza, comprometa ou

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 232

possa comprometer a suficiência, higidez, liquidez, exigibilidade ou exequibilidade da garantia constituída nos termos deste Contrato, inclusive:

i) na hipótese de o Direito de Regresso não poder ter o seu pagamento exigido pela Cedente, conforme os seus termos originais, por qualquer ato ou fato, incluindo, mas não se limitando, em caso de ajuizamento de pedido de recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência, liquidação ou dissolução de qualquer Subsidiária Devedora;

ii) na hipótese de a garantia prestada por força deste Contrato ou quaisquer dos Direitos Cedidos serem objeto de penhora, arresto ou qualquer medida judicial, arbitral ou administrativa de efeito similar, ou tornarem-se, por qualquer motivo, insuficientes ao fim a que se destinam, ficando a Cedente obrigada, adicionalmente, a adotar imediatamente, às suas expensas, todas as medidas judiciais, arbitrais, administrativas e extrajudiciais cabíveis para levantar, cancelar ou afastar tal constrição ou medida, sem prejuízo do direito de o Credor Fiduciário adotar diretamente quaisquer medidas que entender cabíveis para a preservação da garantia;

iii) na hipótese de cancelamento, anulação, sustação, estorno ou qualquer forma de redução ou invalidação, total ou parcial, dos Direitos Cedidos, sendo certo que a Cedente não poderá praticar, autorizar, consentir ou permitir qualquer ato que resulte em tais efeitos, sob pena de inadimplemento deste Contrato; e

iv) na hipótese de qualquer ato, fato ou pretensão de terceiro que possa implicar transferência, cessão, oneração, promessa de cessão, promessa de oneração, disposição ou comprometimento, total ou parcial, dos Direitos Cedidos em favor de terceiro, sendo expressamente vedado à Cedente alienar, ceder, transferir, prometer ceder ou transferir, dar em garantia, onerar ou de qualquer modo dispor dos Direitos Cedidos em descumprimento deste Contrato, sem prejuízo da ineficácia de tais atos perante o Credor Fiduciário e da caracterização de inadimplemento contratual.

8.3. O Reforço de Garantia deverá ser implementado por meio de cessão fiduciária de novos direitos de regresso de natureza igual à do Direito de Regresso ("Direitos de Regresso Adicionais"), em substituição aos Direitos Cedidos objeto das hipóteses previstas na Cláusula 8.2, desde que, em qualquer caso, tais Direitos de Regresso Adicionais sejam previamente aceitos pelo Credor Fiduciário, a seu exclusivo critério. A Cedente terá prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que tiver conhecimento do fato que der ensejo ao Reforço de Garantia ou do recebimento, pela Cedente, de comunicação escrita do Credor Fiduciário informando a ocorrência do respectivo evento, o que ocorrer primeiro, para apresentar os Direitos de Regresso Adicionais à avaliação do Credor Fiduciário. A inobservância do prazo

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 233

previsto nesta cláusula configurará descumprimento contratual e permitirá a excussão da Cessão Fiduciária na forma prevista na Cláusula 9.1~~9~~ deste Contrato.

8.4. A Cedente obriga-se a promover o Reforço de Garantia nos termos previstos nas Cláusulas acima por meio da celebração de aditamento ao presente Contrato, com a atualização do **Anexo I** deste Contrato, ou da celebração de instrumento próprio, apartado, para esse fim, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da aprovação, pelo Credor Fiduciário, dos Direitos de Regresso Adicionais oferecidos.

8.5. [Enquanto não houver o Reforço de Garantia, não será permitida qualquer liberação de recursos depositados na Conta Vinculada à Cedente, permanecendo tais recursos integralmente retidos, sem prejuízo da faculdade do Credor Fiduciário de determinar a aplicação dos valores depositados na Conta Vinculada na liquidação total ou parcial das Obrigações Garantidas.]

8.6. Obrigações das Subsidiárias Devedoras. Observado o disposto na Cláusula 11, até o pagamento integral do Direito de Regresso de que a Cedente seja titular em face de determinada Subsidiária Devedora, tal Subsidiária Devedora obriga-se a: (i) não realizar, direta ou indiretamente, qualquer pagamento, amortização, compensação, adiantamento ou transferência de recursos à Cedente ou a qualquer outra sociedade do Grupo Oncoclínicas a título de Créditos Intercompany ou de quaisquer outros créditos, débitos ou obrigações intercompany, de qualquer natureza, existentes ou futuros, que não o próprio Direito de Regresso, nos termos da Cláusula 5.1.1.1 do Plano; (ii) não declarar, pagar ou distribuir dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra forma de distribuição de lucros ou resultados a seus sócios ou acionistas, inclusive à Cedente ou a outras Recuperandas, ressalvado exclusivamente o dividendo mínimo obrigatório, quando exigido por lei, nos termos da Cláusula 5.1.2 do Plano; e (iii) realizar os Pagamentos Intercompany exclusivamente mediante depósito na Conta Vinculada, nos termos da Cláusula 2.3. Qualquer pagamento ou distribuição realizado em desacordo com esta Cláusula constituirá inadimplemento deste Contrato.

9. VENCIMENTO ANTECIPADO, EXCUSSÃO E LIBERAÇÃO DA CESSÃO FIDUCIÁRIA

9.1. O Credor Fiduciário poderá declarar o vencimento antecipado de todas as Obrigações Garantidas, tornando-as imediatamente exigíveis, mediante simples comunicação escrita à Cedente e independentemente de qualquer outro aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial ("Vencimento Antecipado"), na ocorrência de qualquer das seguintes hipóteses, observados os prazos de cura aplicáveis ("Evento de Retenção"):

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 234

(i) inadimplemento, pela Cedente, de qualquer valor devido no âmbito das Obrigações Garantidas na respectiva data de vencimento;

(ii) descumprimento, pela Cedente, de qualquer obrigação não pecuniária prevista neste Contrato ou de qualquer dos instrumentos das Obrigações Garantidas, incluindo a Escritura de Emissão, não sanado no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contado do recebimento de notificação enviada pelo Credor Fiduciário, ressalvadas as obrigações para as quais este Contrato estabeleça prazo específico, inclusive as relativas ao Reforço de Garantia previstas na Cláusula 8, hipótese em que não se aplicará prazo de cura adicional, observado que, nas hipóteses de Reforço de Garantia, eventual vencimento antecipado somente poderá ser declarado após o decurso dos prazos expressamente previstos nas Cláusulas 8.3 e 8.4, conforme aplicável;

(iii) o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos da Escritura de Emissão;

(iv) falência, autofalência, pedido de falência não elidido no prazo legal, ou ajuizamento, pela Cedente ou por qualquer uma das Subsidiárias Devedoras, de recuperação judicial ou de novo pedido de recuperação extrajudicial, ou de pedido de tutela cautelar antecedente ou de mediação ou conciliação antecedente nos termos dos artigos 20-B e 6º, §12, da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, conforme alterada ("Lei nº 11.101"), em qualquer caso distinto da Recuperação Extrajudicial, ou, ainda, sua liquidação, dissolução ou extinção;

(v) questionamento judicial ou extrajudicial, pela Cedente ou pelas Subsidiárias Devedoras, da validade, eficácia ou exequibilidade deste Contrato, da Cessão Fiduciária ou das Obrigações Garantidas;

(vi) invalidade, nulidade, ineficácia ou inexequibilidade, total ou parcial, deste Contrato ou das Obrigações Garantidas, declarada por decisão judicial, arbitral ou administrativa, não sanada no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contado da referida decisão;

(vii) penhora, arresto, sequestro ou qualquer outra constrição judicial ou administrativa sobre os Direitos Cedidos ou sobre a Conta Vinculada, não liberada ou suspensa no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contado de sua efetivação;

(viii) reforma, anulação, cassação ou suspensão dos efeitos da decisão de Homologação do Plano, ou convolação da Recuperação Extrajudicial em recuperação judicial; e

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 235

(ix) ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento previsto na Cláusula 14.1 do Plano, após o decurso do prazo de cura ali aplicável.

9.2. Na hipótese de Vencimento Antecipado, consolidar-se-á em favor do Credor Fiduciário a propriedade plena dos Direitos Cedidos, podendo o Credor Fiduciário, sem prejuízo dos demais direitos previstos em lei, excutir no todo ou em parte os Direitos Cedidos, de forma judicial ou extrajudicial, independentemente de avaliação, prévia notificação à Cedente, notificação judicial ou extrajudicial, ou qualquer outra medida judicial ou extrajudicial, exercendo todos os poderes que lhe são outorgados pela legislação vigente.

9.3. Para os fins das Cláusulas 9.1 e 9.2 acima, o Credor Fiduciário poderá, a qualquer tempo após a ocorrência de qualquer das hipóteses ali previstas, instruir o Banco Depositário a transferir, no todo ou em parte, a critério do Credor Fiduciário, os valores depositados na Conta Vinculada para a conta de titularidade do Credor Fiduciário por ele indicada, para satisfação das Obrigações Garantidas.

9.4. A Cedente concorda e reconhece expressamente que o Credor Fiduciário poderá praticar todos os atos necessários para a liquidação ou transferência dos Direitos Cedidos, nos termos deste Contrato.

9.5. A Cedente declara estar ciente e de acordo com toda e qualquer disposição dos Direitos Cedidos, ou transferência dos recursos em depósito na Conta Vinculada em decorrência da excussão da garantia constituída neste Contrato, independentemente de quem seja seu novo titular, renunciando a qualquer **(i)** direito de preferência a que lhe seja outorgado, no presente ou no futuro; e **(ii)** privilégio legal que possa afetar a livre e integral exequibilidade, transferência ou exercício de quaisquer direitos do Credor Fiduciário, nos termos deste Contrato.

9.6. A Cedente, desde já, se obriga a praticar todos os atos e cooperar com o Credor Fiduciário em tudo que se fizer necessário ao cumprimento dos procedimentos aqui previstos, inclusive no que se refere ao atendimento das exigências legais e regulamentares necessárias ao recebimento dos Direitos Cedidos.

9.7. A excussão da Cessão Fiduciária na forma prevista neste Contrato poderá ser realizada para cobrança parcial ou total das Obrigações Garantidas, em tantas vezes quanto bastem para a integral satisfação das Obrigações Garantidas, podendo ocorrer a excussão da Cessão Fiduciária, de forma independente ou em adição a qualquer outra execução de garantia concedida para integral satisfação das Obrigações Garantidas.

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 236

9.8. A eventual excussão parcial da Cessão Fiduciária não afetará os termos, condições e proteções em benefício do Credor Fiduciário previstos neste Contrato, bem como não implicará a liberação da Cessão Fiduciária, sendo que o presente Contrato permanecerá em pleno vigor e efeito até o pagamento integral de todos os valores devidos em decorrência das Obrigações Garantidas.

9.9. A Cedente reconhece e concorda que a excussão dos Direitos Cedidos poderá ocorrer em condições menos favoráveis do que aquelas que poderiam ser obtidas por meio de uma venda em circunstâncias normais.

9.10. No prazo de até 30 (trinta) dias após o cumprimento integral das Obrigações Garantidas, o Credor Fiduciário encaminhará para o endereço de correspondência da Cedente o termo de liberação da garantia constituída por este Contrato, na forma do **Anexo IV** ("Termo de Liberação"), podendo a Cedente, se assim o desejar, enviar uma cópia do referido termo ao Banco Depositário.

9.11. Constituição Resolutiva e Liberação por Reenquadramento. A constituição e a manutenção da Cessão Fiduciária em favor de cada Debenturista estão sujeitas à condição resolutiva consistente no seu desenquadramento como Credor Apoiador Modalidade 1, nos termos do item "(iv)" da Cláusula 7.1.1 do Plano. Na hipótese de reenquadramento de Credor Apoiador Modalidade 1 na Opção A, nos termos da Cláusula 7.1.2 do Plano, a Cessão Fiduciária será liberada, exclusivamente em relação ao respectivo Debenturista e à série das Debêntures Modalidade 1 por ele detida, a partir da data em que o reenquadramento produzir efeitos, mediante a celebração dos respectivos instrumentos de liberação em relação à parcela das Obrigações Garantidas correspondente à série das Debêntures detida pelo respectivo Debenturista, nos termos da Cláusula 7.1.2.3 do Plano. A liberação prevista nesta Cláusula somente ocorrerá após concluído o procedimento previsto na Cláusula 7.1.2 do Plano, não se operando de forma automática, e não se aplicará nas hipóteses de descumprimento não imputável ao Credor Apoiador Modalidade 1 previstas na Cláusula 7.1.3 do Plano. Ressalvado o disposto nesta Cláusula e na Cláusula 9.12, a Cessão Fiduciária somente será liberada após a satisfação integral das Obrigações Garantidas, nos termos do item "(iii)" da Cláusula 7.1.4 do Plano.

10. MANDATO

10.1. Neste ato, a Cedente autoriza expressamente o Credor Fiduciário, em caráter irrevogável e irretratável, conforme os artigos 653 e seguintes do Código Civil, a **(i)** tomar todas e quaisquer providências e firmar quaisquer instrumentos necessários ao exercício dos direitos previstos neste Contrato, inclusive, mas sem se limitar, a eventuais aditamentos que se façam necessários, e representar a Cedente na República Federativa do Brasil, em juízo ou

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 237

fora dele, perante terceiros, todas e quaisquer agências ou autoridades federais, estaduais ou municipais, em todas as suas respectivas divisões e departamentos, incluindo, entre outras, Cartórios de Registro de Títulos e Documentos competentes, Cartórios de Registro de Imóveis competentes, Cartórios de Protesto, Bolsa de Valores, Comissão de Valores Mobiliários, bancos, incluindo o Banco Central do Brasil, e quaisquer outras agências ou autoridades federais, estaduais ou municipais, em todas as suas respectivas divisões e departamentos, ou, ainda, quaisquer outros terceiros; e **(ii)** na hipótese de inadimplemento das Obrigações Garantidas ou na hipótese de Vencimento Antecipado, conforme aplicável, receber, resgatar, alienar, ceder ou transferir, parte ou a totalidade dos Direitos Cedidos, bem como transferir os recursos depositados na Conta Vinculada, ou concordar com a venda ou cessão dos Direitos Cedidos, no todo ou em parte, mediante venda, cessão, transferência ou negociação privada ou em hasta pública, conforme o caso, incluindo, nos limites estabelecidos neste Contrato, poderes para firmar contratos ou instrumentos de transferência, transferir posse e domínio, e firmar os recibos correspondentes, e alocar os respectivos recursos apurados com a referida venda ou cessão dos Direitos Cedidos e os recursos depositados na Conta Vinculada para amortização ou liquidação das Obrigações Garantidas, bem como para requerer todas e quaisquer aprovações prévias ou consentimentos que possam ser necessários para a transferência dos direitos creditórios a terceiros. A Cedente, nesta data, outorga ao Credor Fiduciário a procuração na forma descrita no **Anexo III** do presente Contrato ("Procuração").

10.2. O mandato é outorgado em caráter irrevogável e irretratável, nos termos e para os efeitos dos artigos 684, 685 e parágrafo único do artigo 686 do Código Civil, sendo que enquanto estiverem vigentes as Obrigações Garantidas, a Cedente compromete-se a renovar a Procuração continuamente por prazo adicional de 1 (um) ano, sempre com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data de seu vencimento, até a integral excussão da presente garantia ou a extinção integral das Obrigações Garantidas.

10.3. Sem prejuízo do disposto nas Cláusulas acima, a Cedente obriga-se, sempre que solicitado pelo Credor Fiduciário, a praticar quaisquer atos e assinar quaisquer documentos destinados a confirmar a validade e eficácia da Procuração.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. As obrigações das Subsidiárias Devedoras previstas neste Contrato, bem como a sua anuência a ele, não terão eficácia enquanto não obtidas as aprovações, anuências ou renúncias de terceiros, inclusive de outros sócios ou acionistas, exigidas pelos respectivos atos societários, acordos de sócios ou acionistas ou pela legislação aplicável ("Aprovações Necessárias").

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 238

11.2. A Cedente envidará seus melhores esforços, de acordo com as previsões societárias aplicáveis, para que as Subsidiárias Devedoras obtenham as Aprovações Necessárias, sem obrigação de alterar atos societários ou acordos de sócios ou acionistas, de pagar contraprestação não usual ou de iniciar medidas judiciais ou arbitrais contra terceiros.

11.3. Não obtidas as Aprovações Necessárias, as obrigações previstas neste Contrato não serão exigíveis das respectivas Subsidiárias Devedoras, o que não constituirá descumprimento deste Contrato, Evento de Retenção ou hipótese de Vencimento Antecipado, desde que observada a Cláusula 11.2. A Cessão Fiduciária sobre o Direito de Regresso contra as demais Subsidiárias Devedoras permanecerá plenamente eficaz.

11.4. Obtidas as Aprovações Necessárias, a Subsidiária Devedora em questão aderirá a este Contrato, em até [•] Dias Úteis, mediante aditamento.

11.5. Caráter Cumulativo. A Cessão Fiduciária é adicional e cumulativa em relação à Alienação Fiduciária de Ações e a quaisquer outras garantias das Obrigações Garantidas, podendo o Agente Fiduciário excutir qualquer delas, total ou parcialmente, simultânea ou sucessivamente, sem ordem de preferência e tantas vezes quantas necessárias.

11.6. Execução Específica. As obrigações assumidas neste Contrato poderão ser objeto de execução específica, nos termos do disposto nos artigos 497, 806, 815 e seguintes do Código de Processo Civil, sem que isso signifique renúncia a qualquer outra ação ou providência, judicial ou não, que objetive resguardar direitos decorrentes do presente Contrato.

11.7. Ausência de Renúncia ou Novação. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes do presente Contrato. Nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba a qualquer das Partes, conforme aplicável, em razão de qualquer inadimplemento da outra Parte, conforme aplicável, prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela respectiva Parte neste Contrato ou precedentes, no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso. Os direitos e recursos previstos neste Contrato são cumulativos, podendo ser exercidos individual ou simultaneamente, e não excluem quaisquer outros direitos ou recursos previstos nos instrumentos que lastreiam as Obrigações Garantidas.

11.8. Cessão. A Cedente não poderá ceder ou de outra forma transferir seus direitos e obrigações, ou qualquer parte deles, para qualquer outra parte, sem a prévia e expressa anuência do Credor Fiduciário.

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 239

11.9. Despesas. Todas as despesas necessárias e comprovadas incorridas pelo Credor Fiduciário nos termos deste Contrato para pagamento de taxas e comissões usuais, e eventuais despesas necessárias e comprovadas de remessas e de telecomunicações e/ou outras quaisquer, bem como aquelas necessárias à segurança e regularização de seu crédito e de suas garantias, inclusive as de registro deste Contrato no Cartório, serão de total, única e exclusiva responsabilidade da Cedente.

11.10. Notificações. As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes, nos termos deste Contrato deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Para a Cedente: [•]

Para o Credor Fiduciário: [•]

11.10.1. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "*aviso de recebimento*" expedido pela Empresa Brasileira de Correios, por telegrama ou por e-mail nos endereços acima. As comunicações feitas por e-mail serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente.

11.10.2. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra Parte pela Parte que tiver seu endereço alterado, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da sua ocorrência.

11.10.3. Eventuais prejuízos decorrentes da não observância do disposto na Cláusula 11.10.2~~11.6.2~~ acima serão arcados pela Parte inadimplente.

11.11. Irrevogabilidade e Sucessão. O presente Contrato é firmado em caráter irrevogável e irretratável e obriga tanto as Partes quanto seus sucessores e cessionários, a qualquer título.

11.12. Alterações. O presente Contrato somente poderá ser alterado por acordo escrito, devidamente assinado pelas Partes identificadas no preâmbulo deste Contrato, observado o disposto no item "(iv)" da Cláusula 7.1.1 e no item "(i)" da Cláusula 10.1.3 do Plano.

11.13. Vigência. O presente Contrato entra em vigor na data de sua assinatura e permanecerá em pleno vigor e efeito até o pagamento e quitação integral das Obrigações Garantidas.

11.14. Independência das Cláusulas. Caso uma ou mais Cláusulas do presente Contrato sejam consideradas inválidas, ilegais, ineficazes ou inexequíveis, em qualquer aspecto, as demais Cláusulas aqui previstas permanecerão válidas, legais, eficazes e exequíveis, até o cumprimento integral, pelas Partes, de suas obrigações, nos termos deste Contrato. Caso qualquer Cláusula ou disposição seja considerada inválida, ilegal ou inaplicável, as Partes deverão negociar, de boa-fé, a modificação deste Contrato para manter a intenção original das Partes.

11.15. Assinatura Eletrônica**.** Para fins do artigo 10, parágrafo 2°, da Medida Provisória 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, as Partes reconhecem e concordam expressamente com a assinatura eletrônica deste Contrato, bem como quaisquer aditivos, por meio de qualquer plataforma de assinaturas eletrônicas, sendo certo que, em quaisquer hipóteses, deverão ser emitidas com certificado digital pela ICP-Brasil, constituindo forma legítima e suficiente para a comprovação da identidade e da validade da declaração de vontade das respectivas Partes em celebrar este Contrato, bem como quaisquer aditivos.

11.16. Lei Aplicável e Foro. Este Contrato é regido pelas Leis da República Federativa do Brasil. Fica eleito o Juízo da Recuperação Extrajudicial como competente para dirimir toda e qualquer controvérsia oriunda do presente Contrato, até o encerramento da Recuperação Extrajudicial. Após o encerramento da Recuperação Extrajudicial, o foro competente será o da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e contratadas, celebram o presente Contrato, de forma digital, a Cedente, o Credor Fiduciário e as Subsidiárias Devedoras, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 241

[Páginas de assinatura da Cedente, do Credor Fiduciário, das Subsidiárias Devedoras e de 2 (duas) testemunhas, com nome, CPF e cargo dos signatários]

ANEXO I
SUBSIDIÁRIAS DEVEDORAS E DIREITO DE REGRESSO
VALORES MÁXIMOS DE REFERÊNCIA

[Nota: sujeito à confirmação da Oncoclínicas]

Base: relação de credores atualizada apresentada pelas Recuperandas em 02 de outubro de 2026 (Processo nº 4126842-40.2026.8.26.0100), agrupada pela coluna "CNPJ Devedor". Total geral da relação: R$ 5.706.970.578,88 (créditos em US$ convertidos pela PTAX de 10/07/2026, de 5,1088); deduzidas as dívidas próprias da Oncoclínicas (296 créditos, R$ 3.250.585.317,42 e US$ 5.451.446,61, equivalentes a R$ 3.278.435.667,86), resta o total das Subsidiárias Devedoras de R$ 2.428.534.911,02, todo em reais.

#	Subsidiária Devedora	CNPJ (raiz)	Nº de créditos	Valor Máximo de Referência (R$)
1	CEBROM – Centro Brasileiro de Radioterapia Oncologia e Mastologia Ltda.	00.754.174/[•]	50	683.413.233,95
2	Multihemo Serviços Médicos S.A.	03.559.174/[•]	54	663.359.004,81
3	Centro Paulista de Oncologia S.A.	52.164.662/[•]	79	278.832.241,39
4	Navarra RJ Serviços Oncológicos S.A.	33.495.365/[•]	41	90.288.302,77
5	Núcleo de Oncologia da Bahia S.A.	41.980.319/[•]	72	75.400.052,84
6	Centro Mineiro de Infusões S.A.	15.347.387/[•]	22	71.000.838,08
7	Idengene Medicina Diagnóstica S.A.	21.875.615/[•]	60	43.214.079,42
8	Oncoclínicas Rio de Janeiro S.A.	00.717.088/[•]	58	42.703.612,43
9	Onco Vida Instituto Especializado de Oncologia S.A.	01.682.668/[•]	44	37.399.619,63
10	Oncobio Serviços de Saúde S.A.	26.645.426/[•]	97	34.777.838,01

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 243

#	Subsidiária Devedora	CNPJ (raiz)	Nº de créditos	Valor Máximo de Referência (R$)
11	Aliança Instituto de Oncologia S.A.	09.104.513/[•]	38	32.561.710,10
12	Clínica OAL SP de Serviços Médicos Ltda.	09.127.332/[•]	32	30.828.975,90
13	COT – Centro Oncológico do Triângulo S.A.	02.732.168/[•]	45	30.826.192,57
14	Andromeda Participações Ltda.	36.012.379/[•]	109	28.350.374,24
15	Instituto Oncológico de Ribeirão Preto S.A.	57.723.280/[•]	29	27.173.332,21
16	Instituto de Hematologia e Oncologia Curitiba – Clínica Médica S.A.	03.850.913/[•]	33	25.661.129,19
17	Unidade de Oncologia Clínica e Pediátrica Ltda.	57.394.710/[•]	11	22.305.725,94
18	Oncocentro Imagem e Serviços Médicos Ltda.	17.622.395/[•]	15	21.536.876,15
19	Onco & Hemato Serviços Médicos S.A.	01.420.861/[•]	40	19.156.615,37
20	Talassa Oncologia e Participações S.A.	37.184.687/[•]	34	18.640.186,65
21	Instituto Materno Infantil de Minas Gerais S.A.	01.067.064/[•]	198	17.766.267,92
22	CPO – Centro Paraibano de Oncologia S.A.	07.510.778/[•]	9	15.117.970,05
23	CETTRO – Centro de Tratamento Oncológico Ltda.	00.520.237/[•]	30	12.802.992,17
24	Serviço de Atendimento Médico e Diagnóstico Ltda.	10.668.636/[•]	27	11.636.684,76
25	NOS – Núcleo de Oncologia de Sergipe S.A.	12.282.163/[•]	29	10.923.538,76
26	CORP Centro de Oncologia de Rio Preto S.A.	10.576.443/[•]	20	9.624.321,04
27	Imunomed Clínica de Infusão e Especialidades S.A.	39.387.477/[•]	29	8.107.516,88
28	CECON – Centro Capixaba de Oncologia S.A.	39.315.171/[•]	31	7.990.331,50
29	NEON – Núcleo Especializado em Oncologia S.A.	04.786.490/[•]	26	7.705.140,60

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 244

#	Subsidiária Devedora	CNPJ (raiz)	Nº de créditos	Valor Máximo de Referência (R$)
30	Pro-Onco Centro de Tratamento Oncológico S.A.	73.863.342/[•]	33	7.235.094,78
31	AIO – Instituto do Câncer de Brasília Ltda.	11.859.927/[•]	16	6.739.690,29
32	Clínica de Radioterapia e Quimioterapia de Presidente Prudente S.A.	15.420.245/[•]	20	6.297.556,38
33	Centro de Quimioterapia Oncoclínicas S.A.	95.179.461/[•]	13	4.448.652,15
34	Hospital de Oncologia do Méier S.A.	33.633.141/[•]	27	4.380.974,07
35	Oncoclínicas Canoas Clínica de Oncologia Ltda.	08.968.057/[•]	17	4.308.717,45
36	Central de Gestão e Saúde Ltda.	24.375.498/[•]	2	3.333.518,35
37	CAM – Clínica de Assistência à Mulher Ltda.	14.526.487/[•]	55	2.644.588,22
38	Giordani Camicia Serviços Médicos Ltda.	45.595.483/[•]	13	1.792.156,70
39	AIO – Instituto de Câncer de Manaus Ltda.	31.107.333/[•]	13	1.287.798,19
40	Instituto de Oncologia Kaplan S.A.	94.831.294/[•]	18	1.244.705,88
41	Clion – Clínica de Oncologia Ltda.	13.501.218/[•]	11	1.101.080,54
42	Locus – Anatomia Patológica e Citologia Ltda.	69.287.381/[•]	26	1.055.640,80
43	Radioterapia Oncoclínicas São Paulo Ltda.	26.842.646/[•]	7	892.659,06
44	IRA – Instituto Roberto Alvarenga Ltda.	18.271.874/[•]	36	744.105,27
45	COTE – Centro Oncológico e Tratamentos Especiais Ltda.	46.902.754/[•]	41	711.221,12
46	Radioterapia Botafogo S.A.	40.447.278/[•]	27	541.031,84
47	Radioterapia Oncoclínicas Recife S.A.	28.043.406/[•]	28	296.889,60
48	Oncoclínica – Centro de Tratamento Oncológico S.A.	72.101.124/[•]	8	251.903,00

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 245

#	Subsidiária Devedora	CNPJ (raiz)	Nº de créditos	Valor Máximo de Referência (R$)
49	Talia Participações Ltda.	37.138.913/[•]	2	122.078,00
50	Oncohematologia Participações Ltda.	26.193.072/[•]	1	144,00
	TOTAL		**1.776**	**2.428.534.911,02**

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 246

ANEXO II
DESCRIÇÃO DAS OBRIGAÇÕES GARANTIDAS

Para fins do artigo 1.362 do Código Civil e do artigo 66-B, §4º, da Lei nº 4.728:

(a) **Título:** Debêntures Modalidade 1 – debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, [para colocação privada], emitidas pela Oncoclínicas em [•] séries, uma para cada Credor Apoiador Modalidade 1 (Cláusula 7.1.1 do Plano);

(b) **Valor total da emissão:** R$ [•], correspondente ao saldo devedor dos Créditos Abrangidos dos Credores Apoiadores Modalidade 1 na data de emissão, ajustado pela variação acumulada do IPCA/IBGE, acrescida de juros remuneratórios de 6% (seis por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, incidentes entre a Data do Pedido e a data de emissão (Cláusula 7.1.1 do Plano);

(c) **Atualização monetária:** variação do IPCA/IBGE desde a Data do Pedido, incorporada ao saldo devedor e paga junto das amortizações semestrais;

(d) **Juros remuneratórios:** 6,0% (seis por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, sobre o saldo devedor atualizado, incidentes desde a Data do Pedido, capitalizados e incorporados ao saldo devedor até o término do Período de Carência Modalidade 1 (contado da Data de Referência, 1º de novembro de 2026) e, após, pagos semestralmente juntamente com as parcelas de amortização, no último Dia Útil do respectivo mês de vencimento, vencendo-se a primeira parcela no último Dia Útil de dezembro de 2027 (Cláusula 7.1.1, itens "(i)" e "(iii)", do Plano);

(e) **Amortização:** 11 (onze) parcelas semestrais e sucessivas, no último Dia Útil de cada mês indicado, calculadas sobre o saldo devedor apurado em 31 de dezembro de 2027, incluindo os juros capitalizados durante o Período de Carência Modalidade 1: dez/2027 – 10,0%; jul/2028 – 10,0%; dez/2028 – 15,0%; jul/2029 – 11,5%; dez/2029 – 5,5%; jul/2030 – 6,0%; dez/2030 – 6,0%; jul/2031 – 8,0%; dez/2031 – 11,5%; jul/2032 – 11,5%; dez/2032 – 5,0% (total: 100,0%);

(f) **Vencimento final:** último Dia Útil de dezembro de 2032;

(g) **Amortizações antecipadas obrigatórias:** Cash Sweep (70% do Excedente de Caixa Mínimo até a quitação – Cláusula 9.1 do Plano), Venda de Ativos Core (70% dos recursos líquidos e, quando decorrentes das ações ou quotas objeto da Alienação Fiduciária de Ações, de ativos das respectivas sociedades ou dos Créditos de Regresso,

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 247

a integralidade dos recursos líquidos – Cláusula 9.2 do Plano), Venda de Ativos Não Core (saldo dos recursos líquidos remanescente após a recomposição do Caixa Mínimo – Cláusula 9.3 do Plano), Pagamento Equivalente (Cláusula 4.5.3.1 do Plano) e Acelerador de Amortização (2,5% do volume de crédito de cada operação de Créditos Novos 90 Dias, por série – item "(vi)" da Cláusula 7.1.1 do Plano);

(h) **Encargos moratórios:** [multa de 2% e juros de mora de 1% ao mês], nos termos da Escritura de Emissão;

(i) **Demais garantias:** Alienação Fiduciária de Ações (Cláusula 1.2.3 do Plano).

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 248

ANEXO III
MODELO DE PROCURAÇÃO

PROCURAÇÃO

[**ONCOCLÍNICAS DO BRASIL SERVIÇOS MÉDICOS S.A.**], sociedade [•], com sede na cidade de [•], estado de [•], na [endereço completo], inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº [•], neste ato representada na forma de seu [•], doravante denominada "Outorgante" ou "Cedente"; nomeia e constitui, em caráter irrevogável e irretratável, nos termos dos artigos 653 e seguintes, 684, 685 e parágrafo único do artigo 686 do Código Civil, **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, sociedade por ações, com sede na cidade de [•], estado de [•], na [endereço completo], inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº [•], neste ato representada na forma de seu [•], na qualidade de agente fiduciário, representando a comunhão dos Debenturistas, doravante denominada "Outorgada" ou "Credor Fiduciário", como sua bastante procuradora, para agir em nome e por conta da Outorgante, nos limites máximos admitidos em lei e nos termos do "Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos de Regresso e Conta Vinculada em Garantia e Outras Avenças", datado de [•], celebrado entre a Outorgante, a Outorgada e as Subsidiárias Devedoras, na qualidade de intervenientes-anuentes ("Contrato"), podendo praticar todos os atos necessários à constituição, formalização, publicidade, conservação, administração, reforço, execução e/ou excussão da garantia fiduciária ali prevista ("Cessão Fiduciária"), inclusive, sem limitação, para:

(i) praticar todos e quaisquer atos e firmar todos e quaisquer documentos, instrumentos, requerimentos, declarações, notificações, aditamentos, termos, petições e formulários necessários ou convenientes ao exercício dos direitos previstos no Contrato, inclusive para constituir, formalizar, registrar, averbar, publicizar, conservar, aperfeiçoar, executar, excutir ou reforçar a Cessão Fiduciária, bem como representar a Outorgante, em juízo ou fora dele, perante terceiros e perante quaisquer pessoas físicas ou jurídicas, órgãos, repartições, autarquias, autoridades e entidades federais, estaduais ou municipais, inclusive Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, Cartórios de Protesto, Junta Comercial competente, Comissão de Valores Mobiliários, Banco Central do Brasil, Receita Federal, instituições financeiras, câmaras de registro e liquidação, [Banco Depositário,] Subsidiárias Devedoras e quaisquer outros terceiros;

(ii) promover, por conta e ordem da Outorgante, caso esta não o faça nos prazos previstos no Contrato, o registro, averbação, renovação, re-ratificação ou qualquer providência de publicidade do Contrato, de seus aditivos e de quaisquer instrumentos relacionados à Cessão Fiduciária perante os cartórios ou órgãos competentes, podendo, para tanto, assinar requerimentos, declarações, exigências, termos e demais documentos, bem como pagar custas, emolumentos, despesas e taxas correspondentes, os quais serão suportados pela Outorgante nos termos do Contrato;

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 249

(iii) assinar, em nome da Outorgante, quaisquer aditivos necessários para atualizar os Anexos I e II do Contrato, inclusive para refletir Créditos Abrangidos incluídos, majorados, retificados ou reconhecidos após a Relação de Credores e Direitos de Regresso Adicionais objeto de Reforço de Garantia;

(iv) notificar as Subsidiárias Devedoras e quaisquer terceiros pertinentes acerca da existência da Cessão Fiduciária, da obrigação de realização de todos os Pagamentos Intercompany exclusivamente mediante depósito na Conta Vinculada, e de quaisquer instruções relacionadas ao Contrato, podendo obter, exigir, receber e assinar comprovantes de ciência, concordância, recebimento, reconhecimento ou anuência, bem como reenviar, reiterar, complementar ou renovar tais notificações sempre que necessário à preservação, eficácia ou exequibilidade da Cessão Fiduciária;

(v) cobrar e receber das Subsidiárias Devedoras o Direito de Regresso, judicial ou extrajudicialmente, bem como, em qualquer procedimento concursal, de recuperação judicial ou extrajudicial, falência, liquidação ou insolvência de qualquer Subsidiária Devedora, habilitar, impugnar ou divergir de créditos, votar em assembleias de credores e praticar todos os demais atos necessários à preservação e realização do Direito de Regresso;

(vi) solicitar, exigir, receber e obter [do Banco Depositário,] das Subsidiárias Devedoras e de quaisquer terceiros todas e quaisquer informações, documentos, comprovantes, extratos, posições, demonstrativos, confirmações e comunicações relativos aos Direitos Cedidos, ao Direito de Regresso, ao Valor de Regresso, aos Pagamentos Intercompany e à Conta Vinculada;

(vii) na hipótese de ocorrência de um Evento de Retenção, instruir o Banco Depositário a suspender as transferências automáticas para a Conta de Livre Movimentação e reter os recursos depositados na Conta Vinculada, nos termos do Contrato, e, na hipótese de inadimplemento das Obrigações Garantidas ou de Vencimento Antecipado, transferir, no todo ou em parte, os recursos depositados na Conta Vinculada para a conta indicada pelo Credor Fiduciário, para fins de amortização ou liquidação, total ou parcial, das Obrigações Garantidas, podendo dar quitação, receber comprovantes, emitir instruções e praticar todos os atos necessários à imputação dos valores recebidos ao saldo devedor das Obrigações Garantidas;

(viii) na hipótese de inadimplemento das Obrigações Garantidas ou de Vencimento Antecipado, receber, cobrar, alienar, ceder, transferir, negociar, dar quitação, transigir, acordar, liquidar ou de qualquer outro modo dispor, total ou parcialmente, dos Direitos Cedidos, bem como concordar com sua venda, cessão ou transferência, por meio judicial ou extrajudicial, inclusive mediante negociação privada ou hasta pública, conforme admitido no Contrato e na legislação aplicável, podendo, para tanto, firmar contratos e instrumentos de cessão, alienação, transferência ou quitação, transferir posse e domínio, emitir e assinar recibos, requerer aprovações, anuências, registros e consentimentos, e praticar todos os atos necessários à realização, cobrança ou monetização dos Direitos Cedidos; e

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 250

(ix) requerer e praticar todos os atos necessários ao reforço, substituição, complementação ou regularização da garantia, inclusive mediante a celebração de documentos acessórios e a adoção das providências necessárias à constituição de garantias adicionais ou substitutivas, sempre nos termos do Contrato.

A presente procuração é outorgada como condição essencial do Contrato e para o fiel cumprimento das obrigações nele previstas, possuindo caráter irrevogável e irretratável, nos termos e para os efeitos dos artigos 684, 685 e parágrafo único do artigo 686 do Código Civil.

Esta procuração permanecerá válida, eficaz e em pleno vigor enquanto estiverem vigentes quaisquer Obrigações Garantidas, até a integral liquidação das Obrigações Garantidas ou a extinção integral da Cessão Fiduciária, nos termos do Contrato.

Os termos iniciados em letra maiúscula e não definidos nesta procuração terão os significados a eles atribuídos no Contrato.

[Local], [data]

[ASSINATURAS]

Processo 4126842-40.2026.8.26.0100, Evento 558, DOCUMENTACAO5, Página 251

ANEXO IV
MODELO DE TERMO DE LIBERAÇÃO

[AGENTE FIDUCIÁRIO], na qualidade de agente fiduciário dos titulares das Debêntures Modalidade 1, declara que as Obrigações Garantidas pelo Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos de Regresso e Conta Vinculada em Garantia e Outras Avenças datado de [•], registrado sob os nºs [•] nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos de [•], foram integralmente quitadas, ficando liberada a Alienação Fiduciária e autorizado o cancelamento das respectivas averbações e registros.

[Local], [data]. [Assinatura].

ANEXO K
Relação de Ativos Core (Cláusulas 9.2 e 9.4)

SIGLA AGRUPADOR	SIGLA UNIDADE	SIGLA ABERTURA	SIGLA AGRUPADOR	SIGLA UNIDADE	SIGLA ABERTURA	SIGLA FILIAL	BU	MATRIZFILIAL	CNPJ	NOME FILIAL	RAZAO SOCIAL	ENDERECO	COMPLEMENTO	MUNICIPIO	INSC ESTADUAL	INSC MUNICIPAL
ALI	ALI	ALI O	ALI	ALI	ALI O	ALI 1	QT	MATRIZ	09.104.513/0001-17	ALIANCA ONCOLOGIA MATRIZ	ALIANCA INSTITUTO DE ONCOLOGIA LTDA	Q QS 3, LT 03	LOTE 0507 LOJA 21 EDIF P	BRASILIA/DF	0749491000178	0749491000178
			ALI	ALI	ALI O	ALI 2	QT	FILIAL	09.104.513/0008-93	ALIANCA ONCOLOGIA ADMINISTRATIVO	ALIANCA INSTITUTO DE ONCOLOGIA LTDA	Q QS 3	LOTE 0309 LJ 26 E 126	BRASILIA/DF	0749491000682	0749491000682
			ALI	ALI	ALI O	ALI 3	QT	FILIAL	09.104.513/0004-60	ALIANCA ONCOLOGIA ADVANCE	ALIANCA INSTITUTO DE ONCOLOGIA LTDA	Q SGAS 915	CONJ F SL120 121 122 123	BRASILIA/DF	0749491000410	0749491000410
			ALI	ALI	ALI O	ALI 4	QT	FILIAL	09.104.513/0002-06	ALIANCA ONCOLOGIA CRISPIM	ALIANCA INSTITUTO DE ONCOLOGIA LTDA	Q SMHN QUADRA 2 BLOCO C, 44	SALA 1310 1311 1312 E1313	BRASILIA/DF	0749491000259	0749491000259
			ALI	ALI	ALI O	ALI 6	QT	FILIAL	09.104.513/0007-02	ALIANCA ONCOLOGIA HOME	ALIANCA INSTITUTO DE ONCOLOGIA LTDA	Q SGAS 613	LOTE 93 CONJ C PARTE A	BRASILIA/DF	0749491000763	0749491000763
			ALI	ALI	ALI O	ALI 7	QT	FILIAL	09.104.513/0009-74	ALIANCA CENTRAL DE DILUICAO	ALIANCA INSTITUTO DE ONCOLOGIA LTDA	Q QS 3	LOTE 0309 LOJA 101 E 102	BRASILIA/DF	0749491000925	0749491000925
			ALI	ALI	ALI O	ALI 8	QT	FILIAL	09.104.513/0006-21	Alianca_ Anchieta	ALIANCA_ ANCHIETA	Q QS 3, LT 03	LOTE 0507 LOJA 21 EDIF P	BRASILIA/DF	0749491000682	0749491000682
BIO	BIO	BIO O	BIO	BIO	BIO O	BIO 1	Hospital	MATRIZ	26.645.426/0001-96	ONCOBIO SERVICOS DE SAUDE SA	ONCOBIO SERVICOS DE SAUDE SA	RUA DA PAISAGEM, 310	LOTE 2122	NOVA LIMA/MG	ISENTO	130207035
			BIO	BIO	BIO O	BIO 2	Hospital	FILIAL	26.645.426/0002-77	ONCOBIO FILIAL	ONCOBIO SERVICOS DE SAUDE SA	R VALE		NOVA LIMA/MG		
	BNO	BNO O	CBR	BNO	BNO O	BNO 1	Híbrido	MATRIZ	11.426.304/0001-31	CTRCEBROM MATRIZ	CTR CENTRO DE TRATAMENTO RADIOTERAPICO LTDA	R T55, 741		GOIANIA/GO		2750163
	CEB	CEB O	CBR	CEB	CEB O	CEB 1	Híbrido	MATRIZ	00.754.174/0001-40	CEBROM MATRIZ	CENTRO BRASIL DE RADIOTER ONCOLOGIA MASTOLOGIACEBROM LTDA	AV QUINTA AVENIDA, 180		GOIANIA/GO		1069160
			CBR	CEB	CEB O	CEB 2	Híbrido	FILIAL	00.754.174/0002-20	CEBROM FILIAL	CENTRO BRASIL DE RADIOTER ONCOLOGIA MASTOLOGIACEBROM LTDA	Rua 1127, 289	Quadra236 Lote 2/4	Goiânia/GO		
			CBR	CEB	CEB O	CEB 3	Híbrido	FILIAL	00.754.174/0003-01	CEBROM FILIAL	CENTRO BRASIL DE RADIOTER ONCOLOGIA	Rua Eduardo Carlos Pereira Magalhaes, S/N	Lote 01 Quadra11 do Lote. Cid. Uniandar 1	Anápolis/GO		

											MASTOLOGIACEBROM LTDA					
			CBR	CEB	CEB O	CEB H1	Híbrido	FILIAL	12.104.241/0011-31	HOLDING GO CEBROM	ONCOCLINICAS DO BRASIL SERVICOS MEDICOS SA	AV QUINTA AVENIDA, 180		GOIANIA/GO		
CET	CET	CET O	CET	CET	CET	CER 1	QT	MATRIZ	00.520.237/0001-01	CETTRO MATRIZ	CETTRO CENTRO DE CANCER DE BRASILIA	SMHNORTE QUADRA 02 BLOCO A, 10	CONSULT 1201 A 1214	BRASILIA/DF	0735747900180	0735747900180
			CET	CET	CET	CER 2	QT	FILIAL	00.520.237/0004-46	CETTRO CENTRO DE TRATAMENTO ONCOLOGICO	CETTRO CENTRO DE ONCOLOGIA E HEMATOLOGIA DE BRASILIA	Q QNC 11, SN	LOTE 07	BRASILIA/DF		0735747900423
			CET	CET	CET	CER 3	QT	FILIAL	00.520.237/0005-27	CETTRO CENTRO DE TRATAMENTO ONCOLOGICO	REDE PREVINE ATENCAO E PREVENCAO AO CANCER	Q QNN 30 AREA ESPECIAL K, SN		BRASILIA/DF		0735747900504
			CET	CET	CET	CER 5	QT	FILIAL	00.520.237/0007-99	CETTRO CENTRO DE TRATAMENTO ONCOLOGICO	CETTRO CENTRO DE CANCER DE AGUAS CLARAS	AV JACARANDA LOTE, 16	LOJA 107 SALA 104 PARTE A	BRASILIA/DF		0735747900776
			CET	CET	CET	CER 6	RT	FILIAL	00.520.237/0008-70	CETTRO CENTRO DE TRATAMENTO ONCOLOGICO	VITTA CENTRO AVANCADO DE RADIOTERAPIA	Q SHLS QUADRA 716 CONJUNTO A BLOCO A, SN	PARTE 1 E 2 SUBSOLO	BRASILIA/DF		0735747900857
			CET	CET	CET	CER 7	QT	FILIAL	00.520.237/0009-50	CETTRO CENTRO DE TRATAMENTO ONCOLOGICO	CETTRO CENTRO DE TRATAMENTO ONCOLOGICO LTDA	Q SAUS QUADRA 4 BLOCO A, SN	SALA 701 A 710	BRASILIA/DF		0735747900938
			CET	CET	CET	CER 8	QT	FILIAL	00.520.237/0010-94	CETTRO CENTRO DE TRATAMENTO ONCOLOGICO	CETTRO CENTRO PETIT	Q SMHN QUADRA 2 BLOCO A, SN	CONSULT 201 E 202	BRASILIA/DF		0735747901071
			CET	CET	CET	CER H1	QT	FILIAL	12.104.241/0016-46	HOLDING CETTRO MATRIZ	ONCOCLINICAS CETTRO CENTRO DE TRATAMENTO ONCOLOGICO	ST SMHNORTE QUADRA 02 BLOCO A, 10	CONSULT 1201 A 1214	BRASILIA/DF		
			CET	CET	CET	CER H2	QT	FILIAL	12.104.241/0018-08	HOLDING CETTRO FILIAL	ONCOCLINICAS CETTRO CENTRO DE TRATAMENTO ONCOLOGICO	Q QNN 30 AREA ESPECIAL K	SALA 1 PARTE A CONSULTORI	BRASILIA/DF		
			CET	CET	CET	CER H3	QT	FILIAL	12.104.241/0041-57	Holding Cettro Taguatinga	ONCOCLINICAS CETTRO CENTRO DE TRATAMENTO ONCOLOGICO	ST SETOR C NORTE QNC 11 LT 7		BRASILIA/DF		
			CET	CET	CET	CER H4	QT	FILIAL	12.104.241/0031-85	CENTRO DE TRATAMENTO ONCOLOGICO FILIAL II	ONCOCLINICAS CETTRO CENTRO DE TRATAMENTO ONCOLOGICO	Q SAUS QUADRA 4 BLOCO A	SALA 701 A 710	BRASILIA/DF		8,23665E+11
			CET	CET	CET	CER H5	RT	FILIAL	12.104.241/0043-19	ONCOCLINICAS CETTRO RADIOTERAPIA	ONCOCLINICAS CETTRO CENTRO DE TRATAMENTO ONCOLOGICO	Setor Shls Quadra 716, S/N	Conj A Bloco A Subsl A Parte 1 e 2	BRASÍLIA/DF		

			CET	CET	CET	CER H6	QT	FILIAL	12.104.241/0044-08	ONCOCLINICAS CETTRO ASA SUL	ONCOCLINICAS CETTRO CENTRO DE TRATAMENTO ONCOLOGICO	Setor Shls Quadra 716, S/N	Conj A Bloco A Terreoparte A	BRASÍLIA/DF		
		SMB	CET	CET	SMB	SMB 1	QT	FILIAL	00.520.237/0011-75	CETTRO FILIA IX	CENTRO CLINICO SAMAMBAIA	Q QS 122 CONJUNTO 3 LOTES, 3 E 4	BLOCO B ANDAR 4	BRASILIA/DF	0735747901152	0735747901152
			CLI	CLN	CLN	CLN N1	QT	FILIAL	41.980.319/0013-41	NOB (CLION MATRIZ)	NUCLEO DE ONCOLOGIA DA BAHIA SA	AV OCEANICA, 003975	EDIF ENSEADA EMPRESARIAL	SALVADOR/BA	ISENTO	08259601071
			CLI	CLN	CLN	CLN N2	QT	FILIAL	41.980.319/0007-01	NOB (CLION LAURO)	NUCLEO DE ONCOLOGIA DA BAHIA SA	AV LUIZ TARQUINIO PONTES, 1635	QUADRA01 LOTE 39 CASA	LAURO DE FREITAS/BA	ISENTO	
COR	COR	COR O	COR	COR	COR	COR 1	QT	MATRIZ	10.576.443/0001-89	CORP MATRIZ	CORP CENTRO DE ONCOLOGIA DE RIO PRETO SA	R DOUTOR PRESCILIANO PINTO, 1118	CONJ 01	SAO JOSE DO RIO PRETO/SP		163240
			COR	COR	COR	COR H1	QT	FILIAL	12.104.241/0038-51	ONCOCLINICAS CORP MATRIZ	ONCOCLINICAS DO BRASIL SERVICOS MEDICOS SA	R DOUTOR PRESCILIANO PINTO, 1118	CONJ 01	SAO JOSE DO RIO PRETO/SP		4067620
		COR P	COR	COR	COR P	COR P1	QT	FILIAL	52.114.323/0001-00	CORP CENTRO DE ONCOLOGIA DE RIO PRETO S	CORP CENTRO DE ONCOLOGIA DE RIO PRETO SA - SCP	R DOUTOR PRESCILIANO PINTO, 1118	CONJ 01	SAO JOSE DO RIO PRETO/SP		
COT	CQT	CQT O	COT	CQT	CQT	CQT 1	QT	MATRIZ	02.732.168/0001-17	COT UBERLANDIA CENTRO	COT CENTRO ONCOLOGICO DO TRIANGULO SA	AV ANSELMO ALVES DOS SANTOS, 900		UBERLANDIA/MG	0022416590006	12341900
			COT	CQT	CQT	CQT 2	QT	FILIAL	02.732.168/0002-06	COT UBERLANDIA ARAGUARI	COT CENTRO ONCOLOGICO DO TRIANGULO SA	R CECILIA SCHWARTZNANN, 680		ARAGUARI/MG	0022416590189	
			COT	CQT	CQT	UBE 1	QT	MATRIZ	15.138.676/0001-13	UBERLANDIA	ONCOCENTRO UBERLANDIA SA	AVENIDA AFONSO PENA, 1609		UBERLANDIA/MG	ISENTO	21729700
	CRT	CRT O	COT	CRT	CRT	CRT 1	RT	MATRIZ	09.330.855/0001-55	COT RADIOTERAPIA UBERLANDIA	COT - RADIOTERAPIA LTDA	AV ANSELMO ALVES DOS SANTOS, 900	SUBSOLO: ALA 2	UBERLANDIA/MG		18808000
			COT	CRT	CRT	CRT 2	RT	FILIAL	09.330.855/0002-36	COT RADIOTERAPIA LTDA (UMC)	COT RADIOTERAPIA LTDA (UMC)	R RAFAEL MARINO NETO, 600	SALA 43	UBERLANDIA/MG		
CPE	CPE	CPE O	CPE	CPE	CPE	CPE 1	QT	MATRIZ	35.330.497/0001-90	CPO ONCOLOGIA	CPO ONCOLOGIA	R JOSE DE ALENCAR, 871		RECIFE/PE		2831457
CPO	CPO	CPO O	CPO	CPO	CPO O	CPO 1	QT	MATRIZ	52.164.662/0001-09	CPO FARIA LIMA	CENTRO PAULISTA DE ONCOLOGIA SA	AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 4300	10 ANDAR, ESCRITORIO 10	SAO PAULO/SP	ISENTO	88113477
			CPO	ITU	ITU O	ITU	QT	FILIAL	52.164.662/0013-34	CPO ITU	CENTRO PAULISTA DE ONCOLOGIA SA	Rodovia Jose Nelson Schincariol, S/N	Lote Q Pgl 1 Andar 05 Parte	ITU/SP		
CTE	CTE	CTE	CTE	CTE	CTE	CTE MG	Outros	FILIAL	46.902.754/0002-19	COTE CENTRO ONCOLOGICO E TRATAMENTOS E	COTE CENTRO ONCOLOGICO E TRATAMENTOS ESPECIAIS LTDA	Rua Paraiba 330	Andar 02 Parte 02	BELO HORIZONTE/MG		

			CTE	CTE	CTE	CTE RJ	Outros	MATRIZ	46.902.754/0001-38	COTE CENTRO ONCOLOGICO E TRATAMENTOS E	COTE CENTRO ONCOLOGICO E TRATAMENTOS ESPECIAIS LTDA	AV AYRTON SENNA, 02500	BLC 3 LOJ 101 BLC 3 LOJ 1	RIO DE JANEIRO/RJ		14040889
			CTE	CTE	CTE	CTE SP	Outros	FILIAL	46.902.754/0003-08	COTE SP	CENTRO ONCOLOGICO E TRATAMENTOS ESPECIAIS LTDA	R AUGUSTA, 1562	ANDAR 7	CONSOLACAO/SP		77763041
CTG	NHO	NHO O	NHO	NHO	NHO	NHO 1	QT	MATRIZ	02.623.693/0001-02	Nucleo – NHO	NUCLEO DE HEMATOLOGIA E ONCOLOGIA	AV BRASIL, 886	ANDAR 4 AO 8 SL 903 E 904	BELO HORIZONTE/MG		01431170019
			NHO	NHO	NHO	NHO 2	QT	FILIAL	02.623.693/0002-85	NUCLEO DE HEMATOLOGIA E TRANSPLANTE DE M	NUCLEO DE HEMATOLOGIA E TRANSPLANTE DE MEDULA OSSEA DE MINAS	AV BRASIL, 888	ANDAR 06	BELO HORIZONTE/MG		1431170027
	CTG	CTG	CTG	CTG	CTG	CTG H1	QT	FILIAL	12.104.241/0047-42	ONCOCLINICAS NHO Contagem	ONCOCLINICAS DO BRASIL SERVICOS MEDICOS SA	Avenida Joao Cesar de Oliveira, 5757	Loja 12 Terreo	CONTAGEM/MG		
CTO	CTO	CTO O	CTO	CTO	CTO O	CTO 1	QT	MATRIZ	72.101.124/0001-74	COPACABANA	ONCOCLINICA CENTRO DE TRATAMENTO ONCOLOGICO	RUA NASCIMENTO SILVA, 88	LOT 01 PAL 48658	RIO DE JANEIRO/RJ	ISENTO	01418769
			CTO	CTO	CTO O	CTO 2	QT	FILIAL	72.101.124/0003-36	BARRA DA TIJUCA	ONCOCLINICA CENTRO DE TRATAMENTO ONCOLOGICO	AVE ARMANDO LOMBARDI, 1000	SALA 203, 229 A 241	RIO DE JANEIRO/RJ	ISENTO	01851357
			CTO	CTO	CTO O	CTO 3	QT	FILIAL	72.101.124/0004-17	BOTAFOGO	ONCOCLINICA CENTRO DE TRATAMENTO ONCOLOGICO	RUA MARECHAL NIEMEYER		RIO DE JANEIRO/RJ	ISENTO	
			CTO	CTO	CTO O	CTO 4	QT	FILIAL	72.101.124/0005-06	CIT COPACABANA	ONCOCLINICA CENTRO DE TRATAMENTO ONCOLOGICO	RUA SIQUEIRA CAMPOS, 59		RIO DE JANEIRO/RJ	ISENTO	05700590
			CTO	CTO	CTO O	CTO 7	QT	FILIAL	12.104.241/0014-84	ONCOCLINICAS (CTO BARRA)	ONCOCLINICAS DO BRASIL SERVICOS MEDICOS SA	AV ARMANDO LOMBARDI, 01000	BLC 1 SALAS 229 A 241 E 2	RIO DE JANEIRO/RJ		14249532
CTT	CTT	CTT O	CTT	CTT	CTT O	CTT 1	QT	MATRIZ	00.717.088/0001-67	CTT BOTAFOGO	ONCOCLINICAS RIO DE JANEIRO SA	PRACA BOTAFOGO, 300	SAL 1001	RIO DE JANEIRO/RJ		01922416
			CTT	CTT	CTT O	CTT 2	QT	FILIAL	00.717.088/0005-90	CTTB FILIAL	CENTRO DE TRATAMENTO DE TUMORES BOTAFOGO	R MACEDO SOBRINHO, 00021		RIO DE JANEIRO/RJ		11998941
			CTT	CTT	CTT O	CTT 3	QT	FILIAL	00.717.088/0006-71	CTTB BARRA	CENTRO DE TRATAMENTO DE TUMORES BOTAFOGO SA	AV ARMANDO LOMBARDI, 01000	B1 S243 B1 S244 B1 S245 B	RIO DE JANEIRO/RJ		12112882
			CTT	CTT	CTT O	CTT H1	QT	FILIAL	12.104.241/0039-32	HOLDING CTTB	ONCOCLINICAS DO BRASIL SERVICOS MEDICOS SA	PR BOTAFOGO, 00300	SAL 401	RIO DE JANEIRO/RJ		
HEM	CQA	CQA	HEM	CQA	CQA	CQA 1	QT	MATRIZ	16.687.758/0001-80	CQAI BELO HORIZONTE	CENTRO DE QUIMIOTERAPIA	AV ANTONIO CARLOS, 1694		BELO HORIZONTE/MG	ISENTO	03002670016

											ANTIBLASTICA E IMUNOTERAPIA SA					
			HEM	CQA	CQA	CQA 2	QT	FILIAL	16.687.758/0004-22	CQAI MEDCENTER	CENTRO DE QUIMIOTERAPIA ANTIBLASTICA E IMUNOTERAPIA SA	RUA DOS OTONI, 909	ANDAR 3	BELO HORIZONTE/MG		
	HMT	HMT O	HEM	HMT	HMT	HMT 1	QT	MATRIZ	00.410.960/0001-20	HEMATOLOGICAMATRIZ	HEMATOLOGICA CLINICA DE HEMATOLOGIA SA	RUA DOS OTONI, 909	ANDAR 3 E PILOTIS	BELO HORIZONTE/MG		01147370017
			HEM	HMT	HMT	HMT 2	QT	FILIAL	00.410.960/0002-00	HEMATOLOGICA FILIAL	HEMATOLOGICA CLINICA DE HEMATOLOGIA SA	R DOS OTONI, 881	SALA 701	BELO HORIZONTE/MG		
			HEM	HMT	HMT	HMT H1	QT	FILIAL	12.104.241/0046-61	ONCOCLINICAS Hematologica Matriz	ONCOCLINICAS DO BRASIL SERVICOS MEDICOS SA	Rua Dos Otoni, 742	Andar 6 Salas 602 e 604 Andar 8 Salas 801 A 804 Andar 9 901 A 908	BELO HORIZONTE/MG		
ICB	AIO	AIO	ICB	AIO	AIO	AIO 2	QT	FILIAL	11.859.927/0003-60	INSTITUTO DE CANCER DE BRASILIA LTDA	INSTITUTO DE CANCER DE BRASILIA LTDA	ST SEPS 710910 CONJUNTO A,SN	SALA 104 PARTE C	BRASILIA/DF		0774138500235
			ICB	AIO	AIO	AIO 3	QT	FILIAL	11.859.927/0004-40	AIO INSTITUTO DE CANCER DE BRASILIA LT	REDE PREVINE ATENCAO E PREVENCAO AO CANCER	Q QNN 30 AREA ESPECIAL K	SALA 1 PARTE A CONSULTORI	BRASILIA/DF		0754138500316
			ICB	AIO	AIO	AIO 4	QT	FILIAL	11.859.927/0005-21	AIO INSTITUTO DE CANCER DE BRASILIA LT	INSTITUTO DE CANCER DE BRASILIA LTDA	Q SAUS QUADRA 4 BLOCO A	SALA 712 A 720 EDIF VICTO	BRASILIA/DF		0754138500405
			ICB	AIO	AIO	AIO 5	QT	FILIAL	11.859.927/0007-93	AIO INSTITUTO DE CANCER DE BRASILIA LT	INSTITUTO DE CANCER DE BRASILIA LTDA	ST SHLN CONJUNTO I BLOCO B SLS 113, 115, 116, 117, 118, 119,		BRASILIA/DF		0754138500669
			ICB	AIO	AIO	AIO 6	QT	FILIAL	11.859.927/0008-74	AIO INSTITUTO DE CANCER DE BRASILIA LT	INSTITUTO DE CANCER DE BRASILIA LTDA	Q SGAS 915 CONJUNTO O, SALAS 227, 228, 229, 230, 231, 232		BRASILIA/DF		0754138500740
			ICB	AIO	AIO	AIO 7	QT	FILIAL	11.859.927/0010-99	AIO INSTITUTO DE CANCER DE BRASILIA LT	AIO INSTITUTO DE CANCER DE BRASILIA LTDA	AV JACARANDA LOTE, 16	LOJA 107 SALA 104 PARTE B	BRASILIA/DF		0754138500901
			ICB	AIO	AIO	AIO H1	QT	FILIAL	12.104.241/0017-27	HOLDING ICB CORPORATE	ONCOCLINICAS DO BRASIL SERVICOS MEDICOS SA	Q SAUS QUADRA 4 BLOCO A	SALA 712 A 720 EDIF VICTO	BRASILIA/DF		
			ICB	AIO	AIO	AIO H2	QT	FILIAL	12.104.241/0030-02	AIO INSTITUTO DE CANCER DE BRASÍLIA RED	ONCOCLINICAS DO BRASIL SERVICOS MEDICOS SA	Q QNN 30 AREA ESPECIAL K		BRASILIA/DF		8,23665E+11
			ICB	AIO	AIO	AIO H3	QT	FILIAL	12.104.241/0032-66	AIO INSTITUTO DE CANCER	ONCOCLINICAS DO BRASIL SERVICOS MEDICOS SA	Q QS 3 EPCT LOTES 3, 5, 7 E 9 LOJA 01 PARTE A		BRASILIA/DF		8,23665E+11
			ICB	AIO	AIO	AIO H4	QT	FILIAL	12.104.241/0033-47	AIO INSTITUTO DE CANCER FILIAL VITAL	ONCOCLINICAS DO BRASIL SERVICOS MEDICOS SA	Q SEPS 710910 CONJUNTO A	SALA 104 PARTE C	BRASILIA/DF		8,23665E+11
			ICB	AIO	AIO	AIO H6	QT	FILIAL	12.104.241/0035-09	AIO INSTITUTO DE CANCER FILIAL ADVANCE	ONCOCLINICAS DO BRASIL SERVICOS MEDICOS SA	Q SGAS 915 CONJUNTO O, SALAS		BRASILIA/DF		8,23665E+11

												227, 228, 229, 230, 231, 232				
			ICB	AIO	AIO	AIO H7	QT	FILIAL	12.104.241/0040-76	HOLDING ICB VITAL BRASILIA	HOLDING ICB VITAL BRASILIA	ST SETOR E SUL AE 1 E 17	SALA 209	BRASILIA/DF		
	SIP	SIP	ICB	SIP	SIP	SIP 1	QT	FILIAL	11.859.927/0006-02	AIO INSTITUTO DE CANCER DE BRASILIA LT	INSTITUTO DE CANCER DE BRASILIA LTDA	ST SHLNORTE CONJUNTO I BLOCO B , SN	SALA 502 E 503 EDIF BIOSP	BRASILIA/DF		0754138500588
			ICB	SIP	SIP	SIP H1	QT	FILIAL	12.104.241/0036-90	AIO INST DE CANCER DE BRAS FIL SINAPSE	ONCOCLINICAS DO BRASIL SERVICOS MEDICOS SA	ST SHLNORTE CONJUNTO I BLOCO B	SALA 502 E 503 EDIF BIOSP	BRASILIA/DF		8,23665E+11
INN	INN	INN	INN	INN	INN	INN 1	QT	MATRIZ	09.127.332/0001-06	CLINICA OAL SP DE SERVICOS MEDICOS LTDA	CLINICA OAL SP DE SERVICOS MEDICOS LTDA	AV MIN GABRIEL DE REZENDE PASSOS, 500	CONJ 1003 1004 1316 1317	SAO PAULO/SP		
			INN	INN	INN	INN 2	QT	FILIAL	09.127.332/0002-97	CLINICA OAL SP DE SERVICOS MEDICOS LTDA	CLINICA OAL SP DE SERVICOS MEDICOS LTDA	R AUGUSTA	LOJA ANDAR INTERMEDIARIO SLJ 1 AO 6 ANDAR ANDAR 8 E 9	SAO PAULO/SP		
IOE	IOE	IOE	IOE	IOE	IOE	IOE 1	Instituto	MATRIZ	22.132.100/0001-04	INSTITUTO ONCOCLINICAS DE ENSINOIOEPEMC	INSTITUTO ONCOCLINICAS DE ENSINOIOEPEMC	PR BOTAFOGO, 00300	SAL 401	RIO DE JANEIRO/RJ		12597754
IOK	KPL	KPL	IOK	KPL	KPL	KPL 2	Híbrido	FILIAL	94.831.294/0002-28	INSTITUTO DE ONCOLOGIA KAPLAN SA	VITTA CENTRO AVANCADO DE RADIOTERAPIA	AV IPIRANGA, 1801	LOJA 14	PORTO ALEGRE/RS		22955720
			IOK	KPL	KPL	KPL 3	Híbrido	FILIAL	94.831.294/0004-90	INSTITUTO DE ONCOLOGIA KAPLAN SA	INSTITUTO DE ONCOLOGIA KAPLAN SA	R DON LUIS GUANELLA ,2888	SETOR 365 QUADRA39 LOTE 0	CAPAO DA CANOA/RS		259961
			IOK	KPL	KPL	KPL IDE 1	Híbrido	FILIAL	21.875.615/0006-46	IDENGENE FILIAL KAPLAN MATRIZ	IDENGENE MEDICINA DIAGNOSTICA SA	R OLAVO BILAC, 805		PORTO ALEGRE/RS		
			IOK	KPL	KPL	KPL IDE 2	Híbrido	FILIAL	21.875.615/0007-27	Idengene Filial Kaplan Vitta	IDENGENE MEDICINA DIAGNOSTICA SA	AV IPIRANGA, 1801	LOJA 14	PORTO ALEGRE/RS		
			IOK	KPL	KPL	KPL IDE 3	Híbrido	FILIAL	21.875.615/0009-99	Idengene Filial Kaplan Capao da Canoa	IDENGENE MEDICINA DIAGNOSTICA SA	R DON LUIZ GUANELLA, 2888	SETOR 365	CAPAO DA CANOA/RS		
IPO	IPO	IPO	IPO	IPO	IPO	IPO 1	Outros	MATRIZ	03.863.591/0001-19	IPOCP	INSTITUTO PAULISTA DE ONCOLOGIA E CUIDADOS PALIATIVOS LTDA	Avenida Ministro Gabriel de Rezende Passos, 500	Andar 13 Conj 1316	SÃO PAULO/SP		
IRV	IRV	IRV O	IRV	IRV	IRV	IRV 1	RT	MATRIZ	05.816.963/0001-81	IRV MATRIZ	IRV INSTITUTO DE RADIOTERAPIA VITORIA SA	ROD GOVERNADOR MARIO COVAS, 591	ANEXO VITORIA APART HOSPI	SERRA/ES		277169
			IRV	IRV	IRV	IRV H1	RT	FILIAL	12.104.241/0028-80	HOLDING IRV MATRIZ	ONCOCLINICAS DO BRASIL SERVICOS MEDICOS SA	ROD GOVERNADOR MARIO COVAS, 591	ANEXO VITORIA APART HOSPI	SERRA/ES		
ISE	ISE	ISE	ISE	ISE	ISE	ISE	Instituto	MATRIZ	31.897.020/0001-30	ISENP RUY FRANCA	INSTITUTO SENSUMED DE ENSINO E PESQUISA	R SAO LUIZ , 555		MANAUS/AM	ISENTO	42200901
IUN	IUN	IUN	IUN	IUN	IUN	IUN 1	Instituto	MATRIZ	38.011.624/0001-87	INSTITUTO UNITY DE ENSINO E PESQUISA	INSTITUTO UNITY DE ENSINO E PESQUISA	Q SAUS QUADRA 4 BLOCO A	Q SAUS QUADRA 4 BLOCO A	BRASILIA/DF		
			IUN	IUN	IUN	IUN 2	Instituto		03.801.162/4001-87	INSTITUTO UNITY	INSTITUTO UNITY DE ENSINO E PESQUISA			BRASILIA/DF		

MCA	MCA	MCA	MCA	MCA	MCA	MCA 1	QT			MEDICAL CENTER AUGUSTA				SAO PAULO/SP		
MQH	MDQ	MDQ O	MQH	MDQ	MDQ	MDQ 1	QT	MATRIZ	01.420.861/0001-91	ONCO & HEMATO SERVICOS MEDICOS SA	ONCO & HEMATO SERVICOS MEDICOS SA	AV ELDES SCHERRER SOUZA, 508	SALA 201	SERRA/ES		163240
			MQH	MDQ	MDQ	MDQ 2	QT	FILIAL	01.420.861/0002-72	ONCO & HEMATO SERVICOS MEDICOS SA	ONCO & HEMATO SERVICOS MEDICOS SA	AV VITORIA, 2767		VITORIA/ES		829145
			MQH	MDQ	MDQ	MDQ H1	QT	FILIAL	12.104.241/0022-94	HOLDING ONCO & HEMATO MATRIZ	ONCOCLINICAS DO BRASIL SERVICOS MEDICOS SA	AV ELDES SCHERRER SOUZA, 508	SALA 201	SERRA/ES		
			MQH	MDQ	MDQ	MDQ H2	QT	FILIAL	12.104.241/0023-75	HOLDING ONCO & HEMATO FILIAL I	ONCOCLINICAS DO BRASIL SERVICOS MEDICOS SA	AV VITORIA, 2767		VITORIA/ES		1316092
			MQH	MDQ	MDQ	MDQ H3	QT	FILIAL	12.104.241/0024-56	HOLDING ONCO & HEMATO FILIAL II	ONCOCLINICAS DO BRASIL SERVICOS MEDICOS SA	R ENGENHEIRO GUILHERME JOSE MONJARDIM VAREJAO, 140		VITORIA/ES		1316091
MUL	MTH	MTH O	MUL	MTH	MTH	MTH 1	QT	MATRIZ	03.559.174/0001-87	MULTIHEMO	MULTIHEMO SERVICOS MEDICOS SA	R SENADOR JOSE HENRIQUE, 231	SALA 3001 EMP CHARLES DAR	RECIFE/PE	ISENTO	3088200
			MUL	MTH	MTH	MTH 3	QT	FILIAL	03.559.174/0003-49	MULTIHEMO SERVICOS MEDICOS SA	MULTIHEMO SERVICOS MEDICOS SA	R ESPERANTO, 336	01 ANDAR	RECIFE/PE		
			MUL	MTH	MTH	MTH 4	QT	FILIAL	03.559.174/0004-20	MULTIHEMO SERVICOS MEDICOS SA	MULTIHEMO SERVICOS MEDICOS SA	R JOSE DE ALENCAR , 770	02 ANDAR	RECIFE/PE		
	OCH	OCH	MUL	OCH	OCH	OCH 1	QT	FILIAL	53.326.942/0001-20	ONCOHEMATO RECIFE LTDA	ONCOHEMATO RECIFE LTDA	R JOSE DE ALENCAR, 770	02 ANDAR	RECIFE/PE		
NOB	NOB	NOB O	NOB	NOB	NOB	NOB 1	QT	MATRIZ	41.980.319/0001-08	NOB ONDINA	NUCLEO DE ONCOLOGIA DA BAHIA LTDA	AVE ADHEMAR DE BARROS, 123		SALVADOR/BA	ISENTO	08259600164
			NOB	NOB	NOB	NOB 3	QT	FILIAL	41.980.319/0002-99	NOB LAURO DE FREITAS PITUBA	NUCLEO DE ONCOLOGIA DA BAHIA SA	AV PROFESSOR MAGALHAES NETO, 1541	SL 7006 E 7007 HOSP BAHIA	SALVADOR/BA	ISENTO	
NOS	NOS	NOS O	NOS	NOS	NOS	NOS 1	QT	MATRIZ	12.282.163/0001-93	NOS SERGIPE	NOS NUCLEO DE ONCOLOGIA DE SERGIPE SA	AV DEPUTADO PEDRO VALADARES, 550		ARACAJU/SE		834975
OAD	OAD	OAD	OAD	OAD	OAD	OAD ES	Outros	FILIAL	24.375.498/0003-05	DELIFE MG	DELIFE SUPORTE AO PACIENTE	RUA DOS OTONI, 742	SALA 801A 804	BELO HORIZONTE/MG		
			OAD	OAD	OAD	OAD MG	Outros	FILIAL	24.375.498/0002-16	DELIFE RJ	DELIFE SUPORTE AO PACIENTE	AV AYRTON SENNA, 2600	LOJ SS 146	RIO DE JANEIRO/RJ		
			OAD	OAD	OAD	OAD RJ	Outros	FILIAL	24.375.498/0004-88	DELIFE ES	DELIFE SUPORTE AO PACIENTE	R MANOEL FEU SUBTIL, 120	SALA 203	VITORIA/ES		1259708
			OAD	OAD	OAD	OAD SP	Outros	FILIAL	24.375.498/0001-35	CGS FARIA LIMA	CENTRAL DE GESTAO E SAUDE LTDA	R AYRTON ROXO, 571	SALA 01 TERREO	RIBEIRAO PRETO/SP		20139748
OCR	OCR	OCR O	OCR	OCR	OCR	OCR 1	Híbrido	MATRIZ	15.420.245/0001-45	ONCO CARE PRUDENTE	ONCO CARE PRUDENTE	R ANTONIO DE SOUZA COSTA, 614		PRESIDENTE PRUDENTE/SP	562454269113	

			OCR	OCR	OCR	OCR H1	Híbrido	FILIAL	12.104.241/0020-22	HOLDING ONCO CARE PRUDENTE	ONCOCLINICAS DO BRASIL SERVICOS MEDICOS SA	LOGRADOURO R ANTONIO DE SOUZA COSTA, 614		PRESIDENTE PRUDENTE/SP		
ORP	ORP	ORP O	ORP	ORP	ORP	ORP 1	QT	MATRIZ	57.723.280/0001-83	INORP MATRIZ	INSTITUTO ONCOLOGICO DE RIBEIRAO PRETO LTDA	RUA AYRTON ROXO, 571		RIBEIRAO PRETO/SP		6535301
			ORP	ORP	ORP	ORP 2	QT	FILIAL	57.723.280/0002-64	INORP MATAO	INSTITUTO ONCOLOGICO DE RIBEIRAO PRETO LTDA	AV SIQUEIRA CAMPOS, 750		MATAO/SP		
			ORP	ORP	ORP	ORP 3	QT	FILIAL	57.723.280/0005-07	INORP MOCOCA	INSTITUTO ONCOLOGICO DE RIBEIRAO PRETO LTDA	PC DOUTOR JEFERSON FERRAZ	SETOR ONCOLOGIA	MOCOCA/SP		5237195
			ORP	ORP	ORP	ORP 4	QT	FILIAL	57.723.280/0004-26	INORP PIRASSUNUNGA	INSTITUTO ONCOLOGICO DE RIBEIRAO PRETO LTDA	AV NEWTON PRADO	SALA: 502 E 505;	PIRASSUNUNGA/SP		1752400
	CQO	CQO O	POA	CQO	CQO	CQO 1	QT	MATRIZ	95.179.461/0001-80	CQO MOSTARDEIROS	CENTRO DE QUIMIOTERAPIA ONCOCLINICAS SA	R MOSTARDEIRO, 157	SALA: 301? SALA: 302? SAL	PORTO ALEGRE/RS	ISENTO	12671827
			POA	CQO	CQO	CQO 2	QT	MATRIZ	95.179.461/0004-22	CQO THE PLACE I	CENTRO DE QUIMIOTERAPIA ONCOCLINICAS LTDA	RUA TOBIAS DA SILVA, 122	LJ1 N134 LJ2 N142 LJ3	PORTO ALEGRE/RS	ISENTO	28128524
			POA	CQO	CQO	CQO 3	QT	FILIAL	95.179.461/0003-41	CQO THE PLACE II	CENTRO DE QUIMIOTERAPIA ONCOCLINICAS LTDA	RUA TOBIAS DA SILVA, 120	CJ 1102 a 1106	PORTO ALEGRE/RS	ISENTO	28128427
			POA	CQO	CQO	CQO 4	QT	FILIAL	95.179.461/0005-03	CQO THE WALK	CENTRO DE QUIMIOTERAPIA ONCOCLINICAS SA	AV PRAIA DE BELAS, N 1212, SALA 1609 A 1612	SALA 1609 A 1612	PORTO ALEGRE/RS		
			POA	CQO	CQO	CQO IDE 1	QT	FILIAL	21.875.615/0002-12	IDENGENE FILIAL CQO THE PLACE	IDENGENE MEDICINA DIAGNOSTICA SA	RUA TOBIA DA SILVA, 126		PORTO ALEGRE		
			POA	CQO	CQO	CQO IDE 2	QT	FILIAL	21.875.615/0003-01	IDENGENE FILIAL CQO THE PLACE II	IDENGENE MEDICINA DIAGNOSTICA SA	R TOBIAS DA SILVA, 120	SALA 1102 A 1106	PORTO ALEGRE		
			POA	CQO	CQO	CQO IDE 3	QT	FILIAL	21.875.615/0004-84	IDENGENE FILIAL PORTO ALEGRE III	IDENGENE MEDICINA DIAGNOSTICA SA	AV PRAIA DE BELAS, 1212	SALA 1606 A 1612	PORTO ALEGRE/RS		
PRO	PRO	PRO O	PRO	PRO	PRO	PRO 1	QT	MATRIZ	73.863.342/0001-09	PRO ONCO LONDRINA	PROONCO CENTRO DE TRATAMENTO ONCOLOGICO LTDA	AV ADHEMAR PEREIRA DE BARROS,679		LONDRINA/PR	ISENTO	909610
RCR	CTR	CTR O	RCR	CTR	CTR	CTR 1	RT	MATRIZ	04.484.464/0001-71	CTR BETIM	CENTRO DE TRATAMENTO EM RADIOTERAPIA LTDA ME	RUA VINTE, 90	TERREO	BETIM/MG		109930001
	RDC	RDC O	RCR	RDC	RDC	RDC 1	RT	MATRIZ	07.796.772/0001-20	RADIOCARE BH	RADIOCARE SERVICOS MEDICOS ESPECIALIZADOS LTDA EPP	AV CONTORNO, 9530	SETOR DE RADIOTERAPIA	BELO HORIZONTE		02007220010
RRE	RRE	RRE O	RRE	RRE	RRE	RRE 1	RT	MATRIZ	28.043.406/0001-70	RT RECIFE	RADIOTERAPIA ONCOCLINICAS RECIFE LTDA	AV CONS AGUIAR, 2356		RECIFE		5980062

RTB	RTB	RTB O	RTB	RTB	RTB	RTB 1	RT	MATRIZ	40.447.278/0001-26	RADIOTERAPIA BOTAFOGO SA	RADIOTERAPIA BOTAFOGO SA	RUA MARECHAL NEIMEYER, 16		RIO DE JANEIRO	ISENTO	0000001694375
SEN	SEN	SEN O	SEN	SEN	SEN	SEN 1	Híbrido	MATRIZ	10.668.636/0001-60	SERVICO DE ATENDIMENTO MEDICO E DIAGNOST	SENSUMED ONCOLOGIA	R BELEM, 545		MANAUS/AM		12806801
			SEN	SEN	SEN	SEN 2	Híbrido	MATRIZ	39.524.542/0001-07	ONCOLOGIA MANAUS SA	ONCOLOGIA MANAUS	R BELEM, 545	SALA 2	MANAUS/AM		48205801
VDA	VDA	VDA O	VDA	VDA	VDA	VDA 1	QT	MATRIZ	01.682.668/0001-29	ONCO VIDA BRASILIA	ONCO VIDA INSTITUTO ESPECIALIZADO DE ONCOLOGIA LTDA	ST SGAS QD 915, CJ B, BL A, SL 03, 04, 08 E 10, 1 SUBSOL	SL 101104,107110, 2078	BRASILIA	0736875900149	0736875900149
			VDA	VDA	VDA	VDA 2	QT	FILIAL	01.682.668/0008-03	ONCO VIDA BRASILIA FILIAL	ONCO VIDA INSTITUTO ESPECIALIZADO DE ONCOLOGIA SA	ST SGAS 915, SN, CONJ F, SALA 108 A 114	CONJ F, SALA 108 A 114	BRASILIA	0736875900300	0736875900300

ANEXO L

Relação de Ativos Não Core (Cláusulas 9.3 e 9.4)

SIGLA AGRUPADOR	SIGLA ABERTURA	SIGLA AGRUPADOR	SIGLA UNIDADE	SIGLA FILIAL	BU	MATRIZFILIAL	CNPJ	NOME FILIAL	RAZAO SOCIAL	ENDERECO	COMPLEMENTO	MUNICIPIO	UF	INSC ESTADUAL	INSC MUNICIPAL
CEC	CEC O	CEC	CEC	CEC 1	QT	MATRIZ	39.315.171/0001-45	CECON CENTRO CAPIXABA	CECON CENTRO CAPIXABA DE ONCOLOGIA LTDA SC	RUA MANOEL FEU SUBTIL, 120	SL 101 A 103, 201 A 205	VITORIA	ES		507013
	CEC P	CEC	CEC	CEC P1	QT	FILIAL	52.094.482/0001-90	CECON CENTRO CAPIXABA DE ONCOLOGIA SA	CECON CENTRO CAPIXABA DE ONCOLOGIA SA - SCP	R MANOEL FEU SUBTIL, 120		VITORIA	ES		1317599
CEO	CEO	CEO	CEO	CEO 1	QT	MATRIZ	15.483.798/0001-47	CEON	CENTRO DE EXCELENCIA ONCOLOGICA SA	AVE AYRTON SENNA, 2600	OFFICE 2 LOJAS 139 A 150	RIO DE JANEIRO	RJ	ISENTO	05990297
		CEO	CEO	CEO H1	QT	FILIAL	12.104.241/0015-65	HOLDING RJ CEON	ONCOCLINICAS DO BRASIL SERVICOS MEDICOS SA	AV AYRTON SENNA, 2500	BLC 01 LOJAS 108 A 113 BL	RIO DE JANEIRO	RJ		14858458
COT	CQT O	COT	CQT	CQT3	QT	FILIAL	02.732.168/0003-89	CENTRO ONCOLOGICO DO TRIANGULO	CENTRO ONCOLOGICO DO TRIANGULO	R RAFAEL MARINO NETO, 600	SALA 34	UBERLANDIA	MG		33611700
CPB	CPB O	CPB	CPB	CPB 1	QT	MATRIZ	07.510.778/0001-90	CPO PARAIBA	CPO CENTRO PARAIBANO DE ONCOLOGIA SA	AVENIDA MATO GROSSO, 183	PRIMEIRO ANDAR	JOAO PESSOA	PB		951536
		CPB	CPB	CPB 2	QT	FILIAL	07.510.778/0002-70	CPO PB CAMPINA GRANDE	CPO CENTRO PARAIBANO DE ONCOLOGIA SA	RUA CAPITAO JOAO ALVES LIRA, 893		CAMPINA GRANDE	PB		
		CPB	CPB	CPB BIO 1	QT	FILIAL	26.645.426/0003-58	Oncobio Centro Paraibano	ONCOBIO CENTRO PARAIBANO	AV MATO GROSSO, 183	ANDAR 1 SALA 200	JOAO PESSOA	PB		
	CPB P	CPB	CPB	CPB P1	QT	FILIAL	52.111.908/0001-76	CPO – CENTRO PARAIBANO DE ONCOLOGIA SA	CPO – CENTRO PARAIBANO DE ONCOLOGIA SA - SCP	AV MATO GROSSO, 183	ANDAR 1 SALA 200 E 316	JOAO PESSOA	PB		
CPO	CPO O	CPO	CPO O	CPO 2	QT	FILIAL	52.164.662/0002-81	CPO HIGIENOPOLIS I	CENTRO PAULISTA DE ONCOLOGIA SA	RUA MATO GROSSO, 306	CJ 201	SAO PAULO	SP	ISENTO	35075791
				CPO 4	QT	FILIAL	52.164.662/0004-43	CPO HOSPITAL 9 DE JULHO	CENTRO PAULISTA DE ONCOLOGIA SA	RUA PEIXOTO GOMIDE, 625	6° ANDAR	SAO PAULO	SP	ISENTO	43689558
CTO	CTO O	CTO	CTO O	CTO 6	QT	FILIAL	12.104.241/0012-12	ONCOCLINICAS (CTO IPANEMA)	ONCOCLINICAS DO BRASIL SERVICOS MEDICOS SA	R NASCIMENTO SILVA, 00088		RIO DE JANEIRO	RJ		

ICB	AIO	AIO	AIO	AIO 1	QT	MATRIZ	11.859.927/0001-06	AIO INSTITUTO DE CANCER (MATRIZ)	INSTITUTO DE CANCER DE BRASILIA LTDA	Q QS 3 EPCT LOTES 3, 5, 7 E 9 LOJA 01 PARTE A		BRASILIA	DF		0754138500154
ICB	OSM	ICB	OSM	OSM 1	QT	FILIAL	11.859.927/0009-55	OSM ONCOLOGIA SANTA MARTA	INSTITUTO DE CANCER DE BRASILIA LTDA	ST SETOR E SUL AE 1 E 17,SN	SALA 209 ANDAR SEGUNDO	BRASILIA	DF		0754138500820
ICM	ICM O	ICM	ICM	ICM 1	MATRIZ	MATRIZ	31.107.333/0001-48	AIO INSTITUTO DE CANCER DE MANAUS LTDA	AIO INSTITUTO DE CANCER DE BRASILIA LTDA	AV DJALMA BATISTA , 1661	SALA G3 MILLENIUM CENTER	MANAUS	AM		41506101
IOC	IOC	IOC	IOC	IOC 1	QT	MATRIZ	03.850.913/0001-95	INST DE HEMATOLOGIA E ONCOLOGIA CURITIBA	INST DE HEMATOLOGIA E ONCOLOGIA CURITIBA CLINICA MEDICA	RUA FAGUNDES VARELA, 1785		CURITIBA	PR	ISENTO	040104149161
	IOC	IOC	IOC	IOC 2	QT	FILIAL	03.850.913/0002-76	INSTITUTO HEMATOLOGIA E ONCOLOGIA CURITI	INSTITUTO HEMATOLOGIA E ONCOLOGIA CURITIBA CLINICA MEDICA	R EMILIO DE MENEZES, 641		CURITIBA	PR		9661001
IOK	KCN O	IOK	KCN	KCN 1	QT	FILIAL	94.831.294/0003-09	INSTITUTO DE ONCOLOGIA KAPLAN SA	INSTITUTO DE ONCOLOGIA KAPLAN SA	AV SANTOS FERREIRA ,1864		CANOAS	RS		6900879
		IOK	KCN	KCN IDE 1	QT	FILIAL	21.875.615/0008-08	Idengene Filial Kaplan Canoas	IDENGENE MEDICINA DIAGNOSTICA SA	AV SANTOS FERREIRA, 1864		CANOAS	RS		
	KCN P	IOK	KCN	KCN P1	QT	FILIAL	44.042.845/0001-15	ONCOLOGIA KAPLAN CANOAS SCP	ONCOLOGIA KAPLAN CANOAS SCP	R OLAVO BILAC, 805		PORTO ALEGRE	RS		
IOK	IOK	KPU	KPU	KPU 1	QT	FILIAL	45.595.483/0001-52	KAPLAN URUGUAIANA	GIORDANI CAMICIA SERVICOS MEDICOS LTDA	R TREZE DE MAIO 2506		URUGUAIANA	RS		
MQH	REU	MQH	REU	REU 1	QT	FILIAL	01.420.861/0003-53	ONCO & HEMATO SERVICOS MEDICOS SA	ONCO & HEMATO SERVICOS MEDICOS SA	PC SAN MARTIN, 84	SALA 407 A 410	VITORIA	ES		1292665
NEO	NEO	NEO	NEO	NEO 1	QT	MATRIZ	04.786.490/0001-54	NEON MATRIZ	NEON NUCLEO ESPECIALIZADO EM ONCOLOGIA	R DOUTOR JAIRO DE MATOS PEREIRA, 599		VILA VELHA	ES		131037
	NEO	NEO	NEO	NEO 2	QT	FILIAL	04.786.490/0002-35	NEON FILIAL I	NEON NUCLEO ESPECIALIZADO EM ONCOLOGIA	R CONSTANTE SODRE, 750	SALAO 1; SALA: 511 E 512;	VITORIA	ES		903647
	NEO	NEO	NEO	NEO 3	QT	FILIAL	04.786.490/0004-05	NEON FILIAL II	NEON NUCLEO ESPECIALIZADO EM ONCOLOGIA	ROD GOVERNADOR MARIO COVAS, 591		SERRA	ES		4715643

	NEO	NEO	NEO	NEO H1	QT	FILIAL	12.104.241/0025-37	HOLDING NEON MATRIZ	ONCOCLINICAS DO BRASIL SERVICOS MEDICOS SA	R DOUTOR JAIRO DE MATOS PEREIRA, 599		VILA VELHA	ES		
	NEO	NEO	NEO	NEO H2	QT	FILIAL	12.104.241/0026-18	HOLDING NEON FILIAL I	ONCOCLINICAS DO BRASIL SERVICOS MEDICOS SA	R CONSTANTE SODRE, 750	SALA 511 E 512	VITORIA	ES		1316093
	NEO	NEO	NEO	NEO H3	QT	FILIAL	12.104.241/0027-07	HOLDING NEON FILIAL II	ONCOCLINICAS DO BRASIL SERVICOS MEDICOS SA	ROD GOVERNADOR MARIO COVAS, 591		SERRA	ES		
OBH	OBH	OBH	OBH	OBH 1	QT	FILIAL	12.104.241/0005-93	ONCOCLINICAS BH (ONCOCENTRO)	ONCOCLINICAS DO BRASIL SERVICOS MEDICOS SA	R ROMA, 561	SL 401402403404405408	BELO HORIZONTE	MG	ISENTO	02629660022
	OBH	OBH	OBH	OBH H1	QT	FILIAL	12.104.241/0042-38	ONCOCLINICAS BH ASA SUL	ONCOCLINICAS DO BRASIL SERVICOS MEDICOS SA	Setor Shls Quadra 716		BRASÍLIA	DF		
	OBH	OBH	OBH P	OBH P1	QT	FILIAL	52.270.506/0001-14	ONCOCLINICAS DO BRASIL SERVICOS MEDICOS	ONCOCLINICAS DO BRASIL SERVICOS MEDICOS SA - SCP	AV PRESIDENTE JUSELINO KUBITSCHEK, 510		SAO PAULO	SP		78476712
RBP	RBP O	RBP	RBP	RBP 1	RT	MATRIZ	26.842.646/0001-00	RTONCO SP	RADIOTERAPIA ONCOCLINICAS SAO PAULO LTDA	RUA MARTINIANO DE CARVALHO, 965	SUBSL 4	SAO PAULO	SP		
RTM	RTM	RTM	RTM	RTM1	RT	MATRIZ	12.104.241/0048-23	RADIOTERAPIA MÉIER	ONCOCLINICAS DO BRASIL SERVICOS MEDICOS SA	R ARQUIAS CORDEIRO, 442		RIO DE JANEIRO	RJ		
UCP	UCP O	UCP	UCP O	UCP 1	QT	MATRIZ	57.394.710/0001-60	UOCP	UNIDADE DE ONCOLOGIA CLINICA E PEDIATRICA LTDA	AV NOVE DE JULHO, 4275		SAO PAULO	SP		
UGF	UGF	UGF	UGF	UGF 1	QT	MATRIZ	37.184.687/0001-72	TALASSA ONCOLOGIA E PARTICIPACOES SA	TALASSA ONCOLOGIA E PARTICIPACOES SA	RUA SANTOS DUMONT, 182	ANDAR 4 SALA 401 A 406	SC	88015020	1223582001x	
ULF	ULF	ULF	ULF	ULF 1	QT	MATRIZ	33.495.365/0001-93	LESTE FLUMINENSE	NAVARRA RJ SERVICOS ONCOLOGICOS SA	EST FRANCISCO DA CRUZ NUNES, 5599	PARTE	NITEROI	RJ		3031744
	ULF	ULF	ULF	ULF 2	QT	FILIAL	33.495.365/0002-74	NAVARRA RJ	NAVARRA RJ SERVICOS ONCOLOGICOS SA	PR BOTAFOGO, 300	SAL 401 SAL 1001	RIO DE JANEIRO	RJ		
	ULF	ULF	ULF	ULF 3	QT	FILIAL	33.495.365/0003-55	NAVARRA RJ	NAVARRA RJ SERVICOS ONCOLOGICOS SA	R TEMISTOCLES DE ALMEIDA, 18		SÃO GONÇALO	RJ		

CBR	ANP O	CBR	ANP O	ANP 1	RT	MATRIZ	23.264.130/0001-37	CTR CENTRO DE TRATAMENTO RADIOTERAPICO	CTR CENTRO DE TRATAMENTO RADIOTERAPICO DE ANAPOLIS LTDA	R EDUARDO CARLOS PEREIRA MAGALHAES, 45	QUADRA11 LOTE 01	ANAPOLIS	GO		80748
CEC	CEC O	CEC	CEC	CEC 1	QT	MATRIZ	39.315.171/0001-45	CECON CENTRO CAPIXABA	CECON CENTRO CAPIXABA DE ONCOLOGIA LTDA SC	RUA MANOEL FEU SUBTIL, 120	SL 101 A 103, 201 A 205	VITORIA	ES		507013
	CEC P	CEC	CEC	CEC P1	QT	FILIAL	52.094.482/0001-90	CECON CENTRO CAPIXABA DE ONCOLOGIA SA	CECON CENTRO CAPIXABA DE ONCOLOGIA SA - SCP	R MANOEL FEU SUBTIL, 120		VITORIA	ES		1317599
CET	CET	CET O	CET	CER4	QT	FILIAL	00.520.237/0006-08	CETTRO CENTRO DE TRATAMENTO ONCOLOGICO	CETTRO CENTRO DE CANCER DA ASA SUL	ST SHLS CONJUNTO,SN	SHLS ST HOSP LOCAL SUL QU	BRASILIA	DF		0735747900695
IMN	IMN O	IMN	IMN	IMH H1	QT	FILIAL	12.104.241/0021-03	HOLDING IMUNOMED MATRIZ	ONCOCLINICAS DO BRASIL SERVICOS MEDICOS SA	R CONSTANTE SODRE, 750	EDIF NEW Y PLAZA SALAO 2	VITORIA	ES		1316090
		IMN	IMN	IMN 1	QT	MATRIZ	39.387.477/0001-07	IMUNOMED MATRIZ	IMUNOMED ESPECIALIDADES E CLINICA DE INFUSAO	R CONSTANTE SODRE, 750	EDIF NEW YPLAZA SALAO 02	VITORIA	ES		482240
	IMN P	IMN	IMN	IMN P1	QT	FILIAL	52.210.398/0001-94	IMUNOMED CLINICA DE INFUSAO E ESPECIALID	IMUNOMED CLINICA DE INFUSAO E ESPECIALIDADES SA - SCP	R CONSTANTE SODRE, 750		VITORIA	ES		
POA	CAN	POA	CAN	CAN1	QT	MATRIZ	08.968.057/0001-90	CANOAS	CLINICA DE ONCOLOGIA DRA CLAUDIA MASSAU LTDA	RUA DOUTOR BARCELOS, 1135	CONJ 1100	CANOAS	RS		67819
ALI	ALI O	ALI	ALI O	ALI 5	QT	FILIAL	09.104.513/0005-40	ALIANCA ONCOLOGIA GAMA	ALIANCA INSTITUTO DE ONCOLOGIA LTDA	ST QUADRA 3 CONJUNTO F	LOTE 12	BRASILIA	DF	0749491000500	0749491000500
MUL	MTH	MTH	MTH	MTH 2	QT	FILIAL	03.559.174/0002-68	MULTIHEMO BOA VIAGEM	MULTIHEMO SERVICOS MEDICOS SA	RUA PADRE CARAPUCEIRO, 910	ANDAR 18 SALA 1801	RECIFE	PE	ISENTO	3741435
NOB	NOB O	NOB	NOB	NOB 2	QT	FILIAL	41.980.319/0003-70	LAURO DE FREITAS	NUCLEO DE ONCOLOGIA DA BAHIA LTDA	RUA DOUTOR BARRETO, 294		LAURO DE FREITAS	BA	ISENTO	001000514201 1
CLI	CLN U	CLN	CLN	CLN 1	QT	MATRIZ	13.501.218/0001-71	CLION Rio Vermelho	CLION CLINICA DE ONCOLOGIA LTDA	AV OCEANICA, 3875	LOJA 02	SALVADOR	BA		04970000180
AND	AND	AND O	AND	AND 1	Veículo	MATRIZ	36.012.379/0001-05	ANDROMEDA PARTICIPACOES LTDA	ANDROMEDA PARTICIPACOES LTDA	AV PRES JUSCELINO KUBITSCHEK 510	ANDAR 2				
			AND	AND 2	Veículo	FILIAL	36.012.379/0002-88	ANDROMEDA PARTICIPACOES LTDA	ANDROMEDA PARTICIPACOES LTDA	AV DJALMA BATISTA, 1661	SALA G3 MILLENIUM CENTER				

CMI	CMI	CMI	CMI	CMI 1	Veículo	MATRIZ	15.347.387/0001-24	CENTRO MINEIRO DE INFULSOES	CENTRO MINEIRO DE INFULSOES SA	R DOS OTONI, 742	ANDAR 8 SALA 802	BELO HORIZONTE	MG	ISENTO	04469290016
CPN	CPN	CPN	CPN	CPN 1	Veículo	MATRIZ	07.602.992/0001-76	CENTRO DE PREVENCAO NOB	NUCLEO DE ONCOLOGIA DA BAHIA CENTRO DE PREVENCAO LTDA	AVENIDA PROFESSOR MAGALHAES NETO, 1541	SALA 7005 A 7007	SALVADOR	BA		26329100106
FEL	FEL	FEL	FEL	FEL PET	Parceria		17.214.149/0001-76	FELÍCIO ROCHO PET - PARCERIA				BELO HORIZONTE	MG		
			FEL	FEL QT	Parceria			FELÍCIO ROCHO QT - PARCERIA				BELO HORIZONTE	MG		
HLC	HLC	HLC	HLC	HLC 1	Veículo	MATRIZ	38.037.310/0001-53	CEU DE BRASILIA PARTICIPACOES	CEU DE BRASILIA PARTICIPACOES SA	ST SMHN QUADRQ 2 BLOCO A	SALA 408	BRASILIA	DF	0799600700147	0799600700147
HLM	HLM	HLM	HLM	HLM 1	Veículo	MATRIZ	31.431.389/0001-53	Helmond Rio	HELMOND ONCOLOGIA SA	AV ARMANDO LOMBARDI, 1000	BLOCO 1 SALA 225	RIO DE JANEIRO	RJ		
HOL	CNE	CNE	HOL	CNE 1	Outros	FILIAL	12.104.241/0029-60	HOLDING CENTRAL DE RELACIONAMENTO NE	ONCOCLINICAS DO BRASIL SERVICOS MEDICOS SA	AV ANTONIO CARLOS MAGALHAES, 001116	EDIF TROPICAL CENTE SALA	SALVADOR	BA		
	HOL	CSO	HOL	CSO 1	Veículo	FILIAL	12.104.241/0001-60	HOLDING	ONCOCLINICAS BRASIL SERVICOS MEDICOS	R DOS OTONI , 742	AND 8,9 SALAS 801 A 804	BELO HORIZONTE	MG	ISENTO	02629660014
			HOL	CSO 2	Veículo	FILIAL	52.381.255/0001-45	OC SERVICOS LTDA	ACCENTURE HEALTH SERVICOS ADMINISTRATIVO LTDA	R DOS OTONI, 742	SALA 801, 802, 803 E 804	BELO HORIZONTE	MG		
			HOL	CSO 3	Veículo	FILIAL	52.381.255/0002-26	OC SERVICOS LTDA	OC SERVICOS LTDA	R DOS OTONI, 742	SALA 801 SALA 802 SALA 80	BELO HORIZONTE	MG		15066970014
	HOL	HLD O	HOL	HLD 3	Veículo	FILIAL	12.104.241/0003-21	ONCOCLINICAS RJ	ONCOCLINICAS DO BRASIL SERVICOS MEDICOS SA	AV MARECHAL CAMARA, 160	SALA: 1636;	RIO DE JANEIRO	RJ		
			HOL	HLD 4	Veículo	MATRIZ	12.104.241/0004-02	HOLDING SP	ONCOCLINICAS DO BRASIL SERVICOS MEDICOS SA	AVENIDA PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK, 510	ANDAR 2	SAO PAULO	SP		52978478
			HOL	HLD 5	Veículo	FILIAL	12.104.241/0008-36	HOLDING BA	ONCOCLINICAS DO BRASIL SERVICOS MEDICOS SA	PC CONSELHEIRO ALMEIDA COUTO, N 500		SALVADOR	BA		41544300217
HSI	HSI	HSI	HSI	HSI 1	RT	MATRIZ	16.433.593/0001-10	SALVADOR	ONCOCLINICAS SALVADOR SA	PCA CONSELHEIRO		SALVADOR	BA	ISENTO	42800000111

										ALMEIDA COUTO, 500					
IBR	IBR	IBR	IBR	ICP 1	Veículo	MATRIZ	30.837.340/0001-32	ICB INSTITUTO DE CANCER	ICB INSTITUTO DE CANCER DO BRASIL PARTICIPACOES	Q SAUS QUADRA 4 BLOCO A,	SALA 711 EDIF VICTORIA OF	BRASILIA	DF	0786490400118	0786490400118
IMA	IMA	IMA O	IMA	IMA 1	Veículo	MATRIZ	17.622.395/0001-67	ONCOCENTRO IMAGEM SERVICOS MEDICOS LTDA	ONCOCENTRO IMAGEM SERVICOS MEDICOS LTDA	R DOS OTONI, 742	SALA 801	Belo Horizonte	MG	ISENTO	04785550014
			IMA	IMA 2	Veículo	FILIAL	17.622.395/0002-48	ONCOCENTRO IMAGEM SERVICOS MEDICOS LTDA	ONCOCENTRO IMAGEM SERVICOS MEDICOS LTDA	R BELEM, 545		MANAUS	AM		
OCP	OCP	OCP	OCP	OCP 1	Veículo	MATRIZ	21.592.249/0001-03	ONCOLOGIA PARTICIPACOES LTDA	ONCOLOGIA PARTICIPACOES LTDA	R DOS OTONI, 742	ANDAR 8 SALA 801	BELO HORIZONTE	MG	ISENTO	ISENTO
OES	OES	OES	OES	OES 1	Veículo	MATRIZ	34.102.105/0001-73	ONCOCLINICAS PARTICIPACOES RJ ES	ONCOCLINICAS PARTICIPACOES RJ ES LTDA	PR BOTAFOGO, 300	SAL 401	RIO DE JANEIRO	RJ		
OHP	OHP	OHP	OHP	OHP 1	Veículo	MATRIZ	26.193.072/0001-96	ONCOHEMATOLOGIA PARTICIPACOES	ONCOHEMATOLOGIA PARTICIPACOES LTDA	Rua Dos Otoni, 742	Sala 908	Belo Horizonte	MG		
OKS	OKS	OKS	OKS	OKS 1	Veículo	MATRIZ	50.876.827/0001-31	ONKOS ONCOLOGIA E PARTICIPAÇOES	ONKOS ONCOLOGIA E PARTICIPACOES LTDA	Avenida Pres Juscelino Kubitschek 510	ANDAR 2	SÃO PAULO	SP		
OMG	OMG	OMG	OMG	OMG 1	Veículo	MATRIZ	32.897.005/0001-55	ONCOCLINICAS PARTICIPACOES MINAS GERAIS	ONCOCLINICAS PARTICIPACOES MINAS GERAIS SA	R DOS OTONI, 742	ANDAR 8 SALA 805	BELO HORIZONTE	MG		
OSP	OSP	OSP	OSP	OSP 1	Veículo	MATRIZ	28.439.213/0001-33	ONCOCLINICAS PARTICIPACOES SAO PAULO	ONCOCLINICAS PARTICIPACOES SAO PAULO LTDA	AV BRIG FARIA LIMA, 4300	ANDAR 15 SALA 2	SAO PAULO	SP		
PAR	PAR	PAR	PAR	PAR 1	Veículo	FILIAL	21.236.729/0001-31	ONCOPAR	ONCOPAR SUL EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA	R DOS OTONI, 742	ANDAR 8 SALA 803	BELO HORIZONTE	MG	ISENTO	09695390019
PUC	PUC	PUC	PUC	PUC 1	Parceria		88.630.413/0007-96	PUC RS - PARCERIA				PORTO ALEGRE	RS		
RGR	RGR	RGR	RGR	RGR 1	Veículo	MATRIZ	19.122.507/0001-46	RADIOGROUP BH	RADIOGROUP PARTICIPACOES SA	AV GETULIO VARGAS, 254	SALA 804 PARTE	BELO HORIZONTE	MG		
RND	RND	RND	RND	RND 1	Veículo	MATRIZ	41.899.539/0001-01	RONALD PARTICIPACOES SA	RONALD PARTICIPACOES SA	RUA JOAQUIM FLORIANO, 1052	CONJ 142 SALA 5	SAO PAULO	SP		69370753
RPO	RPO	RPO	RPO	RPO 1	RT	MATRIZ	26.094.893/0001-75	RT PORTUGAL	RADIOTERAPIA ONCOCLINICAS RIO DE JANEIRO LTDA	RUA DO BISPO, 18	LOTE 40328	RIO DE JANEIRO	RJ		11001009

RRP	RRP	RRP	RRP	RRP 1	Veículo	MATRIZ	26.843.026/0001-95	RT RIBEIRAO PRETO	RADIOTERAPIA ONCOCLINICAS RIBEIRAO PRETO	AV INDEPENDENCIA, 2276	LOTE 6 QUADRA 0073	RIBEIRAO PRETO	SP		
RSA	RSA	RSA	RSA	RSA 1	Veículo	MATRIZ	16.423.011/0001-14	RT SALVADOR	RADIOTERAPIA ONCOCLINICAS SALVADOR LTDA	RUA BAEPENDI, 151		SALVADOR	BA		
SFP	SFP	SFP	SFP	SFP 1	Veículo	MATRIZ	37.669.216/0001-54	SF 217 PARTICIPACOES SOCIETARIAS LTDA	SF 217 PARTICIPACOES SOCIETARIAS LTDA	R CARD ARCOVERDE, 2365	CONJ 11 E 13	SAO PAULO	SP		66338840
TLI	TLI	TLI	TLI	TLI 1	Veículo	MATRIZ	37.138.913/0001-89	TALIA PARTICIPACOES LTDA	TALIA PARTICIPACOES LTDA	R DOS OTONI, 742	ANDAR 8 SALA 807	BELO HORIZONTE	MG	ISENTO	1223582001
UNI	UNI	UNI	UNI	UNI 1	Veículo	MATRIZ	30.986.413/0001-58	UNITY PARTICIPACOES SA	UNITY PARTICIPACOES	Q SAUS QUADRA 4 BLOCO A	Q SAUS QUADRA 4 BLOCO A	BRASILIA	DF	0786847200150	0786847200150
			UNI	UNI 2	Veículo	FILIAL	30.986.413/0002-39	UNITY PARTICIPACOES SA	UNITY PARTICIPACOES	R SANTA JUSTINA, 660	R SANTA JUSTINA, 660	SAO PAULO	SP		
CLN	CLI	CLN	CLN	CLN 2	QT	FILIAL	13.501.218/0002-52	CLION LAURO	CLION CLINICA DE ONCOLOGIA LTDA	AV LUIZ TARQUINIO PONTES, 1635	QUADRA01 LOTE 39 CASA	LAURO DE FREITAS	BA	ISENTO	0010020686011

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Documento 6

Tipo documento:
DOCUMENTAÇÃO
Evento:
PETIÇÃO
Data:
23/10/2026 18:29:27
Usuário:
SP146176 - IVO WAISBERG
Processo:
4126842-40.2026.8.26.0100
Sequência Evento:
558

Clicksign

Datas e horários em GMT -03:00 Brasilia
Log gerado em 23 de outubro de 2026. Versão v1.53.0.

23.10.2026 - Gupo Oncoclínicas - PRE + Anexos - v. final.pdf

Documento número #52a442b3-eceb-4572-9f27-e6c77180c735

Hash do documento original (SHA256): 6f92f18cc7be4bec8dfdca1095a477bf075e57ddc82accaca0084c953204fbc6

Assinaturas

Carlos Gil Moreira Ferreira

Assinou em 23 out 2026 às 17:03:28



Carlos Gil Moreira Ferreira

Mauricio Leonardo Hasson

Assinou em 23 out 2026 às 16:57:38



Mauricio Leonardo Hasson

Log

23 out 2026, 16:38:01	Operador com email maria.moraes@twk.com.br na Conta d86e7d17-589a-4dee-bea2-5932264c16f3 criou este documento número 52a442b3-eceb-4572-9f27-e6c77180c735. Data limite para assinatura do documento: 22 de novembro de 2026 (21:06). Finalização automática após a última assinatura: habilitada. Idioma: Português brasileiro.
23 out 2026, 16:53:46	Operador com email maria.moraes@twk.com.br na Conta d86e7d17-589a-4dee-bea2-5932264c16f3 adicionou à Lista de Assinatura: carlosgil.ferreira@oncoclinicas.com para assinar, via E-mail. Pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; Assinatura manuscrita. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Carlos Gil Moreira Ferreira.
23 out 2026, 16:53:46	Operador com email maria.moraes@twk.com.br na Conta d86e7d17-589a-4dee-bea2-5932264c16f3 adicionou à Lista de Assinatura: mauricio.hasson@oncoclinicas.com para assinar, via E-mail. Pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; Assinatura manuscrita. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Mauricio Leonardo Hasson.
23 out 2026, 16:57:38	Mauricio Leonardo Hasson assinou. Pontos de autenticação: Token via E-mail mauricio.hasson@oncoclinicas.com. Assinatura manuscrita com hash SHA256 prefixo b99e06(...), vide anexo manuscript_23 out 2026, 16-54-21.png. IP: 35.215.249.244. Localização compartilhada pelo dispositivo eletrônico: latitude -23.55722717704628 e longitude -46.65909875247095. URL para abrir a localização no mapa: https://app.clicksign.com/location. Componente de assinatura versão 1.1533.0 disponibilizado em https://app.clicksign.com.

Clicksign

Datas e horários em GMT -03:00 Brasilia
Log gerado em 23 de outubro de 2026. Versão v1.53.0.

23 out 2026, 17:03:28	Carlos Gil Moreira Ferreira assinou. Pontos de autenticação: Token via E-mail carlosgil.ferreira@oncoclinicas.com. Assinatura manuscrita com hash SHA256 prefixo 5c8416(...), vide anexo manuscript_23 out 2026, 16-54-55.png. IP: 213.41.33.208. Componente de assinatura versão 1.1533.0 disponibilizado em https://app.clicksign.com.
23 out 2026, 17:03:38	Processo de assinatura finalizado automaticamente. Motivo: finalização automática após a última assinatura habilitada. Processo de assinatura concluído para o documento número 52a442b3-eceb-4572-9f27-e6c77180c735.

Documento assinado com validade jurídica.
Para conferir a validade, acesse https://www.clicksign.com/validador e utilize a senha gerada pelos signatários ou envie este arquivo em PDF.
As assinaturas digitais e eletrônicas têm validade jurídica prevista na Medida Provisória nº. 2200-2 / 2001

Este Log é exclusivo e deve ser considerado parte do documento nº 52a442b3-eceb-4572-9f27-e6c77180c735, com os efeitos prescritos nos Termos de Uso da Clicksign, disponível em www.clicksign.com.

Anexos

Carlos Gil Moreira Ferreira

Assinou o documento em 23 out 2026 às 17:03:28

ASSINATURA MANUSCRITA

Assinatura manuscrita com hash SHA256 prefixo 5c8416(...)



Carlos Gil Moreira Ferreira
manuscript_23 out 2026, 16-54-55.png

Mauricio Leonardo Hasson

Assinou o documento em 23 out 2026 às 16:57:38

ASSINATURA MANUSCRITA

Assinatura manuscrita com hash SHA256 prefixo b99e06(...)



Mauricio Leonardo Hasson
manuscript_23 out 2026, 16-54-21.png